



**RELATÓRIO
E CONTAS**

2011

Teixeira Duarte, S.A.

SOCIEDADE ABERTA

Sede: Lagoas Park, Edifício 2 - 2740-265 Porto Salvo

Capital Social: € 420.000.000

Número Único de Pessoa Coletiva e de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais (Oeiras) 509.234.526

Relatório e Contas **2011**

Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS - TEIXEIRA DUARTE, S.A.	4
ÓRGÃOS SOCIAIS - TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	5
ORGANOGRAMA - 2011	6
GRUPO TEIXEIRA DUARTE - 2011	8
SÍNTESE DE INDICADORES	10
RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
I. INTRODUÇÃO	12
II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	13
III. APRECIACÃO GLOBAL	13
IV. ANÁLISE SETORIAL	24
IV.1. CONSTRUÇÃO	25
IV.2. CIMENTOS, BETÕES E AGREGADOS	45
IV.3. CONCESSÕES E SERVIÇOS	46
IV.4. IMOBILIÁRIA	54
IV.5. HOTELARIA	57
IV.6. DISTRIBUIÇÃO	60
IV.7. ENERGIA	62
IV.8. AUTOMÓVEL	64
V. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM SOCIEDADES COTADAS	68
VI. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO	68
VII. PERSPETIVAS PARA 2012	69
VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	70
ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	71
RELATÓRIO SOBRE GOVERNO DA SOCIEDADE - 2011	73
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	137
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	153
RELATÓRIOS, PARECERES E CERTIFICAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO	221

Teixeira Duarte, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. Rogério Paulo Castanho Alves
Vice-Presidente	Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla
Secretário	Dr. José Pedro Poiars Cobra Ferreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	Eng.º Carlos Gomes Baptista
	Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

CONSELHO FISCAL

Presidente	Dr. António Gonçalves Monteiro
Vogal	Dr. Mateus Moreira
Vogal	Miguel Carmo Pereira Coutinho
Suplente	Dr. Horácio Lisboa Afonso

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Mariquito, Correia & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por
Dr. António Franciso Escarameia Mariquito - ROC

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo	Dr. José Pedro Poiars Cobra Ferreira
Suplente	Dra. Maria António Monteiro Ambrósio

REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

Dr. José Pedro Poiars Cobra Ferreira

Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Secretário	Dra. Maria Filipa Rebelo Pereira de Matos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino
	Eng.º Carlos Gomes Baptista
	Eng.º João José de Gouveia Capelão
	Eng.º João José do Carmo Delgado

FISCAL ÚNICO

Efetivo	Mariquito, Correia & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. António Franciso Escameia Mariquito - ROC
Suplente	Júlio Alves, Mário Baptista & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. Júlio Lourenço Alves

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

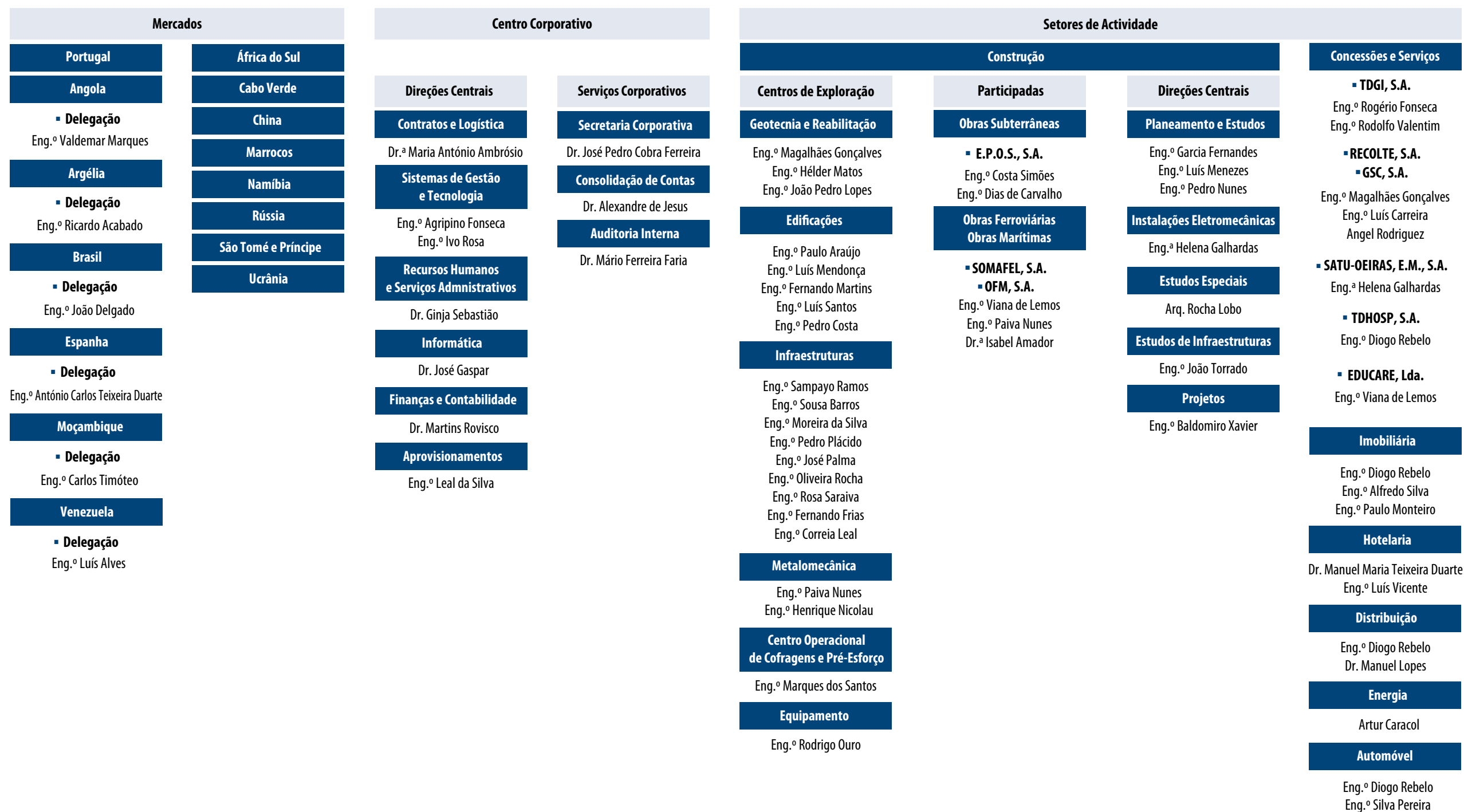
Efetivo	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Suplente	Dra. Maria António Monteiro Ambrósio

ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE 2011

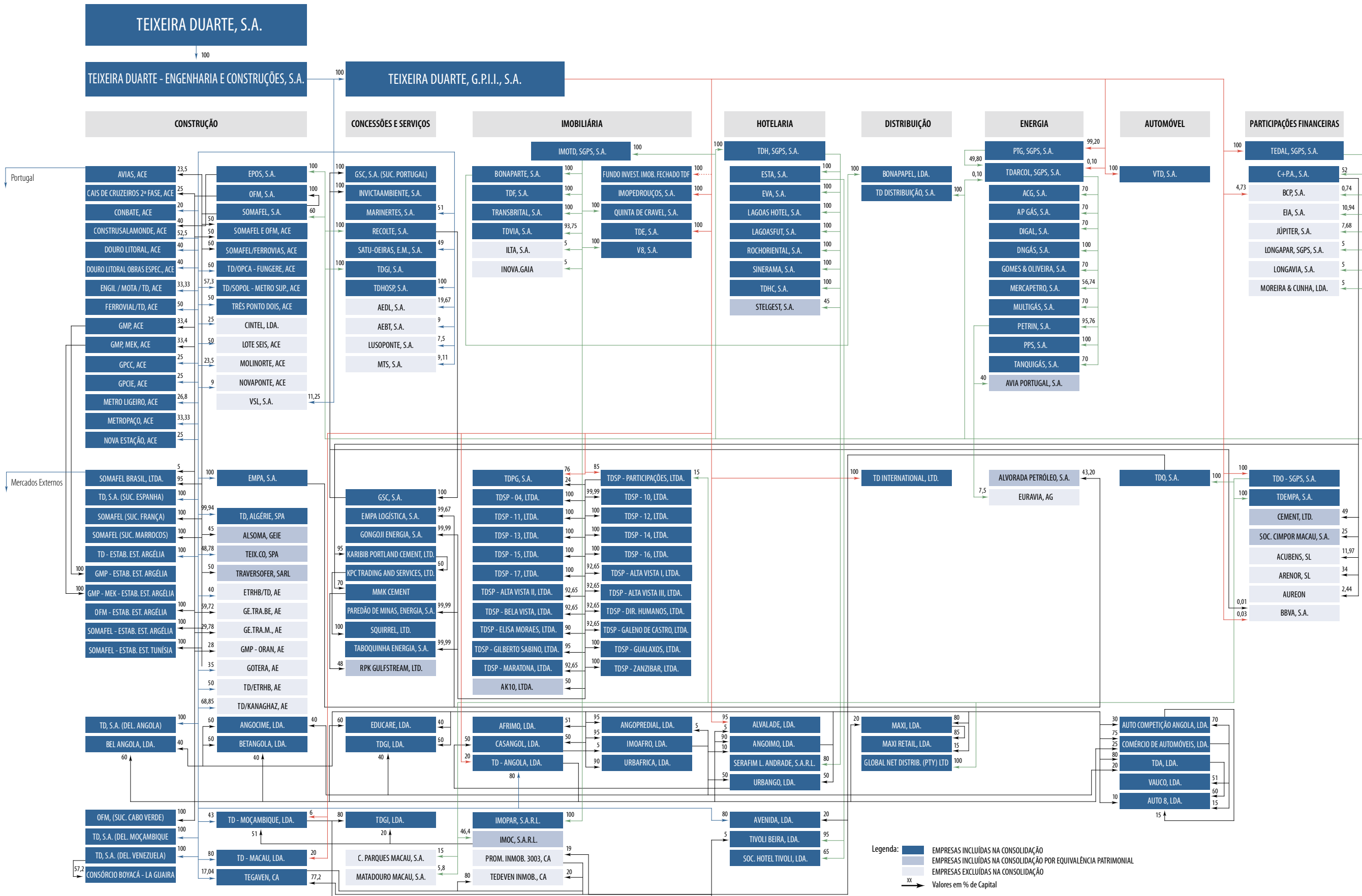
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assessor da Administração

Dr. António Costeira Faustino



GRUPO TEIXEIRA DUARTE 2011



Teixeira Duarte, S.A.

	2007	2008	2009	2010	2011	Crescimento 2011/2010 %
Trabalhadores	10.717	13.157	13.530	13.036	11.182	(14,2%)
Vendas/Prestações de Serviços	1.012	1.291	1.320	1.380	1.200	(13,0%)
Proveitos Operacionais	1.067	1.377	1.423	1.445	1.263	(12,6%)
EBITDA	113	188	213	150	117	(21,9%)
Margem EBITDA / Volume de Negócios	11%	15%	16%	11%	10%	(10,3%)
EBIT	70	131	157	84	51	(38,8%)
Ativos fixos tangíveis + Propriedade de Investimento	781	925	983	1.042	1.037	(0,5%)
Investimentos em associadas + Ativos disponíveis para venda + Outros investimentos	1.551	1.168	1.276	317	153	(51,7%)
Endividamento Líquido	1.678	1.852	1.993	1.067	927	(13,1%)
Total do Capital Próprio	834	339	515	562	333	(40,8%)
Resultados Líquidos	122	(347)	116	46	(200)	-

Notas:
Os valores contabilísticos estão expressos em milhões de euros.
Os valores da coluna "Crescimento 2011/2010 %" foram calculados tendo por base os valores sem arredondamentos.
O Total do Capital Próprio inclui os interesses não controlados.

Relatório de Gestão do Conselho de Administração **2011**



I. INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, apresenta o seu relatório de gestão relativo ao exercício de 2011.

O presente relatório abordará a atividade consolidada da TD,SA enquanto líder de um Grupo Empresarial que integra um universo de participações identificadas no "Quadro Grupo TEIXEIRA DUARTE – 2011" constante nas folhas preliminares, e fará apenas umas breves notas sobre a Sociedade a título individual, nomeadamente no que respeita à proposta de aplicação de resultados.

Na exposição deste texto ter-se-á em conta que cada uma dessas unidades dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respetiva informação pertinente, pelo que aqui serão feitas somente algumas referências com o propósito de melhor configurar uma perspetiva de conjunto.

Nesse âmbito e de modo a aferir mais apropriadamente o desenvolvimento da atividade de tais entidades, far-se-á também alusão, sempre que se justificar, a alguns indicadores económico-financeiros individuais.

Entende-se que a forma mais adequada de apresentar as matérias objeto do presente Relatório será começar por proceder a uma breve descrição do enquadramento económico, seguindo-se uma apreciação global sobre a atuação do Grupo TEIXEIRA DUARTE, através da qual serão também destacados os mais significativos dados consolidados no âmbito do Centro Corporativo.

Nos capítulos subsequentes seguir-se-á então uma exposição sobre os diversos setores de atividade do Grupo, com uma análise dos respetivos desempenhos ao longo do ano de 2011, distinguindo em cada um deles os principais mercados de atuação, com especial destaque para a área da Construção que é o *core business* do Grupo.

Far-se-ão ainda algumas referências a participações estratégicas detidas em sociedades cotadas durante o exercício de 2011, ou seja, o "Banco Comercial Português, S.A." e o "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.".

Existe depois um capítulo para os factos relevantes ocorridos entre a conclusão do exercício e a data da elaboração deste Relatório, a que se seguirão as perspetivas para o exercício de 2012 agora em curso, terminando com a formulação da proposta de aplicação de resultados.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, mapas com as diversas informações relativas às participações sociais no capital da TD,SA (nomeadamente de acordo com o disposto nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais e no Regulamento da CMVM n.º 5/2008), bem como o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário (elaborado em conformidade com o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e com o Regulamento da CMVM n.º 1/2010).

Para além disso, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com os respetivos anexos, as primeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e as segundas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, bem como os respetivos Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização, as Certificações Legais de Contas e Relatório de Auditoria produzidos por auditor registado na CMVM.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários declaram que, tanto quanto seja do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e os demais documentos de prestação de contas anexos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TD,SA e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como que expõem fielmente as respetivas evoluções dos negócios, dos desempenhos e das posições de cada uma dessas entidades, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que as mesmas se defrontam.

II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Em 2011, assistiu-se à continuação da recessão da economia nacional refletida na descida da grande maioria dos indicadores económicos, tendo o PIB caído 1,5% face ao ano transato.

Destaca-se sobretudo a expressiva redução do consumo público com impacto em diversas áreas de atuação da Teixeira Duarte, em particular no setor da construção.

A atividade do Grupo, em 2011, foi também influenciada pelo facto de vários países com expressão na atuação do Grupo no mercado externo terem registado algumas descidas cíclicas, próprias da atividade neles desenvolvida e da conjuntura de cada um, tais como a Argélia, o Brasil e Moçambique.

III. APRECIÇÃO GLOBAL

— APRECIÇÃO FINANCEIRA

Em cumprimento dos dispositivos legais, as demonstrações financeiras consolidadas encontram-se elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS).

	2011	2010	Var (%)
Proveitos operacionais	1.262.957	1.445.418	(12,6%)
Custos operacionais	1.145.643	1.295.169	(11,5%)
EBITDA	117.314	150.249	(21,9%)
Amortizações e depreciações	61.699	59.025	4,5%
Provisões	4.265	7.346	(41,9%)
EBIT	51.350	83.878	(38,8%)
Resultados financeiros	(244.580)	(17.680)	-
Resultados antes dos impostos	(193.230)	66.198	-
Imposto sobre os lucros	24.208	26.820	(9,7%)
Resultados líquidos	(217.438)	39.378	-
Atribuível a:			
Detentores de capital	(200.437)	46.392	-
Interesses não controlados	(17.001)	(7.014)	-

Demonstração de Resultados
dos Exercícios findos em 31 de
dezembro de 2011 e 2010

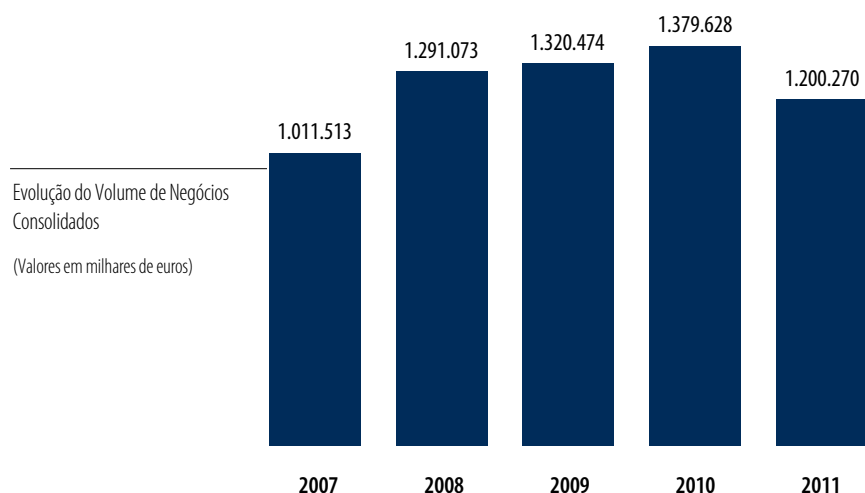
(Valores em milhares de euros)

Os **Resultados Líquidos Consolidados** Atribuíveis a Detentores de Capital foram negativos em 200.437 milhares de euros.

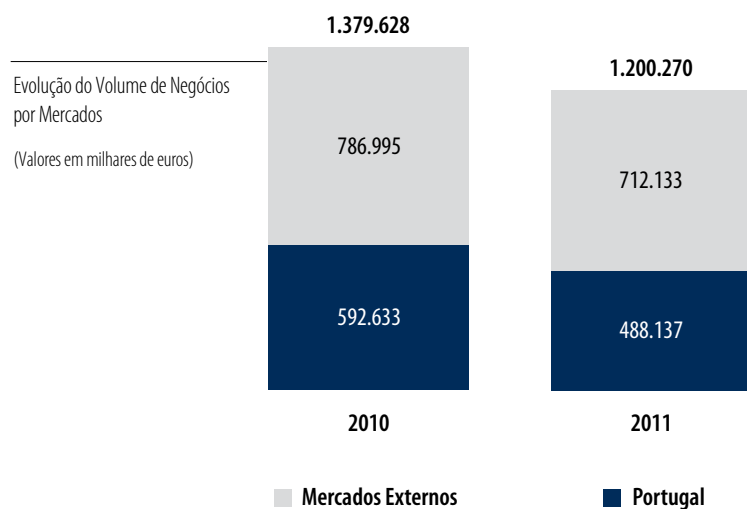
Este indicador foi influenciado por:

- Perda por imparidade com impacto de 136.089 milhares de euros na participação detida no "Banco Comercial Português, S.A.";
- Perda por imparidade com impacto de 1.137 milhares de euros na participação detida no "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.";
- Menos valia apurada na alienação de 50% da participação que o Grupo detinha na sociedade de direito Espanhol "ARENOR, S.L." e perda por imparidade dos remanescentes 50% com impacto no montante global de 11.465 milhares de euros;
- Menos valia de 1.431 milhares de euros resultante da alienação de 51% da participação detida na sociedade ucraniana "Limited Liability Company CEMENT", a qual causou também um impacto negativo nos resultados de 2.161 milhares de euros por ter sido consolidada até setembro de 2011;
- Menos valia de 5.512 milhares de euros apurada na alienação da totalidade da participação detida na "PARCAUTO — Sociedade Imobiliária, S.A.";

- Desvalorização face ao Euro das Divisas com que o Grupo opera, com impacto negativo de 1.676 milhares de euros;
- Reconhecimento de perdas de 4.239 milhares de euros, na sequência da publicação do Real Decreto-Ley 4/2012, emitido em Espanha com vista à regularização, durante o ano de 2012, de dívidas das Autarquias Locais a terceiros, não incluindo o pagamento dos juros de mora.



O **Volume de Negócios** registou um decréscimo de 13% face ao exercício de 2010, tendo atingido 1.200.270 milhares de euros.



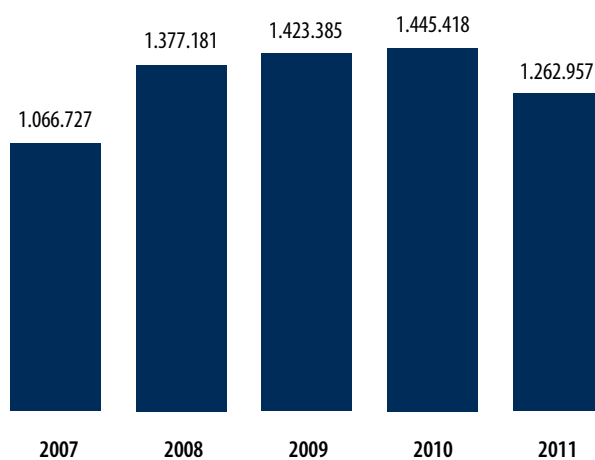
O Volume de Negócios desceu 17,6% em Portugal e 9,5% nos mercados externos, os quais passaram a representar 59,3% do total do Grupo Teixeira Duarte.

O mapa *infra* reflete a penalização em importantes mercados em que o Grupo atua, destacando-se ainda assim, as subidas alcançadas em Angola e na Venezuela, neste último caso ainda que em termos absolutos sejam valores não muito expressivos, traduzem já a importância que este mercado tem na carteira de encomendas do Grupo para o setor da Construção.

Países	2011	Contributo (%)	2010	Contributo (%)	Var (%)
Portugal	488.137	40,7%	592.633	43,0%	(17,6%)
Angola	472.155	39,3%	449.239	32,6%	5,1%
Argélia	33.754	2,8%	73.031	5,3%	(53,8%)
Brasil	120.135	10,0%	162.706	11,8%	(26,2%)
Espanha	26.640	2,2%	25.089	1,8%	6,2%
Marrocos	4.456	0,4%	3.328	0,2%	33,9%
Moçambique	26.393	2,2%	53.380	3,9%	(50,6%)
Ucrânia	12.909	1,1%	10.556	0,8%	22,3%
Venezuela	11.613	1,0%	6.720	0,5%	72,8%
Outros	4.078	0,3%	2.946	0,2%	38,4%
	1.200.270	100,0%	1.379.628	100,0%	(13,0%)

Evolução do Volume
de Negócios por Países
(Valores em milhares de euros)

Os proveitos operacionais consolidados registaram um decréscimo de 12,6% face a 2010, atingindo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o montante de 1.262.957 milhares de euros.

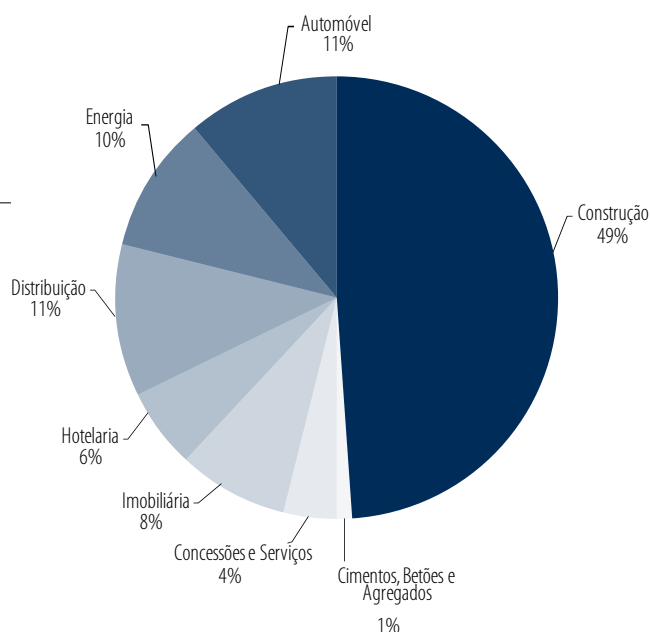


Evolução dos Proveitos
Operacionais Consolidados
(Valores em milhares de euros)

Setor de Atividade	Mercado Interno			Mercado Externo			Total		
	2011	2010	Var (%)	2011	2010	Var (%)	2011	2010	Var (%)
Construção	303.057	381.664	(20,6%)	314.938	410.262	(23,2%)	617.995	791.926	(22,0%)
Cimentos, Betões e Agregados	-	-	-	13.595	10.725	26,8%	13.595	10.725	26,8%
Concessões e Serviços	19.863	24.122	(17,7%)	34.799	33.859	2,8%	54.662	57.981	(5,7%)
Imobiliária	42.297	65.506	(35,4%)	58.182	75.937	(23,4%)	100.479	141.443	(29,0%)
Hotelaria	15.170	16.253	(6,7%)	55.609	65.383	(14,9%)	70.779	81.636	(13,3%)
Distribuição	1.128	1.166	(3,3%)	138.670	120.959	14,6%	139.798	122.125	14,5%
Energia	131.553	128.906	2,1%	46	19	-	131.599	128.925	2,1%
Automóvel	-	81	-	134.047	110.576	21,2%	134.047	110.657	21,1%
Outras	3	-	-	-	-	-	3	-	-
Total	513.071	617.698	(16,9%)	749.886	827.720	(9,4%)	1.262.957	1.445.418	(12,6%)

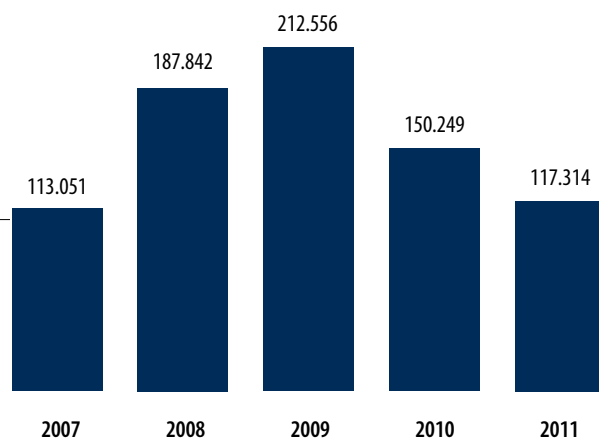
Proveitos Operacionais por
Atividade e Mercados Geográficos
(Valores em milhares de euros)

Contributos de cada um dos Setores de Atividade
(Valores em milhares de euros)



Os contributos de cada um dos setores de atividade para o valor global dos proveitos operacionais consolidados estão expressos na figura ao lado.

Evolução do EBITDA Consolidado
(Valores em milhares de euros)



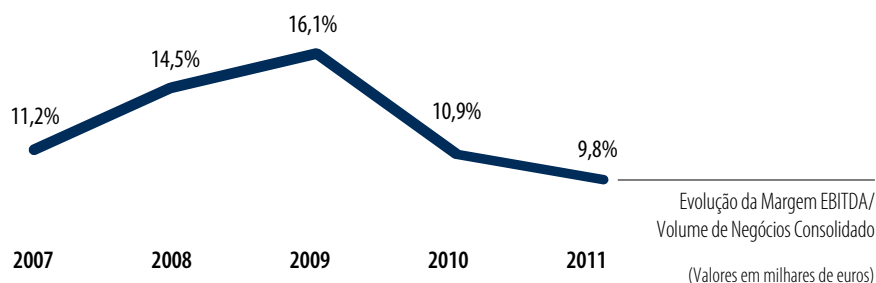
O EBITDA diminuiu 21,9% em relação ao ano passado e fixou-se em 117.314 milhares de euros.

Evolução do EBITDA por Atividade
(Valores em milhares de euros)

Sector de Atividade	2011	2010	Var (%)
Construção	39.763	63.097	(37,0%)
Cimentos, Betões e Agregados	(2.469)	(1.903)	-
Concessões e Serviços	6.394	9.113	(29,8%)
Imobiliária	22.823	62.453	(63,5%)
Hotelaria	25.123	23.414	7,3%
Distribuição	21.044	7.814	169,3%
Energia	5.028	7.943	(36,7%)
Automóvel	14.695	(2.317)	-
Não afectos a segmentos	(15.172)	(17.797)	-
Eliminações	85	(1.568)	-
	117.314	150.249	(21,9%)

Analisando este indicador por setores de atividade, no mapa que se segue verifica-se que a grande instabilidade a nível mundial determinou comportamentos muito díspares das áreas de negócio em função das características próprias de cada uma delas e dos respetivos mercados em que atuam.

A Margem EBITDA/Volume de Negócios registou um decréscimo face a dezembro de 2010 de 10,3%, passando de 10,9% para 9,8% em dezembro de 2011.



Os resultados financeiros foram negativos em 244.580 milhares de euros conforme se explica no mapa *infra*:

	2011	2010	Var (%)	
Custos e perdas financeiros:	175.619	156.704	12,1%	Evolução dos Resultados Financeiros
Juros suportados	74.772	57.817	29,3%	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	83.360	80.209	3,9%	(Valores em milhares de euros)
Outros custos e perdas financeiros	17.487	18.678	(6,4%)	
Proveitos e ganhos financeiros:	112.085	118.892	(5,7%)	
Juros obtidos	25.125	16.554	51,8%	
Diferenças de câmbio favoráveis	81.684	95.203	(14,2%)	
Descontos de pronto pagamento obtidos	833	847	(1,7%)	
Outros proveitos e ganhos financeiros	4.443	6.288	(29,3%)	
Resultados relativos a atividades de investimento:	(181.046)	20.132	-	
Resultados relativos a empresas associadas	(26.910)	88.198	-	
Dividendos	2.089	8.272	(74,7%)	
Outros investimentos	(72)	(1.031)	-	
Ganhos / perdas em ativos disponíveis para venda	(156.153)	(75.307)	-	
Resultados financeiros	(244.580)	(17.680)	-	

Este indicador foi influenciado por:

- Perda por imparidade de 154.529 milhares de euros na participação detida no "Banco Comercial Português, S.A.";
- Perda por imparidade de 1.624 milhares de euros na participação detida no "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.";
- Menos valia de 11.025 milhares de euros apurada na alienação de 50% da participação que o Grupo detinha na sociedade de direito Espanhol "ARENOR, S.L.";
- Perda por imparidade de 11.024 milhares de euros dos remanescentes 50% da participação que o Grupo detinha na sociedade de direito Espanhol "ARENOR, S.L.";
- Desvalorização face ao Euro das Divisas com que o Grupo opera, com impacto negativo de 1.676 milhares de euros.

O Imposto sobre o Rendimento atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante de 24.208 milhares de euros, que compara com 26.820 milhares de euros no exercício de 2010.

	2011	2010	Var (%)	
Imposto corrente	41.672	38.565	8,06%	Imposto sobre o Rendimento
Imposto diferido	(17.464)	(11.745)	-	
	24.208	26.820	(9,74%)	(Valores em milhares de euros)

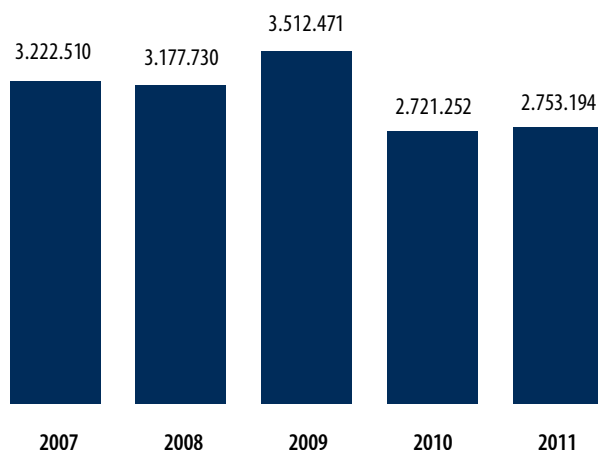
Evolução do Balanço Sintético Consolidado

(Valores em milhares de euros)

	2011	2010	Var (%)
ATIVO	2.753.194	2.721.252	1,2%
Não Corrente	1.422.327	1.623.928	(12,4%)
Corrente	1.325.367	1.096.334	20,9%
Outros	5.500	990	455,6%
CAPITAL PRÓPRIO	332.651	562.006	(40,8%)
Detentores de capital	256.072	473.522	(45,9%)
Interesses sem controlo	76.579	88.484	(13,5%)
PASSIVO	2.420.543	2.159.246	12,1%
Não Corrente	1.186.462	1.099.717	7,9%
Corrente	1.234.081	1.059.529	16,5%
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	926.873	1.066.789	(13,1%)

Evolução do Ativo Líquido

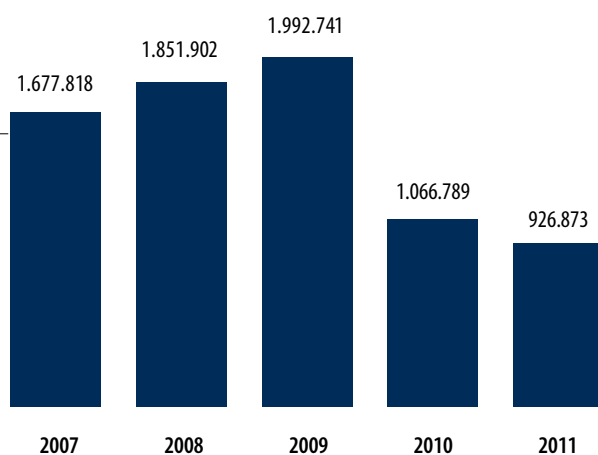
(Valores em milhares de euros)



O Total do Ativo Líquido cresceu 1,2% em relação a 31 de dezembro de 2010, tendo atingido 2.753.194 milhares de euros. Apesar da diminuição do ativo por força das imparidades do "Banco Comercial Português, S.A." e "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.", foram registados aumentos de ativos correntes que compensaram as referidas imparidades, nomeadamente "Caixa e equivalentes a Caixa".

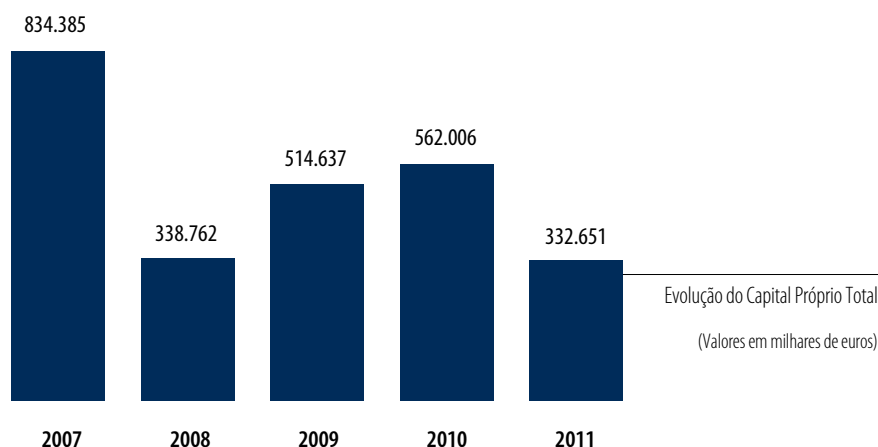
Evolução do Endividamento Líquido Consolidado

(Valores em milhares de euros)



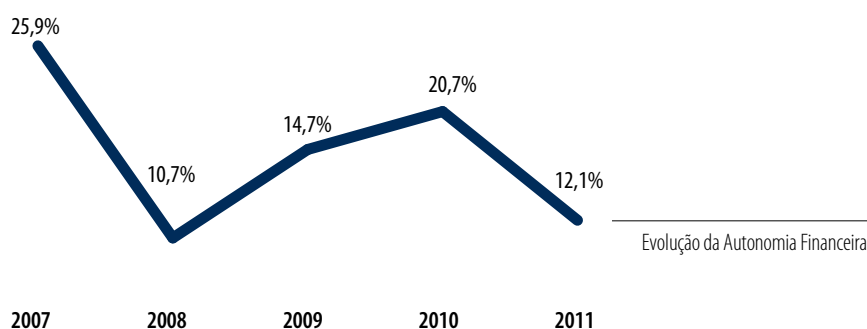
O Endividamento Líquido do Grupo desceu 139.916 milhares de euros em relação ao final de 2010, tendo-se fixado em 926.873 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011.

O Total dos Capitais Próprios alcançou 332.651 milhares de euros, o que traduz uma diminuição de 40,8% em relação a 31 de dezembro de 2010, influenciado essencialmente pelos seguintes factos:



- Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A.", registada em resultados, no montante de 136.089 milhares de euros;
- Perda por imparidade na participação detida no "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.", registada em resultados, no montante de 1.137 milhares de euros;
- Menos valia apurada na alienação de 50% da participação que o Grupo detinha na sociedade de direito Espanhol "ARENOR, S.L." de 11.025 milhares de euros;
- Perda por imparidade dos remanescentes 50% da participação que o Grupo detinha na sociedade de direito Espanhol "ARENOR, S.L.", registada em resultados, de 11.024 milhares de euros;
- Menos valia apurada na alienação de 51% da participação que o Grupo detinha na sociedade "Limited Liability Company CEMENT", e consolidação da referida sociedade até setembro de 2011, contabilizada em resultados, no montante de 6.908 milhares de euros;
- Menos valia apurada na alienação da totalidade da participação que o Grupo detinha na sociedade "PARCAUTO – Sociedade Imobiliária, S.A.", registada em resultados, no montante de 5.512 milhares de euros;
- Efeito conversão cambial negativo de 10.016 milhares de euros, fruto da desvalorização das Divisas em que o Grupo opera face ao Euro;
- Efeito de operação de cobertura negativo de 6.690 milhares de euros, resultante da variação do justo valor do instrumento financeiro "interest rate swap" contratado em 2008 no âmbito da Concessão da Gestão do Edifício do Hospital de Cascais.

A Autonomia Financeira passou de 20,7% em 31 de dezembro de 2010 para 12,1% em final de 2011, registando um decréscimo de 41,5%.



– APRECIÇÃO ORGANIZACIONAL

Sem prejuízo do desenvolvimento desta matéria no "Relatório sobre o Governo da Sociedade" anexo, entende-se importante referir aqui e a propósito do desempenho do Grupo Teixeira Duarte nos vários setores e mercados de atividade, a colaboração entre todas as estruturas, melhor identificadas no Organograma junto no início deste Relatório, bem como as mais-valias resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

As **Estruturas Operacionais** do Grupo estão organizadas por Setores de Atividade e abrangem, tendencialmente, a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da Teixeira Duarte.

Refira-se, ainda assim, a situação pontual de algumas sociedades integradas no Grupo que, dada a particularidade do seu negócio, mantêm a respetiva especificidade, em especial nos Setores da Construção e das Concessões e Serviços.

A "**Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.**", como principal sociedade do Grupo no setor da Construção, desenvolve a sua atuação através de **Centros de Exploração**, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira, dispondo também de um conjunto de **Estruturas de Apoio** especializado aos Centros de Exploração, em particular nas áreas das Cofragens e Pré-Esforço, do Equipamento e do Laboratório de Materiais, bem como de diversas **Direções Centrais** que atuam ao nível Comercial, de Estudos e Projetos.

Salienta-se, para além daquelas estruturas mais diretamente ligadas à área operacional do Grupo, a existência de um conjunto de Direções Centrais com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários setores de atividade, integradas no denominado **Centro Corporativo**, ao qual cabe promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios.

De entre estas – que se encontram também identificadas no Organograma integrado no início deste Relatório – destacar-se-ão, de seguida algumas referências relativas às suas atuações em 2011.

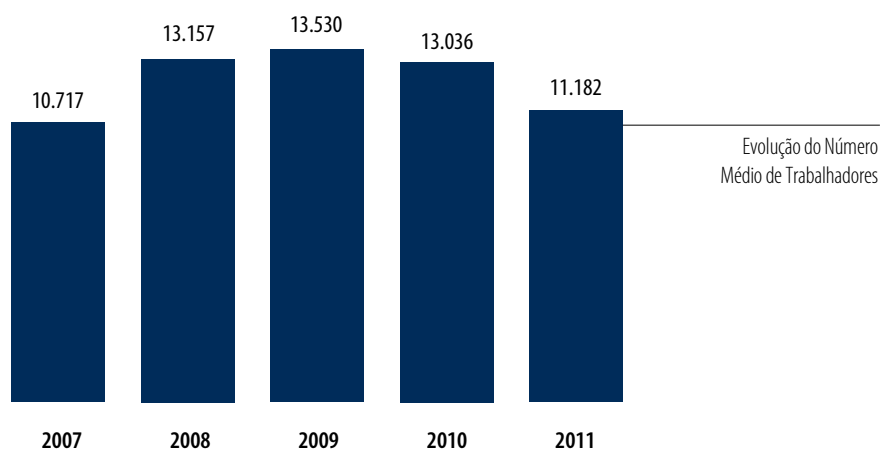
Durante o exercício em análise prosseguiram os processos de obtenção, acompanhamento ou renovação de certificações dos **Sistemas de Gestão** das várias empresas do Grupo, nas áreas da Segurança, da Qualidade, do Ambiente, da Responsabilidade Social e da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, destacando-se, para o efeito, o alargamento da certificação dos sistemas de gestão da Qualidade e Ambiente dos serviços ambientais da GSC, S.A., para as suas restantes áreas de negócio e a implementação e certificação do sistema de Responsabilidade Social, ao abrigo da norma SA 8000, nas empresas RECOLTE, S.A., OFM, S.A. e SOMAFEL, S.A..

Desde há muito que o Grupo Teixeira Duarte se preocupa com a normalização e centralização de Sistema de Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), tendo as empresas TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., SOMAFEL, S.A. e TDGI, S.A., obtido, em 2011, a certificação neste Sistema de Gestão de acordo com a NP 4457.

De modo a ampliar a relevância ao nível da Investigação e Desenvolvimento, procedeu-se a uma reorganização interna, tendo sido criado o **Centro de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica**, integrado nesta mesma Direção Central, anteriormente designada de "Segurança Qualidade e Ambiente" e que agora passa a denominar-se de "Direção Central de Sistemas de Gestão e Tecnologia".

Este Centro tem por missão a dinamização das atividade de IDI e, em parceria com os diferentes setores da construção, identificar matérias que sejam concretizáveis em projetos de IDI. Os projetos identificados com utilidade para cada uma das respetivas áreas de atuação e aprovados são desenvolvidos e acompanhados em colaboração com as principais Universidades e Institutos de Investigação. Em 2011, algumas das empresas do Grupo (TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., SOMAFEL, OFM, EPOS e TDGI) estabeleceram protocolos de colaboração científica com o LNEC e a Faculdade de Engenharia Civil da Universidade do Porto, perspetivando-se novos acordos no decorrer de 2012.

Neste enquadramento de empenho no desenvolvimento, implementação e certificação dos diversos sistemas de gestão nas áreas da Segurança, Qualidade, Ambiente, Responsabilidade Social e Investigação, Desenvolvimento e Inovação a Teixeira Duarte visa concretizar também a integração e sistematização das práticas de sustentabilidade de forma transversal ao Grupo.



Deste modo, a elaboração de um **Relatório de Sustentabilidade** tem sido encarada como um desafio para a Teixeira Duarte, na perspetiva de permitir identificar os principais riscos e oportunidades do Desenvolvimento Sustentável.

Assim, em 2011 foi publicado o primeiro Relatório de Sustentabilidade do Grupo Teixeira Duarte divulgado ao exterior, relativo ao ano de 2010 e com o âmbito circunscrito ao setor da construção em Portugal e à empresa do setor das Concessões e Serviços – TDGI.

Optou-se por elaborar um Relatório objetivo, com dados relevantes e adequados à realidade da Empresa, que possam acompanhar e refletir a sua evolução e desempenho e que possibilite que o Grupo Teixeira Duarte tenha um Relatório de Sustentabilidade integrado no reporte da sua atividade e que constitui um instrumento não só de estudo interno como também de reconhecimento pelo mercado e principais *stakeholders*.

Na sua política de recursos humanos, a Teixeira Duarte atua com rigor na adequação do número de trabalhadores às atividades desenvolvidas nos diversos setores e mercados, tendo-se registado no final deste ano uma redução de 15,04% do total de trabalhadores em relação a 31 de dezembro de 2010, que passaram de 12.360 para 10.501.

Tal diminuição resulta, essencialmente, da descida verificada no setor da Construção em Portugal (590), Angola (417), Argélia (199) e Brasil (935).

O número médio de trabalhadores do Grupo TEIXEIRA DUARTE manteve a tendência de contenção que vinha registando já desde 2009, tendo diminuído para 11.182.

A **Direção Central de Informática** manteve o apoio nas diversas estruturas em Portugal e prosseguiu a sua expansão no apoio às atividades e mercados do Grupo no estrangeiro com vista a, por um lado, uniformizar os processos e tecnologias e, por outro, responder adequadamente às diferentes solicitações e requisitos específicos de cada mercado.

Desenvolveram-se novos projetos em várias áreas, nomeadamente através do alargamento da cobertura do ERP/SAP com implementação em novas empresas e adoção de novos módulos em instalações já existentes, em particular para Angola, África do Sul e Brasil.

Prosseguiu-se na melhoria da qualidade das infraestruturas e das comunicações, com destaque para o desenvolvimento do Portal Corporativo e seu alargamento, para o projeto para a nova plataforma de correio eletrónico, bem como para a implementação de uma nova rede de dados unificada, para a instalação de central telefónica digital e para a disponibilização de redes *wireless* locais.

Todos estes processos foram acompanhados do reforço de projetos na área de segurança, monitorização de redes e de processos SAP, tendo como objetivo a acessibilidade dos sistemas com redução do risco.

Em concretização do alargamento da atividade do Centro Corporativo a todas as empresas e mercados de atuação do Grupo, a **Direção Central de Finanças e Contabilidade** prosseguiu a otimização dos serviços em Portugal, permitindo uma maior agilidade no apoio ao estrangeiro e na mobilização de equipas para esses países que assumem cada vez maior expressão na atividade da Teixeira Duarte e a respetiva articulação com as estruturas centrais em Portugal, assumindo especial destaque em matéria de reporte de informação e controlo de procedimentos os **Serviços de Consolidação de Contas** e de **Auditoria Interna**.

Com o objetivo de reforçar a intervenção da estrutura central de **Aprovisionamentos** nas componentes estratégicas de compras realizadas pelas empresas do Grupo, designadamente na procura de fontes de abastecimento, negociação e contratação, tendo em vista o aumento do número de acordos de base temporal e a obtenção de economias de escala, procedeu-se a uma reorganização funcional e de equipas que decorreu entre o último trimestre de 2011 e o início de 2012.

Procedeu-se à extensão da gestão pela estrutura central de Aprovisionamentos, às estruturas homólogas de outros países em que a Teixeira Duarte atua, nomeadamente, ao nível das compras e do armazém central em Angola, bem como da logística na Argélia, de forma a melhorar as práticas de trabalho.

– **APRECIAÇÃO SOCIETÁRIA**

No cumprimento de todas as obrigações de cariz societário, nomeadamente enquanto entidade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, destaca-se a divulgação pública das diversas informações consideradas relevantes em 2011, com especial destaque para os Relatório de Gestão e as contas relativos ao exercício de 2010, bem como o Relatório Sobre o Governo da Sociedade reportado ao mesmo período, ambos aprovados em Assembleia Geral.

2011 foi o ano em que se concluiu o processo de substituição da TD-EC pela TD,SA como sociedade cotada de topo do Grupo, tendo este sido o primeiro exercício em que foi já na Assembleia Geral desta última que foram recebidos os Senhores acionistas e em que foi elaborado e aprovado o Relatório e Contas do Grupo.

– **Reuniões da Assembleia Geral:**

A Assembleia Geral reuniu uma vez no exercício de 2011, em 20 de maio, registando uma expressiva participação de titulares de 87,94% do capital social e dos direitos de voto, e veio aprovar todas as propostas submetidas a apreciação, nomeadamente as de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração e as referentes à Apreciação da Administração e Fiscalização da Sociedade e à Declaração Sobre Política de Remuneração dos Membros dos Respetivos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade.

– **Eleições membros dos órgãos sociais:**

Nessa mesma reunião, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para desempenharem funções durante o quadriénio 2011/2014, tendo sido reconduzidos todos os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, assim como a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenhou esse cargo desde a constituição da TD,SA em 2009, tendo existido alterações na estrutura e composição do Conselho de Administração.

– **Alterações no Conselho de Administração:**

A este propósito, recorda-se que em 2010 não só se procedeu à substituição da sociedade de topo — que passou a ser a TD,SA —, como se avançou no processo tendente à concentração essencial da TD-EC na sua atividade principal, ou seja, no exercício da indústria de construção civil e obras públicas, em todos os seus domínios e atividades conexas.

Neste contexto e uma vez que as eleições para o novo mandato na TD,SA e na TD-EC estavam previstas para 2011, as Assembleias Gerais Anuais destas sociedades tornaram-se o momento oportuno para executar outras alterações consideradas necessárias à concretização dos mencionados objetivos globais, e que passaram pela alteração estatutária da TD-EC, e a eleição dos membros dos órgãos sociais, tanto para esta entidade, como para a TD,SA.

No fundo, este foi um período de transição, no qual inclusivamente ambas as sociedades estiveram cotadas em bolsa ao mesmo tempo, e que, por isso, mantiveram estatutos e membros dos corpos sociais idênticos.

Assim, foi considerado que as Assembleias Gerais Anuais, realizadas em 20 de maio de 2011, foram o momento de, também nesta matéria, fazer refletir a aludida reestruturação societária e a reorganização interna que tem sido levada a cabo nas estruturas da Teixeira Duarte.

Assumiu-se como fundamental que, a propósito do quanto se mencionou sobre a concentração da TD-EC na sua atividade principal, o seu Conselho de Administração integrasse um conjunto de elementos preparados para o desenvolvimento das várias frentes de atuação desta empresa, desde o Centro Corporativo, até às áreas de atividade, desenvolvidas pelos Centros de Exploração, pelas Direções Centrais e pelas entidades suas participadas neste setor, razões pelas quais os membros do seu Conselho de Administração foram todos reconduzidos para o quadriénio 2011/2014.

Na TD,SA e face à sua natureza tendencialmente não operacional, refletida nomeadamente no seu próprio objeto social, os elementos do Grupo Teixeira Duarte propostos para o Conselho de Administração foram aqueles colaboradores que assumem a responsabilidade por áreas mais transversais, nomeadamente no Centro Corporativo e/ou que desempenham funções de coordenação e supervisão de outras áreas de atuação do Grupo.

Esta diferença em relação à Engenharia e Construções reflete também a circunstância de alguns dos membros do Conselho de Administração da TD,SA poderem vir a concentrar-se no desempenho de funções nesta entidade e com o alcance descrito, deixando – quando tal se revelar oportuno – de ser membros do Conselho de Administração da TD-EC.

Deste modo, o Senhor Presidente do Conselho de Administração e três dos anteriores titulares do cargo foram reeleitos, tendo também sido designado para integrar esse órgão de gestão um novo Administrador, o Senhor Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo, que um quadro formado na Teixeira Duarte e com 18 anos de Empresa, que assumiu os pelouros das áreas da Imobiliária, da Distribuição e do Setor Automóvel.

Como se referiu acima, os restantes três anteriores membros do Conselho de Administração da TD,SA (os Senhores Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino, Eng.º João José de Gouveia Capelão e Eng.º João José do Carmo Delgado) continuaram a desempenhar as suas funções no Grupo Teixeira Duarte como administradores da TD-EC.

– Pagamento de Dividendos:

Em consequência das mencionadas deliberações tomadas em Assembleia Geral quanto à aplicação dos resultados relativos ao exercício de 2010, a partir de 16 de junho de 2011 foi pago o dividendo pelo valor ilíquido 0,015€ por cada ação representativa do capital da TD,SA.

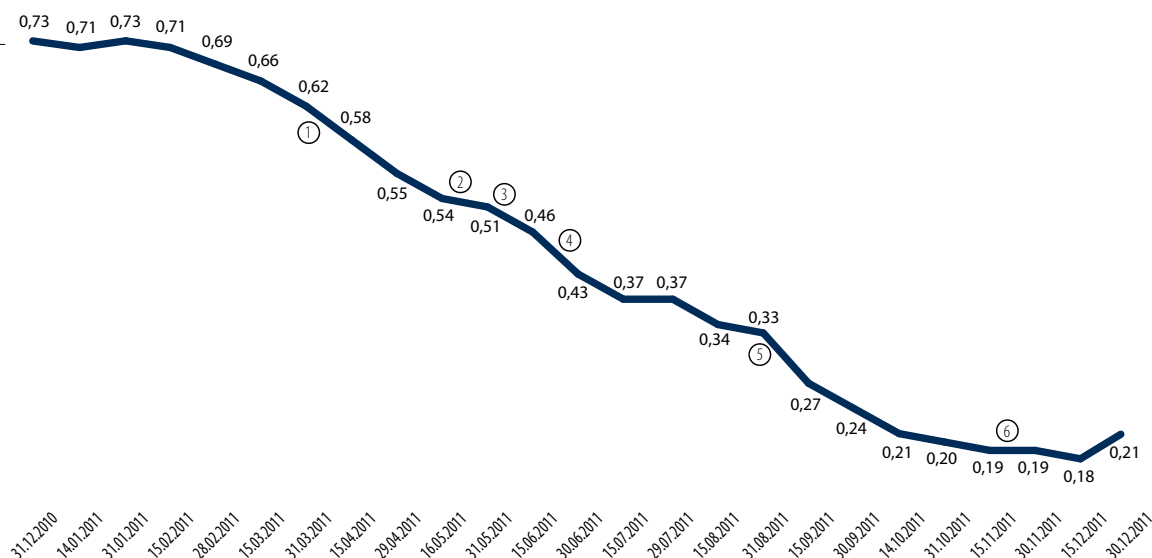
– Os títulos da Teixeira Duarte, S.A.:

Durante o ano de 2011, as ações sofreram uma desvalorização de 71,23%, baixando de 0,73€ em 31 de dezembro de 2010, para 0,21€ em 31 de dezembro de 2011.

No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa, neste período, 17.018.120 ações, com um volume de negócios no montante de 7.463.028€.

Cotações Teixeira Duarte, S.A.

No gráfico *infra* verifica-se a evolução da cotação das ações ao longo do ano e assinalam-se as datas em que foram comunicados os factos mais relevantes:



1 - Divulgação de resultados relativos ao exercício de 2010 - 31 de março de 2011 | 2 - Aprovação do relatório e contas relativo ao exercício de 2010 - 20 de maio de 2011 | 3 - Anúncio de pagamento de dividendos - 6 de junho de 2011
4 - Atividade, resultados e situação económica e financeira do 1º trimestre de 2010 - 26 de maio de 2011 | 5 - Resultados relativos ao 1º semestre de 2010 e perspectivas para o final do exercício - 30 de agosto de 2011
6 - Atividade, resultados e situação económica e financeira do 3º trimestre de 2010 - 25 de novembro de 2011

Em 31 de dezembro de 2011 a cotação era de 0,21€ e, na data de hoje, 26 de abril de 2012 é de 0,21 €.

IV. ANÁLISE SETORIAL

De seguida, será feito o reporte da atividade desenvolvida nos diversos setores em que o Grupo atua, seguindo-se, para todos eles, uma estrutura semelhante, ou seja, começando por uma apresentação do respetivo setor dentro do Grupo Teixeira Duarte, depois explicando, com suporte gráfico sobre o Volume de Negócios e o EBITDA consolidados, qual o contributo dessa área de negócio para o Grupo e concluindo com uma exposição sobre a atuação durante 2011, acompanhada de indicadores não consolidados que permitem uma análise e perspetiva sobre o total da atividade e não só o que se cinge ao contributo final para o os números consolidados apurados e reportados.

NOTA: Face à evolução dos negócios que vinham sendo desenvolvidos por diversas participadas antes integradas no setor dos Cimentos, Betões e Agregados, procedeu-se a reposicionamento das mesmas para outros setores. Assim:

- Foram integradas no setor da Construção as sociedades "ANGOCIME – Cimentos de Angola, Lda." e "BETANGOLA – Betões e Pré-Fabricados de Angola, LDA.", Lda., que se dedicavam à exploração de inertes e ao fabrico e comercialização de betão pronto, bem como à exploração de uma central de britagem, essencialmente em apoio à atividade deste setor de atividade do Grupo em Angola.
- Foram integradas no setor das Concessões e Serviços, atendendo à natureza dos direitos e ativos de que são titulares e que gerem na sua atuação, as sociedades direito namibiano "KARIBIB Portland Cement (Pty)", "KPC Trading and Services", "SQUIRREL Investments 115 Pty, Ltd.", a entidade russa designada "MMK Cement, Limited Liability Company" e a sociedade portuguesa "MARINERTES, S.A.".
- Foram integradas no Grupo das Participações Financeiras, as sociedades "C+P.A. – Cimento e Produtos Associados, S.A.", "ARENOR, S.L." e "Sociedade de Investimento CIMPOR MACAU, S.A."

Face ao exposto e para permitir uma melhor comparabilidade com os números apurados no exercício anterior, os gráficos e valores indicados *infra* para cada um destes setores, em relação a 2011 e também a 2010, foram reelaborados fazendo refletir nos indicadores de ambos os exercícios o acima descrito reposicionamento das sociedades, ou seja, retirando essas entidades dos Cimentos e acrescentando-as na Construção e nas Concessões e Serviços.

Esta é também a razão pela qual os números destes três setores relativos a 2010 estão alterados quando comparados com os indicados no relatório de gestão de 2010, pois nessa altura tais entidades ainda estavam efetivamente todas integradas no setor dos Cimentos, Betões e Agregados.

IV.1. CONSTRUÇÃO

A Construção é o core business e a génese do Grupo TEIXEIRA DUARTE, sendo também a atividade da principal sociedade do Grupo, a TD-EC, que atua nas áreas da Geotecnia, Reabilitação, Edificações, Infraestruturas e Metalomecânica, que contam com o apoio de um Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço, duma Direção de Equipamentos de grande dimensão e elevada tecnologia, de um Laboratório de Materiais e de um Polo Operacional Teixeira Duarte instalado num terreno com uma área de 127.000m² e que, tendo sido inaugurado em abril de 2011, constitui uma enorme valia adicional para a Empresa e para os serviços prestados aos seus clientes.

Destacam-se também as Direções Centrais de apoio específico nas áreas Comercial, de Estudos e de Projetos.

O seu fundador, Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, que concluiu o primeiro curso de Engenharia Civil ministrado no Instituto Superior Técnico, foi bastonário da Ordem dos Engenheiros e desde sempre reconhecido pelos seus pares pela sua valia técnica e de inovação.

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação marcada por esse cunho, assumindo-se sempre como uma verdadeira casa de Engenharia. Desde grandes infraestruturas como pontes, barragens, estradas e outras obras públicas, bem como hospitais e grandes edifícios que constituem marcos históricos, nomeadamente em Portugal, a Teixeira Duarte é reconhecida como um sinónimo de conhecimento e experiência, sendo uma presença constante no mercado da construção.

Para além disso, no Grupo existem também outras sociedades participadas, que operam em áreas específicas da Construção, nomeadamente nas obras Subterrâneas, Ferroviárias e Marítimas, bem como diversos Agrupamentos Complementares de Empresas e outras estruturas semelhantes afetas a projetos específico, em particular na área das Infraestruturas.

Em 2011 a Teixeira Duarte operou nesta área em Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Espanha, Marrocos, Moçambique e Venezuela — adiante analisados a propósito das várias áreas de atuação neste setor —, bem como em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe e na Ucrânia.

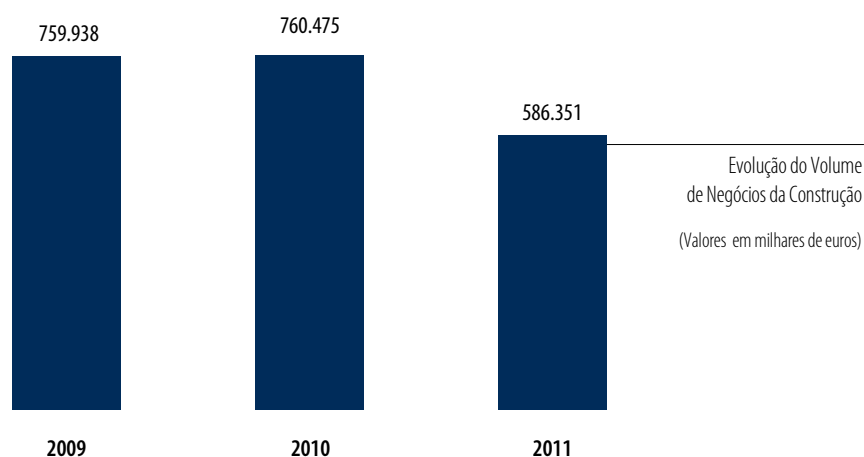
— CONTRIBUTO DESTES SETOR PARA O GRUPO

O Volume de Negócios da Construção desceu 23% face a dezembro de 2010, sendo que em Portugal a quebra foi de 21,8%.

Em Angola, a atividade teve uma perda efetiva de 9%, a qual, acrescida do impacto negativo da desvalorização do dólar, se fixou em 13,2% relativamente aos valores apurados em 2010.

Os mercados Argelino, Brasileiro e Moçambicano registaram quebras acentuadas, tendo-se verificado diminuições de 53,8%, 14% e 62,3% respetivamente.

O mercado Venezuelano registou um crescimento de 72,8% face a 2010.

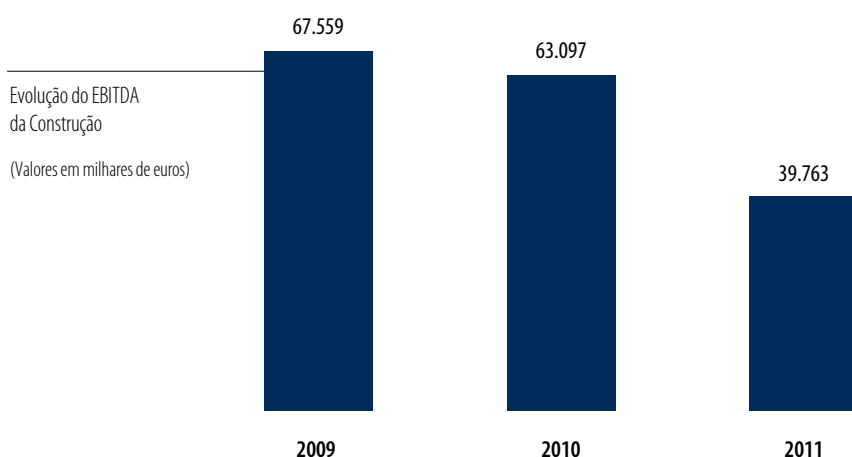




Execução de muro ancorado para a tomada de água e injeções nas enseadeiras da Barragem de Salomonde - Braga



Estabilização de talude no IP3 Penacova



O impacto acima descrito, teve também uma inevitável influência no EBITDA alcançado neste exercício, o qual desceu 37% em relação a 2010, fruto das quebras cíclicas próprias do setor verificadas em alguns dos importantes países em que o Grupo atua na Construção, mas que se prevê venham a recuperar já em 2012. Este facto, acompanhado da circunstância de existirem outros a mercados a crescer, em especial o Venezuelano, alimentam boas perspetivas para a produção nos próximos anos.

Dos números acima apresentados, pode-se também verificar que apesar da redução do volume de negócios ter sido de 23%, a descida da margem EBITDA / Volume de negócios foi de 18,2% face ao exercício anterior, tendo passado de 8,3% em 2010 para 6,8% em 2011.

– ATIVIDADE DURANTE 2011

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2011, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Construção atingiram o valor global de 892.806 milhares de euros, sendo que, no global, estes valores refletem uma descida de 20,6% em relação a 2010.



Reabilitação e reforço da Ponte D. Luís,
sobre o rio Tejo



Reabilitação da Ponte de Mosteirô,
sobre o rio Douro

Na área de **GEOTECNIA E REABILITAÇÃO**, desenvolvida na TD-EC pelo Centro de Exploração de Geotecnia e Reabilitação, tal como já tinha sucedido no ano transato, o Grupo voltou a sofrer uma quebra da produção nos mercados em que atua.

Em **Portugal**, acentuou-se a tendência na redução dos proveitos, nomeadamente na Geotecnia e Fundações, onde o decréscimo foi cerca de 50%, devido não só ao termo de algumas obras de grande volume, mas também, e essencialmente, pela retração do investimento que se fez sentir de forma mais imediata através da diminuição significativa do número de concursos públicos e propostas para o setor privado, com o reflexo na quantidade de empreitadas adjudicadas.

Nesta área, destacam-se a execução dos trabalhos de "reforço de fundações" para a Siderurgia da Maia, a execução de "taludes ancorados na A32", inseridos na Concessão do Douro Litoral, o início da empreitada da "estabilização de talude no IP3, em Penacova" para as Estradas de Portugal – EP e a "execução de muro ancorado para a tomada de água e injeções nas ensecadeiras da Barragem de Salamonde" para a "EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A.".

Na Reabilitação, os proveitos mantiveram-se próximos dos valores alcançados no último exercício, essencialmente pela execução de empreitadas que haviam sido adjudicadas ainda no ano anterior.

De realçar, neste âmbito, um conjunto de importantes obras de reabilitação e reforço de pontes para as "Estradas de Portugal – EP", tais como: a Ponte de Mosteirô, sobre o Rio Douro; as Pontes de Odemira e São Romão, no concelho de Ourique; a Ponte D. Luís, sobre o rio Tejo e a Ponte da Chamusca.

Ainda neste âmbito, destaca-se a intervenção de Reabilitação e reforço dos tabuleiros de 4 pontes da rede viária sobre a barragem da Aguieira, empreitada que se prolongará pelo primeiro semestre de 2012.



Reconstrução, reabilitação e restauro
do Chalet da Condessa d'Edla
Sintra



Reabilitação de coberturas e
fachadas da Igreja de Nossa
Senhora do Loreto
Lisboa

No final do ano, foi consignada a empreitada de reabilitação da ponte internacional de Valença, para a "REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.", obra que se desenvolverá durante o corrente ano.

No que se refere a intervenções em Património, destaque para a reconstrução, reabilitação e restauro do Chalet da Condessa d'Edla, para os "Parques de Sintra – Monte da Lua" e para o início da reabilitação de coberturas e fachadas da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, em Lisboa, para a "Fábrica da Igreja Italiana de Nossa Senhora do Loreto".

Nesta área a Teixeira Duarte prosseguiu também os trabalhos, de elevada valia técnica, de Inspeções e Diagnóstico de Estruturas.

Em **Angola** mantiveram-se idênticos valores de atividade, destacando-se na Geotecnia e Fundações a reabilitação do Cais do Porto Comercial de Luanda, através de trabalhos de jet-grouting e microestacas, para a "ZAGOPE, S.A.", os trabalhos para a execução da Doca do Travel-Lift através de estacas metálicas vibrocavadas, na Marina de Luanda, para a "Marina Baía, S.A." e iniciaram-se os trabalhos de parede moldada no Edifício Vitória, para o "BESACTIF – Sociedade Gestora de Investimento, S.A.", em Luanda.

O elevado número de propostas de sondagens estudadas, não só permite antever um aumento dos trabalhos na construção num futuro próximo, como possibilitou uma visibilidade perante o mercado desta área específica, dando origem à adjudicação de novas obras, com destaque para o reconhecimento geotécnico para a construção da nova Fábrica de Cimentos do Lobito, para a sociedade "PALANCA Cimentos, S.A.", e as sondagens na Barragem da Matala, para a "SNC Lavalin Angola, Lda".

Na área da Reabilitação, retomou-se a atividade com o início deste tipo de trabalhos na Ponte da Fortaleza, em Luanda, para o Gabinete de Obras Especiais (GOE) da Presidência da República de Angola e o reforço estrutural de um Edifício SCML, para a "IMOGESTIM, S.A.", também em Luanda.

Executaram-se também trabalhos de inspeções e ensaios no "Edifício Jaguaré" e no edifício Torre A, da cidadela desportiva, ambos em Luanda.



Doca do Travel-Lift através de estacas metálicas vibrocravadas, na Marina de Luanda Angola



Execução da contenção periférica em parede moldada e fundações por estacas, para o Empreendimento Residencial Mundi São Caetano, São Paulo – Brasil

No **Brasil** consolidou-se a presença do Centro de Exploração de Geotecnia e Reabilitação, com atuação nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, aproveitando o potencial de crescimento ali projetado para o segmento da construção.

De realçar a instalação de um complexo operacional de equipamentos, em Cumbica, Guarulhos, no estado de São Paulo, no qual se centraliza todo o apoio logístico e de equipamento da Geotecnia e Fundações. Foi também concretizada a primeira fase de um vasto plano de investimentos em equipamentos e ferramentas diversas, para habilitarem a Teixeira Duarte a apresentar estudos e execução de quase todo o tipo de trabalhos, nomeadamente na área das fundações (permitindo a execução de estacas até 2500 mm), e das contenções (através de paredes moldadas com espessuras até 1200 mm e ancoragens).

A atividade comercial desenvolvida assume principal destaque, constatando-se uma maior receptividade do mercado privado, traduzida na apresentação de mais de 90 propostas, num valor superior a 250 milhões de euros, para projetos dos quais se destacam: a expansão da rede de Metrô de São Paulo; diversas obras portuárias; edifícios habitacionais; reabilitação de fábricas para a "CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, S.A.", para a "Votorantim Metais, S.A.".

Da atividade comercial desenvolvida, foram adjudicadas diversas empreitadas, algumas ainda em curso, e mantiveram-se negociações noutros projetos, o que perspetiva um bom desempenho para 2012.

Das obras realizadas, destaque para a execução das fundações para a Unidade Industrial Metalomecânica da "Martifer – Construções Metálicas, Lda.", em Pindamonhangaba/São Paulo, a execução da contenção periférica em parede moldada e fundações por estacas, para o Empreendimento Residencial Mundi, da "GAFISA, S.A.", em São Caetano/São Paulo e também para este cliente a execução de parede moldada no empreendimento residencial *Station Parada Inglesa*, em São Paulo.

Em **Espanha**, a política de contenção da despesa pública, em especial para a execução de empreitadas, afetou negativamente o desempenho da área de Geotecnia e Fundações.



Trabalhos de execução de parede moldada
Montmeló - Espanha



Reabilitação da Ponte Samora Machel, sobre o rio Zambeze
Tete - Moçambique

Neste contexto, a Teixeira Duarte tem concentrado o seu objetivo na realização de obras de referência, das quais se salientam a conclusão de 25.000m² de parede moldada de 1000 mm de espessura, na linha de alta velocidade entre Barcelona e a fronteira francesa — Tramo de Montmeló, para a "Ferrovial-Agroman, S.A." e a execução de 7.900 ml de estacas de 1.500 mm e 1.200 mm na linha de alta velocidade entre Málaga e Granada, para a "UTE Vías Bluesa".

Em **Moçambique**, o reconhecimento pelo mercado local da capacidade de realização da Teixeira Duarte permitiu a angariação e o início de importantes obras de construção, o que teve um reflexo imediato na subida da atuação desta área da Geotecnia e Fundações. Nesse sentido foi reforçada a equipa deste Centro de Exploração neste país, por forma a realizar com meios próprios as empreitadas já em carteira e poder responder aos grandes desafios que se vão colocar fruto dos elevados investimentos para a execução de infraestruturas necessárias para a exploração mineira, elétrica e de gás.

Estão em preparação os trabalhos de parede moldada e estacas na empreitada do "Banco de Moçambique".

Neste clima de crescimento, não só aumentou significativamente o número de propostas apresentadas, como se assinala o início da primeira empreitada em que este Centro trabalha diretamente para um cliente externo: a execução de estacas para o Edifício do Instituto do Algodão, em Maputo.

Na área da Reabilitação e dando continuação ao trabalho desenvolvido em anos anteriores, concluíram-se as intervenções de reabilitação da "Ponte Samora Machel", sobre o rio Zambeze, em Tete, da "Ponte da Ilha de Moçambique" e da "Ponte-Cais", na mesma ilha.

No segundo semestre do exercício, iniciaram-se os "trabalhos de reabilitação das pontes de Sicacate e Munhuana", na província de Gaza para a ANE — Administração Nacional de Estradas, estando em perspetiva outros trabalhos os quais se deverão concretizar em 2012.



Remodelação da Escola Secundária de
Santa Maria Maior
Viana do Castelo



Remodelação da Escola Secundária de
Martins Sarmiento
Guimarães

A retração do mercado na área das **EDIFICAÇÕES**, afetou também o nível de produção da Teixeira Duarte, em especial em Portugal e Angola, implicando uma redução global da faturação.

Neste enquadramento, é importante referir o crescente peso da atividade fora de Portugal, que representou, em 2011, perto de 80% do total da produção da área de Edificações do Grupo.

Em **Portugal** intensificou-se a diminuição do volume de produção, acompanhando a forte queda na atividade da construção no país, o que tem levado muitas empresas a praticarem preços insustentáveis.

A forte recessão económica que o país atravessa e a crise financeira estão a conduzir os investimentos públicos e privados a níveis que não deixam antever uma inversão da situação no curto ou médio prazo.

Em 2012, a Teixeira Duarte executou diferentes tipos de empreitadas, destacando-se as de construção escolar, desportiva, hospitalar, industrial e de serviços.

Na área escolar, continuaram as obras de remodelação das escolas secundárias de Martins Sarmiento, em Guimarães, de D. Sancho Primeiro, em Vila Nova de Famalicão, tendo sido iniciada a empreitada de modernização da Escola Dr. Pascoal José de Mello, em Ansião e terminadas as empreitadas de remodelação das escolas secundárias de Águas Santas e Santa Maria Maior, em Viana do Castelo. Todas estas intervenções foram executadas para a "Parque Escolar, E.P.E.". Ainda nesta área escolar concluiu-se a intervenção de Ampliação e Requalificação da EB 1 D. Pedro V, em Linda-a-Velha, para a Câmara Municipal de Oeiras.

Na área desportiva, refira-se o início da obra das instalações do health club "Virgin Active", no Palácio Sotto Mayor, em Lisboa, para a "Virgin Active Portugal", bem como a conclusão do Edifício Atrium II, em Oeiras, para entidade do Grupo Teixeira Duarte, destinado igualmente a receber um *health club* daquela mesma marca.



Polo Operacional Teixeira Duarte
Montijo



Construção da sede da Assembleia
Nacional de Angola
Luanda - Angola

Na área industrial, iniciou-se a construção do Terminal de Armazenagem de Produtos Petrolíferos e GPL, no Porto de Aveiro, para a sociedade do Grupo Teixeira Duarte "PPS – Produtos Petrolíferos S.A." e executaram-se diversos trabalhos na Siderurgia Nacional do Seixal. Concluiu-se a empreitada, em regime de conceção/construção, do Edifício Energia do Hospital de São João, no Porto, para a "Such-Dalkia Serviços Hospitalares ACE" e a subestação elétrica do mesmo hospital, para a empresa "Jayme da Costa – Mecânica e Eletricidade, S.A.". Também para a Teixeira Duarte, foi concluída a obra dos novos estaleiros centrais da empresa – "Polo Operacional Teixeira Duarte", no Montijo. Uma infraestrutura de grande dimensão e que para além do contributo para melhoria de condições e reorganização das estruturas da empresa, veio também beneficiar a operacionalidade e competitividade de diversas áreas de produção da Teixeira Duarte.

No setor dos serviços, começou-se a empreitada designada "ASC - instalações definitivas da DASC e Companhias Aéreas" no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto, para "ANA- Aeroportos de Portugal S.A." e concluíram-se as empreitadas de construção de um edifício para a IURD, no Funchal e de remodelação de um Edifício de escritórios sito na Avenida Defensores de Chaves, em Lisboa, para "ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.".

Na área da saúde, executaram-se diversas intervenções no Hospital de São João, no Porto e deu-se início à Empreitada de Construção do Lar de Idosos de Santana, para o Centro de Segurança Social da Madeira.

Em **Angola**, a atividade diminuiu quando comparada com os dois últimos anos, tendo-se verificado uma forte redução dos concursos para empreitadas de obras públicas, deslocando grande parte dos nossos concorrentes para as obras privadas e aumentando substancialmente os níveis de concorrência, que vão começando a evidenciar praticas de mercado desajustadas à sustentabilidade desta atividade neste país. Contudo, não só a Teixeira Duarte continua atenta e a acompanhar o mercado, como este continua, de facto, a ser o país de atuação com maior expressão para o Centro de Exploração das Edificações.



Construção de edifícios GES 2, 3 e 4
Luanda - Angola



Empreendimento Family Santana
São Paulo - Brasil

Em 2011 foram concluídas as obras de construção de estrutura de betão armado das caves do "Edifício Maravilha" para "IMOBILIS – Sociedade de Promoção Imobiliária, Lda.", em Luanda; a empreitada de construção do Edifício Coqueiros, para a Imobiliária do Grupo Teixeira Duarte, bem como a empreitada de construção do "Hotel Baía", também para sociedade do Grupo Teixeira Duarte.

Prosseguiu-se a construção e remodelação de diversas agências bancárias para o Banco Millennium Angola e para o Standard Bank e executou-se a empreitada de reabilitação de instalações para a nova delegação da RTP – Angola, em Luanda.

Na área da saúde realizou-se a ampliação do Hospital do Soyo, para a "Angola LNG, Limited" e concluiu-se a Empreitada da Unidade de Psiquiatria e Infetocontagiosos da Clínica Sagrada Esperança, em Luanda para a "Clínica Sagrada Esperança, Lda."

Finalmente, o grande destaque para prossecução, em bom ritmo, das empreitadas de construção de três edifícios de grande porte para a "ESCOM – Espírito Santo Imobiliária, S.A.R.L." e da Sede da Assembleia Nacional de Angola para o Gabinete de Obras Especiais. Ambas as obras são de grande dimensão e complexidade e requerem a utilização de elevado número de meios deste setor da Teixeira Duarte. Regista-se ainda o elevado simbolismo do aludido edifício da Assembleia Nacional, bem como a sua arquitetura monumental, que agora, já com os contornos bem definidos, veio marcar a paisagem urbana desta importante zona da cidade de Luanda.

No **Brasil**, nesta área, a Teixeira Duarte opera através da participada EMPA, S.A., tendo concluído, em São Paulo, os empreendimentos "Family Santana" e "Verdi Alto dos Pinheiros" e prosseguido a construção do empreendimento residencial "Quartier Vila Mascote", todas para o setor Imobiliário do Grupo. No seu conjunto a produção destas três obras ascendeu a 26 milhões de euros.

O Brasil é um dos principais mercados para expansão da atividade deste setor, pelo que se procedeu a um reforço das equipas e da atuação na área técnico-comercial. Neste momento, existem algumas propostas em fase de análise e negociação com diversos clientes que permitem antever, no curto prazo, a contratação de empreitadas para entidades externas, abrindo assim o caminho ao desejado crescimento do setor neste país,



Construção de edifício na Calle Amália
Madrid - Espanha



Instituto Politécnico de Ciências Agrárias
Lionde - Moçambique

cujas economias atravessam um período de expansão, contrastando com outras geografias onde a Teixeira Duarte está implantada há mais tempo.

Em **Espanha**, à semelhança do que vem a ocorrer em Portugal nos últimos anos, a crise económica e financeira tem implicado a diminuição do investimento público e privado, levando a uma forte contração no mercado da construção, com a consequente redução de preços para níveis que inviabilizam uma atividade minimamente sustentável das empresas de construção. Ainda assim, apresentaram-se diversas propostas para empreitadas e concluiu-se a construção de um edifício de apartamentos próprio, na Calle Amália, em Madrid.

Em **Moçambique**, a Teixeira Duarte manteve um nível de atividade próximo do dos dois últimos anos, tendo-se sentido alguma retração na segunda metade do ano, devido à conclusão de diversas obras e ao atraso nas contratações de empreitadas já concursadas.

Foram concluídas a construção de um edifício para a IURD, em Maputo e do Instituto Politécnico de Ciências Agrárias de Lionde, para o Ministério da Educação.

Procedeu-se também à ampliação de armazém para a "Ferromoçambique, Lda.", em Maputo, e foram concretizadas as empreitadas de reabilitação dos Pavilhões do Maxaquene e do Desportivo, na mesma cidade.

Para o "COJA — Comité organizador dos X Jogos Africanos", reabilitou-se o Edifício da Home Center, em Tete e, para a "IMOINVESTE — Lda.", concluiu-se a execução da estrutura para dois edifícios destinados a comércio, escritórios e habitação, em Maputo.

A Teixeira Duarte executou a empreitada de utilidades no TTC — Cais 8, do Terminal de Carvão da Beira, para "OSEL - Odebrecht Serviços no Exterior Lda.", sendo que, para o Ministério da Saúde foi concluída a empreitada de transformação do Centro de Saúde da Manhica em Hospital. Para o Ministério das Pescas, foi terminada a construção da fábrica de processamento, fábrica de gelo, armazéns frigoríficos e instalações de apoio no Porto de Pescas da Beira.



Hospital de Manhica
Moçambique



Edifício de Reitoria da Universidade
Eduardo Mondlane
Maputo - Moçambique

Concluíram-se, para a Universidade Eduardo Mondlane, as Empreitadas da Fase 2 da construção do Edifício da Reitoria e da Fase 2 da construção do edifício da Faculdade de Ciências, ambas em Maputo.

Executou-se, para uma sociedade do Grupo, a remodelação do Hotel Tivoli, na Beira e, na mesma cidade, iniciaram-se os trabalhos de reabilitação e adequação da Casa Magalhães como Tribunal Administrativo Provincial de Sofala.

Já no final do ano, foi assinado o contrato de empreitada com o Banco de Moçambique, tendo por objeto a demolição do "Edifício Ex Casa Coimbra" e a construção de outros dois: um destinado a escritórios do Edifício sede do Banco de Moçambique (com 33 pisos) e outro destinado ao Silo – Automóvel, com funcionalidade mista, comportando uma área para estacionamento e outra área para escritórios e serviços. Trata-se de uma empreitada com um valor de 56,6 milhões de euros e cujo prazo previsto para a execução é de vinte e nove meses e meio.

Para acompanhar o aumento previsível de construção, principalmente na indústria e serviços relacionados direta ou indiretamente com a exploração mineira, a Teixeira Duarte reforçou a sua atividade comercial, estando a decorrer negociações para a realização de diferentes contratos, correspondentes a propostas apresentadas durante o ano, as quais, a concretizarem-se, permitirão manter os níveis de produção alcançados nos dois anos anteriores.

Na **Argélia**, a previsão de um desenvolvimento da economia no geral – impulsionada, em parte, pela concretização de um importante plano de investimento público para os próximos anos – a par da posição de prestígio já alcançada pela Teixeira Duarte naquele mercado, fruto não só da vasta obra feita na área das infraestruturas e da geotecnia, mas também de um cuidado trabalho comercial desenvolvido desde o início da sua atuação neste país em 2003, são as condições propícias para que se arranque uma prospeção nesta área das edificações.

Assim, desde o segundo trimestre de 2011 que vêm sendo apresentadas diversas propostas para clientes públicos e privados que permitem acreditar que em breve se poderão concretizar os primeiros contratos de empreitadas de edificações neste país.



Concessão do Baixo Tejo
A32 - Nó do Olival



Concessão do Baixo Tejo
Viaduto de Coina I

Na área das **INFRAESTRUTURAS**, a Teixeira Duarte teve um ano de 2011 marcado pela conclusão de uma grande empreitada de Autoestradas (Douro Litoral) e o início de outra na área das Barragens (Salamonde).

Alguns dos mercados externos com maior tradição ou capacidade do Grupo neste área, como a Argélia e o Brasil tiveram diminuições, proporcionando, por outro lado, a aposta noutros mercados em que a Teixeira Duarte também já opera noutras áreas, como Moçambique, para os quais se alimentam boas perspectivas de crescimento.

A Venezuela assumiu-se como o grande mercado de futuro nesta área, em especial após a assinatura de importantes contratos para empreitadas de grande dimensão, que permitirão a atuação direta da TD-EC neste país, onde Grupo opera há 34 anos também através da participada local TEGAVEN, CA.

No mercado nacional, destaca-se o sucesso dos trabalhos desenvolvidos, através do "Douro Litoral ACE", na conclusão da construção dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados, designados por "Concessão Douro Litoral", realçando-se o cumprimento dos prazos que permitiram a abertura neste ano da A41 e da A32.

Tratou-se de uma obra de enorme dimensão e responsabilidade, na qual a Teixeira Duarte cumpriu com sucesso as suas obrigações, não só como empreiteiro, mas também como líder de dois Agrupamentos com outras várias entidades que se articularam durante estes anos de trabalho intenso.

Já no âmbito da concessão da Autoestrada do Baixo Tejo e do "CONBATE, ACE", a empresa deu continuidade aos trabalhos de construção do designado "Viaduto de Coina I", destacando-se também em 2011 a conclusão da execução da estação de metro da Reboleira, para a "Metropolitano de Lisboa, E.P.E." e do Intercetor Cais do Sodré/Alcântara, para a "SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.".



Descarregador complementar de
cheias da barragem de Paradela
Vila Real



Construção do reforço de potência
e aproveitamento da barragem de
Salamonde
Braga

De realçar ainda a conclusão da empreitada do descarregador complementar de cheias da barragem de Paradela, inserida no Sistema Hidroelétrico Cávado—Rabagão—Homem, e que terminou em novembro de 2011. Tratou-se de uma empreitada que teve como objeto adequar os órgãos de descarga da barragem, para fazer face à nova cheia de projeto definida no âmbito do Regulamento de Segurança em Barragens, nomeadamente na realização de um novo descarregador de cheias, respetivos equipamentos, sistemas de alimentação, segurança e de comando associados.

Foi um contrato cumprido com sucesso, no âmbito do qual a empresa exerceu as suas valias técnicas, que mereceram o reconhecimento do dono de obra, a "EDP — Gestão de Produção de Energia, S.A.", com quem se reforçaram relações de confiança para desenvolvimento de outros projetos.

Ainda que constituído em finais de 2010, apenas em 2011 é que o "CONSTRUSALAMONDE, ACE" arrancou a atividade com vista ao cumprimento do seu objeto social, ou seja, para a execução dos trabalhos integrados na empreitada geral de construção do reforço de potência e aproveitamento da barragem de Salomonde, para a "EDP — Gestão de Produção de Energia, S.A.".

A "Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A." e a sua participada a 100% "E.P.O.S. — Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A." têm 92,5% do ACE.

Trata-se de uma obra de elevada complexidade técnica, que envolve uma grande mobilidade de pessoas e meios da própria empresa, para um cliente exigente; fatores que têm sido assumidos pela Teixeira Duarte como um desafio de evolução, sendo disso resultado não só o facto de se terem superado os objetivos previstos para 2011 – antecipando-se datas chave contratualmente fixadas – mas também de se ter alicerçado um bom relacionamento com a EDP que se tem traduzido em ajustes favoráveis à eficiência da empreitada.



2ème Rocade Autoroutière d'Alger Sud
Argélia



Linha e estações do Metro de Argel
Argélia

Em **Angola**, destacam-se as obras dos acessos à Nova Ponte sobre o Rio Kwanza e uma forte e atenta atuação comercial que permite alimentar boas expectativas para o desenvolvimento desta área naquele país, em que a Teixeira Duarte é uma importante referência, em especial no setor da construção. Exemplo dessa aposta comercial, foi o facto de entre o final de 2011 e o início de 2012 ter sido adjudicada à Teixeira Duarte a empreitada para a reabilitação da Avenida Hoji-ya-Henda, em Luanda.

Na **Argélia**, vive-se ainda uma fase de abrandamento de alguns dos projetos de obras públicas, tendo a Teixeira Duarte prosseguido a realização de trabalhos na 2ème Rocade Autoroutière d'Alger Sud, para a "ANA - Agence Nationale de Autoroutes", na modernização da Linha ferroviária Thenia/Tizi-Ouzou e sua eletrificação até ao Oued Aissi (50+14 km), para a "ANESRIF- Agence Nationale d'Etudes et de Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires" e na Linha e Estações do Metro de Argel.

Aguarda-se com expectativa o lançamento e desenvolvimento de concursos de grande dimensão, que permitirão à Teixeira Duarte assumir não só as suas valias técnicas enquanto empreiteiro internacional de excelência, mas também a consagração da sua posição consolidada de Empresa que aposta continuamente desde 2003 no crescimento deste país e na construção de grandes infraestruturas essenciais ao seu desenvolvimento. A Teixeira Duarte tem consciência de que a obra feita e o reconhecimento alcançado na Argélia ao longo destes anos serão uma valia para o seu posicionamento no arranque de novas empreitadas.

No **Brasil**, através da participada local EMPA, S.A., foram concluídos diversos contratos na área de Infraestruturas no valor aproximado de 83 milhões de euros nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Foram também assinados novos contratos, nomeadamente para a construção da rodovia "Simão Pereira", em Minas Gerais, para o Direção de Estradas Regionais de Minas Gerais (DER/MG), que terá o seu início apenas em 2012 e foi dada continuidade a outras obras já anteriormente iniciadas.

Em **Moçambique**, a Teixeira Duarte terminou, para a Administração Nacional de Estradas, as empreitadas para as Reabilitações da Ponte Samora Machel, sobre o Rio Zambeze, em Tete e da Ponte de Ligação à Ilha de Moçambique – Fase III, e reabilitação do Jetty – fases 1 e 2.



Reabilitação do Jetty - fases I e II
Moçambique



Ampliação e modernização do
Porto de La Guaira
Venezuela

Na **Venezuela**, a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." assinou um contrato com a "Puertos del Litoral Central – PLC, S.A." para a execução da empreitada denominada "Procura y Construcción del Proyecto Definitivo de Ingeniería y Construcción de las Obras Civiles que conforman el Muelle Oeste del Puerto de La Guaira", integrada no plano de ampliação e modernização do Porto de La Guaira.

Trata-se de um projeto cujo contrato foi celebrado no âmbito do "Acordo Complementar ao Acordo Marco de Cooperação entre a República de Venezuela e a República Portuguesa, em matéria de cooperação económica e energética".

O montante estimado para o referido contrato é de cerca de 300 milhões de euros sendo o prazo previsto para execução da obra 30 meses.

Em 23 de dezembro de 2011, foi ainda assinado um contrato de empreitada com o "Ministerio del Poder Popular para Transporte Terrestre", da República Bolivariana da Venezuela, tendo por objecto a construção do Túnel Baralt, do Nó de Ligação Macayapa e do Viaduto Tacagua, integrados na empreitada para prolongamento da Avenida Boyacá até ao Nó de Ligação em Macayapa, permitindo assim a ligação desta avenida à autoestrada que liga Caracas a La Guaira, naquele país.

A empreitada será realizada pelo Consórcio Boyacá – La Guaira, liderado pela "TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.", com 57,2%, sendo o montante do referido contrato, sem impostos, de cerca de 908 milhões de euros e o prazo previsto para execução da obra de 42 meses.

Estas grandes empreitadas, assim como o bom posicionamento da Teixeira Duarte para outros concursos, têm implicado uma incontornável mobilização de meios e recursos humanos não só operacionais e de equipamentos, mas também das estruturas centrais de apoio à atividade do Grupo, sendo essa uma das grandes capacidades de que a empresa se orgulha e que a têm permitido encontrar oportunidades de negócio em mercados que compensam a descida cíclica e conjuntural de outros países em que o Grupo também atua.



Viaduto do Febros, concessão do Douro Litoral



Cúpula do edifício principal da Assembleia Nacional de Angola
Luanda - Angola

Em 2011, o Centro de Exploração de **METALOMECÂNICA** manteve, no âmbito da sua especialidade, a colaboração regular com os outros Centros de Exploração da Empresa e a realização de algumas obras para Clientes Exteriores.

Das obras realizadas em **Portugal**, destaque para a conceção, construção e montagem dos equipamentos hidromecânicos para a empreitada de construção do descarregador complementar de cheias da Barragem da Paradela, onde foram instaladas duas comportas de segmento, com 8,50 x 5,50 metros, o que as torna as maiores jamais fabricadas pela Metalomecânica. De salientar também a conclusão da empreitada de beneficiação das comportas de restituição da Central de Crestuma para a "EDP — Gestão da Produção de Energia, S.A." e a construção da estrutura metálica do Viaduto do Febros, obra integrada na empreitada da concessão do Douro Litoral.

Refira-se também a continuidade da colaboração com a "SOMINCOR — Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A." no âmbito do contrato de assistência técnica à manutenção dos equipamentos mineiros para essa infraestrutura.

Em **Angola**, foi iniciada a montagem das estruturas metálicas para a empreitada de construção da Assembleia Nacional daquele país. Tratam-se de trabalhos de grande complexidade para as bancadas do hemiciclo e para a cúpula do edifício principal.

Cumprir destacar aqui o facto das mencionadas estruturas terem sido elaboradas e preparada a respetiva montagem no Polo Operacional Teixeira Duarte, em Portugal, que, proporciona excelentes condições de trabalho para a execução destas tarefas com grande rigor e eficiência, permitindo depois uma rápida e aparentemente simples tarefa de colocação das mesmas na obra.

Na **Argélia**, procedeu-se à conceção, construção e montagem de passagens superiores pedonais sobre 2ème Rcade Autoroutière d'Alger Sud, para ANE bem como à construção de tabuleiros metálicos nos acessos da variante EST-OUEST da mesma via rápida e ao início da construção das pontes para a linha ferroviária de Thenia — Tizi Ouzou, para "ANESRIF- Agence Nationale d'Etudes et de Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires".



EPOS - Túnel de desvio provisório da barragem de Foz Tua - Vila Real



SOMAFEL - ANESRIF - Renovação e modernização das linhas de Biskra/Tougourt Argélia

Em **Moçambique** ficou concluída a reabilitação da Ponte de Tete. Importante obra numa infraestrutura cuja recuperação de um dos pilares principais havia sido a primeira obra executada pela Teixeira Duarte neste país em 1982.

Na área das **OBRAS SUBTERRÂNEAS**, a participada E.P.O.S. — Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., detida a 100 % pelo Grupo Teixeira Duarte, registou em 2011 um forte incremento (60 %) na sua prestação, alcançando um volume de vendas de 63,4 milhões de euros. A sua atividade industrial, essencialmente centrada em Portugal, repartiu-se entre o campo mineiro e a obra pública, tendo esta última componente evidenciado um assinalável crescimento.

Em **Portugal** destacam-se as intervenções na empreitada de construção do reforço de potência de Salomonde, as importantes subempreitadas realizadas no Túnel do Marão e no aproveitamento hidroelétrico de Foz Tua. Destaque, ainda, para os trabalhos desenvolvidos na Mina de Neves Corvo, nomeadamente nas operações de desmonte e de transporte de minério. A Empresa manteve a sua presença ativa na Região Autónoma da Madeira, em diversos projetos de aproveitamento de recursos hídricos.

Referência ainda para a atuação na **Argélia**, na prestação de assistência técnica aos trabalhos de escavação subterrânea que a Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A. tem vindo a desenvolver no seio do agrupamento "Groupement Metro d'Alger", bem como para as intervenções previstas executar na construção do Túnel Baralt, na **Venezuela**, no âmbito da grande empreitada de prolongamento da avenida Boyacá, que esta mesma empresa contratou em finais de 2011.

No âmbito das **OBRAS FERROVIÁRIAS**, a participada a 60% SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A. continuou a atuar em Portugal e na Argélia, tendo também prosseguido os trabalhos em Marrocos e persistido numa forte campanha comercial no Brasil, através de uma participada ali constituída.

Em **Portugal** destaca-se a prestação de serviços de manutenção da via-férrea nas linhas da Beira Baixa, da Beira Alta, do Oeste e do Norte, para a "Rede Ferroviária Nacional – REFER, EPE".



OFM – Cais de cruzeiros do Jardim do Tabaco no Porto de Lisboa



Base Naval de Mers-el-kibir Argélia

Na **Argélia** registam-se os trabalhos de renovação e modernização das linhas de Biskra/Tougourt e de Thenia/Tizi Ouzou, para "ANESRIF-Agence Nationale d'Etudes et de Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires" sendo que em Marrocos foi dada continuidade à execução dos trabalhos de renovação e beneficiação da linha que serve as cidades de Rabat e de Casablanca para "ONCF, Office National des Chemins de Fer".

Nas **OBRAS MARÍTIMAS**, a OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A., detida indiretamente a 60% pelo Grupo TEIXEIRA DUARTE registou uma forte redução dos níveis de atividade nos seus principais mercados de atuação, o português e argelino.

Em **Portugal** destacam-se, ainda assim, a conclusão do cais de cruzeiros do Jardim do Tabaco no Porto de Lisboa, para a "APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.", os trabalhos realizados nas Infraestruturas Portuárias na Ilha do Pico e no Porto da Praia da Vitória, ambas para a "Portos dos Açores, S.A." e a construção do Açude da Caldeira da Moita, para a "Câmara Municipal da Moita" e a reabilitação e Adaptação da Doca de Pedrouços para a "APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A.".

Na **Argélia**, a realização de diversas obras públicas e privadas, nomeadamente as efetuadas no Porto Comercial de Bejaia e na Base Naval de Mers-el-kibir, para o "Ministère de la Defense Nationale – Établissement de Construction et de Réparation Navales".

A OFM, continuou também a sua atuação em Cabo Verde, com a obra de expansão do Porto Novo, na Ilha de Santo Antão e iniciou os preparativos para o começo da obra do Porto de La Guaira, na Venezuela.

O arranque desta empreitada e o posicionamento do Grupo para outras a realizarem-se neste país da América do Sul, assim como o desenvolvimento de outras empreitadas e concursos pendentes no norte de África alimentam boas perspetivas para uma melhoria da atuação do Grupo nesta área das obras marítimas.



Viaduto de Coina I - Autoestrada do
Baixo Tejo



Direção Central de Equipamento
Polo Operacional Teixeira Duarte
Montijo

O **CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO** teve maior desempenho em Angola, onde foi dada continuidade à execução dos Edifícios GES 2, 3 e 4, para a ESCOM e também aos trabalhos no âmbito da empreitada da construção da Assembleia Nacional de Angola e ainda executadas as oito caves da "Torre Maravilha", em Luanda.

Em **Portugal**, destacam-se os trabalhos desenvolvidos na conclusão das obras da concessão do Douro Litoral e no início dos trabalhos para o "Viaduto de Coina I", integrado na concessão de Autoestrada do Baixo Tejo.

Através da **DIREÇÃO CENTRAL DE EQUIPAMENTOS**, a empresa realizou investimento em equipamento de 15.947 milhares de euros, dos quais 11.537 foram específicos para as Infraestruturas e Edificações e 3.380 para a Geotecnia e Reabilitação.

Na **Argélia** e no **Brasil** procedeu-se à instalação da plataforma SAP com módulos de equipamento e de manutenção, contribuindo para a uniformização dos parâmetros e regras da gestão do equipamento.

Em **Portugal** o investimento em equipamento foi de cerca de 3.454 milhares de euros, dos quais 1.344 ficaram afetos à área das Infraestruturas e Edificações e 1.522 foram direcionados para equipamento de Geotecnia e Reabilitação.

Dos equipamentos adquiridos em 2011, destacam-se:

Auto-tapete telesc. PUTZMEISTER TB 130-18; Central de Betão ARCEN CTT MDE3000; Sonda mandril MUSTANG 5-P4D; Sonda corred. CASAGRANDE C6; Bomba JET Injeção de cimento CCP HT 400.

Em **Angola** o investimento foi de 4.877 milhares de euros, dos quais 3.987 foram direcionados para a área das Infraestruturas e Edificações.

Dos equipamentos adquiridos em 2011, destacam-se:

Camião braço hidr. VOLKSWAGEN 31.310 6x4; Empilhador telescópico Manitou MT 932; Martelo HL510, p/máquina tamrock ranger 500;

Martelo hidr.escav. NPK GH-12; Central fabrico blocos CARFEL ECOBLOC; Elevadores TORGAR mod. T1/1000 kg (4 un)

Na **Argélia** o valor investido foi de 3.754 milhares de euros e foi direcionado para equipamentos afetos à área das Infraestruturas.

Dos equipamentos adquiridos em 2011, destacam-se:

Central betuminoso MARINI TOP TOWER 3000; Camião Cisterna Emulsão IVECO; Grupo gerador gasóleo CAT 810 kVA; Escavadora hid lag CATERPILLAR 314DL CR; Escavadora hid lag CATERPILLAR 321 DL CR; Espalhadoras lagartas VOGELE SUPER 1800-2 (2 un)

Em **Moçambique** o investimento foi essencialmente direcionado para equipamentos de Geotecnia e Reabilitações e o valor investido foi de 1.103 milhares de euros.

Dos equipamentos adquiridos em 2011, destacam-se:

Máq.furação à rot. Bauer MBG24 + Vara; 2 Benes de cabos LEFFER SWG 2.8-5/400

No **Brasil** o investimento foi direcionado para essencialmente para os equipamentos das Infraestruturas e o valor investido foi de 2.419 Milhares de euros.

Dos equipamentos adquiridos em 2011, destacam-se:

Camião MERCEDES BENZ L1318-4000L; Grua de lagartas LIEBHERR HS 845 HD

O **LABORATÓRIO DE MATERIAIS**, acreditado desde 1996, foi um dos primeiros a obter acreditação no domínio dos betões e agregados, em Portugal, possuindo um vasto portfólio de equipamentos, que permitem a realização de mais de 80 ensaios diferentes, estando igualmente vocacionado para apoiar o estudo e controlo de betão em obras das empresas do Grupo.

Em 2011, mudou as suas instalações para amplo e funcional "Polo Operacional Teixeira Duarte", no Montijo.

Neste exercício, o laboratório de materiais teve um bom contributo no âmbito da obra da Barragem de Salamonde e realizou bastantes ensaios resultantes de campanhas de inspeções e diagnóstico de estruturas, no âmbito da atividade de Reabilitação.

Em função da carência de laboratórios devidamente apetrechados de equipamentos e de pessoal técnico, fundamentais para o desenvolvimento de ensaios nos demais países em que a Empresa atua, promoveu-se a instalação de laboratórios semelhantes ao existente em Portugal, em Angola e em Moçambique.

No caso específico de Moçambique e na sequência de um protocolo assinado com uma empresa da área, o estaleiro central da Teixeira Duarte, no Zimpeto, recebeu o Laboratório de Materiais de Maputo, cujo objetivo passa, neste momento, por potenciar a atuação da Empresa, na área dos solos, no mercado moçambicano.

IV.2. CIMENTOS, BETÕES E AGREGADOS

Recorda-se neste âmbito a nota que se deixou transcrita acima no início da Análise Setorial (IV.), ou seja, que face à evolução dos negócios que vinham sendo desenvolvidos por diversas participadas antes integradas no setor dos Cimentos, Betões e Agregados, procedeu-se a reposicionamento das mesmas para outros setores, nomeadamente para a Construção, para as Concessões e Serviços e outras ainda para as participações financeiras.

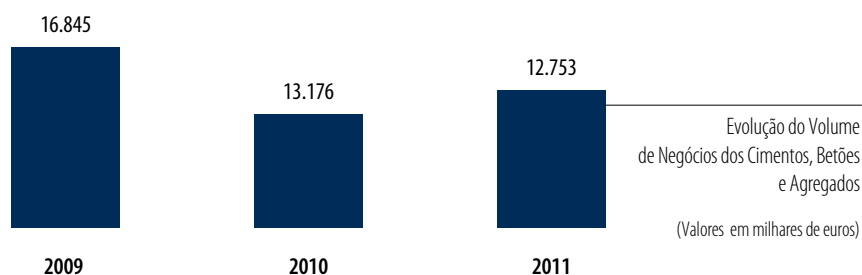
Deste modo, o reporte da atividade e respetivos indicadores financeiros, cinge-se exclusivamente à atuação da participada ucraniana "Limited Liability Company CEMENT" e apenas durante o período em que esta participada foi consolidada, ou seja, até setembro de 2011.

Com efeito, no terceiro trimestre desse ano, a "C+P.A. — Cimento e Produtos Associados, S.A." vendeu 51% da participação que detinha no capital da sociedade de direito ucraniano "Limited Liability Company CEMENT", à sociedade de direito suíço denominada "JURA — Cement-Fabriken AG", tendo também sido celebrado entre a ambas as entidades um acordo denominado "*Put and Call Option Agreement*", através do qual assiste à C+P.A., S.A. uma opção de venda da remanescente participação de 49% e à segunda uma opção de compra dessa mesma participação.

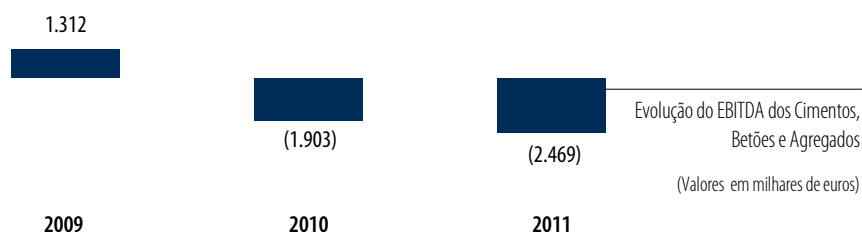
— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

Face ao exposto, o Volume de Negócios no setor dos Cimentos, Betões e Agregados em 2011 incluiu somente os valores alcançados pela participada ucraniana "Limited Liability Company CEMENT" e apenas durante o período em que esta participada foi consolidada, ou seja, até setembro desse ano.

Ainda assim, este indicador subiu 20,8% face a 2010.



Apesar da aludida subida do volume de negócios, o EBITDA neste setor desceu 566 milhares de euros influenciado pelo apuramento da menos valia na referida alienação de 51% do capital social da referida "Limited Liability Company CEMENT".



— ATIVIDADE DURANTE 2011

A exploração da fábrica de cimento em Odessa, decorreu em termos normais, tendo esta participada beneficiado, em 2011, de melhores condições de mercado e do resultado dos investimentos antes feitos na melhoria das instalações e na gestão da operação desta unidade.

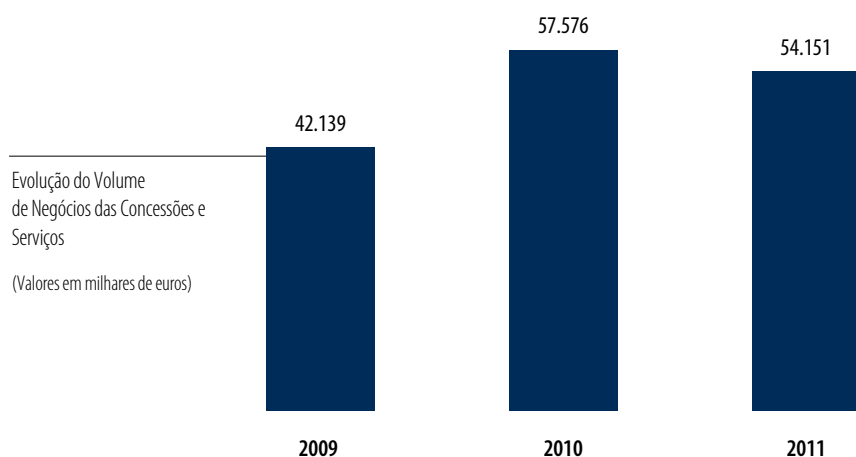
IV.3. CONCESSÕES E SERVIÇOS

O Grupo TEIXEIRA DUARTE começou a operar nesta área em 1984, em Macau, através de uma participação na CPM – Companhia de Parques de Macau, S.A., que ainda hoje mantém e à qual acrescentou outras em Portugal, Angola, Brasil, Espanha e Moçambique.

Atualmente as empresas do Grupo dedicam-se a áreas de negócios de naturezas distintas, com destaque para tecnologia e a gestão de imóveis, o meio ambiente, os transportes, bem como as concessões, nomeadamente rodoviárias.

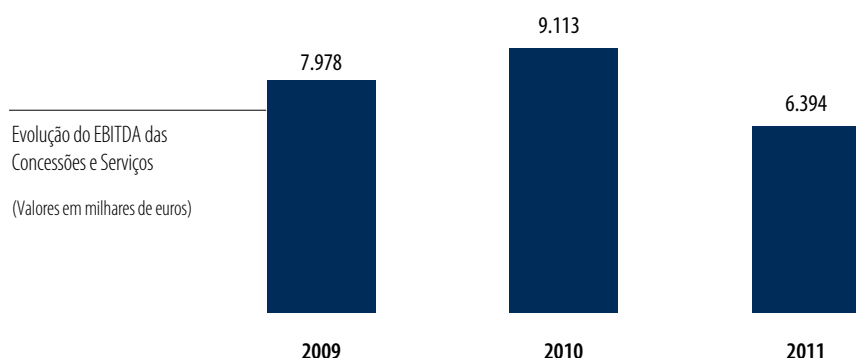
Neste setor, a Teixeira Duarte detém também diversas participações minoritárias noutras entidades cuja gestão não é conduzida pelas estruturas do Grupo e que, em quase todos os casos, não integram o seu perímetro de consolidação. Ainda assim, sobre as mais importantes serão também apresentadas algumas notas no final deste capítulo.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Nas Concessões e Serviços, o Volume de Negócios decresceu 5,9% face ao período homólogo.

Portugal registou uma diminuição de 17,3% face a 2010. Nos restantes mercados registaram-se bons desempenhos, com destaque para o mercado Angolano onde se verificou um crescimento de 12,5%.



O EBITDA teve uma quebra de 29,8% face ao alcançado no ano anterior e a margem EBITDA / Volume de negócios passou de 15,8% em 2010 para 11,8% em 2011, registando um decréscimo de 25,4%.

– ATIVIDADE DURANTE 2011

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2011, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor das Concessões e Serviços atingiram o valor global de 77.283 milhares de euros, 53,5% dos quais reportados a atividade desenvolvida no estrangeiro, sendo que, no global, estes valores refletem uma descida de 4,4% em relação a 2010.



TDGI – Contrato de gestão global de prestação de serviços do Edifício da Associação Nacional de Farmácias Porto



TDGI – Aparelho de medição Lagoas Park

IV.3.1. SOCIEDADES DOMINADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

A gestão e a manutenção técnica de instalações e empreendimentos é uma área de negócio no qual o Grupo Teixeira Duarte atua há doze anos, estando atualmente em cinco países nas seguintes áreas de atuação: (i) Facilities Management (ii) Manutenção (iii) Análise e Diagnóstico (iv) Gestão de Espaços e Obras (v) Soluções de Energia.

O forte crescimento deste setor levou a que, a partir de 2011, o mesmo se desenvolvesse em torno da marca TDGI, permitindo desta forma uniformizar e melhor dinamizar esta área bem como expandi-la para outros países.

Em Portugal, onde a marca TDGI é representada pela participada a 100% "TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis S.A.", o ano de 2011 acabou por se revelar bastante positivo, apesar das dificuldades decorrentes do clima de forte contenção da economia, tendo a TDGI S.A. atingido proveitos operacionais de 16.293 milhares de euros, e um resultado antes de impostos de 2.104 milhares de euros.

Fruto do trabalho e empenho que se tem vindo a desenvolver junto dos clientes e da imagem que foi sendo construída, foi possível garantir a continuidade da generalidade dos contratos que transitaram de anos anteriores e captar novos clientes para serviços prestados em 2011 e, em alguns casos, que se prolongarão para os anos seguintes.

Destaca-se o reforço da posição consolidada desta empresa do Grupo Teixeira Duarte na sua área de atuação, através da abrangência da prestação de serviços do contrato de gestão global do novo Edifício da Associação Nacional de Farmácias no Porto, onde a TDGI é responsável por todo o *Facilities Management*, nomeadamente a Manutenção, Conservação e Condução técnica das instalações, pela Limpeza, Segurança, Gestão de Estacionamento e ainda apoio à realização de eventos no Centro de Congressos e Formação.

Em **Angola**, a marca é representada pela "TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda." (Angola) – igualmente detida a 100% pelo Grupo

Teixeira Duarte — e, apesar das dificuldades deste mercado, a crescente confiança que os clientes têm depositado no trabalho desenvolvido, permitiu atingir um bom crescimento.

De referir a gestão e manutenção do património do Grupo Teixeira Duarte, em outras áreas da sua atuação em Angola, nomeadamente na Educação, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição, e Automóvel.

De destacar ainda os contratos com a UNITEL, EMIS, CHEVRON e TOTAL, bem como a consolidação da colaboração com o Banco Millennium Angola terminando o ano com a responsabilidade da assistência e manutenção a mais de meia centena de agências espalhadas pelas principais cidades de todo o país.

Em **Moçambique** a marca TDGI é representada pela TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda. (Moçambique) que é também detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte.

Aqui, o mercado tem vindo a crescer de uma forma sustentada e a reconhecer a TDGI como parceiro relevante nesta área, o que permitiu atingir um crescimento significativo face a 2010.

De destacar a gestão e manutenção do "Polana Shopping Center", dos Hotéis Turismo e Avenida, em Maputo e Tivoli, na Beira, de um novo edifício da IURD, dos estúdios da TV Record, dos Condomínio Xiluva e Miramar, das instalações da Kudumba em Maputo, Beira e Nacala, das instalações do Ministério do Trabalho, da Seguradora IMPAR do universo Millennium BCP e das instalações da Grinrod entre outras.

Em **Espanha**, onde a marca TDGI opera através da sociedade do Grupo Teixeira Duarte, "GSC, Compañía General de Servicios y Construcción, S.A." – também detida a 100% – as dificuldades vividas afetaram naturalmente o crescimento deste setor, que mesmo assim atingiu proveitos de 1.974 milhares de euros.

De destacar a gestão e manutenção do Aparcamiento Europa, localizado em San Sebastián de los Reyes, a limpeza dos Edifícios Municipales del municipio de Griñón, a manutenção dos Centros Docentes dependentes do Ayuntamiento de Algeciras, a manutenção integral das instalações do edifício do Igape em Santiago de Compostela, o serviço de limpieza y conserjería de los centros municipales del Ayuntamiento de Villacañeros e ainda a manutenção da sede da Unisys em Madrid.

No acompanhamento do crescimento do Grupo Teixeira Duarte nos seus mercados de atuação, destaca-se o início da operação da marca TDGI no **Brasil**, através da participada EMPA, S.A., com sede em Minas Gerais e representações em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

NA ÁREA DO MEIO AMBIENTE, o Grupo Teixeira Duarte opera, essencialmente, através das suas participadas "RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A." (RECOLTE) e "GSC – Compañía General de Servicios y Construcciones, S.A. (GSC)", sendo atualmente a primeira titular de 100% do capital da segunda.

A RECOLTE é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo TEIXEIRA DUARTE, que atua nas áreas da (i) conceção e operação de sistemas de limpeza e higiene urbana, (ii) em sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos e industriais, e ainda na (iii) execução e manutenção de jardins e espaços verdes, proporcionando uma vasta prestação de serviços na área do ambiente.

A GSC é uma sociedade, com sede em Madrid, detida a 100% pela Teixeira Duarte e que se dedica à prestação de serviços relacionados com o Meio Ambiente, nomeadamente o mercado de resíduos, limpeza viária, jardins, limpeza de praias, salvamento e socorrismo costeiro.

Como sinal de uma aposta do Grupo Teixeira Duarte na área dos serviços do meio ambiente, tanto no mercado nacional como no internacional, ainda em 2011 a RECOLTE adquiriu 100% do capital social da GSC a outra sociedade do Grupo, permitindo concentrar no mesmo núcleo estas entidades, que se assumem, dessa fora, com maior dimensão e melhor posicionadas para enfrentarem com mais eficácia novos, maiores e mais complexos desafios nesta área de negócio.



RECOLTE, S.A.
Manutenção de jardins e espaços verdes
Villa Park – Amadora



GSC, S.A.
Limpeza do Passeio Marítimo de
Bil-Bil, Benalmádena
Andaluzia – Espanha

Em Portugal, a RECOLTE, S.A. manteve as principais prestações de serviços na área da recolha de resíduos sólidos urbanos e higiene pública dos seguintes municípios e clientes: o Município de Alenquer, o Município de São João da Madeira, o EIRSU, a Empresa Intermunicipal dos Municípios de Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo, nos Açores, o Município de Ovar, o Município de Almada, o Município de Loulé, a "INFRAMOURA – Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M.", o Município do Porto, através de apoio técnico prestado à INVICTAAMBIENTE S.A. e a "EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A." através de apoio técnico prestado à GSC.

Na área da construção e manutenção de jardins e espaços verdes a Empresa atuou em diversas frentes, das quais se destacam: o Município de Ovar, em agrupamento com a TD-EC e a OFM, S.A., para a Construção do Parque Urbano de Ovar; o Taguspark; a Teixeira Duarte; o Município de Azambuja; e o Município de Oeiras, através de apoio técnico prestado à GSC, S.A..

Em 2011 a RECOLTE, S.A. registou proveitos operacionais de 10.484 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 4,8% face ao período anterior. Este desempenho resultou de uma diminuição dos serviços prestados aos municípios, os principais clientes. A este respeito recorde-se a obrigatoriedade imposta aos municípios pelo Orçamento de Estado de 2011, de redução em 10% do valor das prestações de serviços que se renovaram durante o ano em análise.

A GSC também atua em Portugal, através da sua Sucursal e tem-se dedicado à prestação de serviços diversos na área do ambiente, algumas vezes em agrupamento com a RECOLTE, S.A., por forma a maximizar as sinergias, experiências e valências de ambas as empresas.

Assim, na área da Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos são de destacar as atuações da GSC – Sucursal em Portugal, em consórcio com a RECOLTE S.A. ou com outras sociedades, para as seguintes entidades: o Município de São João da Madeira; a "EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, E.M., S.A."; a "EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos, Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM" para os Municípios de Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo.

Na área da Manutenção de Jardins e Espaços Verdes, são de salientar os contratos com o Município de Oeiras e com a "ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.", em consórcio com a RECOLTE, S.A.

No período de 2011 a GSC – Sucursal em Portugal obteve proveitos operacionais de 2.511 milhares de euros, ligeiramente inferiores aos verificados em 2010. Para 2012, as perspetivas apontam para proveitos equivalentes aos de 2011 dada a estabilidade dos contratos existentes.

A INVICTAAMBIENTE – Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A. é uma sociedade de direito português, detida a 100% pela GSC, constituída em cumprimento de uma obrigação decorrente do contrato de concessão celebrado entre esta sua acionista única e o Município do Porto e tem como objetivo único e exclusivo o desenvolvimento, gestão e exploração, em regime de concessão, dos serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e da limpeza pública de uma área urbana muito significativa daquele Município.

Neste período, a INVICTAAMBIENTE diminuiu os proveitos operacionais em 4,4%, representando 4.174 milhares de euros.

Tendo em consideração a diminuição da produção de RSU (resíduos sólidos urbanos) e o decréscimo dos serviços solicitados, em 2012, as perspetivas apontam para a redução do volume de proveitos operacionais.

Em Espanha o Grupo Teixeira Duarte atua na área do Meio Ambiente, nomeadamente no mercado de resíduos, limpeza viária, jardins, limpeza de praias, salvamento e socorrismo costeiro, através da referida GSC.

Em 2011 esta área de negócios registou em Espanha, proveitos operacionais no valor de 26.631 milhares de euros, valor que supera em 9,7% os realizados em 2010.

No que respeita à atividade comercial, realçamos a participação da GSC em importantes concursos não só em Espanha, mas também em Moçambique, de que resultou a adjudicação de dois importantes contratos nas cidades de Grigón e Benalmadena, nas comunidades de Madrid e Andaluzia respetivamente.

Durante o ano em análise, no que se refere à recolha de resíduos sólidos urbanos, gestão de ecocentros e limpeza viária, prosseguiram as atuações nas comunidades de Madrid, com diferentes contratos nos municípios de San Lorenzo de El Escorial, Torrejón de la Calzada, Torrejón de Velasco, Serranillos del Valle, Cubas de la Sagra, Griñón e Villacanejos.

Na Galiza conseguiu-se um importante contrato de gestão conjunta da Pré-Recolha, Recolha, Transporte e Transferência de RSU, de três municípios – Cangas, Moaña e Bueu – agrupados na Mancomunidade de Concellos do Morrazo.

Na Andaluzia renovou-se um expressivo contrato no município de Benalmadena.

No âmbito da manutenção de jardins, continuamos a gerir os contratos, na comunidade de Madrid, nos municípios de Torrejón de la Calzada e de Serrallinos del Valle.

Na Andaluzia destacam-se, neste âmbito, os contratos de referência nos municípios de Algeciras e El Puerto de Santa Maria.

Ao nível da manutenção e conservação de praias, pinhais e zonas costeiras desenvolvemos diversos contratos, na Comunidade da Andaluzia, nomeadamente nos municípios de Benalmadena, El Puerto de Santa Maria e Algeciras.

No que respeita à oferta educativa municipal, continuamos a gerir o contrato de Gestão do Centro de Recursos Ambientales, C.R.A., no Coto de la Isleta, na Comunidade da Andaluzia, município de El Puerto de Santa Maria.

Em 2011, a RECOLTE S.A., deu início à prospeção de **outros mercados** e aproveitou e capitalizou o profundo conhecimento dos mercados em Angola, Brasil e Moçambique por parte de outras empresas do Grupo Teixeira Duarte. Assim, desde o início de 2011 que alguns técnicos



SATU, S.A.
Sistema Automático de Transporte Urbano
Oeiras



TDHOSP, S.A.
Gestão do edifício do Hospital de Cascais

da RECOLTE, S.A. estão em Angola e no Brasil, tendo já apresentado propostas e elaborado estudos para diversas entidades ao nível da recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos ao destino final, limpeza viária, construção e gestão de aterros sanitários, na zona da Província de Luanda e do Estado de Minas Gerais, respetivamente.

Em Moçambique a RECOLTE S.A. elaborou estudos e apresentou propostas para a recolha de resíduos sólidos urbanos na cidade de Maputo, estando as mesmas ainda a avaliação.

A **SATU-OEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A.** é uma empresa municipal detida pelo Grupo em 49% e que explora integralmente o Sistema de Transporte SATU Oeiras, tendo, em 2011, registado proveitos operacionais de 282 milhares de euros, que traduzem uma descida de 3,1% em relação ao ano anterior.

A **TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.** é uma sociedade detida a 100% pela TD-EC e tem como objeto a gestão do Novo Hospital de Cascais por um período de 30 anos, compreendendo as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e manutenção.

Uma vez que o hospital foi inaugurado em 23 de fevereiro de 2010, este foi já o segundo ano civil de atividade de gestão do imóvel, que se caracterizou pelo cumprimento dos diversos parâmetros de avaliação do Contrato de Gestão, nomeadamente, Serviço, Disponibilidade e Satisfação. Para além do contributo dos serviços prestados pela empresa do Grupo Teixeira Duarte TDGI, S.A. — que acompanhou este projeto desde o início —, a TDHOSP continua a contar com algumas intervenções pontuais da "Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A." para a execução de diversas obras de alteração ao edifício solicitadas pela "HPP — Parcerias Cascais, S.A.".

Cumprir referir que a variação do justo valor do instrumento financeiro "*interest rate swap*" contratado em 2008, conforme exigido no âmbito da Concessão da Gestão do Edifício do Hospital de Cascais, teve um impacto negativo nos capitais próprios do Grupo de 6.690 milhares de euros, por efeito de operação de cobertura.



Colégio S. Francisco de Assis
Luanda Sul



Colégio S. Francisco de Assis
Luanda Sul

A **EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.** é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, constituída para desenvolvimento do projeto do "Colégio S. Francisco de Assis", em Luanda, através do qual se pretende dar resposta a uma procura exigente e culturalmente diversa, assegurando a educação de crianças e jovens a partir dos 3 anos de idade.

Esta sociedade iniciou a sua atividade em setembro de 2007 com a abertura das instalações provisórias do Colégio em Talatona, Luanda-Sul, tendo-se desde então afirmado no panorama da oferta educacional do País como uma unidade multicultural de excelência nas suas áreas de atuação, ou seja, na Educação Pré-escolar e no Ensino Básico.

Sem prejuízo de desde a sua abertura em setembro 2007, terem vindo a ser atribuídas anualmente autorizações de funcionamento para este estabelecimento de ensino privado, a verdade é que, fruto do trabalho desenvolvido nesse sentido ao longo destes anos, em 23 de maio de 2011 foi publicado no Diário da República o Despacho do Gabinete da Senhora Ministra da Educação da República Portuguesa, através do qual foi atribuído ao Colégio S. Francisco de Assis, nos termos do artigo 4.º do Decreto -Lei n.º 30/2009, de 3 de fevereiro, o reconhecimento do ensino ministrado de acordo com o currículo e programas portugueses, constando do mencionado despacho que o Colégio tem capacidade para um total de 622 alunos distribuídos pela Educação Pré-escolar, até aos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

O Colégio tem tido sempre uma ocupação plena, sendo que à medida que os alunos que frequentaram o primeiro ano letivo de funcionamento do Colégio em 2007/2008 vão transitando de ano, o número total de alunos vai aumentando com o preenchimento de novas turmas dos primeiros anos, tendo subido dos iniciais 57 para os atuais 405 educandos.

Hoje em dia, o Colégio conta já com 47 docentes e 29 Auxiliares de Ensino.

Os proveitos operacionais alcançados em 2011 foram semelhantes aos do ano anterior e fixaram-se em 6.491 milhares de euros.

Continua a ser dado desenvolvimento ao plano de construção faseada do Colégio, tendo-se registado a conclusão dos novos edifícios do

Refeitório e Secretaria (Blocos 1 e 2) e o início da Fase 3, relativa à construção do Bloco 5, com conclusão prevista para junho 2012.

Com a abertura de mais duas salas (5 anos e 1º ano) prevê-se para o próximo ano um número máximo de 510 alunos.

PAREDÃO DE MINAS Energia, S.A., GONGOJI Montante Energia, S.A. e TABOQUINHA Energia, S.A., são três sociedades de direito brasileiro, detidas pelo Grupo Teixeira Duarte, e que têm dado continuidade aos respetivos processos de licenciamento dos projetos para a construção de três PCH's (Pequenas Centrais Hidrelétricas):

— A PCH de Paredão de Minas, de 22,5 MW, no Estado de Minas gerais obteve a licença prévia a 18 de dezembro de 2011 e a licença e instalação já em 7 de fevereiro de 2012.

— A PCH de Gongogi, de 13,5 MW, no Estado da Baía já concluiu o projeto básico e já obteve a licença prévia. Espera-se a licença de instalação, prevista para setembro de 2012.

— A PCH de Taboquinha, de 25 MW, no Estado da Baía tem o projeto básico aceite, estando a licença prévia prevista para julho de 2012 e a licença de instalação para fevereiro de 2013.

IV.3.2. SOCIEDADES PARTICIPADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

Das sociedades que atuam no setor das Concessões e Serviços e que são apenas participadas pela "Teixeira Duarte, S.A.", ou seja, cuja gestão direta não é conduzida pelo Grupo TEIXEIRA DUARTE, destacam-se aqui as seguintes entidades:

A **AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A.**, que é uma sociedade na qual a TD-EC é titular de uma participação de 19,67% do respetivo capital social e que celebrou com o Estado Português o contrato de concessão do Douro Litoral em finais de dezembro de 2007.

Tal convénio prevê um prazo de 27 anos de duração e tem como objeto a conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, conservação e exploração dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados, designados por "Concessão Douro Litoral", num total de 129 Km, dos quais 78 Km são com cobrança de portagem aos utentes, infraestrutura inaugurada já em 1 de abril de 2011.

Realça-se o cumprimento dos prazos por parte dos ACEs empreiteiros, que permitiram a abertura em 2011 da A41 e da A32.

Em 17 de agosto de 2011 a "Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A." exerceu a opção de venda da participação que detinha na AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A., o que representa para o Grupo a redução da responsabilidade de aporte de Equity e correspondentes garantias bancárias no montante total de 67 milhões de euros.

O processo para concretização efetiva da venda está ainda em curso, prevendo-se que venha a concretizar-se ainda no primeiro semestre de 2012.

A **AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.** que é uma sociedade na qual a TD-EC é titular de uma participação de 9% do respetivo capital social e que celebrou com a EP — Estradas de Portugal, S.A. o Contrato de Subconcessão do Baixo Tejo, em 24 de janeiro de 2009.

O referido contrato de subconcessão durará por um prazo de 30 anos e tem como objeto a conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação, dos lanços de autoestrada, estradas e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal, designados por subconcessão Baixo Tejo, num total de 68 Km, dos quais 17 Km são com cobrança de portagem aos utentes e um investimento previsto de cerca de 278 milhões euros.

A **LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.** que é uma sociedade que se dedica em exclusivo à gestão, em regime de concessão, das duas Travessias rodoviárias do Tejo, na região de Lisboa, na qual a TD-EC detém 7,5% do Capital Social.

Durante o exercício de 2011, verificou-se um decréscimo global de tráfego de 4,4%, com a Ponte 25 de abril a reduzir 3,6% e a Ponte Vasco da Gama 6%. Este facto teve um inevitável impacto nos proveitos operacionais, que reduziram 2,37% em relação a 2010 e se fixaram em 73.068 milhares de euros.

Assim e apesar da descida dos custos operacionais em 3,94%, o EBITDA operacional desceu 2,10% relativamente ao apurado no ano anterior e fixou-se nos 61.409 milhares de euros.

Os resultados financeiros também foram ligeiramente penalizados quando comparados com 2010, essencialmente pelo aumento da taxa de juro paga à Banca Comercial.

Ainda assim, os resultados líquidos alcançados em 2011 foram positivos em 14.812 milhares de euros, traduzindo um aumento de 5,3% em relação aos conseguidos no exercício anterior e permitiram que fosse deliberada em Assembleia Geral uma transferência para os acionistas de 14.072 milhares de euros.

A **CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.**, na qual o Grupo TEIXEIRA DUARTE mantém uma participação de 15% do capital social desde a sua fundação em meados dos anos 80, após concurso público internacional, foi pioneira e continua como empresa de referência na construção e exploração de parques de estacionamento e atividades conexas, na Região Administrativa Especial de Macau, tendo prosseguido com sucesso a sua atuação dentro dos parâmetros próprios do mercado.

2011 foi um ano em que o crescimento da economia e do tráfego em Macau contribuíram positivamente para que o resultado da operação tenha aumentado 7,9% para um máximo histórico.

Ainda assim, este crescimento foi apenas de 2,1% nos resultados líquidos apurados em 2011, devido ao aumento dos custos com o investimento nos recursos humanos e sobretudo, à alteração penalizadora do regime de taxas e outras contribuições e compensações para as autoridades públicas.

Contudo, esta participada regista resultados positivos, prossequindo o seu regular contributo para o Grupo TEIXEIRA DUARTE, sendo que para 2012 estão previstos diversos projetos tendentes à subida da receita, em especial com o projeto de reconstrução do auto-silo "Park Lane", que permitirá um aumento do número de lugares.

IV.3. IMOBILIÁRIA

A atuação do Grupo TEIXEIRA DUARTE neste setor remonta já ao início da década de setenta e atualmente engloba um vasto conjunto de empresas que têm como principais países de atuação Portugal, Angola, Brasil, Espanha e Moçambique.

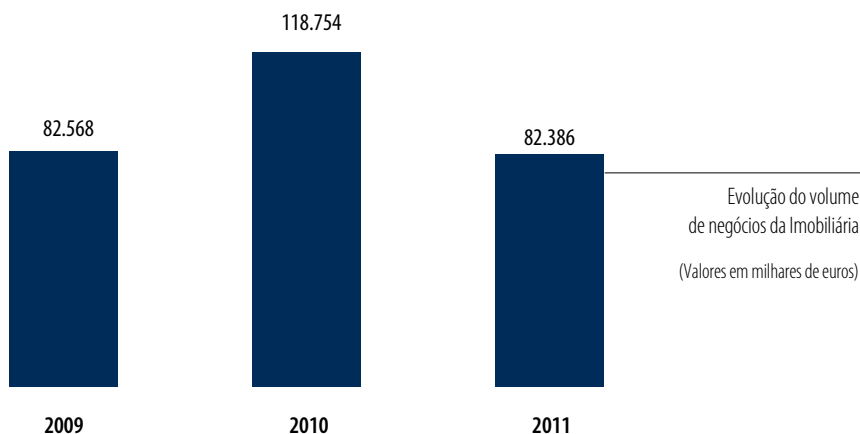
Ao longo dos anos, o setor interveio desde a conceção de *masterplans* até à reabilitação de património imobiliário em centros históricos.

O *know-how* adquirido por estas equipas multidisciplinares, dotaram o setor de uma vasta experiência nos segmentos residencial, escritórios, espaços comerciais, hotelaria, saúde e lazer, industrial/logística e parques de estacionamento públicos.

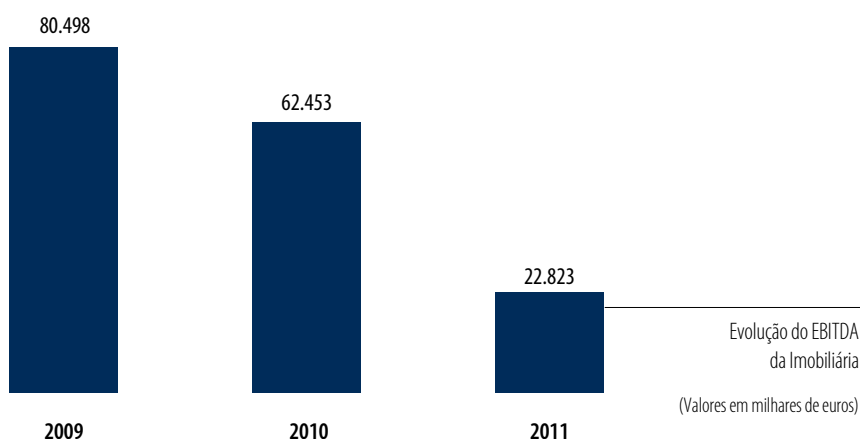
Além da promoção de projetos imobiliários, parte dos recursos do setor estão hoje dedicados à gestão e expansão de espaços afetos a outras atividade do Grupo, com destaque para a Construção, a Hotelaria, a Distribuição e o setor Automóvel.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

A Imobiliária desceu, no global, 30,6% face a 2010, essencialmente devido à quebra nos principais mercados do Grupo: Portugal, com uma quebra de 37,4% em função da conjuntura; e o Brasil, que desceu 46,2% face a 2010 em consequência do ciclo de lançamento de empreendimentos.



O impacto acima descrito, teve também uma inevitável influência no EBITDA alcançado neste exercício, o qual desceu 63,5% em relação a 2010, em resultado da redução de atividade nos principais mercados, sendo que em Portugal registaram-se perdas significativas no valor de ativos, registadas em variação de justo valor e menos valia.



– ATIVIDADE DURANTE 2011

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2011, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Imobiliário atingiram o valor global de 105.187 milhares de euros, que corresponde a uma quebra de 24,2% face a 2010, tendo os mercados externos passado a representar 54,6% da atividade e Portugal 45,4%.

Em Portugal, o ano de 2011 revelou-se um dos piores de sempre para o setor imobiliário. A redução do rendimento disponível das famílias, as quebras no consumo privado, o aumento da taxa de desemprego e, principalmente, a ausência quase total de financiamento na economia tiveram efeitos extremamente negativos ao nível da procura.

No segmento de escritórios da Grande Lisboa assistiu-se, em 2011, à colocação de pouco mais de 87.000m², representando o valor mais baixo desde que existem registos deste indicador. No "Lagoas Park" foram colocados cerca de 3.700m², o que revela uma redução substancial face à colocação de anos anteriores. Ainda assim, o empreendimento demonstrou ter uma boa capacidade de reter os seus maiores clientes, o que permitiu a manutenção de uma boa taxa de ocupação.

Durante o exercício de 2011 foi concluída a construção do edifício de comércio e serviços Prime I. Este edifício é parte integrante do projeto Oeiras Prime e inclui um *Health Club* da cadeia "Virgin Active", que ocupa uma fração com 4.200m².

No segmento logístico registou-se a contratação de 2.700m² de armazéns no "Abrunheira Park", único empreendimento do Grupo onde existem espaços deste segmento disponíveis, proporcionando uma excelente taxa de ocupação.



Empreendimento "Lagoas Park"
Oeiras



Edifício "Atrium II" para instalação do
health club "Virgin Active"
Oeiras

O segmento residencial registou, em 2011, uma queda superior a 60% no número de contratos fechados. Após um primeiro trimestre razoável, em linha com o ano de 2010, assistiu-se, a partir de abril, a uma queda abrupta no número de visitas e, consequentemente, uma redução significativa de novos contratos. O bom desempenho comercial dos empreendimentos em anos anteriores permitiu, no entanto, que o atual nível de *stock* neste segmento seja principalmente concentrado nos empreendimentos "Santa Marinha Design District", em Vila Nova de Gaia, e "Villa Park", na Amadora.

Em 2012 os investimentos neste setor sofrerão uma grande contenção em Portugal, estando a atenção centrada na comercialização dos produtos disponíveis e na otimização de custos associados à gestão do património do Grupo.

Será dada continuidade à tramitação dos processos urbanísticos em curso, nomeadamente dos projetos "Villa Simões", em Benfica, "Villa Torrinha", em Pedrouços e "Vila Rio", em Vila Franca de Xira, de forma a valorizar a carteira de ativos do Grupo.

Em Angola, o Grupo prossegue a sua atividade de gestão de imóveis e procura de oportunidades, sendo que a atual carteira de ativos imobiliários do Grupo tem um potencial construtivo acima do solo com cerca de 311.000m², na sua maioria em Luanda.

Destaque em 2011 para a conclusão da construção do "Coqueiros Luanda Living", edifício residencial localizado no centro da cidade de Luanda, que integra 43 frações de habitação e comércio já colocadas.

No Brasil, o Grupo TEIXEIRA DUARTE atua desde 2006 no mercado residencial e comercial de São Paulo.

Após dois anos de aumento consistente dos preços de venda, em consequência de uma maior procura de imóveis novos, verificou-se, a partir do segundo semestre de 2011, a estabilização dos valores de venda, com redução do respetivo volume.

O valor anual das vendas residenciais em 2011 em São Paulo foi o menor dos últimos cinco anos, tendo totalizado 5,4 mil milhões de euros de vendas, a que correspondem cerca de 37.700 unidades residenciais disponibilizadas.

Em 2011, a Teixeira Duarte colocou no mercado 208 unidades das 912 unidades lançadas nos últimos quatro anos de atividade, atingindo um total acumulado de 818 unidades comercializadas, restando apenas 93 unidades no empreendimento "Alta Vista Premium" e uma unidade no empreendimento "Quartier Vila Mascote". Este excelente desempenho deve-se essencialmente ao rigor técnico com que os projetos promovidos pelo Grupo são trabalhados, diferenciando-os do restante mercado.

Durante o exercício de 2011 foi dado seguimento à construção do empreendimento "Quartier Vila Mascote", na região Sul, que totaliza perto de 44.000m² de área de construção. Foi também concluída a construção e entregues 416 unidades dos empreendimentos "Family Santana", na região de Santana e "Verdi", na região de Alto de Pinheiros, que totalizam cerca de 90.000m² de área de construção.

No Estado de Pernambuco foi dada continuidade à promoção do empreendimento "Casa do Governador", em Porto de Galinhas. Trata-se de um projeto de grande dimensão e qualidade que se prevê estruturante para toda aquela região. Prosseguiu-se com a execução de vários projetos e com a tramitação dos respetivos licenciamentos.

As fortes expectativas de crescimento da economia Brasileira, aliadas às belíssimas condições naturais e à grande receptividade e simpatia do seu povo, perspetivam um desenvolvimento sustentado da atividade turística. O projeto que a Teixeira Duarte pretende desenvolver em Porto de Galinhas visa o reforço da capacidade e da qualidade deste reconhecido polo turístico.

Em **Espanha** e à semelhança do que se verifica em Portugal, o setor imobiliário também atravessa sérias dificuldades ao nível da procura, agravadas pelo excesso generalizado de construção nos diversos segmentos de mercado.

Durante o exercício, foi concluída a construção de um edifício residencial com 12 apartamentos, situado na "Calle Amalia", perto do "Paseo de la Castellana" e da "Plaza Castilla", em Madrid, tendo sido obtida a respetiva licença de utilização. Dos mencionados 12 apartamentos disponíveis, três foram comercializados até ao final de 2011.

Também em Madrid e no âmbito de um contrato de concessão administrativa, foi dada continuidade à comercialização da cessão de uso de lugares de estacionamento para residentes e a exploração de lugares de estacionamento para rotação, bem como a cessão do arrendamento das áreas comerciais disponíveis no Parking Europa, situado na "Avenida de Europa", em "San Sebastián de los Reyes".

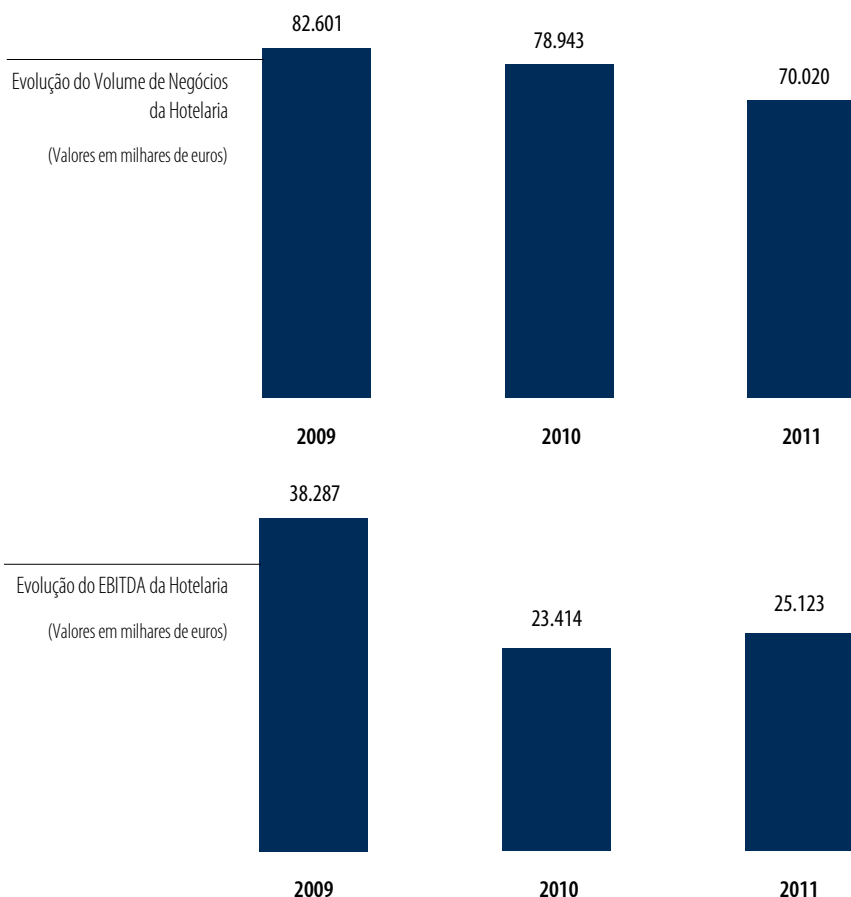
No mercado moçambicano prosseguiu-se com a comercialização das unidades residenciais na cidade de Maputo, sendo que o "Polana Shopping Center", em Maputo, continua a ser uma das referências no contexto dos centros comerciais, estando atualmente quase totalmente ocupado. A conjuntura do mercado é favorável, pelo que tem sido possível selecionar criteriosamente os lojistas.

IV.5. HOTELARIA

Depois de uma primeira experiência em 1974, no Algarve, o Grupo TEIXEIRA DUARTE retomou a sua atuação neste setor em Sines, nos anos 80, operando hoje através de onze unidades hoteleiras, cinco sitas em Portugal, três em Angola e três em Moçambique, que totalizam 3.194 camas e 1.576 quartos.

A Teixeira Duarte desenvolve também negócios na área de Fitness, nomeadamente com quatro *Health Clubs* (no "Lagoas Park", em Torres Vedras, em Faro e no "Villa Park", na Amadora) e algumas unidades de restauração em Portugal e Angola, destacando-se neste último país as pastelarias "Nilo".

— **CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO**



O Volume de Negócios da Hotelaria baixou 11,3% face ao período homólogo, o que se explica, maioritariamente, pela descida das taxas de ocupação nas unidades do Grupo em Angola.

Apesar da descida verificada no volume de negócios, o EBITDA cresceu 7,3% e fixou-se em 25.123 milhares de euros, refletindo a otimização da gestão das unidades do Grupo e mais rigoroso controlo de custos.

— **ATIVIDADE DURANTE 2011**

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2011, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Hotelaria atingiram o valor global de 85.147 milhares de euros, que corresponde a uma quebra de 16,4% face a 2010, sendo que, nesta área de negócio os mercados externos representam 80,1% da atividade e Portugal 19,9%.

As várias sociedades do Grupo que atuam neste setor em **Portugal** totalizam 1.515 camas e 651 quartos, distribuídos por cinco unidades hoteleiras, conforme se refere:

— LAGOAS PARK HOTEL	Oeiras	182 quartos
— SENERAMA	Sines	105 quartos
— HOTEL ORIENTAL	Praia da Rocha	90 quartos
— STELLA MARIS	Albufeira	140 quartos
— HOTEL EVA	Faro	134 quartos

Apesar da conjuntura económica negativa em 2011, os principais indicadores operacionais da atividade turística em Portugal tiveram uma evolução positiva.

As unidades da Teixeira Duarte em Portugal mantiveram a taxa de ocupação, tendo-se registado um acréscimo de cerca de 1,8% no preço médio, em virtude do aumento da procura do segmento de empresas em alguns hotéis do Grupo, bem como da gestão mais eficiente das vendas via *Internet*.

Na área de *Fitness*, a referida conjuntura negativa associada ao aumento da taxa de IVA de 6% para 23%, apesar de não totalmente refletida no



Hotel Baía
Luanda - Angola



Hotel Tivoli Beira
Beira - Moçambique

preço praticado, conduziu a um decréscimo do número de membros das várias unidades do Club L e, conseqüente, redução de proveitos em 12,5%.

Em Angola, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.059 camas e 620 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere: 159

— HOTEL TRÓPICO	Luanda	280 quartos
— HOTEL ALVALADE	Luanda	202 quartos
— HOTEL BAÍA	Luanda	138 quartos

Os dois hotéis que o Grupo vinha operando em Luanda, o "TRÓPICO" e o "ALVALADE", tiveram boas taxas de ocupação, tendo sido reforçadas as ações de formação profissional dos colaboradores, nomeadamente no âmbito das línguas estrangeiras, atendimento público e higiene e segurança alimentar.

Aumentando a já forte presença do Grupo Teixeira Duarte no mercado hoteleiro em Angola, foi oficialmente inaugurado em 22 de julho de 2011 o "Hotel BAÍA", localizado na zona sul da cidade de Luanda.

No que se refere a outras atividades conexas, realçamos as pastelarias "Nilo", que prosseguiram os bons desempenhos que têm caracterizado a sua atuação nos últimos anos. Mantendo a tendência de crescimento que se tem vindo a registar neste negócio, iniciou-se, em março de 2011, a exploração de mais uma unidade situada no bairro de Alvalade, em Luanda.

Em Moçambique, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 620 camas e 305 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

— HOTEL AVENIDA	Maputo	159 quartos
— HOTEL TIVOLI MAPUTO	Maputo	72 quartos
— HOTEL TIVOLI BEIRA	Beira	74 quartos

Em 2011 verificou-se um aumento do número de estrangeiros a visitar Moçambique, tendo-se traduzido num crescimento de 23% dos proveitos operacionais das unidades do Grupo.

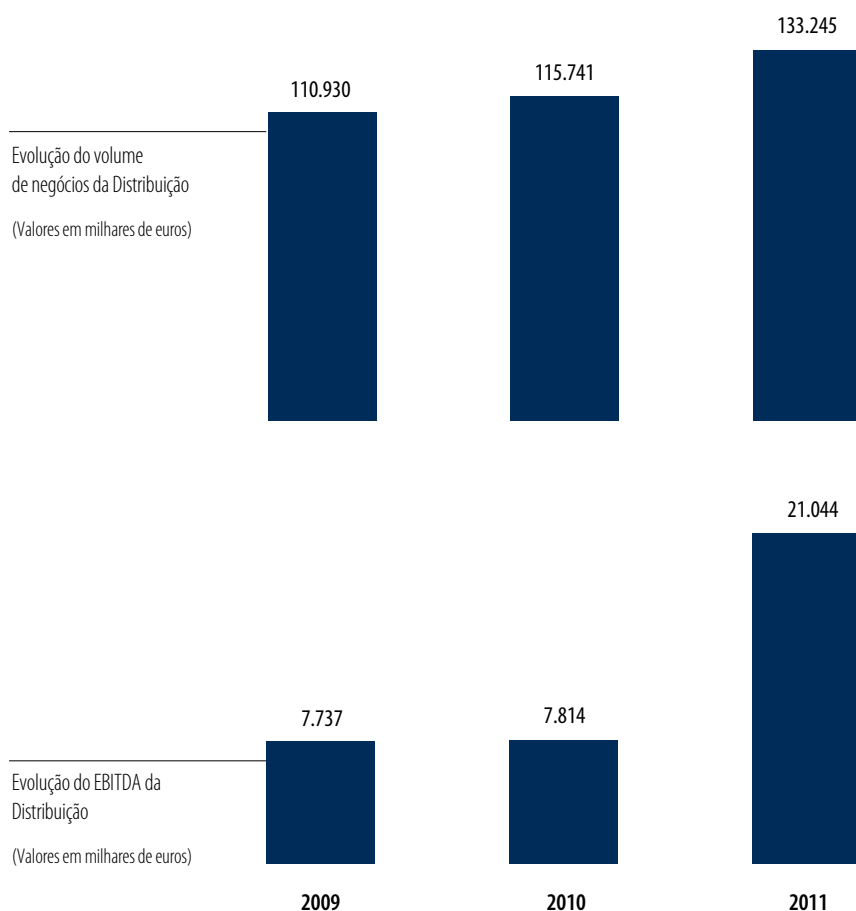
O Hotel Tivoli Beira esteve encerrado para remodelação nos primeiros cinco meses do ano, tendo reaberto ao público no dia 3 de maio de 2011.

IV.6. DISTRIBUIÇÃO

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor teve início em 1996 e atualmente é realizada por diversas operações internacionais, sendo de destacar as atividades desenvolvidas pelas participadas "MAXI - Comércio Geral, Importação e Exportação, Lda." e "MAXI RETAIL - Comércio Geral, Lda.", que atuam no mercado angolano.

A forte estrutura de compras e logística desenvolvida em Portugal e apoiada pelas equipas locais em Angola, tem permitido uma otimização da operação, o que, acompanhado pela melhoria dos pontos de venda e um forte reforço comercial das marcas com que o Grupo opera, "MAXI", "Bompreço" e "Casa de Coração", têm permitido um sustentado crescimento.

— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



A Distribuição cresceu 15,1% face a dezembro de 2010, evidenciando o sucesso da otimização da operação e das ações de dinamização e aumento de lojas.

No mercado Angolano, a desvalorização do Dólar fez com que o aumento deste indicador se tenha fixado em 15,2%, quando o aumento efetivo do nível da atividade foi de 20,8%.

A reestruturação da operação neste setor, a maior agilidade e eficiência na logística e distribuição, bem como o aumento e melhoria dos pontos de venda, contribuíram para que o EBITDA tenha registado um crescimento de 169,3% face a 2010.



Loja "MAXI" Maianga
Luanda - Angola



Loja "Bompreço", no Ginga Shopping
Viana - Angola

— ATIVIDADE DURANTE 2011

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2011, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram o valor global de 236.100 milhares de euros, que corresponde a um crescimento de 31% face a 2010.

Em Portugal e através da empresa a "Teixeira Duarte — Distribuição, S.A.", o Grupo apostou em novas competências nas áreas de logística, gestão de categorias e controlo de gestão, tendo também sido dada continuidade ao reforço da componente de distribuição direta, através da procura sistemática de novos parceiros e do estabelecimento de exclusivos de distribuição. Todas estas evoluções permitiram que o total do volume de negócios desta participada em 2011 tivesse atingido os 78.770 milhares de euros.

Em 2012, dar-se-á continuidade ao desenvolvimento das competências específicas associadas às novas funções, respondendo, assim, às necessidades e evolução concorrencial do mercado.

Em Angola, durante o exercício de 2011 a MAXI consolidou a sua presença como marca de referência no mercado, honrando diariamente junto dos seus clientes a sua assinatura "qualidade ao melhor preço".

Neste ano, foi lançado um novo formato de loja sob a insígnia "Bompreço". Localizado no Ginga Shopping, em Viana, este estabelecimento é exclusivamente orientado para o cliente final, oferecendo uma experiência de compra diferente da proporcionada pelas lojas MAXI.

Para uma melhor harmonia à nova imagem da insígnia, as lojas "MAXI" na Maianga e em Viana, na província de Luanda, sofreram remodelações, oferecendo agora espaços mais agradáveis e cómodos, associados a um bom nível de serviço. Com o mesmo objetivo, as lojas da "MAXI" no Sumbe e Lobito foram igualmente objeto de intervenções profundas.

Está prevista a abertura, em 2012, de novas lojas no Cazenga, Zango e Cacuo, localizadas na província de Luanda, tal como a transferência da atual loja em Porto Amboim para uma estrutura completamente nova, adequada e moderna, na mesma localidade. Será dada continuidade ao aumento do sortido de produtos e à consolidação da "MAXI" como a rede de lojas que melhor relação qualidade/preço apresenta aos consumidores finais.

Em 2011, prosseguiu-se com o desenvolvimento da "Casa de Coração", insígnia do Grupo dedicada ao retalho não alimentar, através do aumento do sortido e da qualidade dos produtos apresentados. Foi, ainda em 2011, fechado um contrato para uma nova loja, com área de 1.600m², no centro comercial Luanda Shopping, o futuro maior espaço comercial da cidade de Luanda.

Paralelamente ao investimento nos espaços foi reforçado o investimento em publicidade e comunicação em todos os segmentos de negócio, através do desenvolvimento simultâneo de ações temáticas ou promocionais e ações mais abrangentes, que visaram o incremento da notoriedade das marcas "MAXI" e "Casa de Coração".

Ao nível dos Recursos Humanos, foram mantidos bons patamares de exigência, através da implementação de políticas de seleção e recrutamento dinâmicas e criteriosas, com o intuito de atrair e selecionar os melhores profissionais.

Durante o próximo exercício é previsto um crescimento no volume das vendas, mas sempre mantendo um controlo efetivo dos stocks e um rigoroso controlo dos custos de operação.

Durante o exercício de 2011 foi constituída, na África do Sul, a sociedade "Global Net Distributors (PTY) Ltd.", com sede em Joanesburgo, e com o objetivo de alargar a este país a área de atuação do setor da Distribuição, em função dos movimentos que se verificam na região SADC – Southern Africa Development Community.

IV.7. ENERGIA

O Grupo TEIXEIRA DUARTE começou a atuar neste setor em Portugal em 1996, sendo que atualmente opera no mercado nacional, através da "TDARCOL – SGPS, S.A.", nas áreas dos Combustíveis Líquidos e Lubrificantes, do Gás e da Energia Solar e no Brasil através da participada "ALVORADA PETRÓLEO S/A", que se dedica à extração e comercialização de petróleo.

Nos combustíveis, a Teixeira Duarte tem em exploração, diretamente ou através de concessões 60 postos de abastecimento, com a marca AVIA.

No Gás, o Grupo opera com a marca DIGAL e dispõe de 500 reservatórios para abastecimentos locais e de uma rede de distribuição de gás canalizado com mais de 350Km, abastecendo um número aproximado de 65.000 fogos, para além de uma estrutura com meios de enchimento e distribuição de gás embalado, detendo a representação exclusiva nacional da marca Campingaz.

Na área da energia solar térmica, as empresas do Grupo representam em Portugal as marcas internacionais SOLAHART e SONNENKRAFT onde as suas participadas são líderes de mercado.

No Brasil, a Teixeira Duarte é titular, indiretamente de 43,2% do capital da sociedade "ALVORADA PETRÓLEO S/A", sediada em Belo Horizonte. A referida ALVORADA é detentora da concessão de três campos maduros, localizados em Aracaju, no estado de Sergipe, Bom Lugar, no Recôncavo Baiano e Jiribatuba, na ilha de Itaparica em frente à cidade de Salvador, bem como de onze blocos, sites também no Recôncavo Baiano e que foram objeto do Contrato de Concessão da 9ª Rodada de Licitações promovida pela "ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis" (ANP).



Digal - Parque do Campo Raso
Sintra

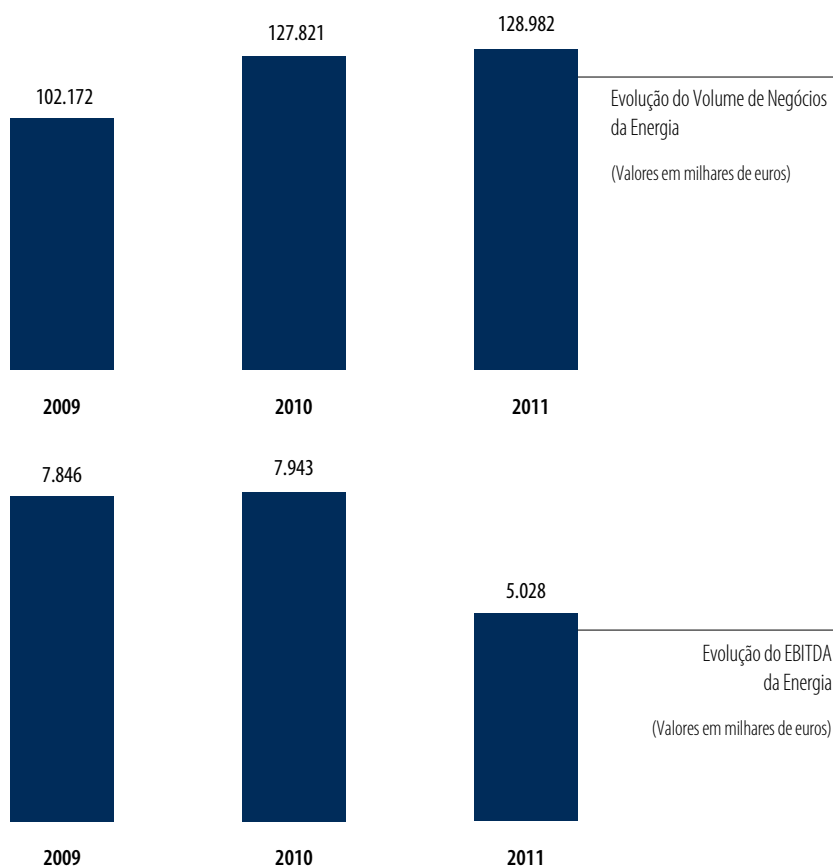


Projeto de Tancagem
Aveiro

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

Na Energia, o Volume de Negócios do Grupo cresceu 0,9% face a dezembro de 2010, apesar da redução da atividade na área da Energia Solar, afetada pelo termo dos programas públicos de apoio à instalação de equipamentos.

O EBITDA registou uma descida de 36,7% em relação a 2010, tendo contribuído para esse facto a descida na área do gás e a indicada redução da atividade na área da energia solar.



– ATIVIDADE DURANTE 2011

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2011, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Energia atingiram o valor global de 143.191 milhares de euros, que corresponde a um crescimento de 3,5% face a 2010.

Relativamente à área dos Combustíveis, refira-se que na prossecução da política de rigor aplicado na gestão da exposição do risco de crédito concedido, as vendas de combustíveis líquidos, em quantidades, tiveram uma quebra de cerca de 15% com o Volume de Negócios a registar um aumento de 10,8%, em resultado, por um lado, da contração do mercado global nacional ao longo do ano devido à situação económica geral e, por outro, do aumento significativo dos preços ocorrido em 2011, consequência da subida das cotações internacionais.

No setor dos lubrificantes manteve-se uma boa prestação, tendo-se consolidado as vendas e, consequentemente, a posição no mercado.

No gás, o Grupo manteve o normal desenvolvimento do negócio, tendo os proveitos operacionais diminuído 11,7% em relação a 2010. Este resultado deve-se à redução do consumo *per capita*, devido à situação económica geral, bem como pelo facto das temperaturas médias verificadas ao longo do ano se terem fixado acima dos valores históricos, em particular, nos picos de consumo sazonais de Outono/Inverno.

Na energia solar, com o fim dos incentivos introduzidos no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética, promovido pelo Ministério da Economia e Inovação, foi registado um decréscimo de vendas de 63,7%.

Adicionalmente às três áreas acima referidas destaca-se, ainda, o desenvolvimento do Projeto de Tancagem em Aveiro.

No **Brasil**, prosseguiu-se em 2011 a implementação de um programa de prospeção denominado "Programa Exploratório Mínimo (PEM)".

Destaca-se como muito relevante nesta área de atuação a celebração, em agosto de 2010, de um Acordo entre a ALVORADA e uma entidade do Grupo "Gran Tierra Energy Inc." ("Gran Tierra Energy"), através da qual esta adquiriu 30% dos Blocos REC-T-129, 142, 155 e 224, integrados na concessão referente à aludida 9ª Rodada, estando esta operação ainda pendente da aprovação da "ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis" (ANP).

IV.7. AUTOMÓVEL

A Teixeira Duarte começou a sua atuação no Setor Automóvel em 1991, em Angola, prosseguindo hoje a sua atividade através de um conjunto de sociedades que representam diversas marcas internacionais nos seguintes segmentos do mercado:

- Automóveis: Chevrolet, Honda, Nissan, Mahindra, Peugeot e Renault;
- Viaturas Pesadas: Renault Trucks e UD Trucks;
- Motociclos: Honda, Piaggio e Vespa e Gilera
- Atrrelados: Randon;
- Empilhadores: Nissan Diesel;
- Geradores: Denyo, Pramac, Honda Power Products, Stamac e Powermate.

Destaca-se neste âmbito de atividade do Grupo Teixeira Duarte neste setor o investimento estratégico que foi sendo feito há vários anos para a construção do Polo TDA, que está em funcionamento desde 2009 em Luanda Sul.

Trata-se do maior polo automóvel de Angola e um dos maiores de África, que ocupa uma área total de 100.000m², distribuída por *showrooms*, oficinas com várias valências e com equipamentos tecnologicamente avançados e *eco-friendly*, bem como outras infraestruturas dedicadas ao mundo automóvel, ali reunindo todas as condições necessárias ao desempenho de um serviço de padrões internacionais.



Polo TDA - Oficinas
Luanda Sul - Angola



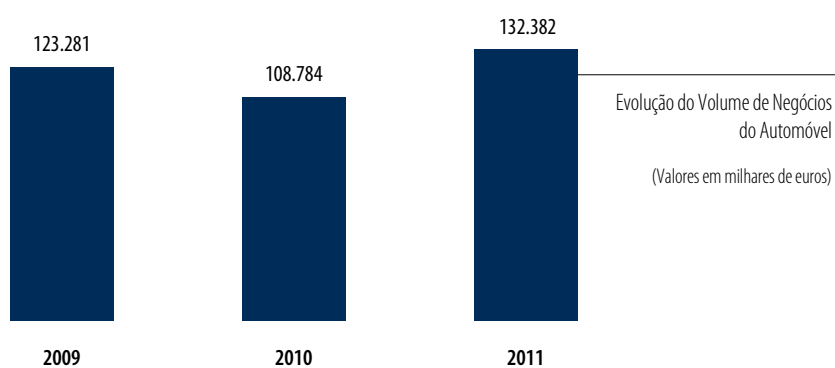
Polo TDA - Parque Automóvel
Luanda Sul - Angola

Estas instalações modernas e eficientes — e nas quais estão reunidas grande parte das marcas representadas pela Teixeira Duarte Automóvel tanto nos veículos ligeiros e pesados, como nas motos e nos equipamentos — associadas a uma rede de oficinas e showrooms estrategicamente localizados, são um excelente contributo para o sucesso da Teixeira Duarte Automóvel num mercado em evolução e com potencial de crescimento.

— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

No setor Automóvel, registou-se um aumento do Volume de Negócios de 21,7% relativamente ao ano passado, apesar da penalização sofrida pela desvalorização do Dólar.

De salientar que as ações comerciais desenvolvidas e a apetência do mercado pela gama comercializada originaram um acréscimo efetivo do nível de atividade de 27,7%.

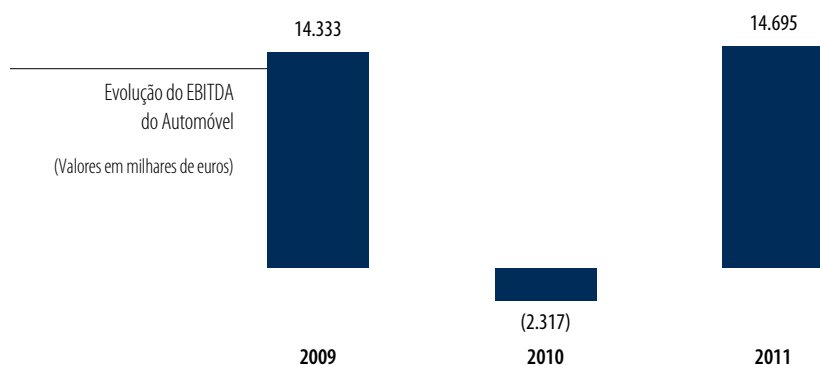




Stand Alameda Van Dunan
Luanda - Angola



Polo TDA - Stand Renault
Luanda Sul - Angola



Na sequência do aumento da atividade e da reorganização interna que vinha sendo concretizada, o Grupo melhorou o seu desempenho neste setor, tendo o EBITDA alcançado valores semelhantes aos atingidos em 2009.

– ATIVIDADE DURANTE 2011

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2011, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Automóvel atingiram o valor global de 208.457 milhares de euros, que corresponde a um crescimento de 14,1% face a 2010.

No segmento dos automóveis ligeiros, em 2011 assistiu-se a um crescimento generalizado do mercado angolano, bem como das vendas das marcas distribuídas pelo Grupo. A quota de mercado do conjunto das marcas distribuídas pelo Grupo foi de 19%.

As marcas que mais contribuíram para as vendas de ligeiros foram a Nissan, através dos modelos Hardbody, Navara e Patrol, e a Chevrolet, com os modelos Spark e Captiva. De salientar o grande progresso da Renault, que atingiu, em 2011, o seu melhor desempenho de sempre,

que mereceu, inclusivamente, o reconhecimento da própria marca, que atribuiu à empresa do Grupo Teixeira Duarte TDA, S.A. o prémio de "Best Dealer of the Year para toda a África Subsariana".

Os resultados da Renault são consequência da existência de uma gama renovada com excelente relação preço-qualidade e da qual fazem parte os modelos Duster e Sandero, bem como por todo o esforço comercial desenvolvido para divulgar a marca no mercado. Para 2012 prevê-se a continuação de um percurso ascendente para esta marca.

Relativamente à Peugeot, durante o exercício de 2011 foram desenvolvidos esforços com vista a trazer para o mercado modelos competitivos em termos de características e preço, com destaque para o Peugeot 3008, sendo que, para 2012, é esperado um aumento da presença desta marca no mercado, fruto da aposta em novos modelos e através da comercialização da gama comercial Peugeot onde a marca apresenta um *line up* bastante completo.

A marca indiana Mahindra, cuja comercialização foi iniciada em 2010, apresenta à data de hoje resultados interessantes e que serão potenciados em 2012.

Neste ano o Grupo reforçará a sua aposta neste setor também com a comercialização de novas marcas, como a JMC.

No que diz respeito aos pontos de venda e assistência técnica prevê-se, em 2012, a abertura do Stand "TDA Coqueiros", em Luanda, onde serão disponibilizadas as marcas Renault e Nissan.

No segmento dos motociclos onde o Grupo está associado às marcas Honda, Piaggio, Gilera e Vespa, destaque para o bom desempenho das Honda e Piaggio, que permitiram ao Grupo alcançar o melhor ano de vendas de sempre no segmento.

Em 2012, a Teixeira Duarte associar-se-á à marca coreana Hyosung, de modo a aumentar o volume de proveitos neste segmento, esperando, ainda, alargar o tipo de produto oferecido, em particular na gama de média e alta cilindrada onde a marca é muito competitiva.

No segmento dos pesados, onde a empresa conta com as marcas Renault Trucks, UD Trucks e Randon, foram feitas diligências no sentido de tornar os preços das marcas mais competitivos. Em 2012, a entrada da JMC no universo do Grupo, irá permitir a oferta de *Light Trucks* com preços competitivos e que podem ter desempenhos muito interessantes. O ano também será marcado pela abertura do "Polo TDA", em Viana, onde será disponibilizada assistência técnica aos vários segmentos deste setor.

De uma forma transversal foi seguida, em 2011, uma rigorosa política de redução de stocks, que permitiu chegar ao final do ano com valores mais adequados ao atual nível da operação.

No segmento dos equipamentos, mais especificamente dos geradores, durante o exercício de 2011 foram reforçados os meios dedicados ao comércio e assistência técnica, dotando o Grupo de maior capacidade e rapidez de resposta e iniciando a comercialização das marcas Stemac e Powermate, para reforçarem a oferta das marcas Denyo, Pramac e Honda Power Products, já distribuídas pelo Grupo. Prevê-se um bom desempenho para este segmento em 2012, onde se destaca a abertura de novo ponto de venda e assistência técnica dedicado, no centro de Luanda.

O ano de 2012 será marcado pela implantação no mercado da "Loja TDA". Este conceito estará presente em diversas localizações de Luanda sendo baseado na oferta de equipamentos e motos, peças e acessórios originais.

Será prosseguido o esforço para consolidar as marcas *umbrella* "TDA Paixão Automóvel" e "Vauco" no mercado Angolano, tal como serão feitos todos os esforços de forma a promover e potenciar a venda dos *best-sellers* de cada uma das marcas.

V. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM SOCIEDADES COTADAS

A Teixeira Duarte foi acionista fundadora do "Banco Comercial Português, S.A." em 1985, tendo acompanhado os sucessivos aumentos de capital e reforçado a sua participação estratégica, sendo atualmente a maior acionista nacional do Banco e a segunda maior em termos globais, com 5,47% do respetivo capital social.

A participação detida no "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A." desde 2007, assume-se como um investimento estratégico para acompanhar o desenvolvimento da atividade do Grupo em Espanha.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

No final do ano de 2010 as empresas que integram o Grupo Teixeira Duarte tinham 324.500.000 ações do "Banco Comercial Português, S.A.", que correspondiam a 6,9% do respetivo capital social e direitos de voto do banco, sendo que o valor de mercado dessas ações detidas em 31 de dezembro do ano passado era de 188.859 milhares de euros.

Durante o exercício de 2011, o Grupo Teixeira Duarte adquiriu 46.805.416 ações do "Banco Comercial Português, S.A." pelo montante de 18.112 milhares de euros e 14.297.025 ações no âmbito do aumento de capital do banco por incorporação de reservas.

Em consequência das referidas aquisições e das operações de aumento de capital concretizadas pelo banco durante o exercício em análise, em 31 de dezembro de 2011 o Grupo Teixeira Duarte era titular de um total de 385.602.441 ações, que correspondiam a 5,35% do capital social do banco e tinham o valor global de mercado de 52.442 milhares de euros, o que se traduz numa diminuição de 136.417 milhares de euros do valor contabilístico da participação do Grupo Teixeira Duarte no banco face a 2010.

Mais se informa que, por contrato-promessa de compra e venda de ações celebrado em julho de 2011, uma sociedade do Grupo Teixeira Duarte prometeu adquirir 8.608.842 (oito milhões seiscentas e oito mil oitocentas e quarenta e duas), correspondentes a 0,12% do capital social do "Banco Comercial Português, S.A." e embora aquela participada não seja titular dos respetivos direitos de voto, os mesmos são integrados na mesma cadeia de imputações, de acordo com os normativos aplicáveis, nomeadamente o artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários imputados.

BBVA, S.A.

Em 2011, o Grupo TEIXEIRA DUARTE manteve a participação no "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A." cujo valor contabilístico, expresso em IFRS, registou uma descida de 9,04%, fixando-se em 17.610 milhares de euros.

VI. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, não se tendo verificado, desde o encerramento do exercício até esta data, qualquer facto que se justifique enquadrar neste capítulo.

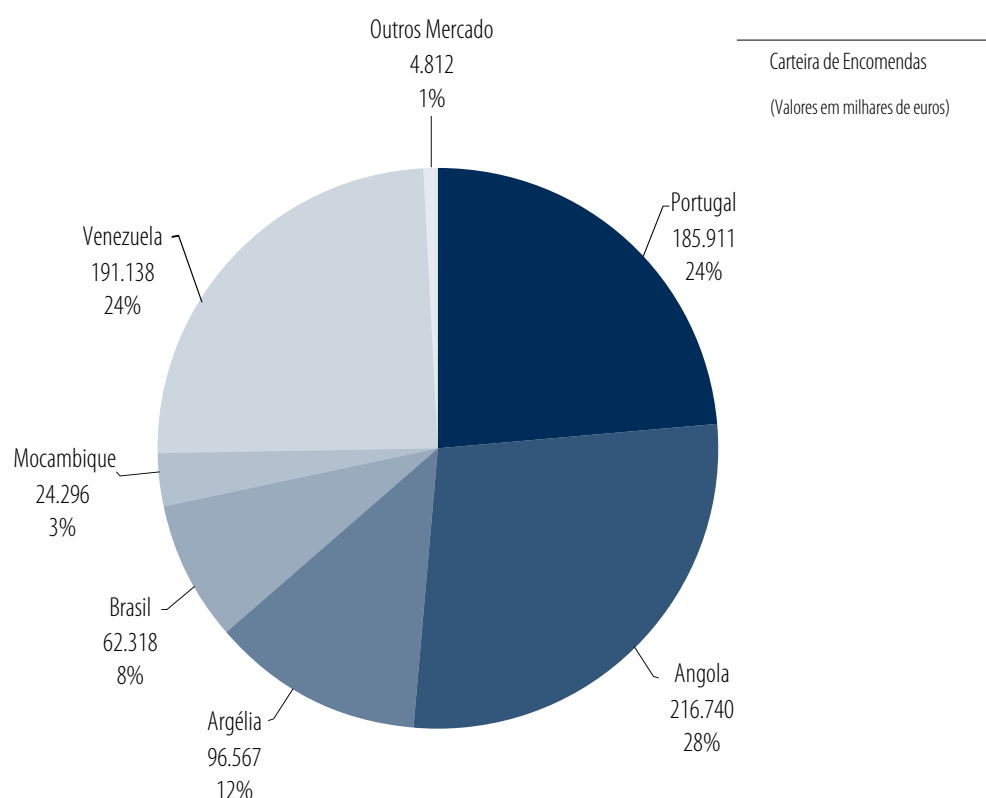
VII. PERSPETIVAS PARA 2012

Para 2012, a Teixeira Duarte irá reforçar a postura de particular cautela e vigilância quanto à contenção de custos e realização de investimentos.

Prevê-se que no setor da Construção venha a ocorrer um crescimento da atividade em vários países com expressão na atuação do Grupo no mercado externo, nomeadamente naqueles que, ciclicamente, registaram em 2011 algumas descidas, bem como, o aumento significativo na Venezuela, onde o Grupo opera há 34 anos e onde mantém uma posição de prestígio no mercado, para as grandes empreitadas, reconhecida, inclusivamente, pelos dois contratos de grande dimensão assinados mais recentemente.

Assim, a **Carteira de Encomendas** do Grupo Teixeira Duarte para o setor de construção, atingiu na sua globalidade o expressivo valor de 2.449.619 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011, registando um aumento de 13,4% face a 31 de dezembro de 2010.

Desta forma e sem prejuízo de eventuais novos contratos, o Grupo tem assegurado bons níveis de atividade na Construção, destacando-se o facto de, para 2012 e no contexto da atual conjuntura tão desfavorável, estar contratada a execução de empreitadas no valor global de 781.782 milhares de euros, distribuído da seguinte forma pelos mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte:



Prosseguir-se-á também o desenvolvimento da atuação nos outros setores de atividade, em especial na Distribuição, atribuindo igualmente, sempre que possível, prioridade ao impulso nos mercados externos, que, pela sua dinâmica, têm vindo a ganhar maior expressão no Grupo Teixeira Duarte.

Para 2012, a Teixeira Duarte prevê atingir proveitos operacionais consolidados de 1.400 milhões de euros.

VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos individuais da "TEIXEIRA DUARTE, S.A." apurados no exercício de 2012, negativos no montante de 175.616.665,80€ (cento e setenta e cinco milhões seiscientos e dezasseis mil seiscientos e sessenta e cinco euros e oitenta cêntimos), sejam levados a Resultados Transitados.

Lagoas Park, 26 de abril de 2012

O Conselho de Administração,

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Joel Vaz Viana de Lemos

Carlos Gomes Baptista

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

I. Número de valores mobiliários dos Membros dos Órgãos Sociais:

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, em particular o artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e o artigo 14.º, n.º 7 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, a TEIXEIRA DUARTE, S.A. apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo detidas por titulares dos Órgãos Sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2011, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

Nome	Qualidade	Nº de Ações	
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Presidente do Conselho de Administração	(a) 7.942.000	(a) 7.900.000 ações detidas pela sociedade, por si dominada, PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Administrador	5.149.575	
Joel Vaz Viana de Lemos	Administrador	433.862	
Carlos Gomes Baptista	Administrador	25.634	(b) Ações detidas em regime de compropriedade com sua mulher.
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Administrador	31.160	
António Gonçalves Monteiro	Presidente do Conselho Fiscal	-	
Mateus Moreira	Vogal do Conselho Fiscal	-	
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Vogal do Conselho Fiscal	(b) 10.000	
Mariquito, Correia & Associados, SROC	Revisor Oficial de Contas	-	
Rogério Paulo Castanho Alves	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-	
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-	
José Pedro Poiães Cobra Ferreira	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-	

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros do Órgão de Administração durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2011:

Nome	Operação	Sociedade	Data	Nº de Ações	Preço por Ação	
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Alienação	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	21-jun-11	1.029.450	(c) Permuta por ações da TD-SGPS	(c) Esta operação foi realizada pela sociedade por si dominada PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. a qual, por cada 30 ações da TEIXEIRA DUARTE, S.A. alienadas, recebeu 1 ação representativa do capital social da TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..

III - Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2011:

Nome	Sociedade	Nº de Ações	
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Presidente do Conselho de Administração	(d) 6.912.550	(d) 6.870.550 ações detidas pela sociedade, por si dominada, PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Administrador	5.149.575	
Joel Vaz Viana de Lemos	Administrador	433.862	
Carlos Gomes Baptista	Administrador	25.634	(e) Ações detidas em regime de compropriedade com sua mulher.
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Administrador	31.160	
António Gonçalves Monteiro	Presidente do Conselho Fiscal	-	
Mateus Moreira	Vogal do Conselho Fiscal	-	
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Vogal do Conselho Fiscal	(e) 10.000	
Mariquito, Correia & Associados, SROC	Revisor Oficial de Contas	-	
Rogério Paulo Castanho Alves	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-	
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-	
José Pedro Poiães Cobra Ferreira	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-	

A TEIXEIRA DUARTE, S.A. apresenta, de seguida e nos termos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, a lista dos acionistas que, a 31 de dezembro de 2011 e segundo os registos da Sociedade e as informações prestadas, são titulares de, pelo menos, um décimo do capital social.

Sociedade	N.º de ações em 31.12.2011	% Capital
TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	197.950.000	47,13%

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente ao previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento CMVM n.º 5/2008, é com base nos registos da Sociedade e nas informações recebidas que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de dezembro de 2011, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

1. **A TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** é imputada, nos termos do disposto no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com entendimento da CMVM — do qual se discorda quanto à matéria constante da alínea d) infra —, uma participação qualificada no capital social e direitos de voto da sociedade TEIXEIRA DUARTE, S.A. de 220.899.484 (duzentos e vinte milhões oitocentas e noventa e nove mil quatrocentas e oitenta quatro) ações, correspondentes a 52,60% do capital social e dos respetivos direitos de voto, por força de:
 - a) 197.950.000 ações por ela detidas **diretamente**, correspondentes a **47,13%** do capital social e dos direitos de voto;
 - b) 5.800.000 ações detidas pela sociedade sua participada NGDI — Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., correspondentes a 1,38% do capital social e dos direitos de voto;
 - c) 8.419.850 ações detidas pelos membros do Conselho de Administração de TEIXEIRA DUARTE — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., correspondentes a 2,00% do capital social e dos direitos de voto (nenhum destes alcançando, individualmente, qualquer participação qualificada);
 - d) 8.729.634 ações detidas pelos membros do Conselho de Administração de NGDI — Gestão e Investimento Imobiliário, S.A. que não sejam membros do Conselho de Administração da sociedade indicada na alínea a) anterior, correspondentes a 2,08% do capital social e dos direitos de voto (nenhum destes alcançando, individualmente, qualquer participação qualificada), imputação esta feita em conformidade com entendimento da CMVM do qual se discorda.
2. Ao **Banco Comercial Português, S.A.** é imputável, nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com entendimento da CMVM, a participação qualificada de 42.000.216 (quarenta e dois milhões duzentas e dezasseis) ações, correspondentes a **10,00%** do capital social e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 500 ações detidas pelo Banco Comercial Português, S.A., correspondentes a 0,0001% do capital social e dos direitos de voto;
 - b) 41.999.716 ações detidas pelo **Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português** correspondentes a **9,9999%** do capital social e dos direitos de voto¹.
3. Ao **Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte** é imputável, nos termos do disposto no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários a participação qualificada de 32.259.851 (trinta e dois milhões duzentas e cinquenta e nove mil oitocentas e cinquenta e uma) ações, correspondente a **7,68%** do capital social e dos direitos de voto, por força de:
 - a) 69.897 ações por ele detidas diretamente, correspondentes a 0,02% do capital social e dos direitos de voto;
 - b) 32.189.954 ações detidas pela sociedade por si dominada indiretamente **CIMILE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, correspondentes a 7,66% do capital social e dos direitos de voto.

¹ Através de comunicação recebida do Banco Comercial Português, S.A., em 8 de fevereiro de 2007, foi indicado que a sociedade gestora do Fundo de Pensões do Grupo BCP exerce de forma independente os respetivos direitos de voto.

Relatório sobre o Governo da Sociedade **2011**



RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

Cumprindo as disposições normativas, designadamente o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e o Regulamento n.º 1/2010 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a TEIXEIRA DUARTE, S.A. (TD,SA) apresenta o seu Relatório sobre o Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2011, respeitando todos os requisitos do modelo anexo ao referido Regulamento, sendo que, sempre que oportuno e aplicável, se farão os comentários e reflexões sobre os procedimentos seguidos pela Empresa.

Há muito que o Grupo TEIXEIRA DUARTE se preocupa com a temática entretanto designada por Governo das Sociedades, adotando práticas que refletem valores hoje acautelados na regulamentação sobre essa matéria, assumindo uma postura atenta à evolução dos normativos e recomendações nacionais e internacionais.

A Sociedade cumpre todas as obrigações a que está adstrita, nomeadamente enquanto entidade emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, e assume a responsabilidade — que lhe é devida — de encontrar o equilíbrio entre o teor das diferentes recomendações emitidas por diversas entidades e a realidade da Empresa, a sua estrutura, história, mercados e setores de atuação.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO:

A TD,SA organizou este Relatório de acordo com o modelo constante do Anexo ao Regulamento da CMVM n.º 1/2010, tendo, por sugestão da CMVM, inserido no seu Capítulo 0 uma tabela com o descritivo de todas as 54 Recomendações que integram o Código do Governo das Sociedades emitido por esta entidade reguladora, nela indicando quais as que a Empresa adotou e não adotou e incluindo ainda uma remissão para os pontos deste texto em que tais matérias constam ou em que se explica a razão da sua não adoção.

Estas opções de estrutura e de inclusão daquela tabela logo no início do texto tiveram como objetivos não só o cumprimento rigoroso dos normativos aplicáveis, mas também acompanhar o propósito manifestado pela CMVM de uniformização destes Relatórios e de maior facilidade de análise e consulta pelo Mercado.

CAPÍTULO 0

Declaração de Cumprimento

0.1. Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar-se.

Para além dos normativos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e os Regulamentos da CMVM, em especial o Regulamento n.º 1/2010, a TD,SA optou por não se sujeitar a qualquer outro Código do Governo das Sociedades que não o emitido pela CMVM em Janeiro de 2010, que pode ser consultado em www.cmvm.pt.

0.2. Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM ou noutro que a sociedade tenha decidido adotar, nos termos do regulamento da CMVM n.º 1/2010. Entende-se, para este efeito, como não adotadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra.

0.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a sociedade pode igualmente fazer uma avaliação global, desde que fundamentada, sobre o grau de adoção de grupos de recomendações entre si relacionadas pelo seu tema.

0.4. Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas ou que a sociedade entenda não serem aplicáveis, respetiva fundamentação e outras observações relevantes, bem como a indicação clara da parte do Relatório na qual a descrição dessa situação pode ser encontrada.

Os pontos 0.2., 0.3. e 0.4. são objeto de desenvolvimento simultâneo, dada a sua interligação.

Das 54 Recomendações que compõem o referido o Código do Governo das Sociedades da CMVM, a Empresa não adota 17, ou seja, não as segue integralmente.

Na tabela infra está integralmente reproduzido o texto dessas Recomendações com a numeração constante do aludido Código do Governo das Sociedades, seguido da indicação da sua adoção ou não e da remissão para o ponto deste Relatório em que tal matéria se desenvolve ou em que, respeitando o princípio “comply or explain”, se justifica a sua eventual não adoção.

	Recomendação	Adoção	Remissão
I.1.1	O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Sim	CAPÍTULO I
I.1.2	A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	I.3
I.2	PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1	A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em Assembleia Geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Sim	I.4
I.2.2.	Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Sim	I.5
I.3	VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO		
I.3.1	As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.	Sim	I.9
I.3.2	O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Sim	I.11
I.3.3	As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confiram o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.	Sim	I.6 I.7
I.4	QUÓRUM DELIBERATIVO		
I.4	As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	I.8
I.5	ATAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOTADAS		

	Extratos de ata das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos acionistas no sítio da Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio da Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Não	I.13 I.14
I.6	MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES		
I.6.1	As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Sim	I.7
I.6.2	Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	I.20 I.21 I.22
II.	ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1	TEMAS GERAIS		
II.1.1	ESTRUTURA E COMPETÊNCIA		
II.1.1.1	O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Sim	II.1
II.1.1.2	As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.	Não	II.5
II.1.1.3	O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Não	II.6
II.1.1.4	As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Sim	II.5 II.9

II.1.1.5	Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento, os quais devem ser divulgados no sítio da Internet da sociedade.	Não	II.7
II.1.2	INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA		
II.1.2.1	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.	Não	II.1 II.8
II.1.2.2	De entre os Administradores não executivos deve contar-se um número adequado de Administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de Administradores	Não	II.1 II.8
II.1.2.3	A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente Administrador que, noutra órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Não	II.1 II.8
II.1.3.1	ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO		
II.1.3.1	Consoante o modelo aplicável, o Presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	II.21 II.22
II.1.3.2	O processo de seleção de candidatos a Administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos Administradores executivos.	Não	II.16
II.1.4	POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES		
II.1.4.1	A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber as comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Sim	II.35
II.1.4.2	As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no Relatório sobre o Governo da Sociedade.	Sim	II.35
II.1.5	REMUNERAÇÃO		

II.1.5.1	A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: i) a remuneração dos Administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa. (ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes. (iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período. (iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade. (v) Até ao termo do seu mandato, devem os Administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações. (vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. (vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de Administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do Administrador. (viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.	Não	II.32 II.33
II.1.5.2	A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores.	Não aplicável	II.30
II.1.5.3	A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	Não aplicável	II.30

II.1.5.4	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	Não aplicável	I.17 III.10
II.1.5.6	Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de acionistas.	Sim	I.15
II.1.5.7	Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Sim	II.30 II.31 II.33
II.2	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
II.2.1	Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade.	Não	II.3.
II.2.2	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	II.3
II.2.3.	Caso o Presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do Relatório sobre o Governo da Sociedade.	Não aplicável	II.8
II.2.4	O Relatório Anual de Gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos Administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Não aplicável	II.8
II.2.5	A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não	II.11
II.3	ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO		
II.3.1.	Os Administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim	II.1

II.3.2	O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respetivamente, ao Presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Não aplicável	II.13
II.3.3	O Presidente do Conselho de Administração Executivo deve remeter ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Não aplicável	II.13
II.4	CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL		
II.4.1	O Conselho Geral e de Supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração Executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	II.1.
II.4.2	Os Relatórios Anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Sim	II.4
II.4.3	Os Relatórios Anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as Matérias Financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Sim	II.4
II.4.4	O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.	Não	II.24
II.4.5	O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Não	II.24
II.4.6.	Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um Administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Não	II.5
II.5	COMISSÕES ESPECIALIZADAS		

II.5.1.	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos Administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de Administrador.	Não	II.2 II.36
II.5.2	Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Não	II.38
II.5.3	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	II.39
II.5.4	Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	Sim	II.38
III.	INFORMAÇÃO E AUDITORIA		
III.1	DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO		
III.1.1	As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Sim	CAPÍTULO III
III.1.2	A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral; h) Convocações para a realização de Assembleia Geral.	Sim	CAPÍTULO III
III.1.3	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	III.18
III.1.4	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Sim	III.17

III.1.5	A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços — que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade — eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	III.17
IV.	CONFLITOS DE INTERESSES		
IV.1	RELAÇÕES COM ACIONISTAS		
IV.1.1	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	III.12
IV.1.2	Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Não	III.13

CAPÍTULO I

Assembleia Geral

A Assembleia Geral da Sociedade representa a universalidade dos acionistas, sendo as suas deliberações, quando tomadas nos termos dos Estatutos e da Lei, vinculativas para todos eles, ainda que ausentes, discordantes ou incapazes.

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas que tiverem direito a voto e, além destes, pelas pessoas que, dispondo ou não de tal direito, exerçam os cargos de membros efetivos dos Órgãos Sociais e de Secretário da Sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral será composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Compete ao Presidente da Mesa convocar as reuniões da Assembleia Geral e dirigir os seus trabalhos, bem como exercer as demais funções que lhe sejam conferidas pela Lei, pelos Estatutos ou por delegação da própria Assembleia, cabendo ao Vice-Presidente substituí-lo nas suas ausências ou impedimentos, bem como, sempre que por ele solicitado, assessorá-lo no exercício das suas funções, enquanto ao Secretário incumbe coadjuvar o Presidente em exercício e assegurar todo o expediente relativo à Assembleia.

Para além disso, e com o apoio do Secretário da Sociedade e dos demais serviços da própria Empresa, são colocados à disposição do Presidente da Mesa da Assembleia Geral os recursos humanos e logísticos de apoio adequados para o exercício das suas funções, designadamente para a elaboração e divulgação de toda a documentação necessária, em especial dos avisos convocatórios e demais elementos de informação preparatória, bem como para execução de todas as diligências inerentes à receção, tratamento e arquivo de certificações de titularidade de ações, cartas de intenção de participação, cartas de representação, propostas a submeter à apreciação e votação dos acionistas, lista de presenças e ainda para a organização da reunião das Assembleias Gerais, nomeadamente a receção dos Senhores acionistas e demais membros dos órgãos sociais.

I.1. Identificação dos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Atualmente, a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelos seguintes membros:

<u>Presidente:</u>	Dr. Rogério Paulo Castanho Alves, advogado, com domicílio profissional no Largo de S. Carlos, n.º 3, 1200-410 Lisboa, Portugal
<u>Vice-Presidente:</u>	Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla, advogado, com domicílio profissional no Largo de S. Carlos, n.º 3, 1200-410 Lisboa, Portugal
<u>Secretário:</u>	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira, advogado, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, Oeiras, Portugal.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral cumprem integralmente os requisitos de independência, mais se constatando que não existe qualquer situação de incompatibilidade para o exercício daquelas funções por cada um, no estrito cumprimento das disposições normativas aplicáveis (artigo 414.º e 414.º-A, ex vi do artigo 374.º-A, todos do Código das Sociedades Comerciais).

Sem prejuízo do quanto se referiu, informa-se que o Secretário da Mesa da Assembleia Geral, é também o Secretário da Sociedade e colaborador de entidade integrada no Grupo Teixeira Duarte.

I.2. Indicação da data de início e termo dos respetivos mandatos.

Todos os identificados membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em Assembleia Geral Anual de 21 de maio de 2011, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2011/2014.

I.3. Indicação da remuneração do presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Com exceção do indicado Secretário da Mesa da Assembleia Geral, os demais membros deste órgão, auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente do disposto no 422.º-A, por remissão do número 3 do artigo 374.º-A, uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada pela Comissão de Remunerações prevista no artigo décimo primeiro dos Estatutos.

Nos termos e para os efeitos das disposições regulamentares e recomendatórias aplicáveis, informa-se que a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante o exercício de 2011, foi de 5.000,00€ (cinco mil Euros).

I. 4. Indicação da antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das ações para a participação na Assembleia Geral.

Conforme disposição dos próprios Estatutos (artigo 13.º), apenas poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmam pelo menos um voto. O exercício desses direitos não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à data de registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a data da Assembleia Geral. Quem pretender participar na Assembleia Geral deverá declará-lo, por

escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta até ao dia anterior ao dia mencionado *supra*, podendo, para o efeito, utilizar o correio eletrónico. Quem tiver declarado a intenção de participar na Assembleia Geral e transmitir a titularidade das ações entre a data de registo e o fim da Assembleia, deverá comunicá-lo imediatamente ao Presidente da Mesa e à CMVM.

O Presidente da Mesa não tem estabelecido quaisquer restrições à aceitação de declarações recebidas posteriormente às datas estatutariamente fixadas.

I.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das ações em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral.

Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, não é exigível o bloqueio das ações durante todo o período até que a sessão seja retomada, sendo, no entanto, necessário que os acionistas comprovem essa sua qualidade, nos termos descritos no ponto I.4. anterior.

I.6. Número de ações a que corresponde um voto.

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 13.º dos Estatutos, a cada ação corresponde um voto.

I.7. Indicação das regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

Embora os Estatutos prevejam no seu artigo 7.º, a possibilidade de existirem ações sem o direito de voto, a verdade é que tal não existe nem nunca existiu.

Não existe qualquer previsão estatutária que limite o número de votos, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados ou ainda que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, independentemente de serem emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

I.8. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De acordo com o teor do artigo 13.º do pacto Social, e conforme descrito em I.4., apenas poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmem pelo menos um voto. O exercício desses direitos não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à data de registo, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a data da Assembleia Geral. Quem pretender participar na Assembleia Geral deverá declará-lo, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta até ao dia anterior ao dia mencionado no número um do presente artigo, podendo, para o efeito, utilizar o correio eletrónico. Quem tiver declarado a intenção de participar na Assembleia Geral e transmitir a titularidade das ações entre a data de registo e o fim da Assembleia, deverá comunicá-lo imediatamente ao Presidente da Mesa e à CMVM.

No caso de contitularidade das ações, só um dos contitulares, com poderes de representação dos demais, poderá participar nas reuniões da Assembleia Geral.

Os acionistas pessoas singulares, com direito a voto, poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia mediante documento emitido nos termos da Lei.

Os incapazes e os acionistas pessoas coletivas, com direito a voto, serão representados pelas pessoas a quem legalmente couber tal poder.

Neste âmbito, a Sociedade disponibiliza, no seu sítio na *Internet* e na sede social, um formulário de procuração, em cumprimento do disposto no artigo 23.º do Código dos Valores Mobiliários, que poderá ser utilizado pelos acionistas que pretendam ser representados nas reuniões da Assembleia Geral.

Todas as representações antes indicadas terão de ser comunicadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por carta, devidamente assinada e que seja recebida na sede social até três dias de calendário antes da data designada para a respetiva reunião da Assembleia.

No caso de Assembleias Gerais Universais ou de deliberações unânimes por escrito, não se aplicarão as antecedências de prazo acima referidas, ou seja, em relação à disponibilidade das ações e da receção das respetivas certificações, bem como das cartas de representação.

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos votos emitidos, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possam exigir maiorias qualificadas ou estabelecer outras formas de vencimento das propostas.

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto, nomeadamente limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto — à exceção do que será descrito a propósito do voto por correspondência — ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

No que respeita à existência de disposições quanto a quóruns constitutivos, o artigo 15.º do Pacto Social estabelece que a Assembleia Geral pode deliberar validamente, em primeira convocação, sempre que estiverem presentes ou representados acionistas possuidores de ações correspondentes a mais de metade do capital social e, em segunda convocação, qualquer que seja o número de acionistas presentes ou representados e a percentagem do capital que lhes couber, ressalvadas as exceções determinadas por lei imperativa.

Não existem quaisquer medidas com vista a impedir o êxito de eventuais ofertas públicas de aquisição, sendo que, inclusivamente, os Estatutos não preveem qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

I.9. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

Os Estatutos preveem que os acionistas com direito a voto que pretendam exercê-lo por correspondência, além de cumprirem todas as condições e prazos acima referidos para demonstrar essa sua qualidade, deverão fazer chegar carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e que seja recebida na sede social dentro do prazo que for determinado na convocatória, nela expressando o seu propósito de exercício desse direito e indicando a sua identificação, domicílio e número de ações de que são titulares, o qual será conferido com o entretanto certificado pela instituição financeira onde as mesmas estejam inscritas, sendo este o prevalecente.

Tal carta deverá ainda conter a assinatura do acionista ou de quem o vincule, reconhecida ou, no caso de pessoas singulares, acompanhada de fotocópia legível do seu Bilhete de Identidade ou de documento que o substitua.

Juntamente com a mencionada carta, os acionistas incluirão, em envelopes fechados, as declarações do seu voto quanto a cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos, de forma especificada e inequívoca, seguidas da sua assinatura aposta de modo idêntico ao que consta da carta de remessa, devendo tais envelopes trazer a anotação: “Contém declaração de voto sobre o ponto número (indicação do número respetivo) da Ordem de Trabalhos”.

Para execução dos procedimentos acima indicados, a Sociedade disponibilizará minutas da carta e do boletim de voto no seu sítio da Internet e na sua sede social.

Os envelopes contendo as declarações de voto emitidas nos termos acima descritos serão abertos e considerados pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral no momento da votação o respetivo ponto da Ordem de Trabalhos, valendo como não emitidos os votos incluídos em declarações não aceites.

Os votos por correspondência valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à sua emissão.

A presença ou representação na Assembleia Geral do acionista que tenha exercido o direito de voto por correspondência determina a revogação do voto antes dessa forma expresse.

A autenticidade do voto por correspondência, a sua confidencialidade até ao momento da votação e o respetivo processamento serão assegurados pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Independentemente do meio escolhido para esse efeito, seja no texto das convocatórias para as Assembleias Gerais, seja nas informações prévias disponibilizadas para tal fim, são sempre explicitados de forma clara e completa os termos e as condições em que o direito de voto pode ser exercido, incluindo o voto por correspondência.

I.10. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Para o exercício do direito de voto por correspondência e para execução dos procedimentos acima indicados, a Sociedade disponibiliza, no seu sítio da Internet e na sede social, minutas de carta e do boletim de voto, bem como as instruções para o respetivo preenchimento.

I.11. Exigência de prazo que medeia entre a receção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia Geral.

Os Estatutos preveem que os acionistas com direito a voto que pretendam exercê-lo por correspondência deverão fazer chegar carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e que seja recebida na sede social dentro do prazo que for determinado na convocatória. O prazo fixado para mediar entre a receção da declaração de voto por correspondência e a data da realização de todas as Assembleias Gerais de 2011 foi de um dia.

I.12. Exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

A TD,SA entende que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto são muito significativas, nomeadamente no que se refere, por um lado, aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações de voto, bem como para garantia da integridade e confidencialidade dos respetivos conteúdos, do mesmo modo que reconhece o elevado nível de segurança e de

fiabilidade operacional necessário na receção das mencionadas declarações.

A ponderação do quanto acima se refere e o facto de as Assembleias Gerais da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte manterem tradicionalmente uma muito alta representação de capital social, levaram a que a Empresa não tenha implementado a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

I.13. Possibilidade de os acionistas acederem aos extratos das atas das reuniões das Assembleias Gerais no sítio da internet da sociedade nos cinco dias após a realização da Assembleia Geral.

A ata referente à reunião da única Assembleia Geral realizada durante o exercício de 2011 foi disponibilizada no sítio da Internet da Sociedade, conforme as disposições recomendatórias e regulamentares aplicáveis, ainda que não tenha sido feito logo nos cinco dias subsequentes por força da organização de prioridades das equipas e pessoas envolvidas para executarem tal tarefa em tão curto espaço de tempo.

Acrescenta-se no entanto que logo no próprio dia das Assembleias Gerais, ou no dia imediatamente subsequente, foram divulgados diversos elementos informativos sobre as essas reuniões, compreendendo não só as deliberações tomadas, como o capital representado e os resultados das votações.

I.14. Existência de um acervo histórico, no sítio da internet da sociedade, com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Encontra-se disponível, no sítio da Internet da Sociedade, um acervo histórico das listas de presenças, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas a todas as reuniões da Assembleia Geral da TD,SA, com referência aos 3 anos antecedentes.

I.15. Indicação do(s) representante(s) da comissão de remunerações presentes nas Assembleias Gerais.

Todos os membros da Comissão de Remunerações então em funções estavam presentes na única Assembleia Geral de 2011, realizada dia 20 de maio desse ano.

I.16. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e outros dirigentes.

A intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da Sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração e dos demais dirigentes (quando aplicável) cumpre-se, em primeiro lugar, pela análise e aprovação dos documentos de prestação de contas em Assembleia Geral Anual e pela apreciação geral da administração, nos termos e com os efeitos previstos nas disposições conjugadas dos artigos 376.º e 455.º do Código das Sociedades Comerciais, efetuadas todos os anos em reunião de acionistas, bem como pela eleição dos seus membros e ainda pela seleção e designação dos membros da Comissão de Remunerações que, de acordo com a sua avaliação de desempenho e demais critérios que adiante serão descritos, fixa a remuneração de cada um dos membros dos Órgãos Sociais, incluindo o Conselho de Administração.

Adicionalmente, à Assembleia Geral caberá ainda o papel fundamental de aprovação da declaração de política de remunerações que deverá ser seguida e divulgada anualmente no Relatório sobre o Governo da Sociedade, submetido à apreciação dos acionistas.

Em 2011, a Comissão de Remunerações submeteu à apreciação dos acionistas a declaração sobre política de remunerações, incidindo sobre os dirigentes da Sociedade, na aceção do número 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que foi aprovada em Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, com 99,9999% dos votos a favor e 0,0001% dos votos contra.

I.17. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à proposta relativa a planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações, ou com base nas variações de preços das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, bem como sobre os elementos dispensados à Assembleia Geral com vista a uma avaliação correta desses planos.

Não existe qualquer plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações ou com base nas variações de preços das ações.

Consequentemente, não existe qualquer intervenção da Assembleia Geral quanto a esta matéria.

I.18. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral na aprovação das principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for.

Cabe igualmente à Comissão de Remunerações a fixação de regimes complementares de reforma, nos termos do disposto no artigo 22.º do Pacto Social.

À Assembleia Geral reserva-se a atribuição de proceder à eleição dos membros da Comissão de Remunerações que têm a competência exclusiva de decidir sobre estes temas.

I.19. Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da Assembleia Geral, a manutenção ou eliminação da norma estatutária que preveja a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existe qualquer norma estatutária com estas características (cfr. I.7).

I.20. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

Não existem medidas com estas características.

I.21. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

Não existem acordos com estas características.

I.22. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

Não existem quaisquer acordos com estas características. É política da sociedade a não realização de quaisquer pagamentos ligados à cessação antecipada do exercício das funções pelos Administradores ou demais dirigentes, bem como a não celebração de quaisquer acordos a respeito destas matérias.

CAPÍTULO II

Órgãos de Administração e Fiscalização

Secção I – Temas Gerais

II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade.

Desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, Sociedade adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por monista latino, tendo como órgãos sociais, além da Assembleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois Órgãos de Fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo em conta as suas competências e requisitos de compatibilidade e independência.

Entende-se importante referir aqui a colaboração entre todas essas estruturas do Grupo, bem como as vantagens resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

Neste âmbito e em cumprimento da recomendação n.º II.1.1.1. do Código do Governo das Sociedades da CMVM, o Conselho de Administração informa que o modelo societário adotado dá integral cumprimento aos objetivos que lhe serviram de base, ou seja, manter a Sociedade com bons níveis de funcionamento e eficiência no desempenho das funções por cada órgão social, autonomamente e na interligação entre eles.

Com efeito, o Conselho de Administração é constituído exclusivamente por membros executivos, o que se traduz na eficácia, na operacionalidade e proximidade das matérias que lhes são cometidas, ao mesmo tempo que a total independência e compatibilidade dos membros do Conselho Fiscal permite uma intervenção isenta e útil na fiscalização da atividade da Sociedade, não só do ponto de vista contabilístico — onde conta com a intervenção regular da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas — mas também na perspetiva política, neste caso com os limites

e alcance adequados à essencial salvaguarda do cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, tudo com vista a alcançar uma constante transparência e os níveis próprios de divulgação de informação ao mercado em geral e aos acionistas, em especial em sede de Assembleia Geral.

O Grupo TEIXEIRA DUARTE tem optado por manter todos os Administradores da sociedade de topo cotada com funções executivas uma vez que as funções que seriam atribuídas a eventuais Administradores não executivos — nomeadamente de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos — são desenvolvidas, com plena eficácia pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pela Assembleia Geral.

A não adoção do disposto na Recomendação II.1.2.3 — que dispõe sobre a avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração — resulta apenas do facto de não existirem Administradores não executivos, pelas razões que já ficaram descritas.

Realce-se também a boa interligação entre todos os órgãos sociais, não só entre a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Conselho Fiscal, que reúnem periodicamente, mas também entre estes e o Conselho de Administração, sendo que todos os Administradores têm prestado em tempo útil e de forma adequada, as informações solicitados por outros membros dos órgãos sociais.

Este modelo tem-se revelado adequado ao *modus operandi* da Empresa, das suas estruturas e dos membros que compõem os órgãos sociais, nomeadamente os do Conselho de Administração.

Nos termos do número 1 do artigo 17.º do Pacto Social, o **Conselho de Administração** é composto por um número mínimo de cinco e máximo de onze membros eleitos em Assembleia Geral, a qual designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

Na Assembleia Geral Anual de 20 de maio de 2011 foram eleitos os membros dos órgãos sociais para desempenharem funções durante o quadriénio 2011/2014, tendo sido reconduzidos todos os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, assim como a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenhou esse cargo desde a constituição da TD,SA em 2009, tendo apenas existido alterações na estrutura e composição do Conselho de Administração.

A este propósito, recorda-se que em 2010 não só se procedeu à substituição da sociedade de topo — que passou a ser a TD,SA —, como se avançou no processo tendente à concentração essencial da TD-EC na sua atividade principal, ou seja, no exercício da indústria de construção civil e obras públicas, em todos os seus domínios e atividades conexas.

Neste contexto e uma vez que as eleições para o novo mandato na TD,SA e na TD-EC apenas estavam previstas para 2011, as Assembleias Gerais Anuais destas sociedades tornaram-se o momento oportuno para executar outras alterações consideradas necessárias à concretização dos mencionados objetivos globais, e que passaram pela alteração estatutária da TD-EC, e a eleição dos membros dos órgãos sociais, tanto para esta entidade, como para a TD,SA.

No fundo, este foi um período de transição, no qual inclusivamente ambas as sociedades estiveram cotadas em bolsa ao mesmo tempo, e que, por isso, mantiveram estatutos e membros dos corpos sociais idênticos.

Assim, foi considerado que as Assembleias Gerais Anuais, realizadas em 20 de maio de 2011, foram o momento de, também nesta matéria, fazer refletir a aludida reestruturação societária e a reorganização interna que tem sido levada a cabo nas estruturas da Teixeira Duarte.

Assumiu-se como fundamental que, a propósito do quanto se mencionou sobre a concentração da TD-EC na sua atividade principal, o seu Conselho de Administração integrasse um conjunto de elementos preparados para o desenvolvimento das várias frentes de atuação desta empresa, desde o Centro Corporativo, até às áreas de atividade, desenvolvidas pelos Centros de Exploração, pelas Direções Centrais e pelas entidades suas participadas neste sector, razões pelas quais os membros do seu Conselho de Administração foram todos reconduzidos para o quadriénio 2011/2014.

Na TD,SA e face à sua natureza tendencialmente não operacional, refletida nomeadamente no seu próprio objeto social, os elementos do Grupo Teixeira Duarte propostos para o Conselho de Administração foram aqueles colaboradores que assumem a responsabilidade por áreas mais transversais, nomeadamente no Centro Corporativo e/ou que desempenham funções de coordenação e supervisão de outras áreas de atuação do Grupo.

Esta diferença em relação à Engenharia e Construções reflete também a circunstância de alguns dos membros do Conselho de Administração da TD,SA poderem vir a concentrar-se no desempenho de funções nesta entidade e com o alcance descrito, deixando — quando tal se revelar oportuno — de ser membros do Conselho de Administração da TD-EC.

Deste modo, o Senhor Presidente do Conselho de Administração e três dos anteriores titulares do cargo foram reeleitos, tendo também sido designado para integrar esse órgão de gestão um novo Administrador, o Senhor Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo, que um quadro formado na Teixeira Duarte e com 18 anos de Empresa, assumiu os pelouros das áreas da Imobiliária, da Distribuição e do Sector automóvel.

Como se referiu acima, os restantes três anteriores membros do Conselho de Administração da TD,SA (os Senhores Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino, Eng.º João José de Gouveia Capelão e Eng.º João José do Carmo Delgado) continuaram a desempenhar as suas funções no Grupo Teixeira Duarte, ainda que desde aquela data e como acima referido, como administradores da TD-EC.

Consequentemente, a composição do Conselho de Administração, no final do exercício de 2011, era a seguinte:

Presidente:

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (reconduzido)

Administradores:

Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte (reconduzido)

Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos (reconduzido)

Eng.º Carlos Gomes Baptista (reconduzido)

Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Os restantes três anteriores membros do Conselho de Administração TD,SA continuaram a desempenhar as suas funções no Grupo Teixeira Duarte, ainda que desde aquela data como administradores da TD-EC.

O **Conselho Fiscal** é composto por três membros efetivos – um Presidente e dois vogais – e um suplente, que cumprem integralmente todos os requisitos de independência e em relação aos quais não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

A composição do Conselho Fiscal, desde a sua integral recondução em Assembleia Geral Anual de 20 de maio de 2011 e até ao final do exercício de 2011, era a seguinte:

Presidente: Dr. António Gonçalves Monteiro

Vogais: Dr. Mateus Moreira

Senhor Miguel Carmo Pereira Coutinho

Suplente: Dr. Horácio Lisboa Afonso

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas igualmente reeleita em Assembleia Geral Anual de 20 de maio de 2011, para exercer funções no quadriénio 2011/2014, “MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC”, é representada pelo Senhor Dr. António Francisco Escameia Mariquito, competindo-lhe proceder a todos os exames e verificações necessárias à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, e atua também na qualidade de Auditor Externo registado na CMVM sob o n.º 2.235, cumprindo integralmente todos os requisitos de independência e em relação à qual não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo, ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

II.2. Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

Não existem atualmente quaisquer Comissões específicas em matéria de administração ou fiscalização, nomeadamente a Comissão Executiva, nos termos concretos em que é definida pelos Estatutos da Sociedade, designadamente no seu artigo 20.º, sem prejuízo de alguns dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, manterem contactos e encontros setoriais frequentes e reunirem em conjunto semanalmente, acompanhados de outros membros do Conselho de Administração da TD-EC e do assessor da Administração.

Com efeito, e atendendo ao modelo adotado, não se afigura necessária a criação de comissões específicas, nomeadamente para efeitos de uma avaliação competente e independente do desempenho dos Administradores executivos e para a avaliação do desempenho global do próprio Conselho de Administração, uma vez que tais funções se encontram expressamente cometidas à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Remunerações.

Da mesma forma, concluiu-se pela irrelevância da criação de uma comissão específica para refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria. Estas atribuições são desempenhadas e desenvolvidas por cada um dos Órgãos Sociais que, melhor que qualquer outro organismo criado apenas para esse efeito, conseguem identificar eventuais constrangimentos e dificuldades com que se tenham deparado, do mesmo modo que vão colaborando entre si na avaliação do modelo de governo da sociedade adotado, reportando e ultrapassando eventuais dificuldades de funcionamento e interligação.

Acrescenta-se ainda que se considerou não ser necessário atribuir a qualquer tipo de comissão a incumbência de identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de Administrador, considerando que os acionistas de referência possuem os conhecimentos necessários e relevantes sobre o mercado e os quadros que colaboram com a Empresa, o que lhes permite identificar, sempre que necessário, os candidatos que consideram adequados para os cargos sociais em questão.

II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade, ou à distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização, e lista de matérias indelegáveis e das competências efetivamente delegadas.

Entende-se importante referir aqui e a propósito do desempenho da TD,SA nos vários setores e mercados de atividade, a colaboração entre todas as estruturas do Grupo, mais bem identificadas no organograma junto no início deste Relatório, bem como as mais-valias resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

Realçam-se, por um lado, a existência, no âmbito do Grupo, de Direções Centrais com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários Setores de Atividade, integradas no denominado Centro Corporativo, o qual deverá promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios.

As Estruturas Operacionais do Grupo estão organizadas por Setores de Atividade e abrangem, tendencialmente, a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da TD,SA.

Refira-se, ainda assim, a situação pontual de algumas sociedades integradas no Grupo que, dada a particularidade do seu negócio, mantêm a respetiva especificidade.

A TD-EC, como principal sociedade do Grupo no setor da Construção, desenvolve a sua atuação através de Centros de Exploração, que dividem as valências de produção e de Equipamentos e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira, dispondo também de um conjunto de Direções Centrais com âmbito de atuação específico no apoio especializado aos Centros de Exploração, em particular nas áreas dos Estudos e Projetos.

Sem prejuízo do quanto se refere acima, não existem quaisquer delegações de competências por nenhum dos órgãos sociais, nomeadamente pelo Conselho de Administração, em quaisquer comissões específicas, em particular numa Comissão Executiva.

Tal circunstância resulta, essencialmente, do facto de o Conselho de Administração ser exclusivamente composto por membros executivos, o que, conforme antes referido na avaliação do modelo societário (Cfr. Supra II.1.) se traduz numa eficácia de operacionalidade e proximidade das matérias da sua competência, tornando-se redundante e contraproducentes quaisquer delegações neste âmbito.

Quanto à distribuição de pelouros durante o ano de 2011, e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a funcionalidade coletiva e o carácter colegial do Conselho de Administração e sem reduzir a operacionalidade sempre praticada de permanente contacto e consulta entre todos os seus membros, procedeu-se à distribuição de pelouros pelos Administradores nos termos que se indicam:

Quanto ao Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, desempenha as funções inerentes a tal cargo, nos termos e com as atribuições definidas na Lei e nos Estatutos, prosseguindo o acompanhamento dos negócios correntes da Sociedade e assegurando o expediente e a execução das resoluções do Conselho, bem como acompanhando a atividade desenvolvida pelos Delegados da “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.” nos diversos países, cabendo-lhe ainda acompanhar as participações financeiras no “Banco Comercial Português, S.A.” e “Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.”.

No âmbito do Centro Corporativo:

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte acompanha as atuações da Direção Central de Contratos e Logística que são supervisionadas, no âmbito da “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.”, pelo Senhor Eng. João José de Gouveia Capelão.

O Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte ficou encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, bem como pelos Serviços de Secretaria Corporativa, de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna.

O Senhor Eng. Joel Vaz Viana de Lemos ficou encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pelas Direções Centrais de Segurança, Qualidade e Ambiente, de Recursos Humanos e Serviços Administrativos, de Informática e de Aprovisionamentos, bem como gerir a participação das Sociedades do Grupo que atuam no setor da Construção junto das Associações a que as mesmas estejam ligadas, nomeadamente representando-as ou acautelando a respetiva representação.

No âmbito das atividades do Grupo:

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte acompanha a atuação desenvolvida nos setores da Distribuição e setor Automóvel, cuja supervisão estará a cargo do Senhor Eng. Diogo Bebiano de Sá Viana Rebelo;

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte acompanha:

- a) a atividade desenvolvida nos Centros de Exploração de Infraestruturas, supervisionados pelo Senhor Eng. Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino, no âmbito de atuação da “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”;
- b) a atividade das participadas “MTS – Metro, Transportes do Sul, S.A.”, “AEDL – Auto-estradas do Douro Litoral, S.A.” e “AEBT – Auto-estradas do Baixo Tejo, S.A.” acompanhada pelo Senhor Eng. Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino, no âmbito de atuação da “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”;
- c) as atividades desenvolvidas pelas Direções Centrais de Planeamento e Estudos, de Estudos de Infraestruturas, de Instalações Eletromecânicas, de Estudos Especiais e de Projetos, supervisionadas pelo Senhor Eng. João José de Gouveia Capelão, no âmbito de atuação da “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”;
- d) as atividades de coordenação e representação da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” na área comercial, nessa empresa a cargo Senhor Eng. João José de Gouveia Capelão;
- e) a atividade das participadas “SATU OEIRAS – Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.” e “LUSOPONTE – Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.”, acompanhadas pelo Senhor Eng. João José de Gouveia Capelão, no âmbito de atuação da “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”;

O Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte ficou encarregue de:

- a) coordenar as atuações do setor dos Cimentos, Betões e Agregados (entretanto extinto, já no início do exercício de 2012);
- b) supervisionar as atuações dos setores da Hotelaria;
- c) acompanhar a atuação desenvolvida nos setores da Imobiliária e da Energia;
- d) acompanhar a atividade da “TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.”;
- e) acompanhar a gestão das participações financeiras detidas nas sociedades “E.I.A. – Ensino, Investigação e Administração, S.A.”, “IMOCIPAR – Imobiliária, S.A.”, “JÚPITER – Indústria Hoteleira, S.A.” e “LONGAPAR, SGPS, S.A.”.

O Senhor Eng. Joel Vaz Viana de Lemos ficou encarregue de:

- a) supervisionar as atividades desenvolvidas pela “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.” relativas aos Centros de Exploração de Geotecnia e Reabilitação, de Metalomecânica e ao Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço (COC), bem como à Direção de Equipamento.
- b) supervisionar as atividades das sociedades participadas “E.P.O.S. – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.”, “SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.” e “OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.”, “RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.”, “INVICTAAMBIENTE – Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.” e “GSC – Companhia General de Servicios y Construcciones, S.A. Sociedad Unipersonal”;

O Senhor Eng. Carlos Gomes Baptista ficará encarregue de:

- a) supervisionar a atividade desenvolvida pela “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.” relativa aos Centros de Exploração de Edificações;

- b) supervisionar a atividade da participada “TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.”;
- c) acompanhar a atividade desenvolvida pela Direção Central de Planeamento e Estudos;

O Senhor Eng. Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo ficará encarregue de supervisionar a atuação desenvolvida nos setores da Imobiliária, da Distribuição e da Automóvel.

II.4. Referência ao facto de os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal incluírem a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo eventuais constrangimentos detetados, e serem objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

Nos termos e para os efeitos das Recomendações da CMVM sobre essa matéria, os Relatórios Anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal, incluindo a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e referindo eventuais constrangimentos deparados, foram divulgados no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas, em respeito das regras e prazos fixados na lei e nos demais regulamentos aplicáveis.

II.5. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira, ao modo de funcionamento deste sistema e à sua eficácia.

Os procedimentos implementados ao nível do controlo interno e da gestão de risco caracterizam-se por promover a autonomia dos quadros da Sociedade na direção e acompanhamento dos assuntos, inculcando uma postura de responsabilidade e forte estímulo ao comportamento empreendedor.

Esta constante relação entre autonomia e sentido de responsabilidade impõe, de uma forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando, por si só, um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos considerados extremamente satisfatórios.

Tem-se sempre presente a importância da ponderação dos custos de controlo em relação às matérias que se pretende controlar. Da avaliação que se faz da Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos seus quadros e gestores e dos princípios e conceitos fundamentais que são aplicados, conclui-se que os custos com a criação de eventuais comissões de controlo seriam amplamente superiores aos custos do que se iria controlar. A simples criação de comissões para o efeito, do ponto de vista formal, acaba por implicar mais entraves do ponto de vista burocrático que não encontram reflexo na sua concretização prática.

Pese embora o sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado na sociedade não cumpra os requisitos enumerados na recomendação n.º II.1.1.2, a TD,SA mantém a sua convicção naquela opção, pois entende que um modelo assente nos pressupostos desta Recomendação é inadequado ao regular funcionamento da Empresa, podendo vir a criar diversos obstáculos do ponto de vista meramente formal e burocrático que não são compatíveis com a execução dos procedimentos já implementados e a responsabilização das Direções.

Sublinha-se, no entanto e ainda assim, o papel relevante desempenhado, nesta matéria, pelos Serviços de Auditoria Interna, que têm prosseguido o desenvolvimento da sua atuação, bem como o desempenho do Serviço Corporativo de Consolidação de Contas do Grupo no processo de divulgação de informação financeira.

A 31 de Dezembro de 2011, estes serviços encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, o qual não era considerado independente ao abrigo das disposições normativas aplicáveis, o que constitui um incumprimento da recomendação da CMVM n.º II.4.6.

Contudo, considera-se que este Administrador não se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acrescente-se que, desde a sua criação no âmbito da orgânica do Grupo TEIXEIRA DUARTE, os Serviços de Auditoria Interna não só sempre se encontraram na dependência hierárquica do Conselho de Administração como sempre reportou funcionalmente ao Administrador titular do pelouro da área financeira. Tal modelo tem-se vindo a revelar adequado uma vez que é facilitada a comunicação, colaboração e troca de informações entre os aludidos Serviços, enquadrado na estrutura organizativa da empresa, e o Administrador responsável, sem que, reitere-se, a sua isenção seja alguma vez posta em causa.

II.6. Responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da sociedade, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.

No que respeita aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável, em primeiro lugar, pelo conhecimento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção.

Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento, tudo nos termos que ficaram descritos em II.5.

Acrescenta-se que cabe ainda ao Conselho de Administração — e não aos órgãos de fiscalização — a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da TD,SA, uma vez que esta é uma matéria que, pela sua natureza e pelas especificidades acima descritas, se enquadra no âmbito de atuação próprio do Conselho de Administração e no controlo e supervisão deste órgão sobre as diversas Direções das sociedades do Grupo, sistema este que se tem revelado adequado para os respetivos fins.

II.7. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

Não existe, formalmente, qualquer regulamento de funcionamento dos órgãos sociais, um código de conduta ou sequer outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente, nem um número máximo de cargos acumuláveis.

Atendendo ao modelo societário escolhido, à composição dos membros dos órgãos de administração (todos executivos) e fiscalização da Sociedade (todos independentes e em relação aos quais não se verifica qualquer situação de incompatibilidade, de acordo com os normativos legais) e ao facto de as competências e responsabilidades de cada um deles estarem bastante bem definidas e não serem delegáveis em quaisquer outros órgãos, comissões especializadas, ou departamentos, o modo de funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas é bastante simplificado.

A este propósito refira-se ainda o facto de o número de membros que integram esses órgãos não ser alargado o suficiente para justificar a

estipulação, em regulamento, de regras adicionais de operacionalidade, do mesmo modo que a interligação entre essas entidades é mantida de forma regular nos termos legalmente estipulados e considerados bastantes para o efeito.

Secção II – Conselho de Administração

II.8. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, indicação dos mecanismos de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos que assegurem o carácter independente e informado das suas decisões.

Considerando que todos os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas, a presente norma não é aplicável à TD,SA.

II.9. Identificação dos principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade são os seguintes:

- alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Argélia, Brasil e Venezuela;
- flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos spreads de crédito e das taxas de câmbio;
- alterações nas políticas governamentais e no enquadramento regulamentar da atividade bancária;
- alterações no ambiente competitivo do Grupo TEIXEIRA DUARTE;
- flutuações dos mercados acionistas em geral e em particular da cotação do BCP.

Acresce que a atividade do Grupo TEIXEIRA DUARTE está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

A evolução das áreas de atividade onde o Grupo opera, nomeadamente da área da construção, mas também, por exemplo, das áreas imobiliária, de hotelaria e de energia, está historicamente correlacionada, de uma forma mais ou menos direta, com o desempenho macroeconómico dos países ou mercados onde o Grupo TEIXEIRA DUARTE atua, designadamente, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB). Deste modo, a atividade do Grupo, bem como os seus resultados, podem ser significativamente afetados pelo desempenho das economias onde o Grupo TEIXEIRA DUARTE opera, nomeadamente por efeito do crescimento ou retração do mercado da construção, área de negócio com maior representatividade nos proveitos operacionais do Grupo (49% em 2011).

Sendo o negócio da construção a principal atividade do Grupo TEIXEIRA DUARTE, nomeadamente nos sub-ramos da Geotecnia e Reabilitação, das Edificações, das Infraestruturas e da Metalomecânica, apresenta-se, de seguida, uma descrição dos principais riscos inerentes ao referido negócio:

O negócio da construção de elevada escala e dimensão, envolve uma grande afetação de recursos, humanos e materiais, que implicam uma estrutura de custos fixos elevada não só pela necessária aposta nas equipas e na sua formação, mas também um investimento significativo para aquisição e manutenção de equipamentos.

Os custos associados a muitos dos concursos, tanto na elaboração de propostas, como nos seguros e nas garantias e cauções por vezes necessárias prestar, também constituem outro fator de risco e penalização inerente à atividade, sobretudo se atendermos também às penalizações muitas vezes associadas às grandes empreitadas públicas em que o Grupo TEIXEIRA DUARTE participa.

Acresce que, a retração do investimento público, bem como do privado de maior volume, tem afetado a receita, que é também por vezes penalizada pelos prazos e atrasos nos pagamentos.

Por outro lado, a natureza do serviço prestado implica muitas vezes alterações das circunstâncias inicialmente negociadas, fruto das vicissitudes das empreitadas em causa (alterações climatéricas; descoberta de características da natureza adversas e diferentes do previsto; fenómenos naturais, sociais e económicos em resultado do impacto da obra) e das alterações dos projetos, muitas vezes por novas opções dos donos de obra que obrigam a uma grande agilidade na eficiência da execução das mesmas.

Outro aspeto importante resulta do significativo número de fornecedores de bens e equipamentos e de prestadores de serviços com que a empresa lida nesta área de atuação e que podem implicar riscos por ações ou omissões a eles imputáveis, incluindo interrupções ou atrasos no serviço prestado ou no fornecimento de bens.

Do ponto de vista comercial, a globalização tem viabilizado a entrada de outros grandes Grupos Construtores nos principais e mais antigos mercados de atuação da TEIXEIRA DUARTE — nomeadamente em Portugal e Angola — obrigando a um maior esforço na apresentação de soluções e propostas, bem como a uma otimização de custos que permitam acompanhar a força da competitividade dessas entidades.

As Concessões são normalmente projetos de longo prazo que envolvem cada vez mais vertentes, como as ligadas a projeto, conceção, construção, financiamento e exploração e que quer por tal complexidade e necessidade de parcerias, quer pela longevidade dos processos, implicam um risco forte na avaliação de ativos e projetos a longo prazo, num mundo cada vez mais dinâmico e com alterações inesperadas.

A Imobiliária esteve na origem e núcleo da chamada crise do *subprime* e os reflexos dessa conjuntura internacional estão presentes em Portugal, onde as exigências para novos projetos aumentam a todos os níveis (administrativo, económico, social, ambiental, entre outros), a cada vez maior evidência de excedentes na oferta faz diminuir os preços e a própria procura está muito penalizada por maiores dificuldades no recurso ao crédito.

A Hotelaria no Algarve tem sido muito penalizada por novos destinos acessíveis e pelas mudanças de rotas de grandes agências internacionais, sendo que os hotéis em África estão naturalmente expostos às idiossincrasias dos respetivos países e da concorrência que aumenta, numa dimensão nunca antes verificada. Adicionalmente, e considerando os níveis de endividamento de algumas das empresas participadas que operam neste setor, os resultados e, consequentemente, a situação patrimonial das referidas empresas, poderão sofrer impactos adversos em consequência de evoluções desfavoráveis nas taxas de juro.

A Distribuição em Angola está muito exposta às características próprias do país e das dificuldades logísticas de abastecimento, de transporte e de deslocação, bem como à difícil conjuntura internacional que afetou muitos dos fornecedores essenciais ao desenvolvimento do projeto.

O Automóvel desenvolve-se num mercado muito saturado, onde internacionalmente grandes *players* do setor faliram e foram fortemente afetados, com inevitáveis reflexos a nível mundial e que já antes haviam levado o Grupo TEIXEIRA DUARTE a alienar a atividade que nesta área desenvolvia em Portugal.

Em Angola, a competitividade está a subir muito e o investimento efetuado pelo Grupo obriga a uma forte otimização de processos e custos, num mercado que está cada vez mais caro e difícil.

O setor da Energia no Grupo TEIXEIRA DUARTE assume dois riscos de naturezas diferentes, conforme se refira à atividade em Portugal (onde se opera na área da distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e de gás) e no Brasil (onde uma participada indireta se dedica à prospeção de petróleo).

Com efeito, no mercado nacional os riscos centram-se em três aspetos: (i) a reduzida quota de mercado na área dos combustíveis líquidos; (ii) o facto de os principais fornecedores serem simultaneamente os principais concorrentes, com grandes quotas de mercado (iii) e a delicada gestão do crédito concedido aos redistribuidores, nomeadamente pela consignação do produto entregue.

No estrangeiro, o risco concentra-se no forte investimento inerente às obrigações de prospeção que resultam das concessões adjudicadas, nomeadamente o cumprimento dos “Programas Exploratórios Mínimos (PEM)”, face a uma expectativa de obtenção de produto, que não só não é certa como não se sabe quando pode ocorrer e, ocorrendo, depende depois da quantidade, qualidade, condições de comercialidade do produto e das variações dos mercados internacionais.

Comum a estas duas realidades – nacional e estrangeira – tem sido o forte abalo no mercado dos combustíveis, em especial fruto das especulações em torno do preço do petróleo.

Relativamente às participações financeiras, nomeadamente a participação qualificada detida no Banco Comercial Português, S.A., o risco resulta da atual fragilidade dos mercados financeiros e do possível impacto da volatilidade das respetivas cotações nas contas do Grupo TEIXEIRA DUARTE que, em certas circunstâncias, afeta os resultados.

Os riscos descritos, a ocorrerem, poderão vir a ter um impacto negativo sobre os resultados do Grupo TEIXEIRA DUARTE e sobre a sua situação financeira.

A TD,SA encontra-se exposta a **riscos de estratégia**, existindo a possibilidade de tomar decisões estratégicas inadequadas, de falhas na implementação de decisões ou da falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

O negócio internacional do Grupo TEIXEIRA DUARTE representa uma fatia significativa do volume de negócios do Grupo (59% em 2011). Não é possível garantir o pleno sucesso das operações nos mercados externos nos quais o Grupo opera. Adicionalmente, tais operações estão expostas aos riscos decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível económico nos países em que estão estabelecidas. Estes fatores poderão afetar de forma adversa a atividade, situação financeira e resultados do Grupo TEIXEIRA DUARTE. Algumas das operações internacionais do Grupo expõem-no também a riscos cambiais.

O Grupo TEIXEIRA DUARTE atua em diversos setores de atividade, dos quais se destaca, pela sua contribuição para os proveitos operacionais do Grupo, o setor da construção, mas também outros como a Distribuição, Energia e Automóvel. Os setores referidos representam 81% dos proveitos operacionais do Grupo e podem descrever-se como sendo setores muito competitivos. Este quadro concorrencial, quando associado a ciclos negativos nas áreas de atividade onde o Grupo opera, pode ter um efeito negativo nas margens de comercialização da empresa e nos seus resultados e, por conseguinte, na sua situação financeira.

A capacidade do Grupo TEIXEIRA DUARTE implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade em recrutar e reter os colaboradores mais qualificados e competentes para cada função. Apesar da política de recursos humanos do Grupo TEIXEIRA DUARTE estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. Tal circunstância poderá limitar ou atrasar a execução da estratégia delineada, o que poderá ter um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Um agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local podem originar a incapacidade de os clientes do Grupo TEIXEIRA DUARTE saldarem as suas obrigações ou atrasar de forma significativa o cumprimento das mesmas, levando a que as linhas de crédito existentes entrem em *default*. Este cenário resultaria em perdas que afetariam a atividade, situação financeira e os resultados do Grupo TEIXEIRA DUARTE.

O Grupo TEIXEIRA DUARTE poderá, no futuro, ser parte numa pluralidade de **litígios** relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente, e que possam vir a ser objeto de recurso ou ação de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças. O Grupo TEIXEIRA DUARTE não pode garantir

que venha a ganhar quaisquer ações respeitantes às suas atividades e uma decisão negativa nas mesmas poderá ter um efeito adverso que seja significativo para a atividade, situação financeira e resultados do Grupo TEIXEIRA DUARTE.

As atividades da TD,SA exigem **investimentos**. O Grupo financia uma parte destes investimentos fazendo uso dos fluxos de caixa gerados pelas suas atividades operacionais. No entanto, a TD,SA e as suas participadas financiam uma proporção maior dos investimentos fazendo uso de fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo TEIXEIRA DUARTE está exposto a um conjunto de riscos, tal como riscos de liquidez, riscos de taxa de juro ou riscos de taxa de câmbio, entre outros, sendo que, perante a ocorrência de cenários excecionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela TD,SA na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos poderão não se revelar totalmente eficazes.

Como qualquer outro grupo económico integrado numa envolvente competitiva, o Grupo TEIXEIRA DUARTE encontra-se igualmente sujeito a **riscos relacionados com a liquidez**. O Grupo considera estar adequadamente provido de meios para um efetivo controlo de risco da sua atividade, considerando eficaz a ação desenvolvida pela administração com reporte de elementos que lhe são facultados pelos Serviços de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como pela Direcção Central de Finanças e Contabilidade a quem, sob supervisão direta do Administrador do pelouro, está especialmente cometido o controlo da liquidez do Grupo TEIXEIRA DUARTE.

A TD,SA gere o risco de liquidez do Grupo atuando em duas vias: garantindo que a dívida financeira do Grupo tem uma elevada componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos, e dispondo de facilidades de crédito, disponíveis em diversos casos na modalidade de linhas em conta corrente.

No decurso normal da atividade, o Grupo está sujeito a determinados **riscos operacionais**, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços, fraudes, omissões, erros e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Estes riscos são acompanhados pelo Grupo de uma forma contínua, através de sistemas administrativos e de informação, entre outros, estando alguns riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo TEIXEIRA DUARTE estão dependentes do processamento informático. O processamento informático envolve a manutenção de registos, o reporte financeiro e outros sistemas, incluindo sistemas de monitorização e controlo das várias operações do Grupo, nomeadamente na gestão de recursos humanos, contabilística e ainda logística, administrativa e de armazenamento. Apesar da avaliação que tem vindo a ser efetuada aos sistemas computacionais e da convicção de que as suas capacidades são adequadas, não é possível garantir a potenciais investidores a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemático na implantação de melhorias tecnológicas.

O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo TEIXEIRA DUARTE está indexado a taxas de referência variáveis, estando a TD,SA, por essa via, exposta ao **risco de taxa de juro**.

Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo TEIXEIRA DUARTE segue em permanência o desenvolvimento do mercado, estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro. A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos. Estas operações são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos cash-flows previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros. O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da IAS 39, sendo mensurados pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. Procede-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância das disposições da IAS 39.

A **variação da taxa de câmbio** do Euro face a outras moedas, nomeadamente, o dólar americano, o kwanza angolano, o dinar argelino, o real brasileiro, o metical moçambicano e a Hryvnia ucraniana, pode ter impacto na situação financeira da TD,SA. O Grupo TEIXEIRA DUARTE desenvolve operações em diversos mercados e regista proveitos em moeda estrangeira, tendo igualmente ativos e passivos monetários denominados em moeda que não o Euro, pelo que se encontra, deste modo, exposto a variações nas respetivas divisas.

Em termos indiretos, referem-se ainda as circunstâncias de o Grupo TEIXEIRA DUARTE adquirir bens diversos, com relevância nas áreas da construção, da distribuição e do automóvel, em moedas distintas daquela em que os mesmos são posteriormente vendidos, nomeadamente em Angola, sendo que tal facto pode influenciar em parte os resultados obtidos pelo Grupo na atividade que desenvolve nestes setores.

Destaca-se a importação e exportação de materiais para construção, de produtos essencialmente de consumo, para a sociedade de direito Angolano MAXI, e de veículos automóveis, peças e equipamentos para as diversas participadas locais que atuam no setor automóvel em Angola, operando, entre outras, com as marcas Nissan, Honda, Chevrolet, Renault e Peugeot.

Variações adversas no preço do petróleo e das matérias-primas poderão afetar significativamente os resultados e situação financeira do Grupo TEIXEIRA DUARTE.

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo TEIXEIRA DUARTE, afetando a atividade operacional da área de negócio da construção, embora seja pontualmente mitigado através de contratos com fornecedores com preços fixos e contratos com clientes que permitam repercutir estas alterações no valor pago por estes.

Em particular, o Grupo TEIXEIRA DUARTE tem uma exposição indireta ao preço do petróleo. A capacidade do Grupo em fazer refletir nos preços dos bens finais e dos serviços que presta, aumentos do preço do petróleo, é reduzida, pelo que poderão surgir consequências negativas nas margens diretas dos bens finais vendidos e no contributo líquido dos serviços prestados. Adicionalmente, um aumento do preço do petróleo tem um impacto direto nos custos de transporte associados ao desenvolvimento das atividades do Grupo, pelo que variações adversas nos preços do petróleo poderão exercer um efeito material negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Mais concretamente, a evolução do preço do petróleo poderá afetar significativamente os resultados do Grupo TEIXEIRA DUARTE por três razões:

- diretamente, através da margem gerada na energia, área de negócio que, em 2011, representou 10% dos proveitos operacionais do Grupo TEIXEIRA DUARTE;
- o custo de transporte é uma das rubricas de custos mais importantes nas contas de exploração do Grupo;
- os custos energéticos têm ainda algum significado no preço dos fornecimentos e serviços externos.

O aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na atividade do Grupo TEIXEIRA DUARTE.

O Grupo TEIXEIRA DUARTE poderá ser afetado negativamente por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.

As demonstrações financeiras do Grupo TEIXEIRA DUARTE podem ser influenciadas pela **valorização das participações financeiras detidas**.

A situação líquida, os capitais próprios e até, em certas situações de imparidade, os resultados do Grupo TEIXEIRA DUARTE podem ser influenciados pela valorização das participações financeiras detidas, o que, no caso das participações detidas em sociedades admitidas à negociação em mercado regulamentado, depende diretamente da cotação de mercado das respetivas ações.

As entidades do Grupo TEIXEIRA DUARTE estão sujeitas aos **riscos inerentes a qualquer atividade económica**, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na respetiva atividade. Da mesma forma, estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo TEIXEIRA DUARTE, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos, de modo a garantir o nível de volume de negócios, ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

II.10. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

Para além de todas as demais atribuições e competências que por lei, pelos Estatutos, ou por delegação da Assembleia Geral, lhe sejam conferidas, cabe, nomeadamente, ao Conselho de Administração:

- a) exercer os mais amplos poderes de administração da Sociedade e praticar todos os atos e operações tendentes à realização do seu objeto social;
- b) negociar e outorgar todos os contratos, seja qual for o seu alcance, forma e natureza, em que a Sociedade seja parte;
- c) representar a Sociedade, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, promover, contestar, transigir ou desistir em quaisquer processos e comprometer-se em todo o tipo de arbitragens;
- d) elaborar, se assim o entender, o seu regulamento interno, definindo as regras e procedimentos respeitantes ao seu funcionamento;
- e) proceder à distribuição de pelouros pelos seus membros e encarregar qualquer um deles de se ocupar especialmente de certas matérias da competência do Conselho;
- f) delegar em quaisquer dos seus membros os poderes necessários para, conjunta ou individualmente, desempenharem certas tarefas ou atuações específicas;
- g) nomear procuradores ou mandatários da Sociedade para a prática de determinados atos ou categorias de atos, com os poderes e atribuições que constarem das respetivas procurações que para o efeito outorgar;
- h) designar o Secretário da Sociedade e o seu Suplente.
- i) deslocar a sede social para outro local, dentro do território nacional, bem como criar, transferir ou extinguir delegações, agências, sucursais, ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, no País ou no estrangeiro, nos termos, onde e quando entender conveniente;
- j) deliberar que a Sociedade adquira, aliene e onere quaisquer bens imóveis e direitos de propriedade industrial, licenças e alvarás, bem como quotas, ações, obrigações ou outros títulos;
- k) deliberar que a Sociedade participe na constituição, subscreva capital, assuma interesses ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação;
- l) prestar cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, nomeadamente avales ou fianças.

Os Estatutos da Sociedade não conferem quaisquer poderes ao Conselho de Administração sobre eventuais aumentos de capital social.

II.11. Informação sobre a política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, bem como sobre as regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.

Conforme descrito em II.3, apesar do exercício colegial das funções conferidas ao Conselho de Administração, cada um dos seus membros foi mais especificamente responsável por determinadas áreas funcionais ou determinados negócios.

Não existe uma política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro. A supervisão das diversas áreas e setores foi atribuída a cada um dos Administradores tendo em consideração a formação, experiência e competências adquiridas por cada um, dentro do Grupo TEIXEIRA DUARTE, sobre as várias matérias, situação que não é compatível com a conceção de uma política de rotação dos pelouros.

A redistribuição das áreas de negócio pelos diversos membros do Conselho de Administração ocorrerá sempre que tal se afigure necessário e adequado.

Quanto às regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização, recorda-se que os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades.

Ao abrigo das regras especiais de eleição previstas na Lei, a Sociedade adotou o sistema que permite que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e menos de dez por cento do capital social. Em conformidade com tal opção, o Administrador assim eleito substitui automaticamente aquele que figurar em último lugar na lista que faça vencimento na eleição dos Administradores.

Os Estatutos não preveem a existência de qualquer Administrador suplente, mas fixam em cinco o número de faltas a reuniões, seguidas ou interpoladas, por mandato, sem justificação aceite pelo Conselho, que conduz à situação de falta definitiva de um Administrador, com as consequências previstas na lei.

Para além das referidas circunstâncias, os Estatutos não preveem qualquer regra específica para a substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, o Conselho de Administração poderá proceder à substituição do Administrador que deixe de desempenhar funções por qualquer uma das causas previstas na Lei, nomeadamente por renúncia ou acumulação de faltas, procedendo, se assim o entender e nos termos e condições aplicáveis, à correspondente cooptação, a qual deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte.

À semelhança dos demais Órgãos Sociais, os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades. A Assembleia, ao eleger tal Conselho, designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

Os membros do Conselho Fiscal foram eleitos em Assembleia Geral Anual de 20 de maio de 2011 para exercer funções durante o quadriénio 2011/2014.

Embora neste caso tenha sido eleito, em Assembleia Geral Anual de 20 de maio de 2011, um membro suplente do Conselho Fiscal, os Estatutos não preveem qualquer regra específica para a substituição dos membros deste órgão, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, os membros efetivos do Conselho Fiscal que se encontrem temporariamente impedidos ou cujas funções tenham cessado, são substituídos pelos suplentes nos demais termos e condições ali fixados.

II.12. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização e de outras comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa.

Durante o exercício de 2011, o Conselho de Administração da TD,SA reuniu 20 vezes – tendo o Presidente do Conselho Fiscal participado em 5 e o representante da SROC participado 8 – e o Conselho Fiscal da TD,SA reuniu 4 vezes.

II.13. Indicação sobre o número de reuniões da Comissão Executiva ou do Conselho de Administração Executivo, bem como referência à realização de atas dessas reuniões e seu envio, acompanhadas das convocatórias, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as matérias financeiras.

A presente norma não é aplicável à TD,SA, uma vez que, conforme descrito supra, não existe uma Comissão Executiva, uma Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as matérias financeiras e todos os membros do Conselho de Administração exercem atualmente funções executivas, incluindo o respetivo Presidente.

Todavia, salienta-se que os Administradores prestam, em tempo útil e de forma adequada ao que lhes for requerido, as informações solicitadas pelos restantes membros dos órgãos sociais. Acrescenta-se que todas as atas das reuniões do Conselho de Administração são enviadas ao Presidente do Conselho Fiscal.

II.14. Distinção dos membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminação dos membros que cumpriam, se lhes fosse aplicável, as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com exceção da prevista na alínea b), e os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Considerando que todos os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas, a presente regra não é aplicável à realidade da TD,SA.

Ainda assim e a este propósito, cumpre informar que, no que se refere à independência dos seus membros, o Conselho de Administração considera que nenhum deles se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Face ao modelo societário adotado e à composição e ao modo de funcionamento dos seus órgãos sociais, nomeadamente o carácter executivo do Conselho de Administração e a independência do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem que, entre eles ou para outras Comissões existam delegações de competências, a TD,SA considera que a designação de membros não executivos para exercerem funções no Conselho de Administração não traria quaisquer valias significativos para o bom funcionamento do modelo adotado que se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

II.15. Indicação das regras legais, regulamentares e outros critérios que tenham estado na base da avaliação da independência dos seus membros feita pelo órgão de administração.

Não aplicável, conforme descrito no número anterior.

II.16. Indicação das regras do processo de seleção de candidatos a Administradores não executivos e forma como asseguram a não interferência nesse processo dos Administradores executivos.

Não aplicável, conforme descrito nos dois números anteriores.

II.17. Referência ao facto de o relatório anual de gestão da sociedade incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos Administradores não executivos e eventuais constrangimentos detetados.

Não aplicável, tendo em conta que todos os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas.

II.18. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração, a indicação das atividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de ações da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo do mandato.

Presidente do Conselho de Administração: Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Licenciado em Gestão de Empresas pela “Universidade Católica Portuguesa”, em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Nos últimos cinco anos, no âmbito da sua atividade profissional desempenhou igualmente, os seguintes cargos:

Administrador-Delegado de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “PASIM – Sociedade Imobiliária, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Administrador de “CIMPOR – Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.”.

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Macau), Lda.”.

Gerente de “F+P – IMOBILIÁRIA, LDA.”.

Membro do Conselho Consultivo e de Estratégia de “E.I.A. – Ensino, Investigação e Administração, S.A.”.

Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão de “BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.”.

Vogal do Conselho Geral e de Supervisão do “BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.”.

Vice-Presidente do Conselho Superior de “BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.”.

Vogal do Conselho de Remunerações e Previdência de “BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.”.

Membro do “Supervisory Board” do “MILLENNIUM BANK, S.A. (Polónia)”.

Em 31 de Dezembro de 2011 era titular, direta e indiretamente, de 6.912.550 ações representativas do capital social da TD,SA.

Administrador: Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Licenciado em Direito pela Faculdade de “Direito da Universidade de Lisboa”, em 1989.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Nos últimos cinco anos, no âmbito da sua atividade profissional desempenhou igualmente, os seguintes cargos:

Presidente do Conselho de Administração de BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “C+P.A. – Cimento e Produtos Associados, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “ESTA – Gestão de Hotéis, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia”.

Presidente do Conselho de Administração de “EVA – Sociedade Hoteleira, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “IMOPEDROUÇOS – Sociedade Imobiliária, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “LAGOAS HOTEL, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “LAGOASFUT – Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “MARTINS & ESTEVES, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “NGDI – Gestão e Investimentos Imobiliários, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “PARCAUTO – Sociedade Imobiliária, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “QUINTA DE CRAVEL – Imobiliária, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “ROCHORIENTAL – Sociedade Hoteleira, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “SEIUR – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “SINERAMA – Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “STELGEST – Gestão Hoteleira, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TD VIA – Sociedade Imobiliária, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDCIM – S.G.P.S., S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDEMPA – Gestão de Participações e Investimentos, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDH – Sociedade Gestora de Participações, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDHC – Instalações para Desporto e Saúde, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDO – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDPG – Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TEJO VILLAGE – Promoção Imobiliária, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TRANSBRITAL – Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “V8 – Gestão Imobiliária, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “VTD – Veículos Automóveis, S.A.”.

Administrador de “BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.”.

Membro do Conselho de Administração de “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia”.

Administrador de “EUROGTD – Sistemas de Informação, S.A.”.

Administrador de “GRATAC – Sociedade Gestora de Participações, S.A.”.

Administrador de “ILTA – Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.”.

Administrador de “MARINERTES, S.A.”.

Administrador de “PTG – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Administrador de “Sociedade de Investimento Cimpor Macau, S.A.”.

Administrador de “TDARCOL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Administrador de “TDG – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Administrador de “TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.”.

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

Gerente de “BONAPAPEL – Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos Unipessoal, Lda.”.

Gerente de “GFF – Empreendimentos Imobiliários, Lda.”.

Gerente de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Macau), Limitada”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “E.P.O.S. – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.”.

Membro do Conselho Geral e de Supervisão de “E.I.A. – Ensino, Investigação e Administração. S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “Gomes & Oliveira, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “TDF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “TDO – Investimento e Gestão, S.A.”.

Secretário da Mesa da Assembleia Geral de “HAB – Cooperativa de Construção e Habitação C.R.L.”.

Em 31 de Dezembro de 2011 era titular de 5.149.575 ações representativas do capital social da TD,SA.

Administrador: Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos

Licenciado em Engenharia Civil pela “Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto”, em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Nos últimos cinco anos, no âmbito da sua atividade profissional desempenhou igualmente, os seguintes cargos:

Presidente do Conselho de Administração de “G.E.TRA.BE – Groupement d’Entreprises de Travaux de Bejaia”.

Presidente do Conselho de Administração de “G.E.TRA.M – Groupement d’Entreprises de Travaux Maritimes de Bejaia”.

Presidente do Conselho de Administração de “GMP – Grupo Marítimo Português, ACE”.

Presidente do Conselho de Administração de “GMP MEK – Grupo Marítimo Português Mers El Kebir, ACE”.

Presidente do Conselho de Administração de “GMP MKD – Grupo Marítimo Mers El Kebir Dragagens, ACE”.

Presidente do Conselho de Administração de INVICTAAMBIENTE – Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.

Presidente do Conselho de Administração de “MARINERTES, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “NOVA TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.”.

Vice-Presidente do Conselho de Administração de “Novaponte – Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE”.

Administrador de “E.P.O.S. – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.”.

Membro do Conselho de Administração de “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia”

Administrador de “BEL – ERE – Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.”.

Administrador de “Groupement Maritime Portugais Gmp – ORAN”.

Administrador de “GSC – Compañía General de Servicios y Construcciones, S.A. Sociedad Unipersonal

Administrador de “OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A. – Sucursal em Cabo Verde”.

Administrador de “SOMAFEL e FERROVIAS, ACE”.

Administrador de “TDARCOL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Administrador de “TDEMPA – Gestão de Participações e Investimentos, S.A.”.

Administrador de “TEISOMAR – Obras Marítimas, ACE”.

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “E.P.O.S. – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “Gomes & Oliveira, S.A.”

Vogal de Comissão de Remunerações de “RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.”

Vogal de Comissão de Remunerações de “TDF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.”

Vogal de Comissão de Remunerações de “TDGI – Tecnologias de Gestão Imóveis, S.A.”

Vogal de Comissão de Remunerações de “TDO – Investimento e Gestão, S.A.”

Em 31 de Dezembro de 2011 era titular de 433.862 ações representativas do capital social da TD,SA.

Administrador: Eng.º Carlos Gomes Baptista

Bacharel em Engenharia pelo “Instituto Industrial de Lisboa”, em 1973.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Nos últimos cinco anos, no âmbito da sua atividade profissional desempenhou igualmente, os seguintes cargos:

Presidente do Conselho de Administração de “BEL-ere – Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.”

Presidente do Conselho de Administração de “INVICTAAMBIENTE – Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.”

Presidente do Conselho de Administração de “TDGI – Tecnologia de Gestão de imóveis, S.A.”

Membro do Conselho de Administração de EMPA, S.A. – Serviços de Engenharia

Administrador de “GSC – Compañía General de Servicios y Construcción, S.A. – Sucursal em Portugal”.

Administrador de “GSC – Compañía General de Servicios y Construcción, S.A. – Sociedad Unipersonal”.

Administrador de “NOVA TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE/OPCA – Fungere – Parcela 1.18 do Parque da Nações em Lisboa 3.ª Fase – Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE”.

Em 31 de Dezembro de 2011 era titular de 25.634 ações representativas do capital social da TD,SA.

Administrador: Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico (1992)

Designado a primeira vez para o cargo em 2011, por deliberação da Assembleia Geral Anual, terminando o mandato em curso em 2014.

Nos últimos cinco anos, no âmbito da sua atividade profissional desempenhou igualmente, os seguintes cargos:

Presidente do Conselho de Administração de TEIXEIRA DUARTE – Distribuição, S.A.

Presidente do Conselho de Administração de TDO – Investimento e Gestão, S.A.

Administrador de BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.

Administrador de IMOPEDROUÇOS – Sociedade Imobiliária, S.A.

Administrador de IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de MARTINS & ESTEVES, S.A.

Administrador de PARCAUTO – Sociedade Imobiliária, S.A.

Administrador de QUINTA DE CRAVEL IMOBILIÁRIA, S.A.

Administrador de TD VIA – Sociedade Imobiliária, S.A.

Administrador de TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Administrador de TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.

Membro do Conselho de Administração de TDPG – Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.

Administrador de TEIXEIRA DUARTE – Gestão De Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

Administrador de TEJO VILLAGE – Promoção Imobiliária, S.A.

Administrador de TRANSBRITAL – Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Administrador de V8 – Gestão Imobiliária, S.A.

Gerente de BONAPAPEL – Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos – Unipessoal, Lda.

Gerente de GFF – Empreendimentos Imobiliários, Lda.

Em 31 de Dezembro de 2011 era titular de 28.660 ações representativas do capital social da TD,SA.

II.19. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Presidente do Conselho de Administração: Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Em 31 de Dezembro de 2011, exercia os seguintes cargos noutras sociedades, todas elas fora do Grupo TEIXEIRA DUARTE:

Presidente do Conselho de Administração de “PASIM – Sociedade Imobiliária, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “PACIM – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Membro do Conselho Consultivo e de Estratégia de “E.I.A. – Ensino, Investigação e Administração, S.A.”.

Em sociedades do Grupo TEIXEIRA DUARTE:

Presidente do Conselho de Administração de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

Administrador: Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Em 31 de Dezembro de 2011, exercia os seguintes cargos noutras sociedades, todas elas fora do Grupo TEIXEIRA DUARTE:

Presidente do Conselho de Administração de “NGDI – Gestão e Investimentos Imobiliários, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “SEIUR – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.”.

Administrador de “ILTA – Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.”.

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da “HAB – Cooperativa de Construção e Habitação C.R.L.”.

Membro do Conselho Geral e de Supervisão de “E.I.A – Ensino, Investigação e Administração, S.A.”.

Em sociedades do Grupo TEIXEIRA DUARTE:

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “C+P.A. – Cimento e Produtos Associados, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “ESTA – Gestão de Hotéis, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “EVA – Sociedade Hoteleira, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “IMOPEDROUÇOS – Sociedade Imobiliária, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração “LAGOAS HOTEL, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “LAGOASFUT – Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “QUINTA DE CRAVEL – Imobiliária, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “ROCHORIENTAL – Sociedade Hoteleira, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “SINERAMA – Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “STELGEST – Gestão Hoteleira, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TD VIA – Sociedade Imobiliária, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDEMPA – Gestão de Participações e Investimentos, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDH – Sociedade Gestora de Participações, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDHC – Instalações para Desporto e Saúde, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDO – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TRANSBRITAL – Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “V-8 – Gestão Imobiliária, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “VTD – Veículos Automóveis, S.A.”.

Membro do Conselho de Administração de “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia”.

Administrador de “MARINERTES, S.A.”.

Administrador de “PTG – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Administrador de “TDARCOL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Administrador de “TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.”.

Gerente de “BONAPAPEL – Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos Unipessoal, Lda.”.

Gerente de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Macau), Limitada”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “E.P.O.S – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “Gomes & Oliveira, S.A.”

Vogal de Comissão de Remunerações de “TDF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “TDO – Investimento e Gestão, S.A.”.

Administrador: Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos

Em 31 de Dezembro de 2011 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, todas do Grupo TEIXEIRA DUARTE:

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “G.E.TRA.BE – Groupement d’Entreprises de Travaux de Bejaia”.

Presidente do Conselho de Administração de “G.E.TRA.M – Groupement d’Entreprises de Travaux Maritimes de Bejaia”.

Presidente do Conselho de Administração de “GMP – Grupo Marítimo Português, ACE”.

Presidente do Conselho de Administração de “GMP MEK – Grupo Marítimo Português Mers El Kebir, ACE”.

Presidente do Conselho de Administração de “MARINERTES, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.”.

Vice-Presidente do Conselho de Administração de “Novaponte – Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE”.

Administrador de “E.P.O.S. – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.”.

Membro do Conselho de Administração de “EMPA, S.A. – Serviços de Engenharia”

Administrador de “Groupement Maritime Portugais Gmp – ORAN”.

Administrador de “GSC – Compañía General de Servicios y Construcciones, S.A. Sociedad Unipersonal

Presidente do Conselho de Administração de INVICTAAMBIENTE – Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.

Administrador de “OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A. – Sucursal em Cabo Verde”.

Administrador de “SOMAFEL e FERROVIAS, ACE”.

Administrador de “TDARCOL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”.

Administrador de “TEIX.CO, SPA”

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.”.

Administrador suplente de “AVIAS – Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE”

Vogal de Comissão de Remunerações de “BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “E.P.O.S. – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “Gomes & Oliveira, S.A.”

Vogal de Comissão de Remunerações de “Recolte – RECOLHA, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “TDF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.”.

Vogal de Comissão de Remunerações de “TDO – Investimento e Gestão, S.A.”.

Administrador: Eng.º Carlos Gomes Baptista

Em 31 de Dezembro de 2011 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, todas do Grupo TEIXEIRA DUARTE:

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

Presidente do Conselho de Administração de “TDGI – Tecnologia de Gestão de imóveis, S.A.”.

Membro do Conselho de Administração de EMPA, S.A. – Serviços de Engenharia

Administrador de “GSC – Compañía General de Servicios y Construcción, S.A. – Sucursal em Portugal”.

Administrador de “TEIXEIRA DUARTE/OPCA – Fungere – Parcela 1.18 do Parque da Nações em Lisboa 3.ª Fase – Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE”.

Administrador: Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Em 31 de Dezembro de 2011, exercia os seguintes cargos noutras sociedades, todas elas fora do Grupo TEIXEIRA DUARTE:

Presidente do Conselho de Administração de TEIXEIRA DUARTE – Distribuição, S.A.

Presidente do Conselho de Administração de TDO – Investimento e Gestão, S.A.

Administrador de BONAPARTE – Imóveis Comerciais e Participações, S.A.

Administrador de IMOPEDROUÇOS – Sociedade Imobiliária, S.A.

Administrador de IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de QUINTA DE CRAVEL IMOBILIÁRIA, S.A.

Administrador de TD VIA – Sociedade Imobiliária, S.A.

Administrador de TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Administrador de TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.

Administrador de TEIXEIRA DUARTE – Gestão De Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

Administrador de TRANSBRITAL – Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Administrador de V8 – Gestão Imobiliária, S.A.

Gerente de BONAPAPEL – Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos – Unipessoal, Lda.

Secção III – Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras e Conselho Fiscal

II.21. Identificação dos membros do Conselho Fiscal, declarando-se que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e se cumprem os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. Para o efeito, o Conselho Fiscal procede à respetiva autoavaliação.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos – um Presidente e dois vogais – e um suplente, que cumprem integralmente todos os requisitos de independência e em relação aos quais não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Os factos referidos no parágrafo anterior são objeto de averiguação periódica em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal.

Os referidos membros, eleitos em Assembleia Geral Anual de 20 de maio de 2011, são os seguintes:

Presidente: Dr. António Gonçalves Monteiro

Vogais: Dr. Mateus Moreira

Senhor Miguel Carmo Pereira Coutinho

Suplente: Dr. Horácio Lisboa Afonso

II.22. Qualificações profissionais dos membros do Conselho Fiscal, a indicação das atividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de ações da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Dr. António Gonçalves Monteiro (Presidente do Conselho Fiscal)

Qualificações Profissionais:

Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Economia e diplomado em Contabilidade e Administração pelo ISCAL.

Atividades Profissionais exercidas nos últimos cinco anos:

É sócio e Presidente do Conselho de Administração da “Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.”. Nessa qualidade desempenha funções de fiscal único, ou integra conselhos fiscais, de várias empresas comerciais e industriais da mais variada dimensão e de diferentes sectores de atividade.

É Presidente do Conselho Fiscal da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa e Vogal do Conselho Fiscal da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Sul Africana, da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Mexicana e da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Namíbia. É membro da “International Fiscal Association”, da Associação Fiscal Portuguesa, da Associação Portuguesa de Consultores Fiscais e da Ordem dos Economistas.

Foi Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2006-2011) e membro do Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (2009-2011). Foi presidente da Associação Portuguesa de Consultores Fiscais (1998-2005).

Foi Presidente do Conselho Fiscal de TEIXEIRA DUARTE — Engenharia e Construções, S.A.

Nunca exerceu quaisquer atividades profissionais na TD,SA, embora tenha sido representante da sociedade de Revisores Oficiais de Contas que desempenhou os cargos de fiscalização nas sociedades “SOMAFEL — Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.” e “OFM — Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.”, bem como no “Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF”, integradas no Grupo TEIXEIRA DUARTE.

Número de ações da Sociedade de que é titular:

Não é titular de quaisquer ações da TEIXEIRA DUARTE, S.A.

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

Designado a primeira vez em 30 de Novembro de 2009 para o biénio 2009/2010, terminando o atual mandato em curso em 2014.

Dr. Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)Qualificações Profissionais:

Licenciatura em Finanças pelo ISCEF (1972).

Atividades Profissionais exercidas nos últimos cinco anos:

Aposentado em 30.09.2003 do Millennium BCP, onde desempenhava o cargo de Diretor Central – Adjunto.

Vogal do Conselho Fiscal de TEIXEIRA DUARTE — Engenharia e Construções, S.A.

Número de ações da Sociedade de que é titular:

Não é titular de quaisquer ações da TD,SA.

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

Designado a primeira vez em 30 de Novembro de 2009 para o biénio 2009/2010, terminando o atual mandato em curso em 2014.

Senhor Miguel Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)Qualificações Profissionais:

Frequência do 2º ano do Instituto Superior de Agronomia (1952).

Empresário.

Atividades Profissionais exercidas nos últimos cinco anos:

Aposentado.

Número de ações da Sociedade de que é titular:

É titular, em regime de compropriedade, de 10.000 ações da TD,SA.

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

Designado a primeira vez em 30 de Novembro de 2009 para o biénio 2009/2010, terminando o atual mandato em curso em 2014.

Dr. Horácio Lisboa Afonso (Suplente do Conselho Fiscal)Qualificações Profissionais:

Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Frequência de diversos cursos de especialização profissional, organizados pela Price Waterhouse, Deloitte, Grant Thornton, Nexia International e outras entidades, em Portugal e outros países, cobrindo contabilidade, gestão financeira, auditoria financeira, auditoria informática, *time management*, *personal skills* e outras matérias específicas e relevantes para a *governance* de empresas.

Estágio de sete meses realizado no Departamento de Auditoria da Price Waterhouse, em Londres, no período de Outubro de 1978 a Abril de 1979.

Revisor Oficial de Contas.

Técnico Oficial de Contas.

Membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Membro da Ordem dos Economistas.

Membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Atividades Profissionais exercidas nos últimos cinco anos:

Sócio fundador da “Camacho Palma & Lisboa Afonso — SROC”, representante em Portugal da Nexia International, desempenha funções de Revisor Oficial de Contas em diversas empresas, assumindo a responsabilidade pela Revisão e Certificação Legal das respetivas contas.

Suplente do Conselho Fiscal de “TEIXEIRA DUARTE — Engenharia e Construções, S.A.”

Número de ações da Sociedade de que é titular:

Não é titular de quaisquer ações da TD,SA.

Data da primeira designação e data do termo de mandato:

Designado a primeira vez em 30 de Novembro de 2009 para o biénio 2009/2010, terminando o atual mandato em curso em 2014.

II.23. Funções que os membros do Conselho Fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo

Dr. António Gonçalves Monteiro (Presidente do Conselho Fiscal)

Em 31 de Dezembro de 2011, exercia, na qualidade de representante da Moore Stephens & Associados, SROC, S.A., funções de Fiscal Único em diversas empresas e instituições que não integram o Grupo TEIXEIRA DUARTE.

Dr. Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de Dezembro de 2011, não exercia funções em quaisquer sociedades.

Senhor Miguel Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de Dezembro de 2011, não exercia funções em quaisquer sociedades.

Dr. Horácio Lisboa Afonso (Suplente do Conselho Fiscal)

Em 31 de Dezembro de 2011, não exercia os quaisquer cargos noutras sociedades, dentro do Grupo TEIXEIRA DUARTE.

Em sociedades fora do Grupo TEIXEIRA DUARTE, é:

Sócio administrador da “Camacho Palma & Lisboa Afonso – SROC”.

Gerente da “NEXIA, CPLA & Associados – SROC”, Lda.

Membro da Comissão de Auditoria da “Espírito Santo Financial Group, S.A.”.

Presidente do Conselho Fiscal da “Espírito Santo Financial (Portugal), S.A.”.

Vogal do Conselho Fiscal da “SOMINCOR – Sociedade Mineira de Neves-Corvo, S.A.”.

II.24. Referência ao facto de o Conselho Fiscal avaliar anualmente o auditor externo e à possibilidade de proposta à assembleia-geral de destituição do auditor com justa causa.

A atuação do Auditor Externo tem vindo a ser avaliada por todos os Órgãos Sociais da TD,SA, sendo que nunca se verificou qualquer circunstância que pudesse motivar a sua destituição com justa causa.

O Conselho de Administração da TD,SA e os serviços dele dependentes têm vindo a assumir o compromisso de zelar para que sejam asseguradas as condições adequadas à prestação dos serviços pelo auditor externo, dentro da empresa, uma vez que se enquadram diretamente na estrutura operacional da TD,SA e que dispõem dos meios físicos e da informação e documentação necessária para proporcionarem ao auditor externo as condições adequadas para o exercício das suas funções.

O interlocutor da empresa e primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo é o Conselho de Administração, uma vez que, conforme ficou descrito supra, é este o órgão que se encontra diretamente enquadrado na estrutura operacional da empresa, facilitando as comunicações e a divulgação de informação entre os diversos órgãos e entidades, sem que alguma vez a independência do auditor tenha sido prejudicada.

Tais procedimentos estão, contudo, acertados e articulados com o Conselho Fiscal que, sem prejuízo disso, obtém também do Auditor Externo e da sua equipa as informações e elementos que entende necessários para o exercício das suas funções.

A remuneração do auditor externo é fixada pela Comissão de Remunerações da Empresa, nos termos previstos nos Estatutos, à semelhança do que sucede para os demais órgãos sociais, não se encontrando, por ora, qualquer fundamento para a interferência do Conselho Fiscal nesta matéria.

Este modelo, implementado há já alguns anos no âmbito do Grupo TEIXEIRA DUARTE, tem-se vindo a revelar adequado ao bom funcionamento dos órgãos sociais e garantia da transparência.

Os pontos II.25, II.26, II.27, II.28, II.29 não são aplicáveis à TD,SA porque dispõem sobre matéria específica do Conselho Geral e de Supervisão, órgão não existente no modelo societário adotado pela Empresa.

Secção IV – Remuneração

II.30. Descrição da política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere ao artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

A Comissão de Remunerações da TD,SA emitiu a respetiva declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a qual foi aprovada em Assembleia Geral daquela sociedade, realizada em 20 de maio de 2011, com 99,9999% dos votos a favor e 0,0001% dos votos contra, declaração essa cujo teor aqui se deixa reproduzido:

I. ÂMBITO DA DECLARAÇÃO:

Em função do modelo societário adotado, a “Teixeira Duarte, S.A.” tem como órgãos sociais o Conselho de Administração o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho de Administração emitiu declaração esclarecendo que não existem na Sociedade demais dirigentes, na aceção do número 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, ou seja, colaboradores que, não sendo membros dos órgãos de administração e de fiscalização, tenham acesso regular a informação privilegiada e participem nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial.

Assim, a presente declaração abrange apenas os identificados órgãos de Administração e Fiscalização.

II. INTRODUÇÃO:

Uma vez que, ao abrigo de um processo de reestruturação societária do Grupo Teixeira Duarte, em 2010 a “Teixeira Duarte, S.A.” sucedeu à “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” enquanto sociedade cotada de topo do Grupo ter-se-ão em conta na apresentação deste documento a realidade histórica e o enquadramento do tema experienciado no âmbito desta última sociedade ao longo dos anos.

Mais se refere que a política de remunerações aqui apresentada e a sua concretização nos termos em baixo descritos deverá ter em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.

Para os devidos efeitos, esclarece-se que a “Teixeira Duarte, S.A.” não tomou qualquer política ou prática remuneratória de outros grupos de sociedades como elemento comparativo para a fixação da remuneração.

III. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

No que se refere ao Conselho de Administração, a Comissão de Remunerações determina os valores da componente fixa e variável das suas remunerações, segundo orientações que os ligam ao desempenho e aos resultados da Empresa no seu todo, bem como à atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”

A este propósito, cumpre realçar que as remunerações dos administradores da “Teixeira Duarte, S.A.” são estabelecidas tendo presente as remunerações determinadas para os mesmos no âmbito do exercício das funções na “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” e em continuidade e harmonia com as dos colaboradores desta última sociedade.

O quantitativo variável é pago a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de prémio de desempenho, no espírito de distribuição de resultados, sendo que tal componente nada tem que ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim dos resultados do exercício, da evolução dos negócios sociais e da execução das respetivas funções por cada um.

Não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver atribuição em concreto por esta Comissão de Remunerações.

Não está prevista a possibilidade de o pagamento da componente variável ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato.

Não existem mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Não existe nenhum regime sobre atribuição de ações e ou direitos de adquirir opções sobre ações e ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Os Administradores da “Teixeira Duarte, S.A.” não recebem qualquer remuneração, seja a que título for, paga por sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, com exceção da “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.”, a qual, durante parte do ano de 2010 foi ainda a sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte.

Não existem quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por esta Comissão.

Não foram pagas, nem estão previstos quaisquer pagamentos, de quantias relativas à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores.

IV. CONSELHO FISCAL:

Todos os membros do Conselho Fiscal, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, auferem uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada por esta Comissão de Remunerações, sendo que nenhum deles recebeu qualquer outra retribuição da “Teixeira Duarte, S.A.” ou de outra sociedade que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, em especial por quaisquer outros serviços prestados a estas entidades, com exceção da “Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S.A.”, a qual, durante parte do ano de 2010 foi ainda a sociedade de topo do Grupo.

Do mesmo modo e à semelhança do que se referiu em cima sobre o Órgão de Administração, não existe nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações, nem nenhuma verba paga sob a forma de participação nos lucros, nem tão-pouco quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários.

V. REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

No caso da “Teixeira Duarte, S.A.”, compete a este órgão de fiscalização proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, para o que foi fixada uma quantia como valor global anual a ser paga nos termos e prazos definidos com o Conselho de Administração em função da sua sensibilidade e acompanhamento dos negócios e da atividade deste Órgão de Fiscalização.

A mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas presta também serviços, exclusivamente da mesma natureza de Revisão Legal de Contas e Auditoria, a outras entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte, delas auferindo as correspondentes retribuições, cujo quantitativo global é divulgado em sede de Relatório sobre o Governo da Sociedade.

O Conselho Fiscal tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais ativo no acompanhamento do trabalho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sendo que aquele deve ser consultado para se pronunciar sobre a fixação das remunerações desta.

É, pois, com base na política de remunerações acima exposta que esta Comissão procede à fixação, em concreto, dos quantitativos exatos das remunerações dos membros dos indicados órgãos de administração e fiscalização da sociedade, de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em ata e cujo conteúdo é então comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficam definidos.

Tais montantes têm sido anualmente divulgados no âmbito dos Relatórios sobre o Governo da Sociedade para os quais se remete para efeitos de uma apreciação da concretização da Política de Remunerações dos órgãos sociais da Teixeira Duarte.

À semelhança do ano anterior, a Comissão de Remunerações da TD,SA submeterá à apreciação da Assembleia Geral Anual de 2012 uma declaração sobre a política de remunerações dos dirigentes da Sociedade.

II.31. Indicação do montante anual da remuneração auferida individualmente pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, parcela que se encontra diferida e parcela que já foi paga.

Até às eleições realizadas na Assembleia Geral anual de 20 de maio de 2011, todos os então sete membros do Conselho de Administração da TD,SA auferiram as suas remunerações apenas a título de iguais cargos desempenhados na TD-EC, anterior sociedade cotada de topo do Grupo.

A partir de 1 de junho de 2011, inclusive, os então novos membros do Conselho de Administração da TD,SA passaram a auferir a remuneração, assim como o “prémio de desempenho”, através desta sociedade.

Face ao exposto, no mapa *infra* indicar-se-ão as remunerações auferidas por todos os que, durante 2011, desempenharam cargos de membros do Conselho de Administração da TD,SA, dividindo os quantitativos por eles recebidos pela TD-EC e pela TD,SA, ainda que apenas cingidos ao período em que desempenharam funções de membros do Conselho de Administração da TD,SA.

No exercício de 2011, as remunerações, em sentido amplo, auferidas individualmente pelos membros desse órgão foram as seguintes:

Conselho de Administração	Remuneração Fixa			Remuneração Variável (a)			Remuneração Total		
	TD,SA	TD-EC	Total	TD,SA	TD-EC	Total	TD,SA	TD-EC	Total
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	90.000,00	50.000,00	140.000,00	240.000,00	0,00	240.000,00	330.000,00	50.000,00	380.000,00
Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	88.200,00	49.000,00	137.200,00	83.518,22	7.701,74	91.219,96	171.718,22	56.701,74	228.419,96
Engº Joel Viana de Lemos	88.200,00	49.000,00	137.200,00	91.512,90	1.051,65	92.564,55	179.712,90	50.051,65	229.764,55
Engº Carlos Gomes Baptista	88.200,00	49.000,00	137.200,00	96.834,73	7.431,55	104.266,28	185.034,73	56.431,55	241.466,28
Engº Diogo Bebianho Branco de Sá Viana Rebelo (b) (c)	88.200,00	0,00	88.200,00	15.563,92	0,00	15.563,92	103.763,92	0,00	103.763,92
Engº Jorge Ricardo Figueiredo Catarino (d)	0,00	49.000,00	49.000,00	80.000,00	13.322,91	93.322,91	80.000,00	62.322,91	142.322,91
Engº João José de Gouveia Capelão (d)	0,00	49.000,00	49.000,00	80.000,00	1.254,60	81.254,60	80.000,00	50.254,60	130.254,60
Engº João José do Carmo Delgado (d)	0,00	49.000,00	49.000,00	64.000,00	18.463,12	82.463,12	64.000,00	67.463,12	131.463,12
	442.800,00	344.000,00	786.800,00	751.429,77	49.225,57	800.655,34	1.194.229,77	393.225,57	1.587.455,34

(a) - A remuneração variável aqui indicada inclui pagamento de prémios e a compensação por deslocações

(b) - Administrador da TD,SA apenas a partir de 20 de maio de 2011

(c) - Ao Administrador Eng.º Diogo Rebelo foi-lhe atribuído um prémio de 70.000,00 ainda enquanto colaborador da Alta Direção da TD-EC, ou seja, antes da sua eleição para a Administração da TD,SA

(d) - Administrador da TD,SA apenas até 20 de maio de 2011

Durante o exercício de 2011, não foram adquiridos quaisquer direitos de pensão.

Relativamente à parte variável da remuneração, cumpre referir que o montante global atribuído a cada membro do Conselho de Administração incluía a verba acima indicada no mapa anterior acrescida dos montantes indicados no mapa seguinte, cujos pagamentos foram diferidos para julho de 2014 e “condicionados ao desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2011 a 2013”:

Conselho de Administração	Remuneração Variável (Prémios)		
	Pago 2012	Diferido	Total
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	240.000,00	241.000,00	481.000,00
Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	80.000,00	82.000,00	162.000,00
Engº Joel Viana de Lemos	90.000,00	92.000,00	182.000,00
Engº Carlos Gomes Baptista	90.000,00	92.000,00	182.000,00
Engº Jorge Ricardo Figueiredo Catarino	80.000,00	82.000,00	162.000,00
Engº João José de Gouveia Capelão	80.000,00	82.000,00	162.000,00
Engº João José do Carmo Delgado	64.000,00	65.000,00	129.000,00
	724.000,00	736.000,00	1.460.000,00

Todos os membros do Conselho Fiscal auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, e conforme determinado pela Comissão de Remunerações da Sociedade, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos

Até maio de 2011 (inclusive), os membros do Conselho Fiscal da TD,SA auferiram as suas remunerações enquanto titulares dos mesmos cargos na TD-EC, anterior sociedade cotada de topo do Grupo, sendo que apenas a partir de junho deste ano é que passaram a auferir remuneração diretamente pelos cargos exercidos na TD,SA, deixando, inclusive de ser membros de qualquer órgão social da TD-EC, cujo modelo societário foi simplificado em Assembleia Geral também realizada dia 20 de maio desse ano.

Assim, em 2011, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da TD,SA foram distribuídas da seguinte forma:

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa			Remuneração Variável			Remuneração Total		
	TD,SA	TD-EC	Total	TD,SA	TD-EC	Total	TD,SA	TD-EC	Total
Dr. António Gonçalves Monteiro	26.250,00	3.750,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	26.250,00	3.750,00	30.000,00
Dr. Mateus Moreira	15.750,00	2.250,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	15.750,00	2.250,00	18.000,00
Miguel Carmo Pereira Coutinho	15.750,00	2.250,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	15.750,00	2.250,00	18.000,00
	57.750,00	8.250,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	57.750,00	8.250,00	66.000,00

Uma vez que durante parte do ano de 2010 a TD-EC foi ainda a sociedade cotada de topo do Grupo TEIXEIRA DUARTE, os aludidos membros de Conselho Fiscal da TD,SA auferiram daquela entidade e igualmente enquanto membros do Conselho Fiscal da mesma, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinadas pela Comissão de Remunerações da TD-EC, as quais neste ano foram idênticas às da TD,SA, ou seja:

O valor global pago à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS — SROC” foi de:

Remuneração	
Serviços de revisão legal de contas ao Grupo	274.000,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	
Serviços de consultoria fiscal	
Outros serviços que não de revisão legal de contas	
	274.000,00

Todos os valores acima enumerados foram pagos no decurso do exercício de 2011, pelo que não existem parcelas cujo pagamento seja diferido no tempo.

II.32. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A acrescer às obrigações inerentes ao exercício da própria função, a remuneração dos Administradores cumpre também complementarmente com o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações que os ligam com o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da Empresa.

Recorda-se aqui e a este propósito, o quanto se referiu sobre a parte variável da remuneração dos administradores, cujo montante global atribuído a cada um incluía uma verba superior a 50% cujos pagamentos foram diferidos para julho de 2014 e “condicionados ao desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2011 a 2013”.

II.33. Relativamente à remuneração dos Administradores executivos:

Referência ao facto de a remuneração dos Administradores executivos integrar uma componente variável e informação sobre o modo como esta componente depende da avaliação de desempenho;

A remuneração dos Administradores compreende uma componente variável, que nada tem a ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim dos resultados do exercício e da evolução dos negócios sociais.

Apesar do quanto se referiu acima (II.32.) sobre o diferimento do pagamento de parte da componente variável atribuída pela Comissão de Remunerações, cumpre referir que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos por ela fixados.

Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos Administradores executivos;

O órgão competente para a avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade, todos eles executivos, é a Assembleia Geral, a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, procede anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações procede à avaliação da atividade desenvolvida por cada um dos Administradores, para efeitos de fixação da respetiva remuneração.

Indicação dos critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores executivos;

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos. Com efeito, todos os Administradores são avaliados de acordo com a respetiva prestação durante o exercício, tendo por base os objetivos fixados e atingidos, os resultados da Empresa e diversos outros parâmetros que, pela sua diversidade e variação ao longo dos anos, se entende que não deverão ser taxativos mas sim adaptáveis às circunstâncias de cada período e de cada situação concreta.

Ainda assim e relativamente a parte da componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração, os pagamentos das mesmas em julho de 2014 ficaram “condicionados ao desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2011 a 2013”.

Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos Administradores, assim como indicação acerca dos limites máximos para cada componente;

Em 2011, o montante global das remunerações variáveis pagas representou 48,96% do valor total auferido.

Conforme referido em a), a componente variável da remuneração de cada uma dos Administradores depende dos resultados do exercício e da evolução dos negócios sociais, pelo que, nessa conformidade, não existe um limite máximo para cada componente, mas sim uma atribuição em conformidade com os parâmetros acima identificados e a avaliação do desempenho e execução das funções por cada um.

Indicação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento;

Os pagamentos dos quantitativos de parte da componente variável acima indicados no mapa 2 foram diferidos para julho de 2014 e “condicionados ao desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2011 a 2013”.

Explicação sobre o modo como o pagamento da remuneração variável está sujeito à continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo do período de diferimento;

Os pagamentos dos quantitativos de parte da componente variável acima indicados no mapa 2 foram diferidos para julho de 2014 e “condicionados ao desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2011 a 2013”.

Refira-se que o pagamento da componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração tem estado intrinsecamente dependente dos resultados do exercício e da evolução dos negócios sociais. A este propósito, recorda-se que os Administradores da TD,SA, são “gente da casa” há dezenas de anos, sendo as suas remunerações inseridas num plano geral que abrange todos os colaboradores. Não são gestores de ofício que por lá passam por razões circunstanciais ou interesses próprios de acionistas.

Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos Administradores executivos, das ações da sociedade a que tenham acedido, sobre eventual celebração de contrato relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual;

Não aplicável. A retribuição variável não é atribuída em ações nem foram celebrados quaisquer contratos com as características supra descritas.

Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício;

Não aplicável. A retribuição variável não é concedida em opções.

Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

Conforme já referido, a Comissão de Remunerações tem em consideração, para além do desempenho dos Administradores, os resultados da Empresa no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da Empresa.

Acrescenta-se que não foram concedidos quaisquer benefícios não pecuniários relevantes aos Administradores da Sociedade.

Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Aos membros do Conselho de Administração é paga uma quantia a título de prémio de desempenho e de distribuição de resultados, objeto de deliberação da Comissão de Remunerações que poderá os seus desempenhos.

Indemnizações pagas ou devidas a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício, mais se acrescentando que aos Administradores que cessaram funções no decurso do exercício de 2011 não foi paga qualquer indemnização, nem nada lhes é devido a esse título.

Referência à limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração;

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração, considerando, desde logo, que não é celebrado qualquer contrato para o exercício do cargo de Administrador, nem tão pouco qualquer acordo sobre eventual compensação a pagar por destituição com ou sem justa causa. A existência de uma limitação contratual nos termos acima referidos seria incoerente, tendo em conta as características da relação existente entre a Sociedade e os membros do seu órgão de Administração.

O mesmo se refira quanto à existência de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa não seja paga se a destituição ou cessação por acordo for devida a inadequado desempenho do Administrador.

Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

Conforme acima descrito (Cfr. II.31), até maio de 2011 todos então sete Administradores da TD,SA não auferiram remuneração pelos cargos desempenhados nesta sociedade, mas sim enquanto membros do Conselho de Administração da TD-EC.

Todavia, não recebem qualquer remuneração, seja a que título for, paga por outras sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo tanto com a TD,SA como com a TD-EC.

Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os Administradores, indicando se foram, ou não, sujeitas a apreciação pela assembleia-geral;

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à mencionada Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM – Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”;

b) Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na “TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.”.

DOIS – O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS – Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões.

Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores;

Não existem quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por aquela Comissão e já enumerados.

Existência de mecanismos que impeçam os Administradores executivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

Não existem mecanismos deste tipo, tendo em conta a relação entre a Sociedade e os seus Administradores e a ausência de qualquer vínculo contratual que possa pôr em causa a razão de ser da remuneração variável, para além do facto de esta componente da remuneração não ser atribuída com base em critérios pré-determinados, conforme supra descrito.

II.34. Referência ao facto de a remuneração dos Administradores não executivos do órgão de administração não integrar componentes variáveis.

Não aplicável, tendo em consideração que não existem Administradores não executivos.

II.35. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adotada na sociedade (meios de comunicação, pessoas com legitimidade para receber as comunicações, tratamento a dar às mesmas e indicação das pessoas e órgãos com acesso à informação e respetiva intervenção no procedimento).

Quanto à política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas, a Sociedade incentiva os colaboradores a informarem, pelos meios que julgarem convenientes — por contacto direto, documento escrito, e-mail ou por via telefónica — as respetivas hierarquias de quaisquer irregularidades detetadas. As pessoas com legitimidade para receber essas comunicações são os respetivos superiores hierárquicos.

Sempre que tal se revelar adequado ao correto apuramento dos factos e de responsabilidades inerentes à prática dos mesmos, são abertos os correspondentes processos ou inquéritos, salvaguardando também a necessária confidencialidade da comunicação quando solicitada pelo declarante ou assim ajuizado como conveniente pelo recetor, sem prejuízo de não se alinhar por práticas persecutórias destituídas de valor para a organização.

Os processos são acompanhados pelo responsável do departamento em que a irregularidade tenha ocorrido, com recurso a pessoas não envol-

vidas nessas situações e, caso se afigure conveniente, por advogados e pela Direção Central de Recursos Humanos e Serviços Administrativos.

Os processos são sujeitos a uma decisão por parte das hierarquias envolvidas, dela se dando reporte ao Conselho de Administração e a quaisquer outras entidades a quem esta comunicação deva ser efetuada com carácter imperativo.

Em complemento das mencionadas regras e em especial do ponto de vista dos demais *stakeholders*, existe um Gabinete de Apoio ao Investidor disponível também para eventuais participações de possíveis irregularidades, o mesmo sucedendo com os órgãos de fiscalização da Sociedade, ou seja, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

SECÇÃO V – COMISSÕES ESPECIALIZADAS

II.36. Identificação dos membros das comissões constituídas para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos Administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adotado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de Administrador.

Conforme descrito em II.2, em função do modelo organizativo e funcional entre os diversos órgãos sociais, entendeu-se não ser adequado criar quaisquer comissões para efeitos de avaliação de desempenho individual e global dos Administradores executivos, reflexão sobre o sistema de governo adotado pela sociedade e identificação de potenciais candidatos com perfil para o cargo de Administrador.

II.37. Número de reuniões das comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa, bem como referência à realização das atas dessas reuniões.

Não aplicável (Cfr. II.2 e II.36).

II.38. Referência ao facto de um membro da comissão de remunerações possuir conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.

Atualmente, a Comissão de Remunerações é composta pelas seguintes pessoas, eleitas em Assembleia Geral Anual de 20 de maio de 2011, para desempenho de funções no mandato 2011/2014:

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Dra. Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte não é considerado independente em relação aos membros do Conselho de Administração, uma vez que é também o Presidente daquele órgão de gestão.

Sendo a TD,SA controlada por sociedades detidas por membros da família Teixeira Duarte, não é natural que seja recomendável que nenhum deles integre a Comissão de Remunerações. Tradicionalmente e durante décadas, tem sido esta a prática seguida e sempre em consonância

com as atuais regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela CMVM, pelo que não se vislumbram quaisquer motivos para a alterar.

Reitera-se que se trata de uma Sociedade que, seguindo o exemplo da anterior *holding* do Grupo (TD-EC), com a sua peculiar forma de atuação e o seu distinto cunho empresarial, adotou uma muito própria forma de estar e uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, tem sido reconhecida como tal.

Os Senhores Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte têm conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração, tendo em conta que exerceram essas funções durante vários anos noutras sociedades.

Sempre que se realiza uma reunião da Comissão de Remunerações, é elaborada uma ata, que é passada ao correspondente Livro e arquivada nos cofres da Sociedade.

Todos os membros da Comissão de Remunerações estiveram presentes na única reunião da Assembleia Geral da TD,SA durante o exercício de 2011, em 20 de maio.

II.39. Referência à independência das pessoas singulares ou coletivas contratadas para a Comissão de Remunerações por contrato de trabalho ou de prestação de serviço relativamente ao conselho de administração bem como, quando aplicável, ao facto de essas pessoas terem relação atual com consultora da empresa.

Não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para a Comissão de Remunerações ou para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções.

CAPÍTULO III

Informação e Auditoria

Sempre enquadrada por uma filosofia de sobriedade, rigor e verdade, a Sociedade dá público conhecimento, de uma forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, nos prazos e pelos meios de divulgação estabelecidos, não só de todos os factos legalmente definidos como passíveis de comunicação, nomeadamente os enquadráveis no conceito de “informação privilegiada”, de acordo com a definição constante do artigo 248.º do Código dos Valores Mobiliários, como também de toda a informação financeira e relativa à atividade nos termos em que as regras vigentes determinam, quer individual, quer consolidada.

Para além do adiante referido Gabinete de Apoio ao Investidor, todos os acionistas têm à sua disposição, nos termos e prazos legais, o relatório de gestão, as contas e os demais elementos de informação preparatória que lhes permitem participar, devidamente habilitados, nos trabalhos das Assembleias Gerais da Sociedade.

No cumprimento do estabelecido no artigo 4.º do Regulamento da CMVM n.º 1/2010, a TD,SA tem um sítio próprio na Internet, com o domínio www.teixeiraduarte.pt, contendo, entre outra, a informação definida nesse Regulamento, isto é:

- a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede, a Conservatória do Registo Comercial onde a Sociedade se encontra matriculada e o seu número de identificação de pessoa coletiva;

- b) Estatutos;
- c) Identidade dos titulares dos Órgãos Sociais e do Representante para as Relações com o Mercado;
- d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso;
- e) Documentos de prestação de contas;
- f) Calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da Assembleia Geral, divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais;
- g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral, durante os 15 dias anteriores à data da Assembleia Geral;
- h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral, durante, pelo menos, os 21 dias anteriores à data da Assembleia Geral.

Para os efeitos das disposições recomendatórias aplicáveis, os elementos supra descritos encontram-se igualmente disponibilizados em Inglês.

III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

As ações representativas do capital social têm o valor nominal de 1,00 Euro, são todas escriturais, nominativas e admitidas à negociação em mercado regulamentado. As ações pertencem a uma categoria única e não existem ações com direitos ou deveres especiais.

III.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Informa-se que, em 31 de Dezembro de 2011, as participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, eram as seguintes:

- À TEIXEIRA DUARTE — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. era imputável uma participação global de 220.899.484 ações, correspondentes a 52,60% do capital social e dos direitos de voto, a qual inclui a participação qualificada por si detida diretamente (47,13%).
- Ao Banco Comercial Português, S.A. era imputável uma participação global de 42.049.716 ações, correspondentes a 10,01% do capital social e dos direitos de voto, incluindo a participação qualificada detida pelo Fundo de Pensões do grupo Banco Comercial Português (9,99%);
- Ao Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte era imputável uma participação global de 32.259.851 ações, correspondente a 7,68% do capital social e dos direitos de voto, incluindo a participação qualificada detida pela sociedade por si dominada indiretamente CIMILE — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (7,66%).

III.3 Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nomeadamente cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.

III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais, nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

Não existem regras específicas para eventuais alterações dos Estatutos da Sociedade, aplicando-se o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais, em especial os termos constantes dos seus artigos 85.º, 383.º, n.º 2 e 386.º.

III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

III.8. Descrição da evolução da cotação das ações do emitente, tendo em conta, designadamente:

- a) A emissão de ações ou de outros valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de ações;**
- b) O anúncio de resultados;**
- c) O pagamento de dividendos efetuado por categoria de ações com indicação do valor líquido por ação.**

Durante o ano de 2011, as ações sofreram uma desvalorização de 71,23%, baixando de 0,73€ em 31 de dezembro de 2010, para 0,21€ em 31 de dezembro de 2011.

No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa, neste período, 17.018.120 ações, com um volume de negócios no montante de 7.463.028€.

No gráfico infra verifica-se a evolução da cotação das ações durante o exercício de 2011.



Em 31 de Dezembro de 2011 a cotação era de 0,21€, e, na data de hoje, 26 de Abril de 2012 é de 0,21 €.

III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adotada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por ação distribuído nos três últimos exercícios.

A política da Sociedade é a de considerar prioritário o reforço dos capitais próprios, assegurando simultaneamente uma continuada e equilibrada distribuição de dividendos.

Uma vez que a sociedade fora constituída em 30 de Novembro de 2009, nesse ano não foi distribuído qualquer dividendo

Em 2010, o valor ilíquido do dividendo por ação distribuído foi de 0,01€ por ação.

Em 2011, o valor ilíquido do dividendo por ação distribuído foi de 0,015€ por ação.

Para 2012 e uma vez que a sociedade apurou resultados líquidos negativos, o Conselho de Administração propôs que os mesmos fossem integralmente levados a resultados transitados, não havendo lugar à distribuição de qualquer dividendo.

III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de ações e dos planos de atribuição de opções de aquisição de ações adotados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adoção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

Indicação:

Do número de ações necessárias para fazer face ao exercício de opções atribuídas e do número de ações necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis, por referência ao princípio e ao fim do ano;

Do número de opções atribuídas, exercitáveis e extintas durante o ano:

Da apreciação em assembleia-geral das características dos planos adotados ou vigentes no exercício em causa.

Conforme descrito em I.17, não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações. Há vários anos atrás, e em relação à TD-EC, dependendo das circunstâncias e da conjuntura económica, houve acionistas de referência que disponibilizaram um determinado número de ações para serem cedidas aos quadros dessa Empresa em prazos definidos e preços determinados. Porém, quanto à TD,SA e relativamente ao ano em apreço, não ocorreu nenhuma de tais operações.

III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, exceto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da atividade corrente da sociedade.

Não foram realizados quaisquer negócios ou operações com as características acima descritas.

III.12. Descrição dos elementos fundamentais dos negócios e operações realizados entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, fora das condições normais de mercado.

Não foram realizados quaisquer negócios ou operações com as características acima descritas.

III.13. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Não existem procedimentos e critérios nos termos acima mencionados uma vez que o tipo de operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada são de carácter corrente e para exercício da atividade, nomeadamente para financiamentos junto do Banco Comercial Português, S.A., o que se considera ser uma matéria da exclusiva responsabilidade e competência do Conselho de Administração e que, naturalmente, tem por objeto operações realizadas em condições normais de mercado, considerando-se mesmo desadequado sujeitar estes negócios ao parecer prévio dos órgãos de fiscalização.

III.14. Descrição dos elementos estatísticos (número, valor médio e valor máximo) relativos aos negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.

Conforme descrito no ponto anterior, não existem negócios sujeitos à intervenção prévia do órgão de fiscalização.

III.15. Indicação da disponibilização, no sítio da Internet da sociedade, dos relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, pela comissão para as matérias financeiras, pela comissão de auditoria e pelo Conselho Fiscal, incluindo indicação de eventuais constrangimentos deparados, em conjunto com os documentos de prestação de contas.

Nos termos e para os efeitos das Recomendações da CMVM sobre essa matéria, e conforme supra descrito em II.4, os Relatórios Anuais sobre a atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal, incluindo a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e referindo eventuais constrangimentos deparados, têm vindo a ser divulgados todos os anos no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas, sempre em respeito das regras e prazos fixados na lei e nos demais regulamentos aplicáveis.

III.16. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a:

a) Funções do Gabinete;

b) Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete;

c) Vias de acesso ao Gabinete;

d) Sítio da sociedade na Internet;

e) Identificação do representante para as relações com o mercado.

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada, com vista a assegurar o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os acionistas e no intuito de prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona sob a tutela do Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, Administrador com esse pelouro, integrando também o Senhor Dr. José Pedro Cobra Ferreira, Representante para as Relações com o Mercado devidamente registado junto da CMVM.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais diretivas aplicáveis é prestada por este Gabinete, podendo os acessos ao mesmo ser feitos através dos seguintes meios de comunicação:

Morada: Lagoas Park, Edifício Dois, 2740-265, Porto Salvo, Oeiras

Telef.: + 351 217 912 415

Fax.: + 351 217 912 421

e-mail: representantemercado@teixeiraduarte.pt

III.17. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

a) Serviços de revisão legal de contas;

b) Outros serviços de garantia de fiabilidade;

c) Serviços de consultoria fiscal;

d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.

Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor.

(Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio.)

O Auditor Externo, no âmbito das suas competências, verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reporta quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade, no cumprimento do disposto na recomendação da CMVM n.º III.1.4.

Informa-se igualmente que nem o Auditor Externo, nem quaisquer outras entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, prestam à TD,SA serviços diversos dos serviços de auditoria.

A retribuição da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

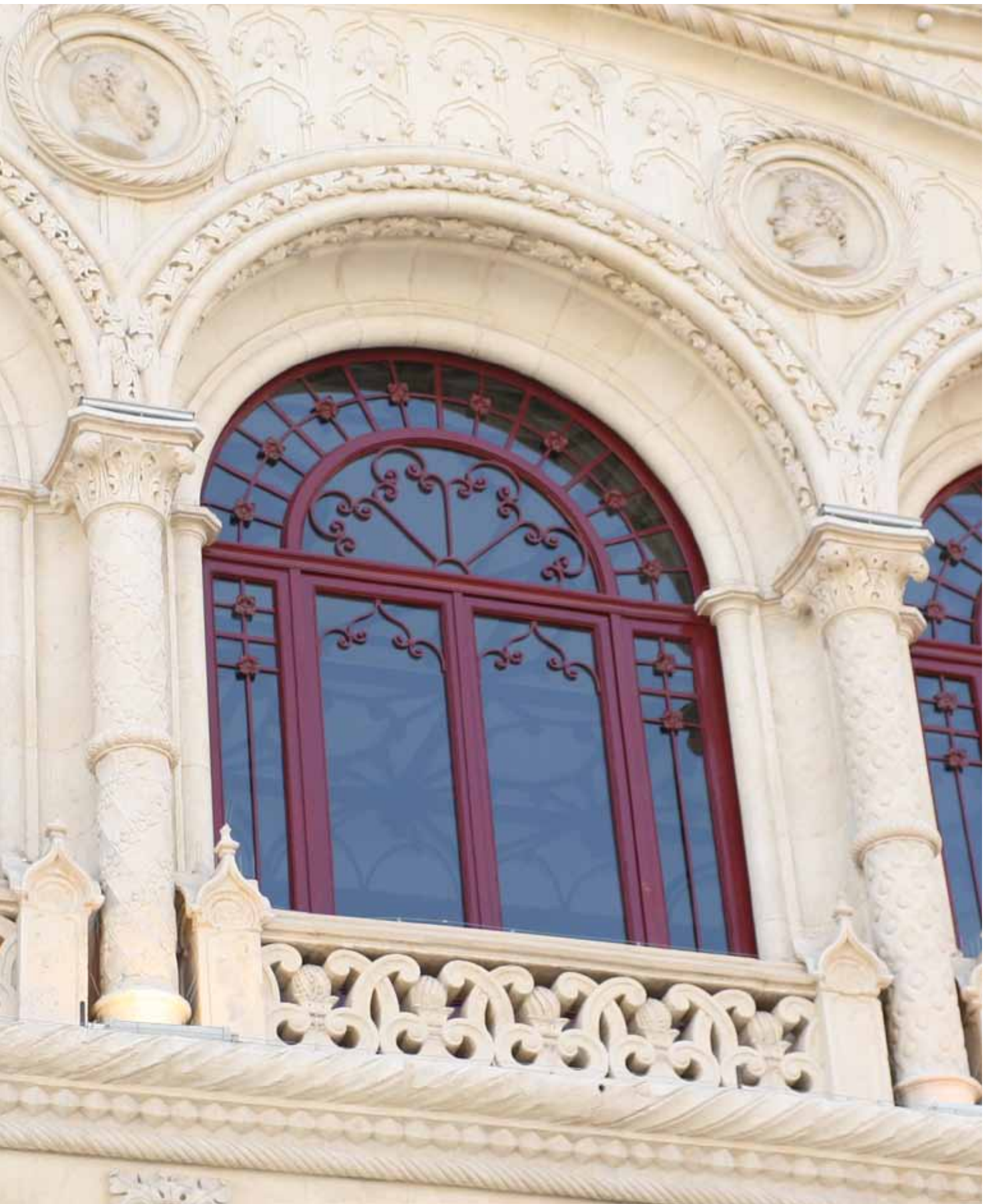
Para efeitos específicos dos normativos aplicáveis, informamos que, no decurso do exercício agora findo, foram pagos, a título de remuneração, ao auditor “MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC” e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, a quantia global de 274.000,00€, respeitante aos únicos serviços por esta prestados, ou seja, os de Revisão Legal de Contas e Auditoria.

III.18. Referência ao período de rotatividade do Auditor Externo.

O Auditor Externo foi eleito em Assembleia Geral Anual de 20 de maio de 2011 para exercer funções durante o quadriénio 2011/2014. Embora anteriormente a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas “MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC” tenha desempenhado as funções inerentes ao cargo de Fiscal Único Efetivo de diversas sociedades do Grupo TEIXEIRA DUARTE, designadamente na TD-EC, a verdade é que tal circunstância em nada afeta a sua independência no exercício das respetivas funções.

A questão da rotatividade do auditor externo ainda não se coloca, uma vez que o mesmo se encontra a cumprir o segundo mandato no exercício daquelas funções.

Demonstrações Financeiras **2011**



(Valores expressos
em milhares de euros)

 O anexo faz parte integrante do
balanço para o exercício findo em 31
de dezembro de 2011.

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	6.2	378.014	577.370
Ativos por impostos diferidos	9.2	1.221	439
		379.235	577.809
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	10.3	6	59
Outras contas a receber	10.3	116	-
Caixa e depósitos bancários	4	216	36
		338	95
TOTAL DO ACTIVO		379.573	577.904
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	420.000	420.000
Reservas legais	13.1	5.500	500
Outras reservas		90.766	2.391
Resultados transitados			
Resultados transitados		(6.167)	(6.167)
Lucros não atribuídos – método da equivalência patrimonial	6.2	(102.217)	-
Ajustamentos em ativos financeiros			
Ajustamentos em ativos financeiros	6.2	29.384	55.154
Lucros não atribuídos – método da equivalência patrimonial	6.2	102.217	-
		539.483	471.878
Resultado líquido do período	9.1	(175.617)	99.675
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		363.866	571.553
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10.2	176	-
Outras contas a pagar	10.4	776	-
		952	-
Passivo corrente			
Fornecedores	10.1	22	23
Estado e outros entes públicos	10.4	37	21
Financiamentos obtidos	10.2	13.100	4.757
Outras contas a pagar	10.4	1.596	1.550
		14.755	6.351
TOTAL DO PASSIVO		15.707	6.351
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		379.573	577.904

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	6.2	(173.586)	101.417
Fornecimentos e serviços externos	13.3	(182)	(562)
Gastos com o pessoal	13.4	(2.103)	(1.544)
Outros rendimentos e ganhos		60	-
Outros gastos e perdas		(11)	(28)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(175.822)	99.283
Juros e rendimentos similares obtidos	7 e 10.5	6	-
Juros e gastos similares suportados	10.5	(580)	(45)
Resultado antes de impostos		(176.396)	99.238
Imposto sobre o rendimento do período	9.1	779	437
Resultado líquido do período		(175.617)	99.675

(Valores expressos
em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da
demonstração dos resultados por
naturezas para o período findo
em 31 de dezembro de 2011

(Valores expressos
em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da
demonstração das alterações no
capital próprio no exercício findo em
31 de dezembro de 2011

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da Empresa						
		Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos de Activos Financeiros	Resultado líquido exercício	Total Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1	287.881	-	-	-	-	788	288.669
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados		-	500	2.391	(6.166)	-	3.275	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(1)	55.154	-	55.153
	2	-	500	2.391	(6.167)	55.154	3.275	55.153
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	3						99.675	99.675
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						102.950	154.828
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital		132.119	-	-	-	-	-	132.119
Distribuição de resultados		-	-	-	-	-	(4.063)	(4.063)
	5	132.119	-	-	-	-	(4.063)	128.056
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2010	6=1+2+3+5	420.000	500	2.391	(6.167)	55.154	99.675	571.553
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	6	420.000	500	2.391	(6.167)	55.154	99.675	571.553
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados	13.2	-	5.000	88.375	-	-	(93.375)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	6.2	-	-	-	(102.217)	75.447	-	(25.770)
	7	-	5.000	88.375	(102.217)	75.447	(93.375)	(25.770)
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	8						(175.617)	(175.617)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8						(268.992)	(201.387)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuição de resultados	13.2	-	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)
	10	-	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	6+7+8+10	420.000	5.500	90.766	(108.384)	131.601	(175.617)	363.866

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Pagamentos a fornecedores		(233)	(619)
Pagamentos ao pessoal		(840)	-
Caixa gerada pelas operações		(1.073)	(619)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2)	-
Outros recebimentos/pagamentos		(476)	(8)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(1.551)	(627)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		5	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		5	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		8.594	4.757
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(568)	(30)
Dividendos		(6.300)	(4.064)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		1.726	663
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		180	36
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		36	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	216	36

(Valores expressos
em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante
da demonstração dos fluxos de caixa
para o período findo
em 31 de dezembro de 2011

ANEXO

Em 31 de dezembro de 2011

1. Nota introdutória:

Designação Social: **Teixeira Duarte, S.A. ("Empresa")**

Sede: **"Lagoas Park", Edifício 2, Porto Salvo, Oeiras**

Data de Constituição: **30 de novembro de 2009**

NIPC: **509 234 526**

Atividade principal e outras relevantes: realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu grupo empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo, bem como prestando serviços de administração, gestão, consultoria, assistência operacional ou apoio em recursos humanos, técnicos e financeiros a participadas ou a entidades com as quais tenha celebrado contrato para esse efeito.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.1. a), infra.

A empresa irá preparar em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas demonstrações financeiras das empresas em que exerce o domínio da gestão.

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de euros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico.

a) Investimentos financeiros:

O investimento financeiro em empresas subsidiárias é registado pelo método de equivalência patrimonial, sendo a participação inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido pela diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de Rendimentos e Ganhos ou Gastos e Perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos em ativos financeiros - relacionados com o método de equivalência patrimonial", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em subsidiárias e associadas que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos para com essas entidades.

b) Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas, consoante a sua natureza.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

c) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de Outras contas a receber e Diferimentos (correntes e não correntes) no ativo e Outras contas a pagar e Diferimentos (correntes e não correntes) no passivo.

d) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

d.1) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

d.2) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

d.3) Contas a pagar

As contas a pagar que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal que equivale, substancialmente, ao justo valor da contraprestação.

d.4) Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método do custo amortizado.

e) Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido

resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

f) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2. Juízos de valor do órgão de gestão

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

4. Fluxos de caixa

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

	2011	2010
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	216	36

5. Partes relacionadas

5.1. Remunerações dos órgãos sociais e do pessoal-chave da gestão

	2011	2010
Órgãos sociais		
Administradores executivos		
Remunerações	1.194	-
Conselho fiscal		
Remunerações	58	33
Revisor oficial de contas		
Remunerações	60	40
	1.312	73

5.2. Transacções entre partes relacionadas

- Os saldos com entidades relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser detalhados como se segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar	
	2011	2010	2011	2010
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	70	-	2	-
Lagoas Hotel, S.A.	-	-	-	4
	70	-	2	4

- As transacções com entidades relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser detalhados como se segue:

Compras e serviços obtidos	2011	2010
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	6	3
Lagoas Hotel, S.A.	8	4
	14	7

6. Investimentos em subsidiárias

6.1. Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa detinha a seguinte participação em subsidiárias:

Denominação Social	Sede	Percentagem de Participação
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Porto Salvo	100%

6.2. As partes de capitais detidas em empresas subsidiárias, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Partes de Capital	
Saldo em 1 de janeiro de 2010	288.680
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:	
– Efeito no resultado do exercício	101.417
– Efeito em capitais próprios	55.154
Aumentos	132.119
Saldo em 31 de dezembro de 2010	577.370
Saldo em 1 de janeiro de 2011	577.370
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:	
– Efeito no resultado do exercício	(173.586)
– Efeito em capitais próprios	(25.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	378.014

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Empresa reconheceu na rubrica "Ajustamentos de ativos financeiros", por contrapartida de resultados transitados, o montante de 102.217 milhares de euros referente ao lucro imputado decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial e não distribuído pela sua participada, Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A..

6.3. A principal informação financeira relativa às empresas subsidiárias é a seguinte:

	Activos Totais		Passivos Totais		Rendimentos		Resultado Líquido	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.	1.329.900	1.489.490	951.885	912.119	598.204	869.550	(173.587)	101.418

7. Rédito

Quantia significativa de rédito reconhecida durante o período:

	2011	2010
Juros	6	–

8. Passivos contingentes

Na sequência de diversas inspeções realizadas em 2010 e 2011 pela Direção de Serviços de Inspeção Tributária (DSIT) da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da participada Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. (adiante designada por TDGPIL, S.A.) referentes aos exercícios de 2006, 2007 e 2008, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados:

Exercício	Prejuízo Fiscal Apurado	Correção da AT
2006	24.950.179,71	18.837.428,88
2007	46.631.750,87	29.330.959,92
2008	50.589.758,59	45.327.473,09

Estas correções resultam, na sua totalidade, da não-aceitação como gasto fiscal dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares.

Dado que a TDGPIL, S.A. se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções referentes aos exercícios de 2006 e 2007 foram objeto de impugnação judicial pela sua participada Teixeira Duarte Engenharia e Construções S.A. (adiante designada TD-EC, S.A.), na qualidade de sociedade dominante, sendo convicção do Conselho de Administração que o seu desfecho será favorável à mesma.

Após o encerramento do exercício de 2011, a TD-EC, S.A., enquanto sociedade dominante, foi notificada do impacto das correções relativas ao exercício de 2008 da participada TDGPIL, S.A., o qual ascende a € 10.019.188,45 de imposto a pagar. À semelhança do praticado para os anos de 2006 e 2007, a TD-EC, S.A., está a preparar a apresentação de impugnação judicial, tendo, para o efeito, já prestado garantia nos termos das leis tributárias.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a TD-EC, S.A., foi sujeita a uma inspeção, de âmbito geral, aos elementos contabilísticos do exercício de 2008, e da qual resultaram correções ao seu resultado tributável, no montante de 35.466.958,37€, e apuramento de imposto em falta no valor de 848.519,45€.

As correções ao resultado tributável são, em grande parte, respeitantes ao regime do reinvestimento previsto no artigo 48.º do Código do IRC e o imposto em falta resulta do apuramento de tributações autónomas relacionadas com a atividade desenvolvida por sucursais da TD-EC, S.A..

Até à presente data não foi emitida a liquidação adicional relacionada com a inspeção ao exercício de 2008, sendo, no entanto, intenção da TD-EC, S.A., apresentar impugnação judicial relativamente às correções efetuadas ao resultado tributável.

É também convicção do Conselho de Administração da Empresa que as correções ao resultado tributável do exercício de 2008 das suas participadas, quer da TD-EC, S.A. quer da TDGPIL, S.A., serão anuladas.

9. Impostos sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 12,5% sobre a matéria coletável até 12.500 euros, aplicando-se a taxa de 25% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%. Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2010 os lucros tributáveis que excedam os 2.000 milhares de euros são sujeitos a derrama estadual á taxa de 2,5%. Ao valor da coleta de IRC acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2009 a 2011 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Os prejuízos fiscais gerados em Portugal até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Os prejuízos fiscais gerados a partir de 1 de janeiro de 2010 são passíveis de reporte num período de quatro anos após a sua ocorrência.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

9.1. Relação entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico

				2011	2010
Resultado Líquido do período			1	(175.617)	99.675
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	2	2	429
		A deduzir	3	(781)	(437)
	Diferenças temporárias	A acrescentar	4	173.587	-
		A deduzir	5	-	(101.417)
Prejuízo fiscal			6 = 1+2-3+4-5	(2.809)	(1.750)
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma		7	3	-
Imposto corrente			8 = 7	3	-
Imposto diferido			9	(782)	(437)
Gastos / rendimentos de impostos			10 = 8 + 9	(779)	(437)

t = IRC à taxa de 12,5% até 12.500€ e 25% sobre restante

9.2. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com as diferenças que os geraram, é o seguinte:

2010	Saldo inicial	Resultado líquido	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:			
Prejuízos fiscais reportáveis	2	437	439

2011	Saldo inicial	Resultado líquido	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:			
Prejuízos fiscais reportáveis	439	782	1.221

10. Instrumentos financeiros

10.1. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 a rubrica “Fornecedores” correntes tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Fornecedores	22	23

	2011		2010	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores	20	2	20	4

10.2. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 os saldos da rubrica “Financiamentos obtidos” apresentavam-se como segue:

	2011		2010	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Contas caucionadas	-	13.100	-	4.757
Papel Comercial	176	-	-	-
	176	13.100	-	4.757

O montante de financiamento não corrente acima referido, resulta de um programa grupado de emissões de Papel Comercial contratado em 30 de dezembro de 2011, com o Banco Comercial Português, no montante global de 43.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., a Teixeira Duarte – Gestão de Participações de Investimentos Imobiliários, S.A. e a Teixeira Duarte, S.A., sendo que nesta data os montantes utilizados por cada uma eram de 250 milhares de euros, 42.500 milhares de euros, e 250 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das futuras emissões terá obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não poderá ser inferior a 250 milhares de euros. O programa tem uma utilização de sete anos a contar da data de realização da primeira emissão, estando previstas amortizações no final de cada semestre por valores crescentes compreendidos entre 1.500 e 6.500 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual a taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de 4,25% ao ano.

O valor dos gastos com a comissão e montagem da emissão do programa de papel comercial reconhecido ao custo amortizado, resultou numa redução do montante a pagar no valor de 74 milhares de euros.

Garantias colaterais:

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado em 30 de dezembro de 2011, no montante global de 43.000 milhares de euros, outorgado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e Teixeira Duarte, S.A., foi constituída a favor do Banco Comercial Português uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados respetivamente nos lotes 6, 18 e 19, sitos em Lagoas Park, propriedade da Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A..

O montante de financiamento corrente acima referido respeita a uma conta caucionada grupada com as empresas Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., EVA – Sociedade Hoteleira, S.A., PTG – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., contratado junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., vencendo juros a taxas normais de mercado.

No âmbito da linha de financiamento referida na Nota 10.2) e como termo de garantia da mesma, a Teixeira Duarte, S.A., subscreveu e entregou à Caixa Geral de Depósitos S.A., e Banco Comercial Português, S.A., no exercício findo a 31 de dezembro de 2011, uma livrança com montante e vencimento em branco, devidamente datada, autorizando as mesmas entidades a preencher a referida livrança, quando tal se mostre necessário, conforme as condições previstas nos contratos de mútuo da qual foi signatária.

10.3. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os outros ativos correntes têm a seguinte composição:

	2011	2010
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	6	59
Outros ativos financeiros:		
Despesas suportadas por conta de terceiros a recuperar	115	-
Juros a receber	1	-
	116	-

10.4. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os restantes passivos têm a seguinte composição:

	2011		2010	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o rendimento - Retenção na fonte	-	18	-	11
Segurança Social	-	19	-	10
	-	37	-	21
Outros passivos financeiros:				
Remunerações e encargos a pagar aos órgãos sociais	776	1.481	-	1.522
Juros	-	115	-	18
Outros acréscimos de gastos	-	-	-	10
	776	1.596	-	1.550

O valor das remunerações e encargos a pagar aos órgãos sociais, incluem o montante de 776 milhares de euros referente à componente das remunerações variáveis atribuídas aos membros do conselho de administração, cujo pagamento foi diferido para julho de 2014 e condicionado ao desempenho da sociedade.

10.5. Os resultados financeiros, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, tinham a seguinte composição:

	2011	2010
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	6	-
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	520	45
Imposto do selo de financiamento	59	-
	580	45
Resultados financeiros	(574)	(45)

11. Capital

Em 31 de dezembro de 2011 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 420.000.000 ações com o valor nominal de 1,00 Euro cada.

Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2011, eram as seguintes:

	% Capital	N.º Acções
Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	47,13%	197.950.000

12. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras informações

13.1. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5 % do lucro líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20 % do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

13.2. Aplicação de resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 20 de maio de 2011, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e foi decidido que o resultado líquido tivesse a seguinte aplicação:

	2010
Reserva legal	5.000
Reservas livres	88.375
Dividendos	6.300
	99.675

13.3. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 têm a seguinte composição:

	2011	2010
Serviços especializados	129	486
Materiais	24	-
Deslocações, estadas e transportes	12	1
Serviços diversos	17	75
	182	562

13.4. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal referem-se exclusivamente aos membros dos órgãos sociais. A Empresa em 31 de Dezembro de 2011 não tinha empregados ao serviço.

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram como se segue:

	2011	2010
Salários	617	33
Prémios	1.050	1.500
Encargos com remunerações	389	7
Seguros	47	4
	2.103	1.544

14. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Demonstrações Financeiras Consolidadas **2011**



(Valores expressos
em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da
demonstração consolidada da posição
financeira em 31 de dezembro de
2011

	Notas	2011	2010
Ativos não correntes:			
<i>Goodwill</i>	18	34.107	57.907
Ativos intangíveis	19	12.662	9.392
Ativos fixos tangíveis	20	515.189	532.900
Propriedades de investimento	21	522.016	509.516
Investimentos em associadas	22	58.264	88.113
Ativos financeiros disponíveis para venda	24	70.052	208.220
Outros investimentos	25	14.801	13.244
Ativos por impostos diferidos	26	107.000	112.050
Clientes	27	86.275	79.033
Outros devedores	27	83	78
Outros ativos não correntes	30	1.878	13.475
Total de ativos não correntes		1.422.327	1.623.928
Ativos correntes:			
Existências	9 e 10	308.582	298.543
Clientes	27	455.550	437.608
Outros devedores	27	64.489	56.583
Caixa e equivalentes a caixa	29	291.693	137.837
Outros investimentos	25	9.670	7.053
Outros ativos correntes	30	195.383	158.710
		1.325.367	1.096.334
Ativos não correntes detidos para venda		5.500	990
Total de ativos correntes		1.330.867	1.097.324
TOTAL DO ATIVO	7	2.753.194	2.721.252
Capital próprio:			
Capital	32	420.000	420.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas		(1.205)	2.830
Ajustamentos de conversão cambial		31.018	40.893
Reservas e resultados transitados	33	6.696	(36.593)
Resultado líquido consolidado		(200.437)	46.392
Capital próprio atribuível a acionistas		256.072	473.522
Interesses não controlados	34	76.579	88.484
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		332.651	562.006
Passivos não correntes:			
Empréstimos	35	602.958	697.661
Provisões	36	29.172	33.357
Locações financeiras	38	216.342	228.731
Passivos por impostos diferidos	26	65.906	68.551
Outros credores	37	20.867	26.150
Outros passivos não correntes	39	251.217	45.267
Total de passivos não correntes		1.186.462	1.099.717
Passivos correntes:			
Empréstimos	35	615.608	506.965
Provisões	36	7.059	8.455
Fornecedores	37	188.272	227.674
Locações financeiras	38	19.465	23.873
Outros credores	37	42.399	44.480
Outros passivos correntes	39	361.278	248.082
Total de passivos correntes		1.234.081	1.059.529
TOTAL DO PASSIVO	7	2.420.543	2.159.246
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		2.753.194	2.721.252

	Notas	2011	2010
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7 e 8	1.200.270	1.379.628
Outros proveitos operacionais	8	62.687	65.790
Total de proveitos operacionais	8	1.262.957	1.445.418
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(449.433)	(464.271)
Variação de produção	10	4.702	(1.246)
Fornecimentos e serviços externos		(382.458)	(495.672)
Custos com pessoal	11	(245.904)	(253.299)
Amortizações e depreciações	7, 19 e 20	(61.699)	(59.025)
Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciables e amortizáveis e <i>Goodwill</i>	7 e 36	(4.265)	(7.346)
Outros custos operacionais	13	(72.550)	(80.681)
Total de custos operacionais		(1.211.607)	(1.361.540)
Resultados operacionais	7	51.350	83.878
Custos e perdas financeiros	7 e 14	(175.619)	(156.704)
Proveitos e ganhos financeiros	7 e 14	112.085	118.892
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Resultados relativos a associadas	7 e 14	(26.910)	88.198
Outros	7 e 14	(154.136)	(68.066)
Resultados financeiros		(244.580)	(17.680)
Resultados antes de impostos	7	(193.230)	66.198
Imposto sobre o rendimento	15	(24.208)	(26.820)
Resultado líquido consolidado do exercício		(217.438)	39.378
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores de capital	16	(200.437)	46.392
Interesses não controlados	34	(17.001)	(7.014)
Resultado por ação:			
Básico	16	(0,48)	0,13
Diluído	16	(0,48)	0,13

(Valores expressos
em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da
demonstração consolidada dos
resultados do exercício findo em 31
de dezembro de 2011

(Valores expressos
em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da
demonstração consolidada dos
rendimentos integrais do exercício
findo em 31 de dezembro de 2011

	2011	2010
Resultado líquido consolidado do exercício	(217.438)	39.378
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	(10.016)	44.331
Variação do justo valor e alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(13.980)
Efeito de operações de cobertura	(6.690)	(1.868)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	(4.035)	2.830
Outros	15.124	(19.258)
	(5.617)	12.055
Rendimento integral do exercício	(223.055)	51.433
Rendimento integral atribuível a:		
Detentores de capital	(211.150)	57.597
Interesses não controlados	(11.905)	(6.164)

	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados					Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
					Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados				
Saldo em 1 de janeiro de 2011	32	420.000	2.830	40.893	500	2.391	(13.980)	(1.868)	(23.636)	46.392	473.522	88.484	562.006
Rendimento integral do exercício:													
Resultado consolidado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(200.437)	(200.437)	(17.001)	(217.438)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial		-	-	(9.875)	-	-	-	-	-	-	(9.875)	(141)	(10.016)
Varição do justo valor e alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de operações de cobertura	40	-	-	-	-	-	-	(6.690)	-	-	(6.690)	-	(6.690)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	22	-	(4.035)	-	-	-	-	-	-	-	(4.035)	-	(4.035)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	9.887	-	9.887	5.237	15.124
Operações com detentores de capital no exercício:													
Aplicação do resultado consolidado de 2010:													
Transferência para reserva legal e livre		-	-	-	5.000	35.092	-	-	-	(40.092)	-	-	-
Dividendos distribuídos	17	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)	-	(6.300)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		420.000	(1.205)	31.018	5.500	37.483	(13.980)	(8.558)	(13.749)	(200.437)	256.072	76.579	332.651

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

(Valores expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados					Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
					Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados				
Saldo em 1 de janeiro de 2010	32	287.881	-	-	-	-	-	-	-	(11)	287.870	226.767	514.637
Rendimento integral do exercício:													
Resultado consolidado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	46.392	46.392	(7.014)	39.378
Varição nos ajustamentos de conversão cambial		-	-	40.893	-	-	-	-	-	-	40.893	3.438	44.331
Varição do justo valor e alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	24	-	-	-	-	-	(13.980)	-	-	-	(13.980)	-	(13.980)
Efeito de operações de cobertura	40	-	-	-	-	-	-	(1.868)	-	-	(1.868)	-	(1.868)
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	22	-	2.830	-	-	-	-	-	-	-	2.830	-	2.830
Outros		-	-	-	-	-	-	-	(16.670)	-	(16.670)	(2.588)	(19.258)
Operações com detentores de capital no exercício:													
Aplicação do resultado consolidado de 2009:													
Transferência para reserva legal e livre		-	-	-	500	2.391	-	-	(2.891)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	17	-	-	-	-	-	-	-	(4.064)	-	(4.064)	-	(4.064)
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	(11)	11	-	-	-
Aumento de capital	32	132.119	-	-	-	-	-	-	-	-	132.119	(132.119)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		420.000	2.830	40.893	500	2.391	(13.980)	(1.868)	(23.636)	46.392	473.522	88.484	562.006

(Valores expressos em milhares de euros)

(Valores expressos
em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da
demonstração dos fluxos de caixa do
exercício findo em 31 de dezembro
de 2011

	Notas	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1.449.982	1.330.658
Pagamento a fornecedores		(883.997)	(909.523)
Pagamento ao pessoal		(242.020)	(255.594)
Fluxo gerado pelas operações		323.965	165.541
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(35.258)	(23.830)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(39.139)	(39.283)
Fluxos das atividades operacionais (1)		249.568	102.428
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	29	60.042	1.015.703
Ativos fixos tangíveis e Propriedades de investimento		23.211	5.801
Juros e proveitos similares		12.119	6.641
Dividendos	29	2.710	10.372
		98.082	1.038.517
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	29	(34.234)	(59.294)
Ativos fixos tangíveis e Propriedades de investimento		(96.350)	(99.790)
Ativos intangíveis		(3.153)	(1.329)
		(133.737)	(160.413)
Fluxos das atividades de investimentos (2)		(35.655)	878.104
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2.516.277	4.830.785
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(2.496.731)	(5.750.951)
Juros e custos similares		(70.818)	(55.727)
Dividendos		(6.300)	(4.064)
		(2.573.849)	(5.810.742)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(57.572)	(979.957)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		156.341	575
Efeito das diferenças de câmbio		(465)	5.211
Caixa e seus equivalentes - alteração de perímetro		(2.020)	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	29	137.837	132.051
Caixa e seus equivalentes no fim do período	29	291.693	137.837

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. "Empresa" ou ("TD, S.A.") tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009, com capital social de 420.000.000 ações a 1 euro cada, e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu Grupo empresarial.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas nas Notas 4, 22 e 23. As principais atividades do Grupo são as seguintes: Construção; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Distribuição; Energia e Automóvel (Nota 7).

Os valores indicados serão expressos em milhares de euros.

2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2011.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), respetivamente, cuja adoção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, exceto no que respeita às propriedades de investimento, aos ativos financeiros disponíveis para venda e aos instrumentos financeiros derivados.

Normas e interpretações novas, revisões e emendas adotadas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011, e que sejam aplicáveis nas demonstrações financeiras, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram as seguintes:

Norma / interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Breve descrição
Alterações à IAS 24 - Divulgações de partes relacionadas e alterações à IFRS 8 - Segmentos operacionais	31-Dez-10	Esta revisão vem simplificar a definição de parte relacionada, eliminando simultaneamente certas incoerências internas, e prever isenções para entidades ligadas à administração pública no respeitante à quantidade de informação que essas entidades devem prestar em matéria de transações com partes relacionadas. As alterações à IFRS 8 decorrem das alterações na IAS 24 atrás referidas.
Alterações à IFRIC 14 - Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo	31-Dez-10	Estas alterações eliminam uma consequência não intencional da IFRIC 14 nos casos em que uma entidade sujeita a um requisito de financiamento mínimo procede ao pagamento antecipado de contribuições quando, em certas circunstâncias, a entidade que procede a esse pré-pagamento seria obrigada a reconhecer um dispêndio. Se um determinado plano de benefícios definidos estiver sujeito a um requisito de financiamento mínimo, a emenda à IFRIC 14 determina que o pagamento seja tratado, como qualquer outro pré-pagamento, como se fosse um ativo.

Norma / interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Breve descrição
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio e alterações à IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro	30-Jun-10	Esta interpretação aborda as seguintes questões: (a) os instrumentos de capital próprio emitido com vista à extinção total ou parcial de um passivo financeiro são retribuições pagas de acordo com o parágrafo 41 da IAS 39? (b) como deve uma entidade mensurar inicialmente os instrumentos de capital próprio emitido com vista à extinção desse passivo financeiro? (c) como deve uma entidade contabilizar qualquer diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro extinto e a quantia inicial mensurada dos instrumentos de capital próprio emitido? As entidades que adotem pela primeira vez as IFRS podem aplicar as disposições transitórias constantes da IFRIC 19.
Alterações à IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e à IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações	30-Jun-10	Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adotantes pela primeira vez.
Melhoramentos de várias IFRS: IFRS 1, IFRS 3 e IFRS 7 IAS 1, 32, 34, 39 e IFRIC 13	IFRS 1, 3 e IAS 32, 39: Após 30-Jun-10 e IFRS 7, IAS 1, 34 e IFRIC 13: Após 31-Dez-10	Melhoramentos introduzidos nas normas internacionais de relato financeiro, que visam simplificar e clarificar as normas internacionais de contabilidade.
IAS 32 – Instrumentos financeiros	31-Jan-10	Apresentação é alterada nos termos do anexo ao respetivo regulamento.

Não ocorreram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, decorrente da adoção destas normas e interpretações novas, emendas e revisões acima referidas.

Normas e interpretações novas, revisões e emendas não adotadas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, com potencial impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo, são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma / interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Breve descrição
Alterações à IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações	1-Jul-11	Esta revisão vem aumentar os requisitos de divulgação relativamente a transações que envolvam a transferência de ativos financeiros. Pretende garantir maior transparência em relação à exposição a riscos quando ativos financeiros são transferidos e a entidade que os transfere mantém algum envolvimento (exposição) nos mesmos.

Esta norma apesar de aprovada ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. A avaliação dos impactos da adoção desta norma não se encontra concluída, não se esperando no entanto que resultem impactos com relevância material nas demonstrações financeiras.

2.2 - Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados, em particular depreciações / amortizações e provisões, as divulgações de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os proveitos e custos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes aspetos:

Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Imparidade do goodwill

O goodwill é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o goodwill é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte da gestão relativamente à evolução futura da atividade e taxas de desconto consideradas.

Vidas úteis dos ativos intangíveis e tangíveis

A vida útil de um ativo é o exercício durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização / depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica é essencial para determinar o montante das amortizações / depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos segmentos de negócio em que o Grupo opera.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade de existência de responsabilidade presente e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existem expectativas razoáveis de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício tendo em atenção a expectativa de performance fiscal futura.

Perdas por imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela gestão, dos riscos estimados de cobrança existentes à data da posição financeira, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

Reconhecimento do rédito em contratos de construção

O Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data da posição financeira e a soma destes custos com os custos estimados para completar o contrato. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os mais recentes indicadores de produção.

2.3 - Princípios de consolidação**a) Empresas controladas**

A consolidação das empresas controladas em cada exercício contabilístico efetuou-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, nas respetivas rubricas de "Interesses não controlados".

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse não controlados no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses não controlados tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte não controlada dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

As empresas controladas em 31 de dezembro de 2011 são apresentadas na Nota 4. As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos (Nota 23) foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos que regulam o controlo conjunto.

c) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método da compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória (com um máximo de 12 meses).

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram com os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses não controlados face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do exercício em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores considerados podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição e no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data da posição financeira e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses não controlados são identificados em capital próprio separadamente pelo capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses não controlados podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contabilístico dos interesses não controlados é determinado como o valor inicialmente reconhecido acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária. O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos Interesses não controlados ainda que os mesmos sejam negativos.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses não controlados são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capitais próprios e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses não controlados. Montantes reconhecidos previamente como outro rendimento integral são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IAS 39 – Instrumentos financeiros ou, conforme e quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou em um empreendimento conjunto.

d) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, mas não detém controlo ou controlo conjunto, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Nota 22) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de "Resultados relativos a empresas associadas", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos de partes de capital em associadas", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em associadas que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como "Investimentos em associadas – *goodwill*". Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

e) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias, conjuntamente controladas e empresas associadas, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses não controlados e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill* (no caso de subsidiárias e conjuntamente controladas) ou mantidos na rubrica de investimentos em associadas.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de "Investimentos em associadas" (Notas 18 e 22). Relativamente ao *goodwill* de subsidiárias e conjuntamente controladas, anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada do rendimento integral do período e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição.

2.4 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo no período em que são incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os ativos em causa.

2.5 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", conforme aplicável.

2.6 - Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo, as depreciações / amortizações acumuladas correspondentes e as responsabilidades pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações / amortizações do ativo são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o exercício do contrato de locação.

2.7 - Imparidade de ativos não correntes, excluindo goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, a qual é registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade" do exercício em que a reversão ocorra. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial todas as propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em construção, são mensuradas pelo respetivo valor que reflete as condições de mercado à data da posição financeira. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do exercício em que ocorrem e registados na rubrica "Variação no justo valor de propriedades de investimento", incluída em "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", consoante se trate de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento é determinado através de avaliações efetuadas, em alguns casos, por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Nos restantes casos, a determinação do valor de mercado é efetuada internamente, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores externos.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias ou beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondam à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo de benefícios económicos futuros.

2.9 - Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, dado que é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera.

As transações em outras divisas que não o Euro são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data de posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e conjuntamente controladas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do exercício, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e dos fluxos de caixa.

De acordo com a IAS 21 — Os efeitos de alterações em taxas de câmbio ("IAS 21"), o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio na data de posição financeira. As diferenças cambiais assim geradas são registadas na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

2.10 - Custos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um exercício substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

2.11 - Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" (conforme aplicável) e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações / amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.12 - Existências

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registadas perdas por imparidade em existências pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização das existências, no caso de este ser inferior ao valor contabilístico.

2.13 - Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando: i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.14 - Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que efetuam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo apresenta como segmentos operacionais os segmentos de negócio, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

2.15 - Resultados operacionais

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os custos com reestruturações e os custos e proveitos associados a ativos operacionais (ativos fixos tangíveis e outros ativos intangíveis). Inclui ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral ou proporcional. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas, com os outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.16 - Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes a caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses ou que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica "Outros Custos Operacionais". O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Os investimentos classificam-se como segue:

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica de "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Outros investimentos

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas e são reconhecidos na rubrica de "Outros Investimentos".

Adicionalmente, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Estes ativos encontram-se reconhecidos na rubrica "Outros investimentos" e qualquer variação no seu justo valor é reconhecida na rubrica "Resultados relativos a atividades de investimento – Outros".

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A contratação de instrumentos financeiros derivados tem como objetivo efetuar a cobertura dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro. Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objetivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor e reconhecidos na rubrica "Outros passivos / ativos correntes" ou "Outros passivos / ativos não correntes", consoante aplicável. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado com referência a valores de cotação. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é determinado com base na análise de fluxos de caixa descontados, os quais incluem pressupostos suportados em preços ou taxas observáveis de mercado.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração ("IAS 39"), nomeadamente, quanto à respetiva documentação e efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de justo valor são reconhecidas como resultado financeiro do exercício, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow* são registadas em "Reserva de operações de cobertura" na sua componente efetiva e, em resultados financeiros na sua componente não efetiva. Os valores registados em "Reserva de operações de cobertura" são transferidos para resultados financeiros no exercício em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados designados como de cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respetivas variações são registadas como "Ajustamentos de conversão cambial" na sua componente eficiente. A componente não eficiente daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do exercício. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respetivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são registadas na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, é vendido ou exercido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica, de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respetivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do exercício em que ocorrem na rubrica de "Resultados financeiros".

2.17 - Responsabilidades com pensões

O Grupo proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma.

Este seguro foi constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores e é da exclusiva iniciativa das empresas participadas onde esses benefícios são atribuídos. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva das respetivas administrações que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas pelo Grupo são registadas como custo na data em que são devidas.

Sem prejuízo da sua génese facultativa, a disponibilidade das contribuições efetuadas pelo Grupo são exclusivamente as previstas na legislação fiscal aplicável.

2.18 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios ou créditos fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, não são descontados e são reconhecidos em ativos ou passivos não correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

2.19 - Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a garantia da obrigação não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.20 - Rédito e especialização de exercícios

Vendas

Os proveitos decorrentes de vendas de ativos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- O Grupo não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controle efetivo dos ativos vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Prestações de serviços

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da posição financeira.

Sempre que o resultado de um contrato de construção possa ser estimado razoavelmente, a receita e os custos correspondentes são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, conforme disposto na IAS 11 – Contratos de construção ("IAS 11"). De acordo com este método, os proveitos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos e os custos totais estimados das obras (custos incorridos adicionados dos custos a incorrer). As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza das diferenças.

As variações nos trabalhos contratados, reclamações e prémios são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com suficiente fiabilidade.

Para que o resultado de um contrato possa ser estimado com razoabilidade, é necessário que se verifiquem as seguintes condições:

- Ser provável que o Grupo obtenha os benefícios económicos previstos no contrato;
- Os custos do contrato são identificáveis e podem ser quantificados com razoabilidade;
- À data da posição financeira tem de ser possível que os custos necessários para completar a construção, bem como o grau de acabamento da mesma, possam ser quantificados com suficiente razoabilidade, por forma a que os custos reais incorridos se possam comparar com as estimativas iniciais.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o exercício de garantia das obras, o Grupo reconhece uma provisão para fazer face a este risco, a qual é apurada tendo em conta a produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em exercício de garantia.

Quando se torna provável que os custos excedam os proveitos do contrato, a perda prevista é reconhecida na demonstração dos resultados do exercício em que é prevista.

As atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos são contabilizados em concordância com a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços ("IFRIC 12"), a qual estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

2.21 - Classificação da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data da posição financeira.

2.22 - Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados – é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração de resultados.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- antiguidade dos créditos;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da posição financeira do ativo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da respetiva perda por imparidade acumulada reconhecida. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.23 - Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.24 - Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Empresa, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da Empresa, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa.

2.25 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da posição financeira estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3 - ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 com impactos na Posição Financeira Consolidada ou no Resultado Consolidado das operações, nem foram registados erros materiais ou alterações de estimativas contabilísticas significativas relativas a exercícios anteriores.

4 - EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2011 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as seguintes empresas controladas:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
MERCADO INTERNO		
CONSTRUÇÃO		
CONSTRUSALAMONDE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	92,50%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.	Praça do Bom Sucesso, nº 61 - Escritórios 501 e 502 Porto	100,00%
MARINERTES, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	51,00%
RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, S.A. (a)	Edifício Paço de Arcos, E.N. 249/3 Paço de Arcos	49,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOTD - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	93,75%
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TRANSBRITAL - Transportes e Britas Pio Monteiro & Filhos, S.A.	Pedreira das Perdigueiras - Laveiras Paço de Arcos	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
HOTELARIA		
ESTA – Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
EVA – Sociedade Hoteleira, S.A.	Av. República, nº 1 Faro	100,00%
LAGOASFUT – Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
LAGOAS HOTEL, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
ROCHORIENTAL – Sociedade Hoteleira, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SINERAMA – Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDH – SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDHC – Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
BONAPAPEL – Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos – Unipessoal, Lda.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE – DISTRIBUIÇÃO S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
ENERGIA		
ACG – Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas – Campo Raso Sintra	34,72%
AP GÁS – Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas – Campo Raso Sintra	34,72%
DIGAL – Distribuição e Comércio, S.A. (b)	Rua das Lagoas – Campo Raso Sintra	34,72%
DNGÁS – Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas – Campo Raso Sintra	49,60%
GOMES & OLIVEIRA, S.A. (b)	Rua das Lagoas – Campo Raso Sintra	34,72%
MERCAPETRO – Produtos Petrolíferos, S.A. (b)	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	28,14%
MULTIGÁS – Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas – Campo Raso Sintra	34,72%
PETRIN – Petróleos e Investimentos, S.A. (b)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	47,50%
PPS – Produtos Petrolíferos, S.A. (b)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	49,60%
PTG – SGPS, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	99,20%
TANQUIGÁS – Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas – Campo Raso Sintra	34,72%
TDARCOL – SGPS, S.A. (c)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	49,60%
AUTOMÓVEL		
TDO – Investimento e Gestão, S.A.	Rua das Pretas, 4 – Fração 4 D Funchal	100,00%
VTD – Veículos Automóveis, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
OUTRAS		
C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	52,00%
TDEMPA - Gestão de Participações e Investimentos, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fração 4 D Funchal	100,00%
TDO - SGPS, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fração 4 D Funchal	100,00%
TEDAL - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
MERCADO EXTERNO		
<u>ÁFRICA DO SUL</u>		
DISTRIBUIÇÃO		
Global Net Distributors (Pty) Ltd.	Po Box 15318 Farrarmere - Benon - Gauteng 1518 África do Sul	100,00%
<u>ANGOLA</u>		
CONSTRUÇÃO		
ANGOCIME - Cimentos de Angola, Lda.	Rua Comandante Che Guevara, 67 - 1º D Luanda	100,00%
BEL-ere - Engenharia e Reabilitação de Estruturas Angola, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, 318 Luanda	100,00%
BETANGOLA - Betões e Pré-Fabricados de Angola, Lda.	Rua Comandante Che Guevara, 67 - 1º D Luanda	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C C Luanda	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Rua Comandante Che Guevara, 67 - 1º D Luanda	100,00%
IMOBILIÁRIA		
AFRIMO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	51,00%
ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
CASANGOL - Gestão Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
IMOAFRO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
URBÁFRICA - Sociedade Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 35 - 5º C Luanda	90,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
HOTELARIA		
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Rua Comandante Gika - Bairro Maiango Luanda	100,00%
ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 35 - 5º C Luanda	100,00%
SERAFIM L. ANDRADE, S.A.R.L.	Rua da Missão, 103 Luanda	80,00%
URBANGO - Gestão Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
MAXI - Comércio Geral, Importação e Exportação, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	100,00%
MAXI RETAIL - Comércio Geral, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van - Dúnem Luanda	100,00%
AUTOMÓVEL		
AUTO COMPETIÇÃO Angola, Lda.	Rua Eugénio de Castro, Instalações do Cine Atlântico Luanda	100,00%
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.	Rua Frederich Engels, 9 Luanda	100,00%
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	Rua Amílcar Cabral, nº 27 R/C, Letra C Luanda	100,00%
VAUCO - Automóveis e Equipamentos, Lda.	Rua Ho Chi Min (Largo 1º de maio) Luanda	51,00%
AUTO 8, Lda.	Via A-1, Lote CCB-5 - Pólo Automóvel Luanda	100,00%
ARGÉLIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE ALGERIE, SPA	Parc Miremont, Rue A, nº 136 Bouzareah Alger	99,94%
BRASIL		
CONSTRUÇÃO		
EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
SOMAFEL Brasil - Obras Ferroviárias, Ltda.	Rua Major Lopes, 800 - sala 306 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	60,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
EMPA Logística, Ltda.	Rua Major Lopes, 800 - sala 410 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	99,67%
GONGOJI Montante Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 - sala 310 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	99,99%
PAREDÃO de Minas Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 - sala 306 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	99,99%
TABOQUINHA Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800 - sala 308 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	99,99%
IMOBILIÁRIA		
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	Avenida Domingos Ferreira nº 4060, sala 301 Boa Viagem - Cidade de Recife	100,00%
TDSP - Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TDSP - Elisa de Moraes Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Galeno de Castro, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Maratona, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Direitos Humanos, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Alta Vista I, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - 04, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - Gilberto Sabino, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Alta Vista II, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Gualaxos, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - Alta Vista III, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Zanzibar, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - 10, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - 11, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - 12, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - 13, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - 14, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - 15, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - 16, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
TDSP - 17, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401 Itaim Bibi - São Paulo	99,99%
ESPANHA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A. Sociedad Unipersonal	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
GIBRALTAR		
CONSTRUÇÃO		
Teixeira Duarte International, LTD.	23, Portland House - Glacis Road Gibraltar	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
<u>MACAU</u>		
CONSTRUÇÃO		
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Rua de Xangai, 175 Edifício Assoc. Comercial de Macau, 10 A Macau	100,00%
<u>MOÇAMBIQUE</u>		
CONSTRUÇÃO		
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. 24 de julho, 141 Maputo	72,66%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. 24 de julho, 141 Maputo	67,41%
IMOBILIÁRIA		
IMOPAR – Centro Comercial de Maputo, S.A.R.L.	Av. 24 de julho, 135 Maputo	100,00%
HOTELARIA		
AVENIDA – Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. 24 de julho, 135 Maputo	100,00%
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	Av. 25 de setembro, 1321 Maputo	65,00%
TIVOLI BEIRA – Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. 24 de julho, 141 Maputo	98,63%
<u>NAMÍBIA</u>		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
KARIBIB Portland Cement (PTY) (d)	P O Box 9574 Windhoek Namíbia	49,40%
KPC Trading and Services (d)	P O Box 2143 Windhoek Namíbia	29,64%
SQUIRREL Investments 115 PTY, Ltd. (d)	P O Box 2143 Windhoek Namíbia	49,40%
<u>RÚSSIA</u>		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
MMK Cement, Limited Liability Company (d)	Murmansk Rússia	36,40%
<u>VENEZUELA</u>		
CONSTRUÇÃO		
Consorcio Boyacá – La Guaira	Av. San Juan Bosco Ota Coromoto no Aplica Urb. Altamira – Caracas Venezuela	57,20%
TEGAVEN – Teixeira Duarte y Asociados, C.A. (a)	Av. Este, 6 – Edif. Centro Parque Carabobo, Piso 6, Of. 601 – Caracas Venezuela	31,71%
(a) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.		
(b) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TDARCOL – SGPS, S.A.		
(c) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária PTG – SGPS, S.A.		
(d) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária C + P.A. – Cimento e Produtos Associados, S.A.		

5 - ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, verificaram-se as seguintes saídas do perímetro de consolidação, face ao perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2010:

Saída do perímetro de consolidação da TOPCAR – Aluguer de Viaturas, Lda. pertencente ao segmento automóvel em Angola através de venda da totalidade da participação correspondente a 100% do capital. Esta alienação foi efetuada pelo montante de 31 milhares de euros, tendo resultado numa mais-valia contabilística de 459 milhares de euros, a qual inclui o reconhecimento de efeitos de conversão cambial de exercícios anteriores agora reclassificados para resultados do exercício.

No quarto trimestre de 2011, o Grupo alienou a totalidade da participação detida na PARCAUTO – Sociedade Imobiliária, S.A. pelo montante de 973 milhares de euros, registando uma menos-valia de 5.512 milhares de euros.

Ainda no quarto trimestre de 2011, o Grupo alienou 51% da participação detida na Limited Liability Company Cement pelo montante de 7.691 milhares de euros, registando uma menos-valia de 2.752 milhares de euros.

As entidades PARCAUTO – Sociedade Imobiliária, S.A. e Limited Liability Company Cement foram consolidadas até setembro de 2011 pelo método integral.

De referir ainda, que a TEIX.CO SPA passou a ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial no exercício de 2011, face à perda de controlo verificada no exercício de 2011.

6 - COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio de fecho			Câmbio médio		
	2011	2010	Var	2011	2010	Var
Dólar Americano	1,2939	1,3362	(0,0423)	1,3951	1,3299	0,0652
Pataca Macaense	10,3525	10,6972	(0,3447)	11,1783	10,6410	0,5373
Metical Moçambicano	34,9600	43,6500	(8,6900)	40,5377	45,3431	(4,8054)
Bolivar Venezuelano	5,5568	5,7385	(0,1817)	5,9915	5,4735	0,5180
Kwanza Angolano	133,9285	121,8310	12,0975	131,6015	121,8132	9,7883
Dinar Argelino	98,3583	99,2829	(0,9246)	101,8255	98,0720	3,7535
Dirham Marroquino	11,0952	11,2213	(0,1261)	11,2677	11,1624	0,1053
Real Brasileiro	2,4159	2,2177	0,1982	2,3287	2,3379	(0,0092)
Hryvnia Ucrâniana	10,3641	10,6462	(0,2821)	11,1387	10,5987	0,5400
Dólar Namibiano	10,4830	8,8625	1,6205	10,0450	9,7353	0,3097
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	-	110,2650	110,2650	-
Rublo Russo	41,7650	40,8200	0,9450	41,0158	40,4473	0,5685
Dinar Tunisino	1,9398	1,9284	0,0114	1,9604	1,8995	0,0609
Rand África do Sul	10,4830	n/d	-	10,0450	n/d	-

7 - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Construção;
- Concessões e serviços;
- Imobiliária;
- Hotelaria;
- Distribuição;
- Energia;
- Automóvel.

As vendas e prestações de serviços e os resultados de cada um dos segmentos operacionais acima mencionados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram como segue:

Segmento	Vendas e prestações de serviços						Resultados Operacionais	
	2011			2010			2011	2010
	Clientes externos	Inter-segmental	Total	Clientes externos	Inter-segmental	Total		
Construção	586.351	90.984	677.335	761.453	127.702	889.155	(1.308)	19.694
Cimentos, betões e agregados	12.753	-	12.753	10.556	-	10.556	(4.240)	(3.253)
Concessões e serviços	54.151	15.693	69.844	57.576	15.411	72.987	1.948	3.987
Imobiliária	82.386	12.586	94.972	118.754	13.627	132.381	19.307	60.316
Hotelaria	70.020	8.889	78.909	78.943	10.044	88.987	16.383	16.153
Distribuição	133.245	7.627	140.872	115.741	6.514	122.255	17.923	4.902
Energia	128.982	3.916	132.898	127.821	2.422	130.243	3.013	5.604
Automóvel	132.382	5.931	138.313	108.784	17.005	125.789	13.414	(4.156)
Não afetos a segmentos	-	-	-	-	-	-	(15.175)	(17.801)
Eliminações	-	(145.626)	(145.626)	-	(192.725)	(192.725)	85	(1.568)
	1.200.270	-	1.200.270	1.379.628	-	1.379.628	51.350	83.878
Custos e perdas financeiros (Nota 14)							(175.619)	(156.704)
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 14)							112.085	118.892
Resultados relativos a atividades de investimento (Nota 14)							(181.046)	20.132
Resultados antes de impostos							(193.230)	66.198

As políticas contabilísticas nos diversos segmentos são consistentes com as políticas do Grupo.

Outras informações:

Segmento	Dispendios de capital fixo		Amortizações e depreciações em resultados		Provisões e perdas por imparidade	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Construção	33.480	46.355	37.504	36.105	3.567	7.298
Cimentos, betões e agregados	-	2.120	1.703	1.302	68	48
Concessões e serviços	6.973	6.213	4.446	5.126	-	-
Imobiliária	5.340	14.233	2.902	2.137	614	-
Hotelaria	23.782	26.799	8.740	7.261	-	-
Distribuição	7.100	6.037	3.121	2.912	-	-
Energia	2.622	1.971	1.999	2.339	16	-
Automóvel	2.407	1.811	1.281	1.839	-	-
Não afetos a segmentos	-	-	3	4	-	-
Eliminações	-	-	-	-	-	-
	81.704	105.539	61.699	59.025	4.265	7.346

O ativo e passivo dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

	Ativos								Passivos	
	2011				2010					
	Investimentos em associadas (Nota 22)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 24)	Outros ativos	Total	Investimentos em associadas (Nota 22)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 24)	Outros ativos	Total	2011	2010
Construção	21.483	-	1.810.631	1.832.114	29.170	-	1.657.417	1.686.587	1.259.610	1.126.235
Cimentos, betões e agregados	-	-	-	-	-	-	34.140	34.140	-	1.246
Concessões e serviços	809	17.610	303.459	321.878	430	19.361	230.844	250.635	212.354	186.044
Imobiliária	192	46.317	1.711.240	1.757.749	453	177.510	1.634.689	1.812.652	1.313.841	1.321.989
Hotelaria	-	-	353.190	353.190	8	-	329.023	329.031	320.576	289.665
Distribuição	-	-	178.115	178.115	-	-	148.791	148.791	107.860	92.200
Energia	24	-	80.169	80.193	23	-	77.966	77.989	52.016	52.937
Automóvel	-	-	178.943	178.943	-	-	177.978	177.978	129.225	119.685
Não afetos a segmentos	35.756	6.125	427.935	469.816	58.029	11.349	588.434	657.812	74.378	101.860
Eliminações	-	-	(2.418.804)	(2.418.804)	-	-	(2.454.363)	(2.454.363)	(1.049.317)	(1.132.615)
	58.264	70.052	2.624.878	2.753.194	88.113	208.220	2.424.919	2.721.252	2.420.543	2.159.246

As vendas e prestações de serviços e a informação acerca de ativos não correntes não monetários, por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Segmento geográfico	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes não monetários	
	2011	2010	2011	2010
Portugal	488.137	592.633	662.256	663.697
Angola	472.155	449.239	335.474	324.332
Argélia	33.754	73.031	11.987	12.874
Brasil	120.135	162.706	33.704	45.554
Espanha	26.640	25.089	13.885	16.416
Marrocos	4.456	3.328	1.420	1.717
Moçambique	26.393	53.380	18.384	14.904
Ucrânia	12.909	10.556	-	27.484
Venezuela	11.613	6.720	4.727	85
Outros	4.078	2.946	2.137	2.652
	1.200.270	1.379.628	1.083.974	1.109.715

8 - PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os proveitos operacionais, foram como segue:

(a) Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a custos associados à construção de imóveis.

(b) Os ganhos indicados foram obtidos, essencialmente, com a alienação de ativos fixos tangíveis no montante de 5.004 milhares de euros (2.562 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010).

	2011	2010
Vendas e prestações de serviços:		
Vendas	907.108	1.027.316
Prestações de serviços	293.162	352.312
	1.200.270	1.379.628
Outros proveitos operacionais:		
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 21)	18.090	16.876
Proveitos suplementares	8.320	7.192
Alienação de ativos (b)	5.610	2.569
Ganhos em existências	4.918	7.122
Reversão de perdas por imparidade em contas a receber (Nota 27)	2.891	2.595
Correções a exercícios anteriores	2.213	2.467
Restituição de impostos	2.176	1.036
Trabalhos para a própria empresa (a)	1.951	4.251
Reversão de perdas por imparidade em existências (Nota 9 e 10)	356	71
Subsídios à exploração	99	564
Subsídios para investimento	84	84
Benefícios de penalidades contratuais	37	133
Outros proveitos operacionais	15.942	20.830
	62.687	65.790
	1.262.957	1.445.418

9 - CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o custo das vendas foi apurado como se segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2010	31.432	143.887	175.319
Ajustamentos de conversão cambial	2.086	9.438	11.524
Regularizações	(11)	-	(11)
Compras	120.132	304.071	424.203
Custo do exercício	(133.523)	(330.748)	(464.271)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	20.116	126.648	146.764
Saldo em 1 de janeiro de 2011	20.116	126.648	146.764
Ajustamentos de conversão cambial	410	3.460	3.870
Regularizações	150	(2.439)	(2.289)
Compras	116.447	342.111	458.558
Custo do exercício	(119.758)	(329.675)	(449.433)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	17.365	140.105	157.470

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Perdas por imparidade acumuladas em existências:			
Saldo em 1 de janeiro de 2010	655	2.112	2.767
Ajustamentos de conversão cambial	54	147	201
Reforços (Nota 13)	-	2.581	2.581
Regularizações	-	(75)	(75)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	709	4.765	5.474
Saldo em 1 de janeiro de 2011	709	4.765	5.474
Ajustamentos de conversão cambial	(6)	226	220
Reforços (Nota 13)	6	1.145	1.151
Utilizações (Nota 8)	(356)	-	(356)
Regularizações	(269)	(4.405)	(4.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	84	1.731	1.815
Valor líquido em 31 de dezembro de 2010	19.407	121.883	141.290
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	17.281	138.374	155.655

10 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como se segue:

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2010	193.478	25.825	219.303
Ajustamentos de conversão cambial	28	6.924	6.952
Regularizações	(64.203)	(3.553)	(67.756)
Variação da produção	6.420	(7.666)	(1.246)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	135.723	21.530	157.253
Saldo em 1 de janeiro de 2011	135.723	21.530	157.253
Ajustamentos de conversão cambial	(2.670)	7	(2.663)
Regularizações	(6.074)	(291)	(6.365)
Variação da produção	8.204	(3.502)	4.702
Saldo em 31 de dezembro de 2011	135.183	17.744	152.927
Perdas por imparidade acumuladas em existências:			
Saldo em 1 de janeiro de 2010	77	-	77
Reduções (Nota 8)	(71)	-	(71)
Transferências	(6)	-	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	-	-
Saldo em 1 de janeiro de 2011	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Valor líquido em 31 de dezembro de 2010	135.723	21.530	157.253
Valor líquido em 31 de dezembro de 2011	135.183	17.744	152.927

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os produtos e trabalhos em curso respeitam na sua totalidade a empreendimentos imobiliários:

	2011	2010
Empreendimentos imobiliários	135.183	135.723
	135.183	135.723

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empreendimentos imobiliários encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	2011	2010
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	28.799	27.188
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	17.304	16.765
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	15.376	16.293
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	11.754	27.679
TDSP 07 - Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	10.467	5.456
TDSP - Galeano de Castro, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	9.492	10.234
TDSP 04 - Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	7.573	-
TDSP - Bela Vista, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	5.096	11.985
TDSP 13 - Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	4.328	-
TDSP 09 - Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	4.068	3.283
TDSP 10 - Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	3.371	-
TDSP 05 - Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	3.128	2.877
TDSP 11 - Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	3.019	-
TDSP 03 - Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	2.383	-
TDSP 08 - Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	2.220	-
TDSP 06 - Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	2.204	-
IMOPREDOUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	1.933	1.833
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	452	331
ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda.	374	362
TDSP - Maratona, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	184	258
TDSP - Direitos Humanos, Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	40	274
PARCAUTO - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	6.380
Outros	1.618	4.525
	135.183	135.723

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não existiam inventários dados como penhor de garantia a passivos.

11 - CUSTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, por segmento operacional, foi o seguinte:

	2011	2010
Construção	6.715	8.704
Cimentos, betões e agregados	-	220
Concessões e serviços	1.383	1.257
Imobiliária	107	94
Hotelaria	1.427	1.324
Distribuição	660	550
Energia	235	250
Automóvel	654	636
Outras	1	1
	11.182	13.036

A rubrica de "custos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, tem a seguinte composição:

	2011	2010
Remunerações normais	133.382	139.416
Outras remunerações	63.037	59.706
Encargos com remunerações	32.646	34.959
Seguros	4.109	4.534
Benefícios de reforma (a)	2.436	2.443
Outros custos com o pessoal	10.294	12.241
	245.904	253.299

(a) Os encargos com benefícios de reforma correspondem a contribuições efetuadas para o seguro de reforma (Nota 2.17).

12 - LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram reconhecidos custos de 1.222 milhares de euros e 1.032 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional, os quais foram reconhecidos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

As rendas de contratos de locação operacional mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, apresentam os seguintes maturidades:

	2011	2010
2011	-	993
2012	688	619
2013	256	198
2014	26	13
2015	7	-
	977	1.823

13 - OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram como se segue:

	2011	2010
(a) As perdas indicadas foram incorridas com a alienação de ativos fixos tangíveis, no montante de 3.928 milhares de euros (1.760 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010) (Nota 20), e com a alienação de ativos e passivos de empresas que saíram do perímetro de consolidação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de 8.264 milhares de euros.		
Impostos	26.398	24.334
Perdas incorridas na alienação de ativos (a)	12.192	1.760
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 21)	9.688	6.448
Perdas em existências	6.989	10.475
Perdas por imparidade em dívidas a receber (Nota 27)	4.873	14.606
Multas e penalidades	1.797	423
Perdas por imparidade em existências (Nota 9)	1.151	2.581
Dívidas incobráveis	842	323
Correcções a exercícios anteriores	840	636
Donativos	400	447
Quotizações	298	653
Ofertas e amostras de existências	187	369
Despesas com propriedade industrial	13	20
Outros custos operacionais	6.882	17.606
	72.550	80.681

14 - RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes:

	2011	2010
(a) Os resultados relativos a empresas associadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos em associadas no montante de (4.614) milhares de euros (9.460 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010) (Nota 22).		
Custos e perdas financeiros:		
Juros suportados	74.772	57.817
Diferenças de câmbio desfavoráveis	83.360	80.209
Outros custos e perdas financeiros	17.487	18.678
	175.619	156.704
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	25.125	16.554
Diferenças de câmbio favoráveis	81.684	95.203
Descontos de pronto pagamento obtidos	833	847
Outros proveitos e ganhos financeiros	4.443	6.288
	112.085	118.892
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Resultados relativos a empresas associadas (a)	(26.910)	88.198
Dividendos (b)	2.089	8.272
Outros investimentos	(72)	(1.031)
Ganhos / perdas na mensuração de ativos disponíveis para venda (Nota 24)	(156.153)	(75.307)
	(181.046)	20.132
Resultados financeiros	(244.580)	(17.680)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Grupo alienou 34% da sua participada "ARENOR, S.L.", e 4% da "ALVORADA PETRÓLEOS, S.A.", registando menos valias de 11.025 e 239 milhares de euros, respetivamente (o Grupo alienou a totalidade da sua participação na CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A., registando uma mais-valia de 71.183 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010)

Adicionalmente, procedeu-se ao registo de uma perda por imparidade, na restante participação detida na sociedade de direito Espanhol "ARENOR, S.L.", com impacto nos resultados financeiros de 11.024 milhares de euros.

(b) Em 31 de dezembro de 2011 os valores apresentados correspondem a dividendos recebidos de "Ativos financeiros disponíveis para venda" de 489 milhares de euros (6.499 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010) (Nota 24) e os restantes de "Outros investimentos".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram capitalizados juros no custo de aquisição de ativos qualificáveis no montante de 6.041 milhares de euros (3.507 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010). Para efeitos de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos ativos qualificáveis, foi utilizada uma taxa média de 4,29% (2,99% em 31 de dezembro de 2010).

15 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A "TD, S.A." e a generalidade das suas participadas sedeadas em Portugal, encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 12,5% sobre a matéria coletável até 12.500 euros, aplicando-se a taxa de 25% para a restante matéria coletável. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que excede o montante de 2.000.000 de euros, a uma taxa de 2,5%. Independentemente do resultado fiscal apurado no exercício, as referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. Para o apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes que não relevam fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

A TD-EC e as participadas detidas em pelo menos 90%, com sede e direção efetiva em território português, são tributadas segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (desde o exercício de 2003). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de consolidação, conforme estabelecido no artigo 69.º e seguintes do Código do IRC, aplicando-se ao resultado global assim obtido, após a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis, as taxas de IRC.

Ao montante de imposto assim apurado, acresce a Derrama Municipal e Estadual, se aplicável, apuradas individualmente (sem prejuízo do direito de reclamação ou impugnação relativamente à Derrama Municipal apurada individualmente para exercícios anteriores a 2012) e às taxas supra referidas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos de reporte de prejuízos, concessão de benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2011.

O Grupo procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 26).

Os impostos sobre o Rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como segue:

	2011	2010
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	15.046	17.748
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	26.626	20.817
	41.672	38.565
Imposto diferido (Nota 26):	(17.464)	(11.745)
	24.208	26.820

Para além dos montantes de impostos diferidos registados diretamente na demonstração dos resultados, foram registados diretamente nos capitais próprios impostos diferidos no montante de 2.424 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011 (5.380 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010) (Nota 26).

16 - RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2011	2010
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	(200.437)	46.392
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares)	420.000	350.394
Resultado líquido por ação básico	(0,48)	0,13

Pelo facto de nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

17 - DIVIDENDOS

Conforme Assembleia Geral de Acionistas realizada em 20 de maio de 2011 foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de 0,015 euros por ação. Estes dividendos foram deliberados e distribuídos em consideração das demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2010 e ascenderam a 6.300 milhares de euros.

18 - GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nos valores do *goodwill* apurados na aquisição de empresas subsidiárias ou controladas conjuntamente, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2011	2010
Ativo bruto:		
Saldo inicial	59.477	59.654
Ajustamentos de conversão cambial	7	20
Aquisições	-	177
Alienações	(12.118)	-
Transferências	(11.643)	(374)
Saldo final	35.723	59.477
Perdas por imparidade acumuladas	(1.616)	(1.570)
Ativo líquido:	34.107	57.907

Os valores do *goodwill* em 31 de dezembro de 2011 e 2010 respeitam às seguintes entidades:

Participada	Segmento operacional	2011	2010
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Construção	12.107	12.107
CEMENT Limited Liability Company	Cimentos, betões e agregados	-	23.761
Karibib Portland Cement (PTY)	Concessões e Serviços	5.833	5.833
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Imobiliária	1.979	1.979
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	Imobiliária	-	46
Digal - Distribuição e Comércio, S.A.	Energia	6.163	6.163
Auto Competição Angola, LDA	Automóvel	219	212
C+PA - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Outras	7.806	7.806
		34.107	57.907

Os *goodwill* relativos a empresas associadas fazem parte integrante do valor dos correspondentes investimentos e encontram-se evidenciados na Nota 22.

Os valores do *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

A quantia recuperável das unidades geradoras de caixa às quais os *goodwill* estão afetos é determinada com base no cálculo do seu valor de uso, que utiliza as projeções de fluxos de caixa com base nas projeções financeiras mais recentes aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração cobrindo um período de cinco anos, descontados através das taxas de desconto indicadas no quadro seguinte as quais foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital ("WACC"), ajustado pelos riscos específicos do mercado em que cada unidade se insere. Os fluxos de caixa para além desse período de cinco anos foram projetados utilizando as taxas indicadas no mesmo quadro. Estas taxas não excedem, a taxa média de crescimento a longo prazo para os mercados em que aquelas unidades geradoras de caixa se encontram afetos.

Os Conselhos de Administração acreditam que qualquer mudança razoavelmente possível nos pressupostos fundamentais em que a quantia recuperável é baseada, não faria com que quantia escriturada daquelas unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Assim, os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *goodwill*, são os seguintes:

Participada	2011			2010		
	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	11,5%	1,5%	12.107	9,5%	3,0%
C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	7.806	6,0%	1,5%	7.806	5,0%	1,5%
Digal - Distribuição e Comércio, S.A.	6.163	8,6%	1,5%	6.163	8,1%	1,5%
Karibib Portland Cement (PTY)	5.833	11,5%	1,5%	5.833	11,5%	1,5%
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	1.979	5,4%	1,5%	1.979	5,5%	1,5%
Auto Competição Angola, Lda.	219	15,0%	1,5%	212	15,0%	1,5%
Limited Liability Company Cement	-	-	-	23.761	15,0%	1,5%
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários, SPE, Ltda.	-	-	-	46	10,0%	1,5%
	34.107			57.907		

19 - OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial	Outros	Adiantamentos por conta ativos intangíveis	Total
Ativo bruto:				
Saldo em 1 de janeiro de 2010	14.143	434	6.229	20.806
Ajustamentos de conversão cambial	255	55	480	790
Adições	253	70	1.006	1.329
Transferências e abates	(2.384)	71	(5.728)	(8.041)
Alienações	(1.811)	-	-	(1.811)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.456	630	1.987	13.073
Saldo em 1 de janeiro de 2011	10.456	630	1.987	13.073
Ajustamentos de conversão cambial	225	19	35	279
Adições	1.127	203	2.386	3.716
Transferências e abates	(684)	-	(39)	(723)
Alienações	(43)	-	-	(43)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	11.081	852	4.369	16.302
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo em 1 de janeiro de 2010	10.396	227	-	10.623
Ajustamentos de conversão cambial	46	50	-	96
Transferências e abates	(7.924)	209	-	(7.715)
Reforços	535	144	-	679
Utilizações	(2)	-	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.051	630	-	3.681
Saldo em 1 de janeiro de 2011	3.051	630	-	3.681
Ajustamentos de conversão cambial	51	19	-	70
Transferências e abates	(633)	-	-	(633)
Reforços	559	-	-	559
Utilizações	(37)	-	-	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.991	649	-	3.640
Valor líquido:				
Em 31 de dezembro de 2010	7.405	-	1.987	9.392
Em 31 de dezembro de 2011	8.090	203	4.369	12.662

20 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 1 de janeiro de 2010	52.627	276.358	335.826	61.502	35.447	33.946	20.858	69.657	320	886.541
Ajustamentos de conversão cambial	378	12.557	6.158	3.165	332	1.406	1.588	4.512	29	30.125
Adições	393	3.843	44.518	5.048	892	1.158	10.088	38.082	10	104.032
Transferências e abates	(15.002)	52.884	4.036	3.057	(632)	1	(22.681)	(39.113)	(349)	(17.799)
Alienações	(126)	(1.092)	(6.358)	(2.471)	(39)	(202)	(306)	(469)	-	(11.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	38.270	344.550	384.180	70.301	36.000	36.309	9.547	72.669	10	991.836
Saldo em 1 de janeiro de 2011	38.270	344.550	384.180	70.301	36.000	36.309	9.547	72.669	10	991.836
Alteração de perímetro	(33)	(13.872)	(18.164)	(1.082)	(4.655)	(273)	(49)	(316)	(1)	(38.445)
Ajustamentos de conversão cambial	(36)	6.901	(2.484)	2.799	56	691	181	1.772	-	9.880
Adições	2.092	1.387	26.837	3.149	4.274	2.016	17.077	15.574	-	72.406
Transferências e abates	2.728	71.584	(20.821)	5.502	(2.182)	1.961	(5.619)	(64.343)	(9)	(11.199)
Alienações	(6.150)	(1.526)	(10.613)	(2.399)	(849)	(1.247)	(10)	-	-	(22.794)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	36.871	409.024	358.935	78.270	32.644	39.457	21.127	25.356	-	1.001.684
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 1 de janeiro de 2010	164	73.103	231.311	34.370	28.175	25.288	3.545	-	-	395.956
Ajustamentos de conversão cambial	-	2.617	5.681	977	132	998	65	-	-	10.470
Reforços	-	10.975	31.538	10.572	1.626	2.363	1.272	-	-	58.346
Transferências e abates	-	(26)	1.779	42	154	125	(734)	-	-	1.340
Alienações	-	(345)	(5.011)	(1.623)	(33)	(162)	(2)	-	-	(7.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	164	86.324	265.298	44.338	30.054	28.612	4.146	-	-	458.936
Saldo em 1 de janeiro de 2011	164	86.324	265.298	44.338	30.054	28.612	4.146	-	-	458.936
Alteração de perímetro	-	(1.145)	(6.235)	(360)	(2.158)	(154)	(11)	-	-	(10.063)
Efeito de conversão cambial	-	2.936	948	1.536	57	624	48	-	-	6.149
Reforços	2	13.654	31.355	11.477	1.470	2.538	644	-	-	61.140
Transferências e abates	-	143	(15.417)	(1.971)	(240)	(371)	(36)	-	-	(17.892)
Alienações	-	(1.066)	(7.360)	(1.795)	(721)	(823)	(10)	-	-	(11.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	166	100.846	268.589	53.225	28.462	30.426	4.781	-	-	486.495
Valor líquido:										
Em 31 de dezembro de 2010	38.106	258.226	118.882	25.963	5.946	7.697	5.401	72.669	10	532.900
Em 31 de dezembro de 2011	36.705	308.178	90.346	25.045	4.182	9.031	16.346	25.356	-	515.189

As adições de ativos fixos tangíveis realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em instalações e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2011 os ativos tangíveis em curso incluem 22.380 milhares de euros relativos a edifícios e outras construções em curso, dos quais destacamos os seguintes:

- Desenvolvimento do projeto de Tancagem, em Aveiro;
- Expansão da rede de lojas de "Cash & Carry", em Angola;
- Construção de dois edifícios integrados no Empreendimento Lagoas Park.

21 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2011	2010
Saldo em 1 de janeiro	509.516	492.066
Ajustamentos de conversão cambial	2.459	5.164
Aumentos / alienações	1.721	2.968
Variação no justo valor (Nota 8 e 13)	8.402	10.428
Transferências de ativos tangíveis	(82)	(1.110)
Saldo em 31 de dezembro	522.016	509.516

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento decorrentes da existência de contratos de locação operacional ascenderam a 28.314 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (25.834 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010). As despesas operacionais diretas com propriedades de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ascenderam a 9.982 milhares de euros (6.569 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010).

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é periodicamente determinado através de avaliações, efetuadas em alguns casos por entidades especializadas e independentes e de acordo com metodologias de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, nomeadamente os métodos do rendimento, de comparativos de mercado ou de custo de reposição, dependendo das situações concretas de cada imóvel.

Nos restantes casos, a determinação do valor de mercado é efetuada internamente, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores externos, atendendo aos fluxos de caixa descontados expectáveis.

Os principais pressupostos e métodos inerentes às avaliações de suporte ao valor de mercado das propriedades de investimento foram os seguintes:

- *Yield* entre 7% e 10%;
- Média do método comparativo e de múltiplos de rendimento;
- Média do método comparativo e do custo.

A IAS 40 - Propriedades de investimento ("IAS 40") não exige que se determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente. Contudo, aproximadamente, 83% do justo valor das propriedades de investimento do Grupo é determinado com base em avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida (registados na CMVM) e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento valorizadas. Estes avaliadores utilizaram metodologias correntes neste mercado, o qual prevê a utilização do método do rendimento, do custo de reposição ou de comparativos de mercado, consoante as situações concretas de cada imóvel. No caso em apreço, e tendo em consideração que os ativos se encontram locados foi utilizado o método do rendimento, tendo igualmente em consideração os restantes métodos para avaliar a razoabilidade dos resultados atingidos por aquele método. Segundo este método, foram utilizados os rendimentos dos atuais contratos de arrendamento nas circunstâncias atuais e, findo o exercício daqueles contratos, a utilização de uma *yield* adaptada a cada um dos imóveis. Para as restantes avaliações realizadas internamente, foram utilizadas *yields* adaptadas em função das indicações dadas por profissionais independentes.

22 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas que, em 31 de dezembro de 2011, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem participação efectiva
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	Rua Major Lopes, 800, 3º andar Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil	43,20%
ALSOMA, GEIE.	3 Av André Malraux Levallois Peret	27,00%
AVIA PORTUGAL - Produtos Petrolíferos, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	21,14%
Limited Liability Company Cement	Khutorskya Str., 70 Odessa	25,48%
CIMPOR MACAU Investment Company, S.A. (a)	Av. da Praia Grande, nº 693, Edifício Tai Wah, 15º andar Macau	13,00%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	Av. 24 de julho, 135 Maputo	46,40%
RPK Gulfstream, Ltd. (a)	Tri Ruchja str. 183003, Murmansk	17,47%
SCP AK10 - Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	Avenida Alameda Santos, nº 960 - 19º, Edifício CYK, Cerqueira César, São Paulo	25,00%
STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	45,00%
TEIX.CO, SPA	BP 62B Zone D'Active Dar El Beida Alger	48,78%
TRAVERSO FER - Industrie et Service Ferroviaire, S.A.R.L.	27, Chemin du Réservoir, hydra, Alger, Algérie	30,00%

(a) Através da sua subsidiária C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.

Os investimentos em empresas associadas, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2010	470.746	506.450	977.196
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 14)	9.460	-	9.460
- Efeito em capitais próprios	2.830	-	2.830
- Dividendos recebidos	(2.101)	-	(2.101)
Aumentos	980	-	980
Alienações	(421.052)	(482.108)	(903.160)
Ajustamentos de conversão cambial	2.557	1.034	3.591
Transferências	(551)	(493)	(1.044)
Outros	361	-	361
Saldo em 31 de dezembro de 2010	63.230	24.883	88.113

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011	63.230	24.883	88.113
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 14)	(4.614)	-	(4.614)
- Efeito em capitais próprios	(4.035)	-	(4.035)
- Dividendos recebidos	(620)	-	(620)
Aumentos	389	-	389
Alienações	(22.432)	(16.716)	(39.148)
Ajustamentos de conversão cambial	(1.433)	(726)	(2.159)
Transferências	5.475	11.643	17.118
Outros	3.220	-	3.220
Saldo em 31 de dezembro de 2011	39.180	19.084	58.264

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Grupo alienou 34% da sua participada "ARENOR, S.L.", e 4% da "ALVORADA PETRÓLEOS, S.A.", registando menos valias de 11.025 e 239 milhares de euros, respetivamente (o Grupo alienou a totalidade da sua participação na CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A., registando uma mais-valia de 71.183 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010).

Adicionalmente, procedeu-se ao registo de uma perda por imparidade, na restante participação detida na sociedade de direito Espanhol "ARENOR, S.L.", com impacto nos resultados financeiros de 11.024 milhares de euros.

O detalhe dos investimentos em associadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como se segue:

Associadas	2011			2010		
	Partes de capital	Goodwill	Valor de posição financeira	Partes de capital	Goodwill	Valor de posição financeira
Limited Liability Company Cement	10.072	11.643	21.715	-	-	-
Alvorada Petróleos, S.A.	12.973	7.374	20.347	20.113	8.777	28.890
Cimpor Macau Investment Company, S.A.	9.449	-	9.449	9.424	-	9.424
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	4.592	-	4.592	5.854	-	5.854
TEIX.CO, SPA	942	-	942	-	-	-
RPK Gulfstream Ltd.	809	-	809	430	-	430
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	125	67	192	380	73	453
Arenor, S.L.	-	-	-	26.718	16.033	42.751
Outros	218	-	218	311	-	311
	39.180	19.084	58.264	63.230	24.883	88.113

As referidas participações estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, teve os seguintes impactos:

Associadas	2011			
	Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 14)	Ajustamentos de partes capital	Dividendos	Total
Arenor, S.L.	-	(102)	-	(102)
Alvorada Petróleos, S.A.	(601)	(3.820)	(19)	(4.440)
Cimpor Macau Investment Company, S.A.	(4)	29	-	25
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	(1.348)	86	-	(1.262)
Limited Liability Company Cement	(2.611)	(175)	-	(2.786)
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	192	-	(408)	(216)
Outros	(242)	(53)	(193)	(488)
	(4.614)	(4.035)	(620)	(9.269)

Associadas	2010			
	Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 14)	Ajustamentos de partes capital	Dividendos	Total
Arenor, S.L.	(704)	(2.765)	-	(3.469)
Alvorada Petróleos, S.A.	666	4.574	(4)	5.236
Cimpor Macau Investment Company, S.A.	(2.049)	1.141	-	(908)
Cimpor - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.	9.237	-	-	9.237
Concessionária de Rodovias TEBE, S.A.	724	(233)	-	491
Infraenge Construções, Ltda.	109	(3)	-	106
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	771	364	-	1.135
ISA - Intelligent Sensing Anywhere, S.A.	47	(168)	-	(121)
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	742	81	(2.097)	(1.274)
Outros	(83)	(161)	-	(244)
	9.460	2.830	(2.101)	10.189

A principal informação financeira a respeito das empresas associadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Ativos líquidos totais		Quota parte do Grupo nos ativos líquidos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Alvorada Petróleos, S.A.	44.910	50.768	14.880	7.346	30.030	43.422	12.973	20.113
ARENOR, S.L.	-	59.699	-	24.455	-	35.244	-	26.718
Cimpor Macau Investment Company, S.A.	191.222	185.060	187.569	181.507	3.653	3.553	9.449	9.424
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	12.576	15.132	2.678	2.515	9.898	12.617	4.592	5.854
Limited Liability Company Cement	31.249	-	37.014	-	(5.765)	-	10.072	-
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	646	4.861	144	3.342	502	1.519	125	380
TEIX.CO SPA	7.941	-	6.009	-	1.932	-	942	-
Outros	1.487	2.268	1.595	2.165	(108)	103	1.027	741
	290.031	317.788	249.889	221.330	40.142	96.458	39.180	63.230

	Vendas e prestação de serviços		Resultado líquido do exercício		Quota parte do Grupo nos resultados líquidos do exercício	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Alvorada Petróleos, S.A.	4.479	3.344	(1.364)	1.411	(601)	666
ARENOR, S.L.	-	-	-	(1.449)	-	(704)
Cimpor Macau Investment Company, S.A.	-	-	(17)	(8.196)	(4)	(2.049)
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	-	a)	-	a)	-	9.237
Concessionária de Rodovias TEBE, S.A.	-	a)	-	a)	-	724
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	-	-	(2.904)	1.660	(1.348)	771
INFRAENGE Construções, Ltda.	-	a)	-	a)	-	109
ISA - Intelligent Sensing Anywhere, S.A.	-	b)	-	b)	-	47
Limited Liability Company Cement	3.242	-	(5.328)	-	(2.611)	-
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	764	8.934	767	2.968	192	742
Outros	2.216	1.622	71	(201)	(242)	(83)
	10.701	13.900	(8.775)	(3.807)	(4.614)	9.460

a) No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, esta participação foi alienada.

b) Decorrente da classificação deste investimento como ativo não corrente detido para venda no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi interrompida a aplicação do método de equivalência patrimonial e o ativo foi reclassificado para aquela rubrica da demonstração consolidada da Posição Financeira, sendo mensurado pelo mais baixo entre o valor líquido estimado de alienação e o valor contabilístico que se verificava naquela data.

23 - EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2011, as seguintes empresas participadas foram consolidadas pelo método proporcional, dado que a gestão e controlo das mesmas são exercidos conjuntamente com os outros sócios/acionistas:

Denominação social	Sede	Percentagem participação efectiva
AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	14,10%
CAIS DE CRUZEIROS 2ª FASE, ACE	Rua da Tapada da Quinta de Cima Linhó - Sintra	15,00%
CONBATE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	20,00%
DOURO LITORAL, ACE	Edifício 8, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%
D.L.O.E.A.C.E. - Douro Litoral Obras Especiais, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%
ENGIL/MOTA/TEIXEIRA DUARTE - Requalificações Urbanas, ACE	Av. Fabril do Norte, 1601 Matosinhos	33,33%
FERROVIAL/TEIXEIRA DUARTE - Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	Edifício Central Park Rua Alexandre Herculano, Nº 3, 2º - Linda-a-Velha	50,00%
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,04%
GMP - Grupo Marítimo Português MEK, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,04%
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	25,00%
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	Edifício Sagres Rua Professor Henrique de Barros, nº 4, 2 A - Prior Velho	25,00%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	Estrada da Luz, 90 - 6º E Lisboa	26,80%
METROPAÇO - Trabalhos de Construção da Estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º D Lisboa	33,33%
NOVA ESTAÇÃO, ACE	Av. Frei Miguel Contreiras, nº 54, 7º Lisboa	25,00%
SOMAFEL E OFM - Obras do Metro, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 93 - 7º Lisboa	36,00%
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	57,30%
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase	Edifício 2, Lagoas Park	60,00%
Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	Porto Salvo	
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C Lisboa	50,00%

Em resultado da consolidação daquelas participadas, pelo método de consolidação proporcional, foram incluídos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os seguintes montantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

	Ativos correntes		Ativos não correntes		Passivos correntes		Passivos não correntes	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
CAIS DOS CRUZEIROS - 2ª Fase, ACE	360	1.361	-	-	11	620	46	27
CONBATE, ACE	6.673	2.613	2	4	5.920	2.319	-	28
DOURO LITORAL, ACE	7.617	40.419	10	343	6.524	39.067	-	-
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	4.345	6.782	27	106	133	4.391	-	-
ENGIL/MOTA/TEIXEIRA DUARTE - Requalificações Urbanas, ACE	33	34	-	-	33	34	-	-
FERROVIAL / TEIXEIRA DUARTE - Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	112	114	-	-	71	208	138	-
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	1.370	2.120	22	37	2.233	2.590	20	-
GMP - Grupo Marítimo Português MEK, ACE	881	802	20	23	1.123	819	12	-
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	78	75	-	-	78	75	-	-
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	47	37	-	-	47	37	-	-
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	133	538	-	-	133	538	-	-
METROPAÇO - Trabalhos de Construção da Estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, ACE	196	185	-	-	196	185	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	2.347	2.399	7	26	2.355	2.426	-	-
SOMAFEL E OFM - Obras do Metro, ACE	44	46	-	-	44	46	-	-
Somafel/Ferrovias, ACE	147	192	-	-	39	60	-	-
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	65	61	-	-	65	58	-	3
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	211	210	-	-	211	210	-	-
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	489	604	-	-	339	276	-	-
	25.148	58.592	88	539	19.555	53.959	216	58

Em resultado da consolidação daquelas participadas, pelo método de consolidação proporcional, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram incluídos os seguintes montantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

	Proveitos		Custos	
	2011	2010	2011	2010
CAIS DOS CRUZEIROS – 2ª Fase, ACE	845	2.696	542	1.982
CONBATE, ACE	17.987	6.662	17.233	6.392
DOURO LITORAL, ACE	96.512	144.824	95.727	144.376
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	8.475	14.977	4.237	12.503
ENGIL/MOTA/TEIXEIRA DUARTE – Requalificações Urbanas, ACE	1	11	1	11
FERROVIAL / TEIXEIRA DUARTE – Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	(8)	116	(5)	34
GMP – Grupo Marítimo Português, ACE	122	1.167	529	1.655
GMP – Grupo Marítimo Português MEK, ACE	645	718	872	711
GPCC – Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	4	4	4	4
GPCIE – Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	9	11	9	11
METROPAÇO – Trabalhos de Construção da Estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, ACE	21	9	21	9
NOVA ESTAÇÃO, ACE	5.442	9.895	5.443	9.895
Somafel/Ferrovias, ACE	193	166	98	75
TEIXEIRA DUARTE/OPCA – Fungere – Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa – 3ª Fase – Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	3	52	3	52
TEIXEIRA DUARTE – SOPOL – Metro Superfície, ACE	78	36	78	36
TRÊS PONTO DOIS – Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	228	344	78	167
	130.557	181.688	124.870	177.913

Incluído na informação indicada na Nota 41, o Grupo prestou garantias bancárias, seguros de caução e cartas conforto como empreendedor nestes empreendimentos conjuntos no montante de 36.268 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011 (37.688 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010).

24 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos na valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, valorizados pelo respetivo justo valor, foram como se segue:

	2011	2010
Saldo inicial	208.220	284.880
Aquisições durante o período	18.112	16.495
Diminuição no justo valor	(156.280)	(93.155)
Saldo final	70.052	208.220

As aquisições do exercício respeitam à aquisição de 46.805.416 ações do Banco Comercial Português, S.A. pelo montante de 18.112 milhares de euros. (Nota 29) e 14.297.025 ações no âmbito do aumento de capital do banco por incorporação de reservas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo detinha 385.602.441 e 324.500.000 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda, e os respetivos valores de custo e de mercado, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são como seguem:

	2011		2010	
	V. custo	V. mercado	V. custo	V. mercado
Banco Comercial Português, S.A.	756.394	52.442	738.282	188.859
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	35.958	17.610	35.958	19.361
	792.352	70.052	774.240	208.220

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram recebidos dividendos destes investimentos no montante de 489 milhares de euros e 6.499 milhares de euros, respetivamente, os quais foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data (Nota 14).

25 - OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	Não correntes		Correntes	
	2011	2010	2011	2010
Ativos financeiros disponíveis para venda ao custo a)				
LUSOPONTE – Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	5.456	5.456	-	-
Banco Comercial Português, S.A.	3.220	-	-	-
AEDL – Auto Estradas do Douro Litoral, S.A.	1.212	1.198	-	-
LONGAPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	1.006	1.006	-	-
JÚPITER – Indústria Hoteleira, S.A.	784	784	-	-
LONGAVIA, S.A.	670	670	-	-
MTS – Metro Transporte do Sul, S.A.	589	589	-	-
VBT – Vias do Baixo Tejo, S.A.	324	5	-	-
MATADOURO DE MACAU, S.A.R.L.	317	317	-	-
EIA – Ensino, Investigação e Administração, S.A.	300	300	-	-
VSL Sistemas Portugal – Pré-Esforço, Equipamento e Montagens, S.A.	258	258	-	-
ILTA – Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	256	256	-	-
CPM – Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	205	205	-	-
AUREON LABORATORIES	-	1.571	-	-
ISQ – Centro Incubação Empresas, S.A.	-	440	-	-
Outros	204	189	-	-
	14.801	13.244	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor				
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	-	9.670	7.053
	-	-	9.670	7.053
	14.801	13.244	9.670	7.053

a) Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram recebidos dividendos destes investimentos no montante de 1.600 milhares de euros e 1.773 milhares de euros, respetivamente, os quais foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data (Nota 14).

26 - IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	2011							
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos		Saldo final
		Resultado líquido (Nota 15)	Capitais próprios (Nota 15)	Resultado líquido (Nota 15)	Capitais próprios (Nota 15)			
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de existências	34	8	-	(16)	-	-	26	
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	90	7	-	(37)	-	11	71	
Ativos financeiros disponíveis para venda	62.558	18.927	-	-	-	-	81.485	
Prejuízos fiscais reportáveis	34.453	11.941	-	(13.633)	-	(15.275)	17.486	
Propriedades de investimento	87	-	-	-	-	(87)	-	
Provisão para prejuízos em obras	363	577	-	(30)	-	(1)	909	
Outros	14.465	5.711	2.630	(8.498)	(206)	(7.079)	7.023	
	112.050	37.171	2.630	(22.214)	(206)	(22.431)	107.000	
Passivos por impostos diferidos:								
Ganhos tributados em períodos futuros	6.235	364	-	(4.167)	-	(374)	2.058	
Propriedades de investimento	53.533	1.373	-	(563)	-	422	54.765	
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	6.537	-	-	(298)	-	-	6.239	
Outros	2.246	1.136	-	(352)	-	(186)	2.844	
	68.551	2.873	-	(5.380)	-	(138)	65.906	

	2010						Saldo final
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	
		Resultado líquido (Nota 15)	Capitais próprios (Nota 15)	Resultado líquido (Nota 15)	Capitais próprios (Nota 15)		
Ativos por impostos diferidos:							
Imparidades de existências	20	32	-	(18)	-	-	34
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	422	794	-	(447)	(679)	-	90
Ativos financeiros disponíveis para venda	48.724	9.966	3.868	-	-	-	62.558
Prejuízos fiscais reportáveis	31.624	15.425	-	(3.779)	-	(8.817)	34.453
Propriedades de investimento	3.673	3	-	(8)	-	(3.581)	87
Provisão para prejuízos em obras	1.180	-	311	(1.128)	-	-	363
Outros	13.220	255	3.958	(5.706)	-	2.738	14.465
	98.863	26.475	8.137	(11.086)	(679)	(9.660)	112.050
Passivos por impostos diferidos:							
Ganhos tributados em períodos futuros	1.481	2.684	2.070	-	-	-	6.235
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	4.918	-	2	(4.920)	-	-	-
Propriedades de investimento	49.162	9.032	-	(2.268)	-	(2.393)	53.533
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	8.205	-	36	(647)	-	(1.057)	6.537
Outros	3.065	363	-	(600)	(30)	(552)	2.246
	66.831	12.079	2.108	(8.435)	(30)	(4.002)	68.551

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os mesmos eram reportáveis como se segue:

	2011			2010		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2005	-	-	2011	457	112	2011
Gerados em 2006	40	10	2012	27.843	6.947	2012
Gerados em 2007	615	159	2013	42.676	10.665	2013
Gerados em 2008	4.407	868	2014	3.022	421	2014
Gerados em 2009	16.349	3.208	2015	32.155	7.556	2015
Gerados em 2010	40.652	8.283	2014	25.671	8.752	2014
Gerados em 2011	19.027	4.958	2015	-	-	-
	81.090	17.486		131.824	34.453	

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os prejuízos e créditos fiscais para os quais não foram registados ativos por impostos diferidos por prudência, podem ser detalhados como segue:

	2011			2010		
	Prejuízo fiscal	Crédito do Imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito do Imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2005	-	-	2011	3.416	854	2011
Gerados em 2006	2.839	710	2012	2.839	710	2012
Gerados em 2007	3.214	804	2013	3.219	805	2013
Gerados em 2008	3.447	862	2014	3.447	862	2014
Gerados em 2009	3.369	842	2015	3.374	843	2015
Gerados em 2010	3.032	758	2014	3.052	763	2014
Gerados em 2011	3.265	816	2015	-	-	-
	19.166	4.792		19.347	4.837	

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que se considera provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

27 - CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Corrente		Não corrente	
	2011	2010	2011	2010
Cientes:				
Cientes conta corrente	458.940	441.277	86.275	79.033
Cientes títulos a receber	12.110	13.432	-	-
Cientes de cobrança duvidosa	40.474	36.210	-	-
	511.524	490.919	86.275	79.033
Perdas por imparidade	(55.974)	(53.311)	-	-
	455.550	437.608	86.275	79.033
Outros devedores:				
Pessoal	1.007	531	-	-
Outros devedores	67.111	59.795	83	78
	68.118	60.326	83	78
Perdas por imparidade	(3.629)	(3.743)	-	-
	64.489	56.583	83	78

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de contas a receber, foram os seguintes:

Perdas por imparidade acumuladas a clientes e outros devedores:	
Saldo em 1 de janeiro de 2010	43.032
Ajustamentos de conversão cambial	923
Reforços (Nota 13)	14.606
Reversões (Nota 8)	(2.595)
Regularizações	1.088
Saldo em 31 de dezembro de 2010	57.054
Saldo em 1 de janeiro de 2011	57.054
Ajustamentos de conversão cambial	735
Reforços (Nota 13)	4.873
Reversões (Nota 8)	(2.891)
Regularizações	(168)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	59.603

A exposição do Grupo ao risco de crédito (Nota 42) é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os saldos apresentados na Demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade resultantes de cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

28 - PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a "TD, S.A." e as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas, relacionadas e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhadas abaixo.

Os termos ou condições praticados entre estas relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, podem ser detalhados como se segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar		Empréstimos concedidos		Outras dívidas	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
AEDL - Auto Estradas do Douro Litoral, S.A.	-	-	-	-	1.202	-	-	-
ALSOMA, GEIE	-	-	24	24	-	-	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	-	-	-	31	-	-	-	-
Cimpor Macau Investment Company, S.A.	-	-	-	-	8.536	8.536	-	-
CINTEL - Construção Interceptor Esgotos, S.A.	46	46	-	-	4	3	-	-
EIA - Ensino de Investigação e Administração, S.A.	9	-	-	-	-	-	(324)	(324)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	2.503	2.349	-	-	-	-	(247)	(247)
ISA - Intelligent Sensing Anywhere, S.A.	-	-	-	15	-	65	-	-
Limited Liability Company Cement	8.674	-	-	-	10.072	-	-	-
Moreira e Cunha, Lda.	4	-	-	-	-	-	-	-
MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	-	-	-	-	740	-	-	-
Promociones Inmobiliarias 3003, C.A.	-	-	-	-	-	-	(36)	(55)
STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.	43	27	-	-	-	8	(883)	(716)
Tedeven Imobiliária, CA	-	-	-	-	-	-	(39)	-
Teix.co SPA	1.494	-	532	-	-	-	(319)	-
TRAVERSOFER - Industrie et Service Ferroviaire, SARL	6	6	-	-	-	-	-	-
VSL Sistema de Pré-Esforço - Equipamento de Montagem, S.A.	-	-	468	-	-	-	-	-
	12.779	2.428	1.024	70	20.554	8.612	(1.848)	(1.342)

As principais transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 com entidades relacionadas foram como se segue:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	76	-	-	-	-	-
Alsoma, GEIE.	-	-	-	24	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	-	-	-	30	-	-
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	-	-	-	-	9	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	5	-	-	-	-	-
ISA - Intelligent Sensing Anywhere, S.A.	-	-	-	48	-	-
Limited Liability Company Cement	208	-	-	-	835	-
Moreira e Cunha, Lda.	43	-	-	-	-	-
STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.	164	121	-	1	32	21
Teix.co SPA	1.032	-	550	-	-	-
TRAVERSOFER - Industrie et Service Ferroviaire, SARL	-	1	-	-	-	1
VSL Sistema de Pré-Esforço - Equipamento de Montagem, S.A.	-	110	981	74	-	-
	1.528	232	1.531	177	876	22

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da "TD, S.A.", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram as seguintes:

	2011	2010
Administradores executivos: (a)		
Benefícios de curto prazo	1.587	1.695
Benefícios de longo prazo	-	-
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	33
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	60	40
	1.713	1.768

(a) - Valores pagos pela TD-EC até maio de 2011.

As remunerações dos membros da alta direção da TD.S.A, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram as seguintes:

	2011	2010
Alta Direção:		
Benefícios de curto prazo	8.091	7.004
Benefícios de longo prazo	-	-
	8.091	7.004

29 - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2011	2010
Depósitos à ordem	261.432	92.794
Depósitos a prazo	24.484	42.339
Outras aplicações de tesouraria	201	-
Numerário	5.576	2.704
	291.693	137.837

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Fluxos das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

	2011	2010
Limited Liability Company Cement	30.419	-
Arenor, S.L.	15.100	-
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	9.462	33.394
Alvorada Petróleos, S.A.	1.760	-
Banco Comercial Português, S.A.	1.640	-
PARCAUTO - Sociedade Imobiliária, S.A.	973	-
CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A	-	968.332
Concessionária de Rodovias TEBE, S.A.	-	13.572
INFRAENGE Construções, Ltda.	-	405
Outros	688	-
	60.042	1.015.703

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respeitam à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2011	2010
Banco Comercial Português, S.A.	21.332	13.612
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	12.132	40.440
EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.	480	-
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	3.500
Alvorada Petróleos, S.A.	-	979
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	-	665
Outros	290	98
	34.234	59.294

Os dividendos recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram como se segue:

	2011	2010
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	881	1.029
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	669	879
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE, Ltda.	408	2.097
Banco Comercial Português, S.A.	-	5.794
Outros	752	573
	2.710	10.372

30 - OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os outros ativos correntes e não correntes têm a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2011	2010	2011	2010
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	17.960	12.470	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	3.327	1.741	-	4
Empresas participadas	3.985	2.198	937	932
Outros acionistas	210	390	48	47
	7.522	4.329	985	983
Acréscimos de proveitos:				
Juros a receber	902	15.284	-	-
Valores a faturar	92.282	96.721	-	-
Outros acréscimos de proveitos	26.933	6.310	893	12.139
	120.117	118.315	893	12.139
Custos diferidos:				
Seguros pagos antecipadamente	2.191	2.117	-	-
Juros a pagar	33	17	-	-
Outros custos diferidos	18.364	8.607	-	353
	20.588	10.741	-	353
Outros ativos correntes				
Adiantamentos a fornecedores	29.196	12.855	-	-
	195.383	158.710	1.878	13.475

31 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os custos e os proveitos reconhecidos relativos a contratos de construção em curso, são como segue:

	2011	2010
Proveitos líquidos:		
Faturação emitida	595.004	769.817
Variação de:		
- Proveitos diferidos - obras (Nota 39)	(4.214)	(27.825)
- Acréscimos de proveitos - obras (Nota 30)	(4.439)	19.461
	586.351	761.453
Custos líquidos:		
Custos faturados	584.061	737.566
Variação de:		
- Provisões para garantias (Nota 36)	9.843	(1.446)
- Provisões para perdas futuras (Nota 36)	(6.245)	5.639
	587.659	741.759
Resultados apurados (Nota 7):	(1.308)	19.694

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as retenções efetuadas por clientes relativas a contratos de construção ascendiam a 300 milhares de euros e 170 milhares de euros, respetivamente.

32 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 1 euro cada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa aumentou o seu capital em 132.119.201 euros, correspondentes a 132.119.201 ações. Este aumento foi realizado pela integração de 132.119.201 ações da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., no âmbito da Oferta Pública de Troca realizada.

Em 31 de dezembro de 2011, a TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 197.950.000 ações representativas do capital da TEIXEIRA DUARTE, S.A., correspondentes a 47,13% do respetivo capital social.

33 - RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor: A reserva de justo valor resulta da diferença entre o valor de custo e o valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, ainda não reconhecida na demonstração dos resultados.

Reservas livres: As reservas livres são disponíveis para distribuição.

Reserva de operações de cobertura: Conforme descrito na Nota 2.16 g), a reserva de operações de cobertura reflete a componente efetiva (líquida de efeito fiscal) das variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow*.

34 - INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram os seguintes:

	2011	2010
Saldo inicial	88.484	226.767
Alterações de perímetro	(937)	-
Variação resultante da conversão cambial	(141)	3.438
Dividendos	(610)	(1.319)
Aumento de capital	-	(132.119)
Alienação de participações financeiras	4.018	-
Aquisição de interesses não controlados	3.402	-
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	(636)	(1.269)
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	(17.001)	(7.014)
Saldo final	76.579	88.484

35 - EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos obtidos eram como se segue:

	2011	2010
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários a)	130.047	207.258
Papel comercial b)	472.911	490.403
	602.958	697.661
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários a)	458.852	401.318
Papel comercial b)	156.756	105.647
	615.608	506.965
	1.218.566	1.204.626

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 3,63% (2,22% em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos bancários mais significativos contratados pelo Grupo, correspondem essencialmente a:

- Empréstimo junto do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, contratado em 16 de abril de 2007 no montante de 11.908 milhares de euros, cujo reembolso será em 16 de março de 2012.
- Empréstimo junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., contratado em 21 de fevereiro de 2008 no montante atual de 49.674 milhares de euros, cujo reembolso será em 46 prestações semestrais iguais e sucessivas, com termo em 10 de dezembro de 2033.
- Empréstimo junto do Banco Caixa Geral, contratado em 11 de fevereiro de 2008 no montante atual de 17.820 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 11 de fevereiro de 2013.
- Empréstimo junto do Banco Itáu, contratado em 30 de setembro de 2008 no montante atual de 15.470 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de dezembro de 2012.
- Empréstimo contratado pelo Grupo em 30 de dezembro de 2008 junto da Caixa Geral de Depósitos, no montante atual de 41.433 milhares de euros, cujo reembolso será em 144 prestações mensais iguais e sucessivas, com termo em 30 de dezembro de 2023.
- Empréstimo junto do Banco Fomento de Angola, contratado em 6 de fevereiro de 2009 no montante atual de 3.043 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de março de 2014.
- Empréstimo junto do Banco Fomento de Angola, contratado em 6 de fevereiro de 2009 no montante atual de 1.594 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de setembro de 2014.
- Empréstimo junto do Banco Fomento de Angola, contratado em 4 de março de 2009 no montante atual de 6.521 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 4 de janeiro de 2014.
- Empréstimo junto do Banco BIC, contratado em 27 de abril de 2009 no montante atual de 6.152 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de novembro de 2014.
- Empréstimo junto do Banco Fomento de Angola, contratado em 15 de maio de 2009 no montante atual de 7.246 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de março de 2014.
- Empréstimo junto do Banco Itáu, contratado em 24 de abril de 2010 no montante atual de 5.160 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 25 de abril de 2013.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos bancários incluem ainda as contas caucionadas no montante de 373.238 e 301.518 milhares de euros, respetivamente.

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

- Programa grupado de emissões de papel comercial, por subscrição particular contratado junto do Banco Comercial Português em 14 de outubro de 2005, no montante global de 150.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 15.000 milhares de euros e 135.000 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável, em cada uma das utilizações do programa, tendo a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. que participar, no mínimo, com 10% do valor total. Estão contratadas dezasseis emissões semestrais e sucessivas pelo valor nominal total do programa, vencendo juros semestrais e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a seis meses acrescida de um *spread* de 0,875%, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 14 de outubro de 2013.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 14 de fevereiro de 2006 com o Banco Comercial Português, no montante global de 50.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 5.000 milhares de euros e 45.000 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das utilizações, tendo a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. que participar no mínimo, com 10% do valor total. Estão contratadas dezasseis emissões semestrais e sucessivas pelo valor nominal total do programa, vencendo juros semestrais e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a seis meses acrescida de 0,875% e determinado em função da data de realização do leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 14 de fevereiro de 2014.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto dos Banco Espírito Santo de Investimento e Banco Espírito Santo em 21 de agosto de 2006 no montante de 100.000 milhares de euros, atualmente de 50.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa tem uma duração de cinco anos menos um dia, a contar da data de assinatura do contrato. Os prazos de emissões são de 1 a 6 meses e vencem juros antecipadamente à taxa Euribor do período acrescido de um *spread* de 3%.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Espírito Santo Investimento em 21 de abril de 2008, no montante de 120.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das suas utilizações. O programa tem uma duração de cinco anos menos um dia, a contar da data da assinatura do contrato, os juros vencem-se na data de cada reembolso, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 1,5% e determinada em função da data da realização de cada leilão.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Espírito Santo Investimento em 23 de dezembro de 2008 no montante de 100.000 milhares de euros, atualmente de 60.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das suas utilizações. O programa tem uma duração de cinco anos menos um dia, a contar da data da assinatura do contrato, os juros vencem-se na data de cada reembolso, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 1,35% e determinada em função da data da realização de cada leilão.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto da Caixa Geral de Depósitos em 7 de julho de 2010, no montante de 70.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.. O programa será reduzido para 60.000 milhares de euros em 28 de abril de 2011. O contrato vence-se em 14 de abril de 2012. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 1,35% e determinada em função da data de realização de cada leilão.
- Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Espírito Santo em 28 de dezembro de 2010, no montante de 34.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.. O programa tem uma utilização de três anos, a contar da data de assinatura do contrato. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 3% e determinada em função da data de realização de cada leilão.
- Programa grupado de emissões de papel comercial, por subscrição particular contratado em 6 de janeiro de 2011 com o Banco Comercial Português, no montante utilizado de 20.750 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 18.650 milhares de euros e 2.100 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações do programa, tendo a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. que participar, no mínimo, com 10% do valor total. O programa tem uma duração de cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se postecipada e semestralmente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor de um a seis meses por leilão competitivo de 7 a 180 dias por colocação direta, acrescidos de 3,5% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 6 de janeiro de 2016.

- Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 25 de agosto de 2011, no montante de 20.000 milhares de euros. O papel comercial é emitido com prazo de emissão de 1, 3 e 6 meses sendo o prazo do programa de 1 ano, renovável, vencendo juros a uma taxa indexada à Euribor do prazo de emissão, acrescida de 5,5%.
- Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 25 de agosto de 2011, no montante de 25.000 milhares de euros. O papel comercial é emitido com prazo de emissão de 1, 3 e 6 meses sendo o prazo do programa de 1 ano, renovável, vencendo juros a uma taxa indexada à Euribor do prazo de emissão, acrescida de 5,5%.
- Programa agrupado de emissões de papel comercial contratado em 30 de dezembro de 2011, junto do Banco Comercial Português, no montante global de 43.000 milhares de euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., a sua associada Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e a Teixeira Duarte, S.A., sendo que nesta data os montantes utilizados por cada uma eram de 250 milhares de euros, 42.500 milhares de euros e 250 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das futuras emissões terá obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não poderá ser inferior a 250 milhares de euros. O programa tem uma utilização de sete anos a contar da data de realização da primeira emissão, estando previstas amortizações no final de cada semestre por valores crescentes compreendidos entre 1.500 e 6.500 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual a taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um *spread* de 4,25%.

Decorrente do compromisso de renovação sucessiva durante o exercício dos contratos programa, algumas emissões existentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 encontram-se classificadas como passivo não corrente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos bancários não correntes têm o seguinte plano de reembolso definido:

	2011	2010
2012	-	145.483
2013	408.032	397.372
2014	64.511	57.887
2015	14.126	23.245
2016	29.709	4.836
2017 e seguintes	86.580	68.838
	602.958	697.661

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2011		2010	
	Divisa	Euros	Divisa	Euros
AON	2.977.010	22.228	2.318.720	18.076
BRL	93.461	38.686	79.638	35.910
MAD	1.384	125	2.448	217
NAD	5	-	-	-
USD	131.897	101.938	126.081	94.358

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data da posição financeira.

36 - PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foi o seguinte:

	Provisões para riscos legais e fiscais	Outras relacionadas com o pessoal	Garantia a clientes	Processos judiciais	Prejuízos em obras	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2010	9.482	4.411	-	107	4.451	1.924	20.375
Efeito cambial	1.265	-	-	-	449	208	1.922
Reforço	-	7.371	2.200	-	8.710	381	18.662
Reduções	(606)	-	(77)	(43)	(3.454)	(490)	(4.670)
Utilizações	-	(4.325)	-	-	-	(69)	(4.394)
Transferências	113	8	9.906	(9)	11	(112)	9.917
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.254	7.465	12.029	55	10.167	1.842	41.812
Saldo em 1 de janeiro de 2011	10.254	7.465	12.029	55	10.167	1.842	41.812
Efeito cambial	3	-	(22)	(5)	(489)	14	(499)
Reforço	-	6.362	9.739	145	2.211	3.074	21.531
Reduções	-	-	-	-	(7.971)	(113)	(8.084)
Utilizações	-	(6.657)	(5)	-	-	(147)	(6.809)
Transferências	(10.257)	-	131	-	4	(1.598)	(11.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	7.170	21.872	195	3.922	3.072	36.231

No que respeita às provisões não correntes, no montante de 29.172 milhares de euros (33.357 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010), a quantia e o momento de ocorrência dos respetivos exfluxos dependerá das situações concretas que lhes deram origem, algumas das quais fora do controlo do Grupo.

Os reforços e as reduções foram efetuados por contrapartida de:

	2011			2010		
	Reforços	Reduções	Total	Reforços	Reduções	Total
Resultado do exercício:						
Provisões	12.253	(7.988)	4.265	11.092	(3.746)	7.346
Custos com o pessoal	6.362	-	6.362	7.371	-	7.371
Fornecimentos e serviços externos	-	-	-	-	(90)	(90)
Resultados relativos a empresas associadas	2.688	-	2.688	96	-	96
Outros proveitos operacionais	-	-	-	-	(606)	(606)
Capitais próprios	228	(96)	132	103	(228)	(125)
	21.531	(8.084)	13.447	18.662	(4.670)	13.992

37 - FORNECEDORES E OUTROS CREDITORES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2011	2010	2011	2010
Outros credores	42.399	44.480	20.867	26.150
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	188.267	227.519	-	-
Fornecedores de imobilizado	5	155	-	-
	188.272	227.674	-	-

38 - CREDITORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor líquido dos bens adquiridos com recurso a locação financeira totalizava:

	2011	2010
Terrenos e recursos naturais	2.794	3.324
Edifícios e outras construções	218.783	230.379
Equipamento básico	28.505	34.166
Equipamento de transporte	2.056	2.861
Ferramentas e utensílios	50	451
Equipamento administrativo	612	220
Outros ativos fixos tangíveis	1.087	259
Propriedade industrial	62	55
	253.949	271.715

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira era exigível como se segue:

	2011	2010
2011	-	23.873
2012	19.465	20.502
2013	19.981	17.802
2014	17.996	16.603
2015	15.398	12.980
Após 2015	162.967	160.844
	235.807	252.604

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Grupo tinha contratado uma operação de "sale and leaseback" envolvendo o empreendimento Lagoas Park, o qual se encontra essencialmente registado como propriedade de investimento (Nota 21). Para garantia da referida operação, foi transferida a propriedade dos lotes 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16 e 23 daquele empreendimento (Nota 41).

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

39 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2011	2010	2011	2010
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	11.369	16.830	-	-
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	4.410	3.284	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	17.508	14.193	-	-
Contribuições para a Segurança Social	3.850	4.507	-	-
Outros	4.538	2.741	-	-
	41.675	41.555	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	2.023	2.245	-	-
Empresas participadas	2.909	981	-	-
Outros accionistas	29	121	-	25
	4.961	3.347	-	25
Acréscimos de custos:				
Seguros a liquidar	148	110	-	-
Remunerações a liquidar	21.843	17.553	-	-
Juros a liquidar	3.954	2.063	-	-
Outros custos a pagar	20.884	23.274	-	-
	46.829	43.000	-	-
Proveitos diferidos:				
Trabalhos faturados não executados (Nota 31)	56.532	52.318	-	-
Outros proveitos diferidos	10.316	6.447	1.458	1.873
	66.848	58.765	1.458	1.873
Outros:				
Adiantamentos de clientes	200.379	100.666	237.363	35.819
Adiantamentos por conta de vendas	586	749	26	26
Instrumentos financeiros derivados (Nota 40)	-	-	12.370	7.524
	200.965	101.415	249.759	43.369
	361.278	248.082	251.217	45.267

40 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo tinha contratado um instrumento financeiro derivado destinado a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro, o qual consiste num contrato de *swap* de taxa de juro.

A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações, cuja contratação é sujeita a aprovação prévia por parte do Conselho de Administração, são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da IAS 39 sendo mensuradas pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. O instrumento financeiro derivado existente em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foi avaliado por entidade independente e externa ao Grupo através de metodologias e técnicas adequadas e comumente utilizadas por aqueles peritos para cada um dos tipos de instrumentos contratados pelo Grupo.

Procede-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância às disposições da IAS 39.

Instrumentos financeiros derivados qualificados como de cobertura

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, encontra-se contratado um *Interest rate swap* de taxa fixa, com maturidade em 1 de julho de 2033 e que pretende cobrir o risco de volatilidade de taxa de juro do empréstimo contratado junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, S.A. indicado na Nota 35.

O justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ascendia a 12.370 milhares de euros e 7.524 milhares de euros, respetivamente, desfavoráveis para o Grupo, o qual se encontra reconhecido na rubrica de Outros passivos não correntes (Nota 39).

Tendo em consideração as disposições da IAS 39, aquele instrumento foi inicialmente contabilizado como instrumento financeiro derivado de negociação por não se encontrarem satisfeitos todos os requisitos para a aplicação de contabilidade de cobertura. As variações no justo valor deste instrumento foram registadas até 2009 diretamente nas demonstrações de resultados dos períodos em que se verificaram.

A partir de 1 de janeiro de 2010, aqueles requisitos foram satisfeitos, sendo o derivado contabilizado de acordo com a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa. Assim, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a parcela efetiva da variação do instrumento de cobertura foi reconhecida em Reserva de operações de cobertura, no montante de 6.690 e 1.868 milhares de euros, líquido de efeito fiscal, respetivamente.

A principal informação subjacente à determinação do justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2011, foi a seguinte:

Dias	Eur	Datas	Fact Eur
1	0,56000%	03-01-2012	0,9999378
31	1,02400%	03-02-2012	0,9990568
91	1,35600%	03-04-2012	0,9965220
182	1,61700%	03-07-2012	0,9918297
366	1,94700%	03-01-2013	0,9805287
731	1,31000%	03-01-2014	0,9743291
1.098	1,36100%	05-01-2015	0,9601914
1.462	1,52100%	04-01-2016	0,9412422
1.827	1,72500%	03-01-2017	0,9175855
2.192	1,90500%	03-01-2018	0,8919996
2.557	2,05400%	03-01-2019	0,8657742
2.922	2,19000%	03-01-2020	0,8385271
3.289	2,29500%	04-01-2021	0,8120988
3.653	2,38500%	03-01-2022	0,7860377
4.018	2,45900%	03-01-2023	0,7606954
4.383	2,53300%	03-01-2024	0,7348813
4.749	2,58900%	03-01-2025	0,7106233
5.116	2,62600%	05-01-2026	0,6883131
5.480	2,66700%	04-01-2027	0,6657417
5.844	2,67120%	03-01-2028	0,6479553
6.210	2,67540%	03-01-2029	0,6305326
6.575	2,67960%	03-01-2030	0,6135130
6.940	2,68380%	03-01-2031	0,5968880
7.307	2,68800%	05-01-2032	0,5805650
7.671	2,67460%	03-01-2033	0,5675600
8.036	2,66120%	03-01-2034	0,5549577
8.401	2,64780%	03-01-2035	0,5428254
8.766	2,63440%	03-01-2036	0,5311462
9.134	2,62100%	05-01-2037	0,5198303
9.498	2,60760%	04-01-2038	0,5090478
9.862	2,59420%	03-01-2039	0,4986699
10.227	2,58080%	03-01-2040	0,4886481
10.593	2,56740%	03-01-2041	0,4790048
10.958	2,55400%	03-01-2042	0,4697269
11.325	2,79910%	05-01-2043	0,4568677
11.689	3,04420%	04-01-2044	0,4444998
12.054	3,28930%	03-01-2045	0,4324864
12.419	3,53440%	03-01-2046	0,4207854
12.784	3,77950%	03-01-2047	

41 - PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Passivos contingentes:

Informa-se que durante o exercício de 2010 e 2011 foram realizadas pela Direção de Serviços de Inspeção Tributária ("DSIT") da atual Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) diversas inspeções à empresa Teixeira Duarte-Gestão de Participações Investimentos Imobiliários, S.A. ("TDGPIL, S.A."), sociedade que é detida indiretamente a 100% pela "TD, S.A."

Destas inspeções externas, de âmbito geral, aos elementos contabilísticos da TDGPIL, S.A., e relativamente aos exercícios de 2006, 2007 e 2008, resultaram nas seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados:

Exercício	Prejuízo Fiscal Apurado	Correcção da AT
2006	24.950	18.837
2007	46.632	29.331
2008	50.590	45.327

Estas correções resultam, na sua totalidade, da não-aceitação como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares.

Dado que a "TDGPIL, S.A." se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos exercícios de 2006 e 2007 foram objeto de Demonstrações de Liquidação de IRC emitidas à sociedade dominante – Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., a qual apresentou impugnações judiciais junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, sendo convicção do respetivo Conselho de Administração que o seu desfecho será favorável à "TDGPIL, S.A." e, consequentemente, à sociedade dominante.

Após o encerramento do exercício de 2011, a sociedade dominante foi notificada do impacto das correções relativas ao exercício de 2008 da participada "TDGPIL, S.A.", o qual ascende a 10.019 milhares de euros de imposto a pagar. À semelhança do praticado para os anos de 2006 e 2007, a sociedade dominante está a preparar a apresentação de impugnação judicial, tendo, para o efeito, já prestado garantia nos termos das leis tributárias.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, a sociedade dominante foi sujeita a uma inspeção, de âmbito geral, aos elementos contabilísticos do exercício de 2008, e da qual resultaram correções ao resultado tributável, no montante de 35.467 milhares de euros, e apuramento de imposto em falta no valor de 849 milhares de euros.

As correções ao resultado tributável são, em grande parte, respeitantes ao regime do reinvestimento previsto no artigo 48º do Código do IRC e o imposto em falta resulta do apuramento de tributações autónomas relacionadas com a atividade desenvolvida por sucursais da sociedade dominante.

Até à presente data não foi emitida a liquidação adicional relacionada com a inspeção ao exercício de 2008, sendo, no entanto, intenção da sociedade dominante apresentar impugnação judicial relativamente às correções efetuadas ao resultado tributável.

É também convicção do Conselho de Administração da sociedade dominante que as correções ao resultado tributável do exercício de 2008, quer a sociedade dominante, quer a sua participada "TDGPIL, S.A.", serão anuladas.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o conjunto de empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias a terceiros, como segue:

	2011	2010
Garantias bancárias prestadas	550.483	590.756
Seguros de caução	556.336	132.625

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

Para garantia de contrato de mútuo celebrado com o Banco Caixa Geral, no montante 17.820 milhares de euros, outorgado pela GSC - Companhia General de Servicios y Construcción, S.A., a GSC - Companhia General de Servicios y Construcción, S.A. e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., deram em penhor 2.636.250 e 980.239 ações do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., respetivamente.

Foi ainda constituída a favor da Caixa Geral de Depósitos, uma hipoteca sobre o lote 3, sito em Lagoas Park, propriedade da Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., para garantia de contrato de mútuo outorgado pela Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. no montante de 41.433 milhares de euros.

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., a EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., a SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., a OFM – Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A., a RECOLTE – Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A., GSC – Companhia General de Servicios y Construcción, S.A., a EMPA – Serviços de Engenharia, S.A. têm seguros de caução prestados como garantia de boa execução de obras e prestação de serviços.

Além das garantias indicadas anteriormente, foram prestados os seguintes penhores:

Para garantia de contrato de mútuo celebrado com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, no montante 11.908 milhares de euros, outorgado pela Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e a TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deram em penhor 120.116.342 e 11.050.312 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo, no valor de 50.000 milhares de euros, outorgado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deram em penhor 131.199.355 e 17.420.992 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente, e a TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 2.205.882 ações da EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A..

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo, no valor de 120.000 milhares de euros, outorgado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deram em penhor 89.247.733 e 16.567.705 ações Banco Comercial Português, S.A., respetivamente, e a TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 5.294.118 ações da EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.. A Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. procedeu ao depósito em numerário de 10.586 milhares de euros e constitui também uma hipoteca voluntária sobre o prédio urbano de sua propriedade, destinado a armazéns, oficinas, laboratório de materiais e estacionamento de equipamentos, sito na Avenida da Indústria, Alto Estanqueiro – Jardim, Montijo, no montante de 16.428 milhares de euros.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo, no valor de 60.000 milhares de euros, outorgado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 1.325.000 Unidades de Participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF e a TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 104.000.000 ações da C+P.A. – Cimentos e Produtos Associados, S.A.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, no valor de 70.000 milhares de euros, outorgado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 4.675.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., no valor de 43.000 milhares de euros, outorgado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e Teixeira Duarte, S.A., foi constituída uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados respetivamente nos lotes 6, 18 e 19, sitos em Lagoas Park.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo, no valor de 34.000 milhares de euros, outorgado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., a TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 500.000 ações da TDGI – Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.

Para garantia de dívidas a terceiros, no valor de 4.327 milhares de euros, a IMOTD – SGPS, S.A., deu em penhor 24.000 ações da V8, S.A..

Para garantia do contrato de financiamento outorgado pela TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A. no montante atual de 49.674 milhares de euros, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. deu em penhor à Caixa Geral de Depósitos e Caixa Banco de Investimentos, 1.540.000 ações da TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.. No âmbito do mesmo contrato de financiamento a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de acionista, constituiu penhor dos direitos de crédito sobre a TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A..

Compromissos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as cartas de conforto prestadas pelas subsidiárias ascendiam a 478.511 e 492.723 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estavam vigentes contratos de *factoring* sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 122.784 e 119.895 milhares de euros, respetivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das faturas objeto de *factoring*.

Outros:

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não existiam inventários dados como penhor de garantia a passivos.

42 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios Gerais:

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- riscos de taxa de juro decorrentes do passivo financeiro;
- risco de taxa de câmbio resultante, fundamentalmente, da existência de operações e ativos localizadas fora da zona Euro, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Macau, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Rússia, Ucrânia e Venezuela;
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira do Grupo assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte do Grupo. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2011, o passivo financeiro é composto por 92% de taxa de juro variável (91% em 31 de dezembro de 2010) e 8% de taxa de juro fixa (9% em 31 de dezembro de 2010).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os resultados financeiros daqueles exercícios teriam (diminuído) aumentado em (12.585) / 12.585 milhares de euros e (10.997) / 10.997 milhares de euros, respetivamente.

Risco cambial

As atividades operacionais do Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

Acresce que, tendo em consideração os diversos países onde o Grupo desenvolve a sua atividade, a sua exposição ao risco de taxa de câmbio decorre do facto das suas subsidiárias relatarem os ativos e passivos denominados em moeda diferente da moeda de relato, designadamente, Angola, Argélia, Brasil, Macau, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Rússia, Ucrânia e Venezuela.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo diminuir a sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

Moeda	Ativos		Passivos	
	2011	2010	2011	2010
Bolivar Venezuelano	-	-	2.385	257
Dinar Argelino	31.208	16.018	66.081	46.794
Dirham Marroquino	-	664	3.404	2.198
Dinar Tunisino	-	-	113	140
Dólar Americano	263.717	347.498	388.721	234.956
Dólar Namibiano	-	-	865	1.065
Hryvnia Ucrâniana	-	-	-	32.800
Iene Japonês	10.899	12.925	13.878	2.047
Libra Esterlina	3	-	3	34
Metical Moçambicano	349	688	630	30
Pataca Macaense	112	-	-	208
Rande África do Sul	34	51	25	-
Real Brasileiro	5.776	-	6.448	14.297
Rublo Russo	-	-	258	3.427
	312.098	377.844	482.811	338.253

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilística relevante.

Os eventuais impactos gerados na rubrica de Ajustamentos de conversão cambial em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e no resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, caso ocorresse uma apreciação de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	2011		2010	
	Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Bolivar Venezuelano	(119)	-	(13)	-
Dinar Argelino	(1.744)	-	(1.539)	-
Dirham Marroquino	(170)	-	(77)	-
Dinar Tunisino	(6)	-	(7)	-
Dólar Americano	(6.250)	-	5.627	-
Dólar Namibiano	(43)	-	(53)	-
Hryvnia Ucrâniana	-	-	(1.640)	-
Iene Japonês	(149)	-	544	-
Libra Esterlina	-	-	(2)	-
Metical Moçambicano	(14)	-	33	-
Pataca Macaense	6	-	(10)	-
Rande Africa Sul	-	-	3	-
Real Brasileiro	(34)	-	(715)	-
Rublo Russo	(13)	-	(171)	-
	(8.536)	-	1.980	-

No entender do Conselho de Administração a análise de sensibilidade acima exposta, tendo por base a posição nas datas indicadas, pode não ser representativa da exposição ao risco de câmbio a que o Grupo se encontra sujeita ao longo do exercício.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional do Grupo. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.
- as perdas por imparidade em contas a receber, são calculadas considerando:
 - a análise da antiguidade das contas a receber;
 - o perfil de risco do cliente;
 - as condições financeiras dos clientes.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade em contas a receber estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as contas a receber de clientes (Nota 27) para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	2011	2010
Saldos		
Não vencido	217.735	309.200
Até 180 dias	134.731	99.234
De 180 a 360 dias	45.902	42.036
Mais de 360 dias	143.457	66.171
	541.825	516.641

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme segue:

	2011				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos	615.608	408.032	64.511	130.415	1.218.566
Fornecedores	188.267	-	-	-	188.267
Fornecedores de imobilizado	5	-	-	-	5
Locações financeiras	19.465	19.981	17.996	178.365	235.807
Outros credores	42.399	3.090	3.117	14.660	63.266
Outros passivos	361.278	155.835	65.190	30.192	612.495
	1.227.022	586.938	150.814	353.632	2.318.406

	2010				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos	506.965	145.483	397.372	154.806	1.204.626
Fornecedores	227.519	-	-	-	227.519
Fornecedores de imobilizado	155	-	-	-	155
Locações financeiras	23.873	20.502	17.802	190.427	252.604
Outros credores	44.480	10.854	6.071	9.225	70.630
Outros passivos	248.082	31.486	4.333	9.448	293.349
	1.051.074	208.325	425.578	363.906	2.048.883

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado do programa de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 409.634 milhares de euros e 303.528 milhares de euros, respetivamente.

43 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IAS 39

As políticas contabilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

2011	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	Total
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	291.693	-	-	-	-	291.693
Clientes	541.825	-	-	-	-	541.825
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	70.052	-	-	-	70.052
Outros investimentos	-	14.801	-	9.670	-	24.471
Outros devedores	64.572	-	-	-	-	64.572
Outros ativos	158.713	-	-	-	-	158.713
Total de ativos financeiros	1.056.803	84.853	-	9.670	-	1.151.326
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.218.566	-	-	1.218.566
Fornecedores	-	-	188.272	-	-	188.272
Outros credores	-	-	63.266	-	-	63.266
Outros passivos	-	-	490.144	-	12.370	502.514
Locações financeiras	-	-	235.807	-	-	235.807
Total de passivos financeiros	-	-	2.196.055	-	12.370	2.208.425

2010	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	Total
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	137.837	-	-	-	-	137.837
Clientes	516.641	-	-	-	-	516.641
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	208.220	-	-	-	208.220
Outros investimentos	-	13.244	-	7.053	-	20.297
Outros devedores	56.661	-	-	-	-	56.661
Outros ativos	148.621	-	-	-	-	148.621
Total de ativos financeiros	859.760	221.464	-	7.053	-	1.088.277
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.204.626	-	-	1.204.626
Fornecedores	-	-	227.674	-	-	227.674
Outros credores	-	-	70.630	-	-	70.630
Outros passivos	-	-	183.632	-	7.524	191.156
Locações financeiras	-	-	252.604	-	-	252.604
Total de passivos financeiros	-	-	1.939.166	-	7.524	1.946.690

44 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de abril de 2012, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 17 de maio de 2012.

45 - HONORÁRIOS E SERVIÇO DOS AUDITORES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os honorários por serviços prestados pelos auditores do Grupo foram os seguintes:

	2011	2010
Serviços de Revisão Legal de Contas	478	502
Serviços de consultoria fiscal	-	3
Outros serviços	7	-
	485	505

46 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, não tendo existido, desde o encerramento do exercício até à data, qualquer facto que se justifique enquadrar neste ponto.

Relatórios, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização **2011**



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o nosso relatório sobre as ações de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório e contas, individuais e consolidadas, da TEIXEIRA DUARTE, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração. O presente documento integra, ainda, a declaração de responsabilidade a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhamos as atividades do Grupo, designadamente através da participação em reuniões e contactos regulares com os membros do Conselho de Administração e com os Revisores Oficiais de Contas. Enquanto órgão coletivo este Conselho promoveu a realização de reuniões periódicas em que se procedeu:

- 1) à fiscalização da administração da Sociedade e à verificação do cumprimento da lei e do contrato social;
- 2) ao acompanhamento da gestão mediante contactos regulares com membros do Conselho de Administração;
- 3) à verificação da exatidão dos documentos de prestação de contas, das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pela Sociedade, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

No âmbito das competências que nos são legalmente conferidas, verificamos que:

- a) o relatório de gestão contém uma exposição clara dos aspetos mais significativos da evolução dos negócios, do desempenho e da situação patrimonial da Sociedade e do Grupo;
- b) as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respetivos anexos proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade e do Grupo TEIXEIRA DUARTE, respetivamente.

Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços da Sociedade e, ainda, as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, somos de parecer que:

- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- b) sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2011;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo o referido relatório uma descrição dos principais riscos e incertezas do negócio.

Lagoas Park, 27 de abril de 2012

António Gonçalves Monteiro – Presidente

Mateus Moreira – Vogal

Miguel Carmo Pereira Coutinho – Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA *(Contas individuais)*

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, da TEIXEIRA DUARTE, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de dezembro de 2011, (que evidencia um total de 379.573 milhares de euros e um total de capital próprio de 363.866 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 175.617 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Linda-a-Pastora, 27 de abril de 2012

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC

Representada por:



António Francisco Escameia Mariquito - ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, da TEIXEIRA DUARTE, S.A., as quais compreendem: a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2011, (que evidencia um total de 2.753.194 milhares de euros e um total de capital próprio de 332.651 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível a detentores de capital negativo de 200.437 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos rendimentos integrais, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

P

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Linda-a-Pastora, 27 de abril de 2012

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC

Representada por:



António Francisco Escameia Mariquito - ROC